CBIC

# CBIC: MOTOR DA EVOLUÇÃO DA CONSTRUÇÃO BRASILEIRA

2014
2023

## FICHA TÉCNICA

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)
Presidente – José Carlos Martins
Vice-presidente Administrativo – Eduardo Aroeira Almeida
Vice-presidente Financeiro – Elson Ribeiro e Póvoa

## EQUIPE TÉCNICA GESTÃO 2020-2023

**COMISSÃO DA INDÚSTRIA IMOBILIÁRIA (CII)**
Presidente – Celso Luiz Petrucci
Gestora de Projetos – Alessandra Beine Lacerda

**COMISSÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (CHIS)**
Presidente – Carlos Henrique Passos
Gestora de Projetos – Alessandra Beine Lacerda

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE (CMA)**
Presidente – Nilson Sarti
Gestora de Projetos – Mariana Silveira Nascimento

**COMISSÃO DE MATERIAIS, TECNOLOGIA, QUALIDADE E PRODUTIVIDADE (COMAT)**
Presidente – Dionyzio Antonio Martins Klavdianos
Gestor de Projetos – Hugo França Cavalcante de Lima

**COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA (COINFRA)**
Presidente – Carlos Eduardo Lima Jorge
Gestora de Projetos – Denise Soares Putzke

**COMISSÃO DE OBRAS INDUSTRIAIS E CORPORATIVAS (COIC)**
Presidente – Ilso José de Oliveira
Gestor de Projetos – Alexandre Nícolas Dantas dos Santos

**COMISSÃO DE POLÍTICA DE RELAÇÕES TRABALHISTAS (CPRT)**
Presidente – Fernando Guedes Ferreira Filho
Gestora de Projetos – Gilmara Dezan

**COMISSÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL (CRS)**
Presidente – Ana Cláudia Gomes
Gestora de Projetos – Cláudia Rodrigues da Silva

**CONSELHO JURÍDICO**
Presidente – José Carlos Braide Nogueira da Gama
Gestora de Projetos – Érika Albuquerque Calheiros

**ASSESSORIA ECONÔMICA**
Ieda Vasconcelos (Sinduscon-MG)

**ASSESSORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**
Luis Henrique Macedo Cidade – Foco Relações Governamentais
Carlos Cunha

**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO**
Danilo Fariello, Thiago Vitale Jayme, Andreza Figueiredo e Géssica Girão – Torre Comunicação e Estratégia

**COMUNICAÇÃO DIGITAL**
Ana Rita de Holanda, Marina Oliveira e Mariana Batista – Lavanda Digital

# CBIC: MOTOR DA EVOLUÇÃO DA CONSTRUÇÃO BRASILEIRA

2014
2023

Esse relatório foi preparado em parceria com a Assessoria de Comunicação da CBIC:

**CONCEPÇÃO, PESQUISA E REDAÇÃO** – Doca de Oliveira, Águia Comunicação LTDA

**EQUIPE CBIC**
**Pesquisa, redação e apoio editorial** – Sandra Regina Bezerra

**Projeto gráfico e diagramação** – Paulo Henrique Freitas, Felippe Silva, Miguel Corrente

**IMAGENS ACERVO CBIC** – Adalberto Marques, Breno Ezaki, Enzo Bertolini, Fábio Pinheiro, Fernando Maia, Guilherme Kardel, Gustavo Leighton, Henrique D'Oark, Marcelo Camará, Nina Quintana, Pedro Tavares, PH Freitas, Rafaela Martins, Ricardo Stuckert, Ruy Hizatugu, Sérgio Lima, Teresa Sá

CBIC: MOTOR DA EVOLUÇÃO DA CONSTRUÇÃO BRASILEIRA
Relatório de Atividades Gestão 2014-2023
Brasília (DF), Junho 2023

www.cbic.org.br
www.facebook.com/cbicbrasil
www.twitter.com/cbicbrasil
www.instagram.com/cbic.brasil/
www.youtube.com/user/cbicvideos
www.linkedin.com/company/cbicbrasil/
www.flickr.com/photos/cbicfotos
www.tiktok.com/@cbicbrasil

# Entidades Associadas

SINDUSCON

SINDUSCON
BLUMENAU

SINDUSCON BRUSQUE

SINDUSCON

Sinduscon CE

SindusCon • CO

SINDUSCON

SINDUSCON-DF

SINDUSCON ES

SINDUSCON

Sinduscon-GO

SINDUSCON-GV

SINDUSCON
FOZ DO RIO
ITAJAÍ

SINDUSCON-JF

SINDUSCON
JOINVILLE

sinduscon

SINDUSCON - MA

Sinduscon-MG

SINDUSCON

SindusConMS

SindusCon
Mato Grosso

sinduscon

SINDUSCON-NORTE

SINDUSCON - PA

SINDUSCON

SINDUSCON
PARANÁ - OESTE

SINDUSCON-PB

SINDUSCON/PE.

SINDUSCON

SINDUSCON
TERESINA - PI

SindusCon
PB-NOROESTE

SINDUSCON
PORTO VELHO

Sinduscon-Rio

SINDUSCON-RO

SINDUSCON-RS

SINDUSCON-SE

SINDUSCON-AR

SindusCon SP
O Sindicato da Construção
Desde 1934

SINDUSCON - Sul

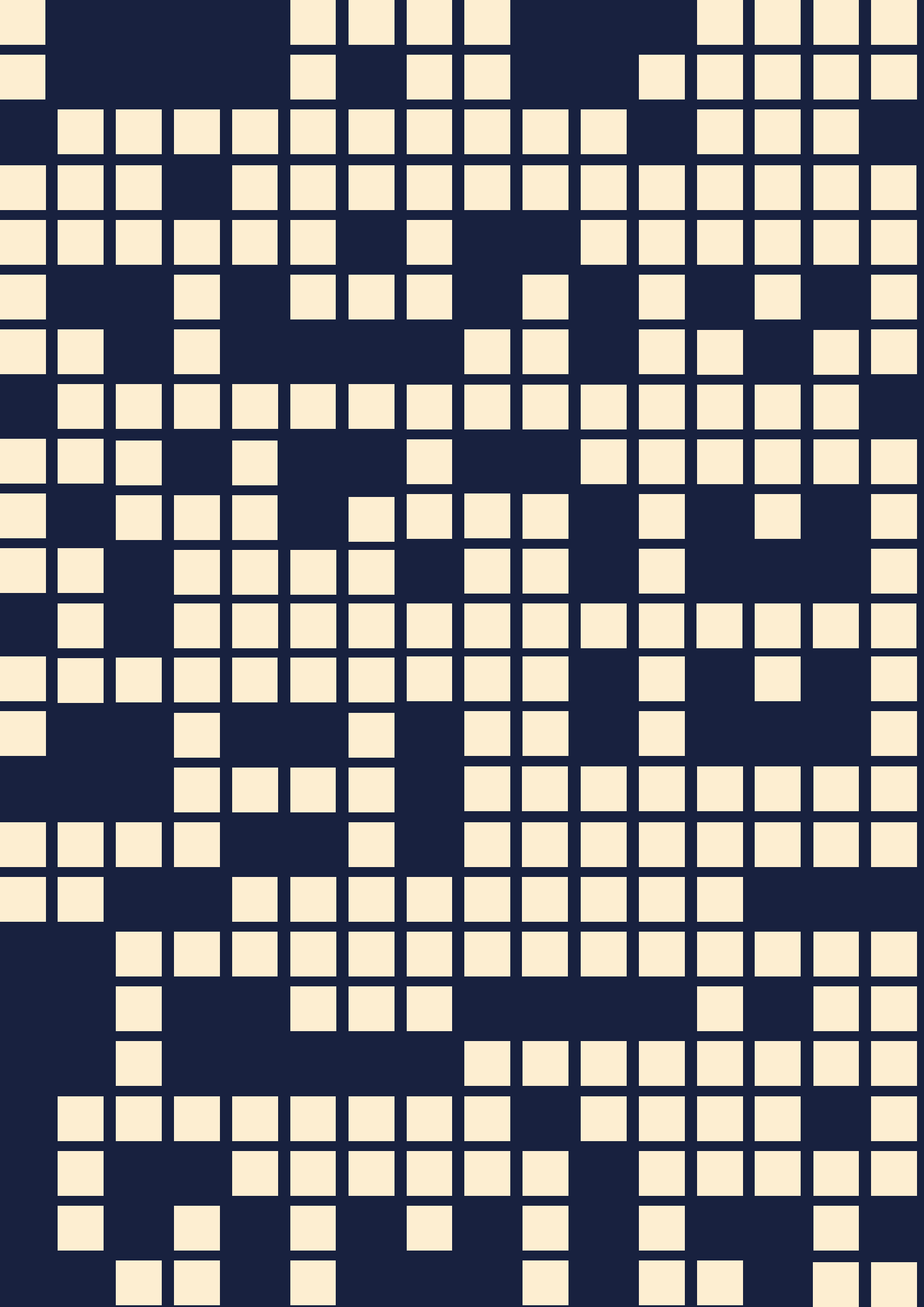
SINDUSCON SUL MT

SINDUSCON-TAP

SINDUSCON-TO

SINDUSCONVALE

SECOVI GOIÁS



# Sumário

Tempo de Construir 13

Apresentação 19

Economia 29

Legislativo 49

Projetos Estruturantes 65

Pandemia da COVID-19 131

Articulação Institucional 145

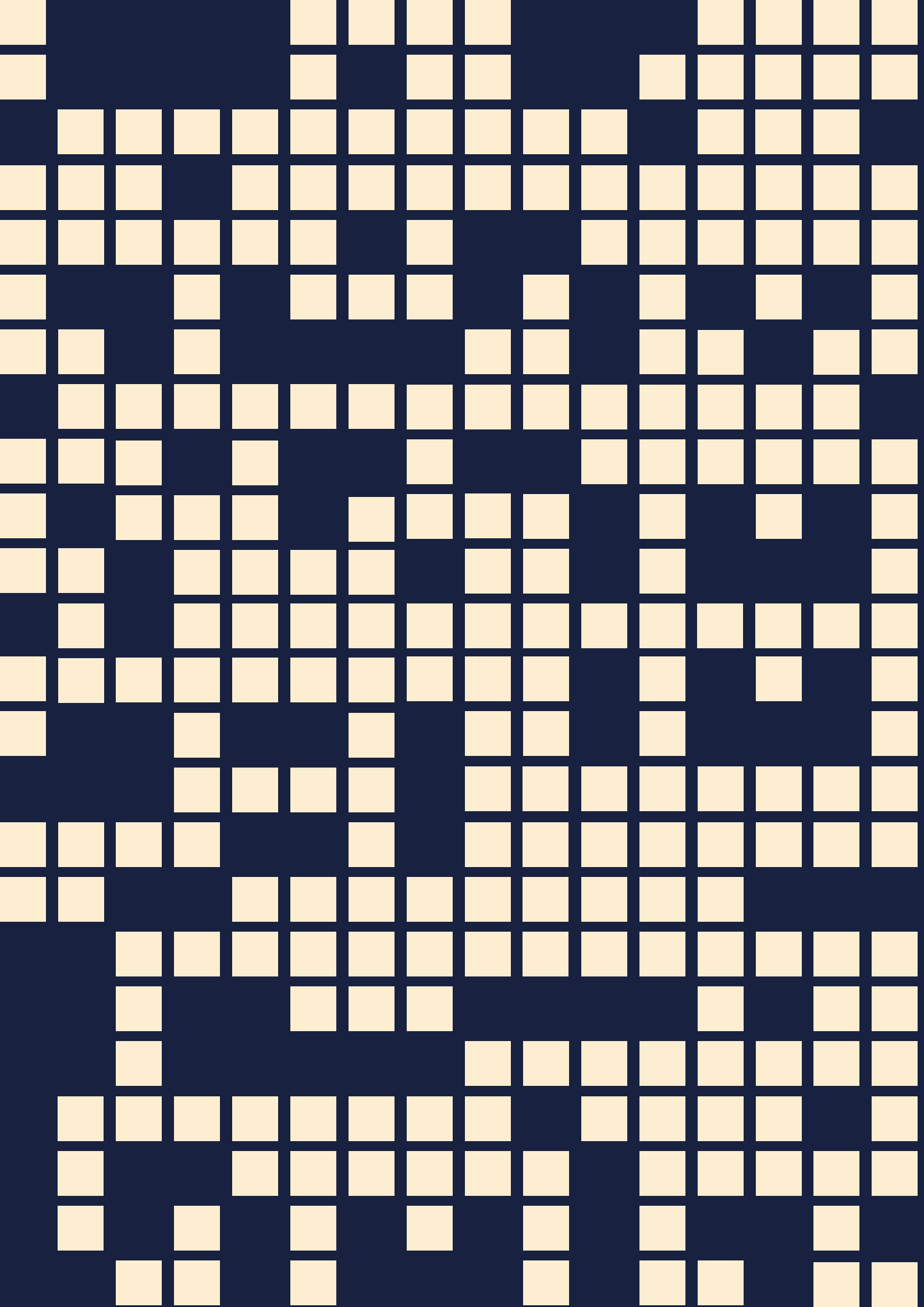
Representação Internacional 155

ENIC 167

Seções Temáticas 193

- Indústria Imobiliária e Habitação de Interesse Social 199
- Infraestrutura 213
- Inovação 229
- Jurídico 247
- Obras Industriais e Corporativas 263
- Relações Trabalhistas 273
- Responsabilidade Social 283
- Sustentabilidade 307

Comunicação 327



# Tempo de Construir

Em 1º de julho de 2014, um grupo de pessoas empenhado em ajudar a construção e o Brasil assumiu a condução da CBIC, sucedendo a gestão marcante do amigo Paulo Safady Simão. Foram nove anos de muita efervescência, crise econômica, incidentes que afetavam a imagem do setor, turbulências políticas, impeachment, pandemia da covid-19, guerra. Enfim, tempos desafiadores que somente um grupo coeso, determinado e competente poderia vencer.

Sempre entendemos que o maior problema que impactava a construção era a sua imagem, estabelecida de forma distorcida ao longo dos anos, apontando práticas isoladas como se fossem a regra de todo o setor. A principal marca deste período de nove anos foi mostrar quem somos, quantos somos, nossa importância para a economia e sociedade brasileiras, mostrar que somos nós que trazemos qualidade de vida e segurança para as pessoas. Somos a indústria do bem-estar e da inclusão.

A despeito de todos esses desafios, trabalhamos duro para levar a construção – com todos os seus segmentos – para outro patamar. Avançamos muito, mas ainda menos do que precisamos avançar: para isso, foram fundamentais a união de todo o setor e um posicionamento firme perante os temas sensíveis da vida brasileira. Essa combinação, construída e consolidada nesse período, é o que nos colocará na posição que devemos e temos a responsabilidade de estar no futuro.

Assumimos o desafio conscientes de que a nossa missão seria não apenas defender a imagem e estimular a modernização do setor como, principalmente, recolocá-lo como protagonista e indutor do crescimento econômico, ancorado na geração de renda, na pulverização do emprego formal – com agilidade e em grande volume, no provimento das condições necessárias à competitividade da economia e dignidade da população. Nossa missão era restituir à construção o papel estratégico que sempre teve no Brasil.

Naquele 2014, a CBIC contava 72 entidades filiadas e cinco comissões técnicas. Em 2023, a CBIC conta com nove comissões técnicas e alcançará a marca de 100 instituições associadas.– a CBIC tem ampla representação regional, é uma entidade nacional presente em todos os Estados brasileiros. Ao longo desse período – foram três mandatos consecutivos –, o Brasil seguiu navegando de crise em crise, alternando voos de galinha com retração econômica na busca do desenvolvimento com inclusão social. Em diversos momentos, a trajetória econômica e política do Brasil se misturou à história da CBIC, comprovando o elo indissociável do nosso setor com o país. O setor da construção ofereceu grande contribuição nos momentos de avanço e foi o primeiro a sofrer durante os muitos e sucessivos baques, confirmando um paradigma histórico da CBIC: quando a construção vai bem, o Brasil vai bem.

Nossa atuação teve como agenda a combinação de iniciativas institucionais para reverter perdas, abrir novas oportunidades de negócio e fortalecer a relevância do setor. Para isso, a CBIC atuou não apenas como porta-voz de demandas legítimas, mas especialmente como fórum gerador de ideias e soluções de interesse coletivo: da construção e do Brasil. Não conduzi esse trabalho sozinho. Desde 2014, quando assumi meu primeiro mandato, tenho contado com um grupo de dirigentes e equipe de alta qualificação e compromisso com o setor, uma diretoria e corpo técnico de excelência, não apenas no perfil, mas também na dedicação.

Ao iniciar a gestão, adotamos como paradigma o mote *Brasil mais eficiente, um país mais justo*. Essa premissa, que jamais foi apenas um slogan, balizou todas as iniciativas que tomamos nesses nove anos em que a CBIC encampou uma pauta focada na sustentabilidade, na inovação e tecnologia, na qualificação profissional e melhoria do emprego, no planejamento urbano e perenidade dos programas habitacionais, nas concessões e parcerias público-privadas como vetor estratégico de investimento, no combate ao excesso de burocracia; na governança, transparência e livre concorrência para as empresas.

Foram anos marcados por desafios, que enfrentamos de forma decidida; e oportunidades, que antevimos e atuamos para concretizar. Para além dos efeitos de sucessivos períodos de crise e recessão econômica – que ceifaram milhares de empregos e a renda de trabalhadores do setor, atravessamos percalços como:

- **os efeitos da operação Lava-Jato e a crise de imagem da construção**, que teve impacto sobre a credibilidade, o crédito e o futuro das empresas do setor, com maioria absoluta de *players* que não teve relação com o escândalo nem reproduzia as práticas trazidas a público;
- **atrasos e paralisações nos pagamentos de obras públicas federais** tanto na infraestrutura quanto na habitação, fruto do esvaziamento do orçamento público para investimentos;
- **o declínio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)** – cujo resultado mais visível foram milhares de obras inconclusas e paralisadas, espalhadas pelo país em setores estratégicos, como o saneamento e a infraestrutura, um gargalo que perdura ainda em 2023;
- **ataques continuados ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)** – *funding* estratégico para o investimento em habitação e infraestrutura, além de poupança que garante a segurança e o futuro de milhões de trabalhadores no país, que viu seu saldo ser sangrado para cobrir os efeitos das diversas crises que marcam a história recente do Brasil;
- **a disseminação do distrato** – uma indústria de ações judiciais que quebrou contratos no mercado imobiliário, colocando em risco a solvência de incorporadoras e construtoras e o sonho de milhares de brasileiros adimplentes;
- **a indústria de ações sobre vícios construtivos** – um movimento pulverizado de ações judiciais alegando vícios construtivos em empreendimentos imobiliários já entregues, que nos últimos anos têm aumentado a insegurança jurídica no segmento.

Tais lutas abriram janelas de oportunidade e estímulo para a modernização do nosso setor e a indução de debates necessários para o país. Em 2014, ao tomarmos posse sinalizamos o que seria a nossa gestão: não acreditávamos em soluções milagrosas, apontamos, destacando que os governos, sozinhos, não são capazes de resolver todos os problemas do país.

Naquele dia tão importante para todos nós e, especialmente na minha vida – nos nove anos anteriores eu contribuí com a gestão do meu amigo Paulo Safady Simão, a quem tive a honra e o enorme desafio de substituir na liderança da CBIC –, também sinalizamos outros paradigmas do trabalho que construiríamos: quando os tempos mudam, também devemos mudar; a fidelidade aos nossos princípios exige novas respostas para desafios novos; e preservar nossos objetivos requer uma ação coletiva e articulada com outros atores da sociedade.

E foi o que fizemos nesses anos que se seguiram: buscamos um olhar estratégico para o setor, focado no futuro e no interesse comum do conjunto do mercado. A CBIC fomentou uma nova mentalidade empresarial entre seus associados – entidades patronais e empresas da construção, antevendo e trazendo para o presente um futuro que se desenhou e cumpriu:

- **fortalecimento da governança das empresas** e democratização de ferramentas antes restritas aos maiores *players*, com um programa de ética e *compliance* que melhor organizou e enraizou práticas administrativas já adotadas na construção;
- **combate decidido à informalidade** no setor da construção e estímulo ao fortalecimento da segurança e saúde do trabalhador, mobilizando o poder público em parcerias mais efetivas com o setor privado, como a criação de uma campanha setorial de SST;
- **melhoria de marcos regulatórios** com interface junto ao mercado imobiliário, para coibir abusos e tornar mais transparente e seguro o relacionamento das empresas com os compradores de imóveis, como a regulamentação do distrato; assim como garantir segurança jurídica para o empreendedor, como a manutenção do Regime Especial de Tributação (RET);
- **formulação de propostas de políticas públicas** e soluções para destravar investimentos e equacionar pagamentos atrasados, garantindo a sobrevivência do setor e a prestação de serviços à população, como o programa de concessões e parcerias público-privadas municipais;
- **defesa obstinada do FGTS e suas aplicações**, como vetor de investimento para o país e segurança e qualidade de vida para o trabalhador;
- **criação de indicadores imobiliários nacionais**, com metodologia padronizada para todo o Brasil, oferecendo aos nossos associados e à sociedade em geral dados nacionais e regionais que permitem avaliar o desempenho do setor e dão visibilidade à nossa atividade, com ampla divulgação pela imprensa nacional;

- **disseminação e democratização do acesso a novas tecnologias**, estimulando a aceleração digital de um setor formado em grande parte por empresas pequenas e médias, com a divulgação massiva e treinamento para adoção do *Building Information Modeling*, o BIM, entre outras iniciativas;
- **estímulo a uma nova percepção da sustentabilidade**, incluindo seus paradigmas entre os vetores do negócio, para uma nova mentalidade empresarial;
- **estímulo à sustentabilidade também pelo engajamento do cidadão,** com o planejamento da vida em comunidade, com o projeto O Futuro da Minha Cidade, que aproximou a construção ainda mais da sociedade em que está inserida;
- **fortalecimento do associativismo**, com diversas iniciativas para atrair o jovem empreendedor, aglutinadas em projetos como o CBIC Jovem;
- **valorização da Engenharia**, reconhecendo a excelência dos profissionais brasileiros e estimulando sua atualização continuada, pela disseminação de conhecimento e relacionamento, foco prioritário do Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC).

O trabalho que encerramos em junho de 2023 foi coletivo, realizado com o inestimável apoio e a dedicação dos executivos e da equipe da CBIC. Homenageando Adalberto Cleber Valadão e Elson Ribeiro e Póvoa, vice-presidentes administrativo e financeiro por largo período, faço um agradecimento a todo o grupo. Ambos entregaram não apenas seu tempo, como também seu compromisso e lealdade, competência e profundo conhecimento do setor da construção. Sua atuação essencial simboliza a equipe que nos acompanhou, a quem presto meu profundo reconhecimento e gratidão. Estendo nosso agradecimento àqueles que deixaram a CBIC para assumir outros desafios, imprimindo contribuição relevante para tudo o que construímos.

Nosso time, formado por um grupo de gestores e funcionários de excelência, nos ajudou a materializar ideias que não apenas construíram, mas também modernizaram a CBIC ao longo do tempo. Mais recentemente, a pandemia da covid-19 voltou a demonstrar a qualidade e o engajamento dessa equipe: ainda que, dolorosamente tenhamos reduzido o nosso quadro praticamente pela metade em virtude da crise sanitária, nossa entidade não deixou de entregar resultados e avançou na sua transformação tecnológica com o projeto CBIC Digital. Nesse tempo, ampliamos nossa atuação graças ao espírito empreendedor de todas as pessoas envolvidas, esse imenso grupo que conta com dirigentes e construtores presentes em todos os cantos do Brasil e que se dedica voluntariamente às causas setoriais coletivas da construção.

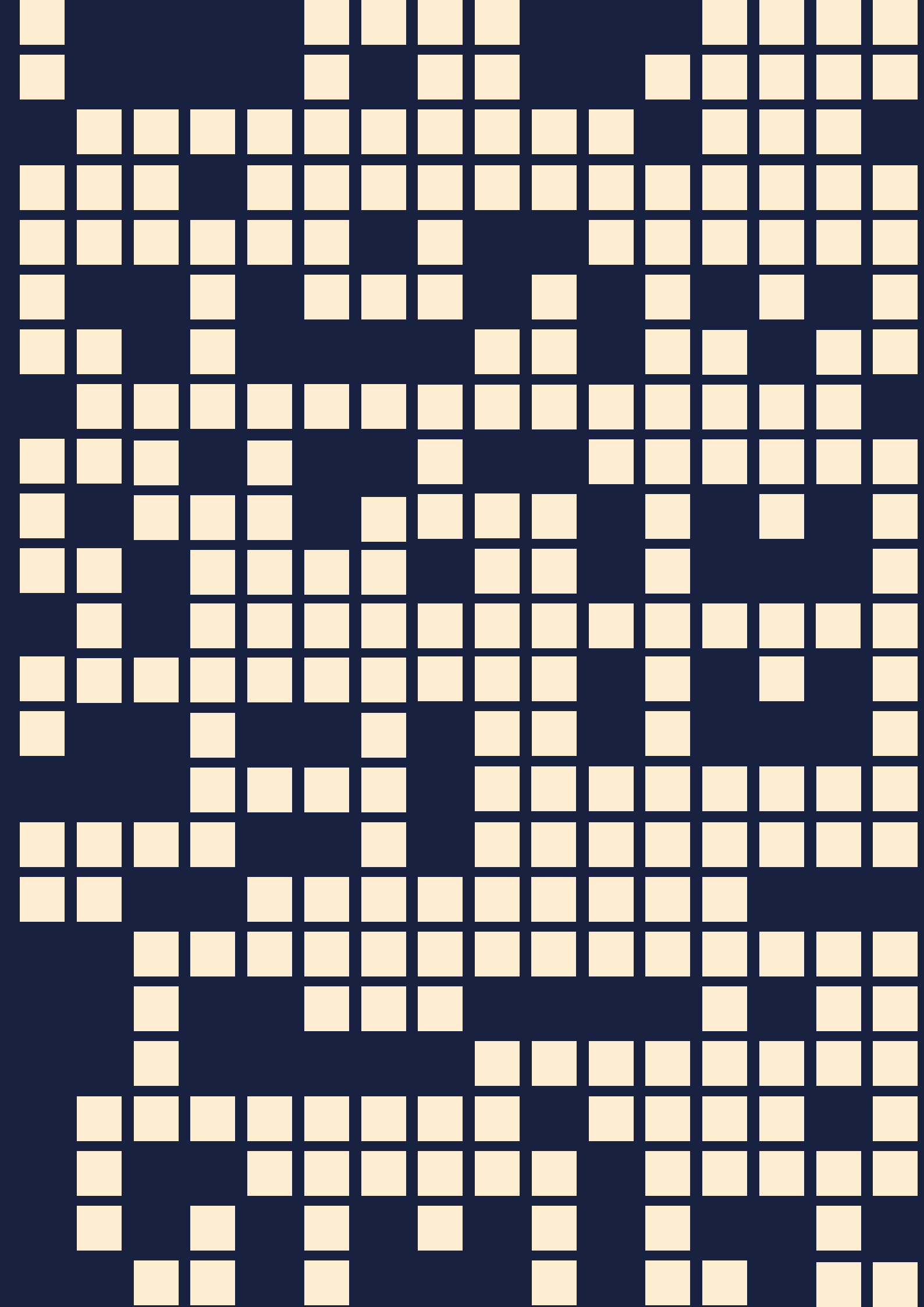
Também tivemos um excelente e produtivo relacionamento com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) – por intermédio do SESI e do SENAI, nossos parceiros nos convênios de cooperação técnica que ancoram nossos projetos; e de muitos outros atores que cumpriram essa jornada conosco. Homenageando Robson Braga de Andrade, presidente da CNI, agradecemos o apoio e parceria estratégica desses anos em que, unidos no mesmo objetivo, conduzimos o setor da construção em sua modernização e fortalecimento.

Nesses nove anos, um amplo grupo caminhou conosco: um grupo competente, determinado e audacioso, apaixonado pelo Brasil e convencido de que é possível, sim, construir desenvolvimento econômico com bem-estar para a população, tendo uma construção forte, moderna e protagonista. Também contamos com o apoio de diversos atores – público e privados – para executar nossos diversos eventos e projetos, uma demonstração da importância da construção e da credibilidade da CBIC. Muitos e positivos foram os resultados que colhemos juntos. Esse documento apresenta um panorama do que realizamos de mais emblemático, das sementes que plantamos e continuarão germinando o futuro do nosso setor.

Um futuro construído no dia a dia e que, agora, será liderado por um novo grupo, a quem desejamos sucesso e grandes realizações. Em nome da nossa gestão, e no meu próprio, agradeço a todos e a cada um que, com o seu trabalho, conhecimento e dedicação, nos acompanhou nessa jornada e permitiu à CBIC contribuir com o Brasil, acumulando credibilidade e proeminência; realizando uma agenda legítima, transparente e alinhada aos mais elevados interesses coletivos do setor da construção e do país.

**Boa leitura!**

**José Carlos Rodrigues Martins**
**Presidente da CBIC**



# Apresentação

# CBIC atua pela modernização e fortalecimento da construção

***Com projetos técnicos de alto impacto e atuação institucional, ela apoia entidades e empresas para manter a construção na vanguarda***

Setor basilar da economia brasileira, a construção tem papel marcante na vida das pessoas. Pode ser em uma casa ou apartamento, na padaria do bairro, nos hospitais, creches e escolas, ruas e estradas, fábricas e edifícios comerciais. O setor está presente até mesmo naquilo que não se vê a olho nu, como o saneamento. Formado por cerca de 2,5 milhões de pessoas ocupadas com carteira assinada e 131 mil empresas, distribuídas em um ecossistema com 96 segmentos, a construção está no ponto de partida da maioria das atividades econômicas, como grande geradora de empregos, renda, arrecadação de impostos, segurança e qualidade de vida para a população.

Estimular a modernização continuada das empresas e a qualificação dos trabalhadores do setor é a própria razão de existir da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). Fundada em 1957, no Rio de Janeiro, a CBIC celebra 66 anos de atuação em 2023, aglutinando 96 sindicatos e associações patronais do setor da construção, presentes nas 27 unidades da Federação.

Entidade nacional do setor, a CBIC tem provocado, estimulado e orientado sindicatos patronais e empresas da construção, na busca constante por modernização e excelência. Nos últimos nove anos, a atuação da entidade induziu salto de qualidade inquestionável e tem guiado o setor para o futuro.

Ano de fundação

**1957**

**96**
Entidades associadas

## Segmentos representados:

- construção de edifícios
- obras de infraestrutura
- serviços especializados para a construção

## A construção em números

**131 mil**
empresas (2023)

**2,5 milhões**
trabalhadores (2023)

**3,2%**
participação no PIB (2023)

**42,6%**
participação no investimento (2023)

**R$ 377,8 bilhões**
valor das incorporações, obras e/ou serviços da construção (2021)

Desenvolvimento econômico com inclusão social; moradia digna e de qualidade para todos os estratos da população; infraestrutura focada na competitividade da economia e prestação de serviço ao cidadão; trabalho formal, segurança e saúde para o trabalhador; ética e governança nas empresas; aceleração e transformação digital; valorização permanente da Engenharia; sustentabilidade e respeito ao meio ambiente como paradigmas de negócio; enraizamento da segurança jurídica e das normas técnicas; projeção da indústria da construção brasileira no exterior.

Esses e outros temas pautam a agenda institucional da CBIC, levados ao diálogo com o poder público (Executivo, Legislativo e Judiciário federais), inseridos na execução de projetos técnicos focados no aperfeiçoamento constante do setor e na representação internacional da construção brasileira.

A entidade integra a Federação Interamericana da Indústria da Construção (FIIC), que representa a construção em toda a América Latina, formada por 19 Câmaras de 18 países; é filiada à Confederação Internacional das Associações de Construção (CICA), com sede em Paris; e também parceira da International Housing Association (IHA), que reúne representantes de entidades internacionais do setor habitacional, com sede nos Estados Unidos.

## Induzindo o futuro

Os resultados da atuação da CBIC são inquestionáveis: a construção brasileira mantém sua força estratégica como importante motor da economia nacional, um setor cada vez mais moderno, bem estruturado e referência de qualidade construtiva. Os principais avanços serão apresentados nesse documento, como registro do grande legado construído nos últimos nove anos – uma trajetória de desenvolvimento impactada pela tecnologia, pelo reforço de paradigmas e uma nova mentalidade empresarial, pelos efeitos da pandemia da covid-19 e a aceleração digital. O setor da construção mudou, alcançando níveis de excelência, e a CBIC contribuiu diretamente para isso.

Formada por nove comissões e duas assessorias técnicas, a CBIC produz conhecimento qualificado e mobiliza especialistas e corpo técnico de excelência, contando com a atuação decidida de empresários do setor e outros parceiros para executar projetos de interesse coletivo da indústria da construção.

A entidade mantém diálogo aberto e republicano com os poderes, como legítima representante da construção no estímulo a políticas públicas, decisões legislativas e entendimentos que fomentem o fortalecimento do setor em um ambiente de negócios marcado pela lisura, segurança jurídica e as melhores práticas empresariais e construtivas.

Ao longo de sua trajetória, a CBIC participou de diversos momentos relevantes da história nacional – nos últimos nove anos, a entidade mostrou sua força induzindo debates estratégicos e a mudança de premissas, trazendo a construção para a vanguarda da indústria nacional.

## Produção e disseminação de conhecimento

Para induzir a expansão e qualificação continuada do setor, a CBIC conta com a parceria de suas filiadas e da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Por intermédio de convênios de cooperação técnica celebrados com SESI e SENAI, foram realizadas milhares de ações a partir de 2011, em projetos técnicos que alcançaram público direto superior a 1,8 milhão de pessoas Brasil afora.

SENAI CBIC SESI

**O legado conjunto de SENAI-CBIC-SESI nos diversos temas da construção**

**661** eventos em todo o Brasil

**1.044** reuniões técnicas

**416** palestras

**535** Publicações técnicas

## Da capital federal para todo o país

O processo de fortalecimento institucional da CBIC mereceu uma tradução física: 25 anos depois de transferir sua operação do Rio de Janeiro para a cidade de Brasília, a entidade inaugurou uma nova sede, tornando 2017 um ano emblemático em sua trajetória. Os 60 anos de fundação foram celebrados na casa nova, reforçando a capital federal como espaço de atuação da entidade e vetor de ligação com suas associadas: sua trajetória foi inaugurada na Rua do Senado, no centro da cidade do Rio, e sua consolidação estrutural deu passo importante ao ocupar o endereço no Setor Bancário Norte, na região central de Brasília.

Desde abril de 2017 a CBIC está sediada nos 3º e 4º andares do Edifício Armando Monteiro Neto. A mudança de endereço representou melhoria operacional, oferecendo acomodações mais adequadas à equipe e, consequentemente, favorecendo a execução das atividades da entidade, assim como uma redução de custos. O novo endereço também representou o fortalecimento da parceria com a CNI, controladora do edifício.

Inaugurado em 2015, o equipamento faz parte das instalações do Sistema Indústria em Brasília e sua concepção é aderente às premissas de sustentabilidade disseminadas pela CBIC. O novo prédio é uma edificação moderna, equipada com sistemas inteligentes e tecnologia verde em certificação para o LIDE nível prata. Conta com dois acessos e seis subsolos destinados a garagens, salas de manutenção predial e áreas técnicas. O primeiro subsolo é um pavimento destinado à realização dos mais diversos portes de eventos.

A sede da CBIC destinou o espaço do 4º andar à presidência e salas de reunião onde são recebidos seus associados e outros interlocutores que participam das reuniões técnicas das comissões. Nesse andar, está exposta a galeria com as fotos de todos os ex-presidentes da CBIC, em homenagem àqueles que contribuíram decisivamente para a criação e consolidação da entidade. No 3º andar está abrigada toda a equipe e uma área de convivência.

A chegada à casa nova mereceu uma breve cerimônia de inauguração, com a presença de toda a equipe e convidados ilustres. Naquela tarde, passaram pelo local o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, homenageado pela CBIC com uma placa reconhecendo e agradecendo a parceria e apoio ao setor da construção e ao desenvolvimento do país.

Também estiveram presentes a secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Maria Henriqueta Arantes Ferreira Alves; os ex-presidentes da CBIC Luis Roberto Ponte e Marcos Sant´Anna, e o presidente do Conselho de Infraestrutura (COINFRA) da CNI, Olavo Machado Junior, além de empresários do setor. Presidente da CBIC, José Carlos Martins homenageou Ponte e Sant´Anna, dirigentes que são referência para a indústria da construção, e também ao seu antecessor Paulo Safady Simão. Após a inauguração oficial, houve uma visita às dependências da nova sede e coquetel no *foyer* do prédio.

Os 60 anos da entidade também foram marcados com a edição de um selo comemorativo, passo inicial de modernização e rejuvenescimento da logomarca da CBIC. O selo foi aplicado em diversas peças, destacando o marco temporal da entidade.

Presente em todo o Brasil, a CBIC impacta todas as categorias profissionais e perfis de empresas da construção, em um diálogo amplo e qualificado com o setor. É vetor inquestionável da qualificação e fortalecimento da construção: sua atuação carrega como bandeira o papel estratégico dessa indústria como aquela com maior capacidade para gerar emprego e renda em todo o país, com rapidez, volume e capilaridade, combinando desenvolvimento econômico e inclusão social.

O Brasil não viverá um ciclo virtuoso de crescimento, sem o protagonismo da indústria da construção. Esse documento apresenta os marcos emblemáticos das atividades da CBIC nos últimos nove anos e os avanços construídos por esse esforço. Ao mostrar essa trajetória, a entidade também aponta o caminho que levará o setor para os próximos passos do seu futuro.

# Conselho de Administração da CBIC

## Conselho Estratégico

**Presidente**
José Carlos Rodrigues Martins
(SINDUSCON-PR)

**Vice-presidente Administrativo**
Eduardo Aroeira Almeida
(ADEMI-DF)

**Vice-presidente Financeiro**
Elson Ribeiro e Póvoa
(SINDUSCON-DF)

## Vices-presidentes Regionais

**Região Norte**
Alex Dias Carvalho
(SINDUSCON-PA)

**Região Nordeste**
Fábio Ribeiro Nahuz
(SINDUSCON-MA)

**Região Sudeste**
Aristóteles Passos Costa Neto
(SINDUSCON-ES)

**Região Sul**
Marco Antonio Corsini
(SINDUSCON/JOINVILLE-SC)

**Região Centro-Oeste**
Renato de Sousa Correia
(SINDUSCON-GO)

# Vice-presidentes de Áreas:

**Indústria Imobiliária (CII)**
Celso Luiz Petrucci
(SECOVI-SP)

**Habitação de Interesse Social (CHIS)**
Carlos Henrique de Oliveira Passos
(SINDUSCON-BA)

**Obras Industriais e Corporativas (COIC)**
Ilso José de Oliveira
(SINDUSCON-MG)

**Infraestrutura (COINFRA)**
Carlos Eduardo Lima Jorge
(APEOP-SP)

**Meio Ambiente (CMA)**
Nilson Sarti da Silva Filho
(ADEMI-BA)

**Materiais, Tecnologia,Qualidade e Produtividade (COMAT)**
Dionyzio Antonio Martins Klavdianos
(SINDUSCON-DF)

**Jurídico (CONJUR)**
José Carlos Braide Nogueira da Gama
(SINDUSCON-CE)

**Política de Relações Trabalhistas (CPRT)**
Fernando Guedes Ferreira Filho
(SINDUSCON-MG)

**Responsabilidade Social (CRS)**
Ana Claudia Gomes
(SINDUSCON-RIO)

## Vice-presidentes:

Albano Maximo Neto
(ADEMI-AM)

Aquiles Dal Molin Júnior
(SINDUSCON-RS)

Barbara Paludo
(SINDUSCON/OESTE-SC)

Claudio Kawa Hermolin
(ADEMI-RJ)

Efthymios Panayotes Emmanuel Tsatsakis
(SINDUSCON/TAP-MG)

Fausto Richard Echer
(SINDUSCON-MT)

Francisco Reinaldo Rebelo Sampaio
(SINDUSCON-PI)

Frank do Carmo Souza
(SINDUSCON-AM)

Geraldo Jardim Linhares Júnior
(SINDUSCON-MG)

João Manoel Martins Fernandes
(SINDUSCON-RIO)

José Eugenio Souza de Bueno Gizzi
(SINDUSCON-PR)

José Irenaldo Jordão Quintans
(SINDUSCON-JP)

José Romeu Ferraz Neto
(SINDUSCON-SP)

Luiz Afonso Delgado Assad
(ABRASCO-DF)

Marcos Antônio Costa Buarque de Holanda
(SINDUSCON-AL)

Marcos Mauro Pena de Araújo Moreira
(SINDUSCON-PR/NOROESTE)

Maria Elizabeth Cacho do Nascimento
(SINDUSCON-PE)

Oliver Chies Viezzer
(SINDUSCON/CAXIAS DO SUL-PR)

Olvacir José Bez Fontana
(SINDUSCON/JOINVILLE-SC)

Patriolino Dias de Sousa Teixeira e Silva
(SINDUSCON-CE)

Ricardo Antunes Sessegolo
(SINDUSCON-RS)

Ricardo Lins Portella Nunes
(SICEPOT-RS)

## Suplentes:

Aurélio Marangon Sobrinho
(SINDUSCON/JUIZ DE FORA-MG)

Carlos Júlio Haacke Júnior
(SINDUSCON/BALNEÁRIO CAMBORIÚ-SC)

Cláudio Cunha
(ADEMI-BA)

Eduardo Bilemjian Filho
(SINDUSCON-GO)

Helder Campos Pereira
(SINDUSCON-PB)

João Victor Alves Ribeiro
(FENAPC-GO)

José Luiz Parzianello
(SINDUSCON-PR/OESTE)

Mauro José Campos Pereira
(SINDUSCON/SUL FLUMINENSE-RJ)

Paulo Alexandre Gallis Pereira Baraona
(SINDUSCON-ES)

Ricardo Dias Michelon
(SINDUSCON/PELOTAS-RS)

Sandro Paulo Marques de Nóbrega
(SINDUSCON-PR/NORTE)

Silvino Fernandes Dal Bo
(SINDUSCON-AP)

Silvio de Araújo Bezerra
(SINDUSCON-RN)

## Conselho Fiscal:

**Titulares:**

Marcos Melchiorett
(SINDUSCON/BLUMENAU-SC)

Renato Ferreira Machado Michel
(SINDUSCON-MG)

Sandro Udson Carlesso
(ADEMI-ES)

**Suplentes:**

Aurélio Marangon Sobrinho
(SINDUSCON/JUIZ DE FORA-MG)

Bruno de Andrade Pereira
(SINDUSCON/FOZ DO RIO ITAJAÍ-SC)

Ricardo Beshizza
(ASSECOB-SP)

**Representantes junto a FIIC:**

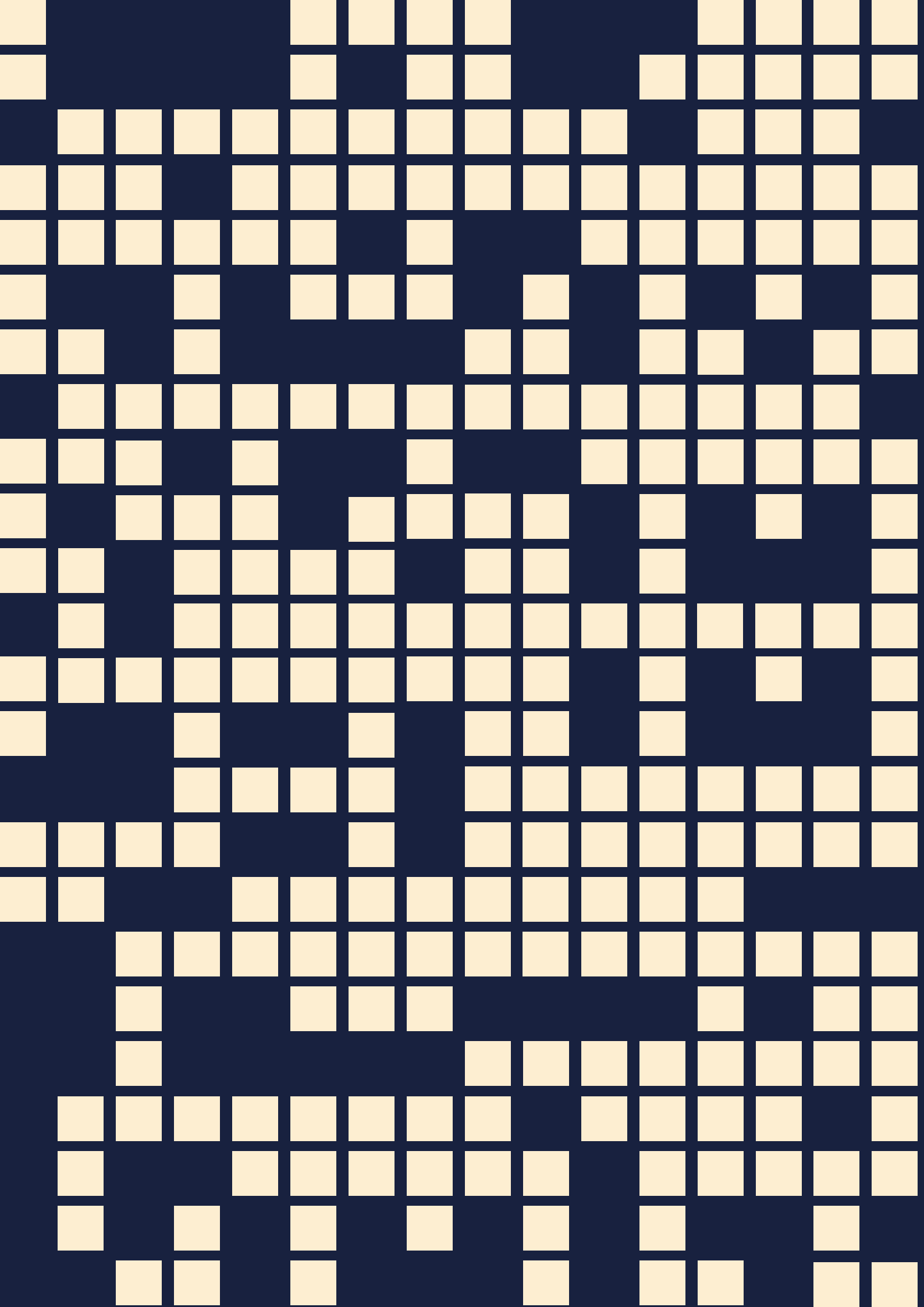
José Carlos Rodrigues Martins
(SINDUSCON-PR)

Murillo Estevam Allevato Filho
(ADEMI-RJ)

**Representantes junto a CNI:**

José Carlos Rodrigues Martins
(SINDUSCON-PR)

Alfredo Guttenberg de Mendonça Brêda
(SINDUSCON-AL)



# Economia

# A economia brasileira e o impacto da construção

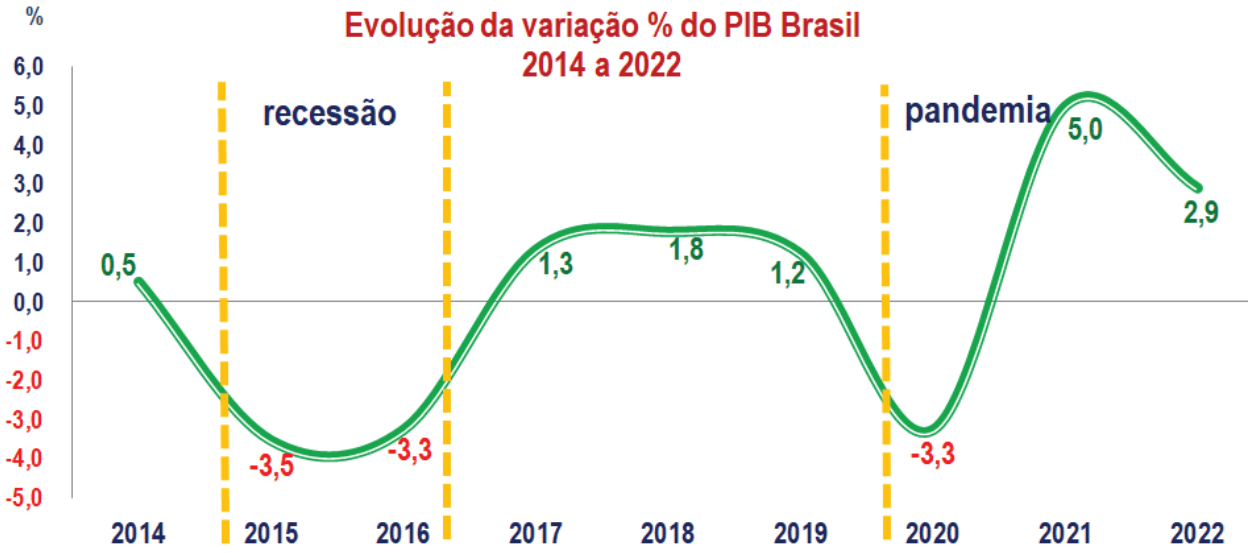
***Dados oficiais demonstram não apenas a contribuição do setor para o desenvolvimento do país, como, principalmente, seu potencial para encurtar crises***

**Ieda Vasconcelos**
Assessora Econômica da CBIC

Os resultados de alguns indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB), a taxa de desemprego, a taxa de juros e a inflação ajudam a compreender o desempenho da economia nacional nos últimos anos e, consequentemente, o dinamismo das atividades da construção. A reflexão apresentada a seguir corrobora, com dados oficiais, o paradigma institucional que pauta a atuação da CBIC ao longo de sua trajetória: quando a construção vai bem, o país vai bem – em momentos de crise, o setor é um dos primeiros a absorver o impacto. Quando a construção vai mal, o Brasil deixa de realizar todo o seu potencial de crescimento, com inclusão social.

Dados do PIB, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que, de 2014 até 2022, ou seja, um período de nove anos, o Brasil cresceu 2,28%, o que correspondeu a uma média anual de 0,25%. Considerando o período até 2023[1] (com projeções), o incremento de atividades será de 3,30% (média 0,33% ao ano). Esse resultado consegue demonstrar que na última década o país quase não avançou e apresentou um crescimento muito aquém das suas necessidades.

**Gráfico 1**
**Evolução da variação % do PIB Brasil 2014 a 2022**




**Fonte: Contas Nacionais Trimestrais-4º trim/22, IBGE.**

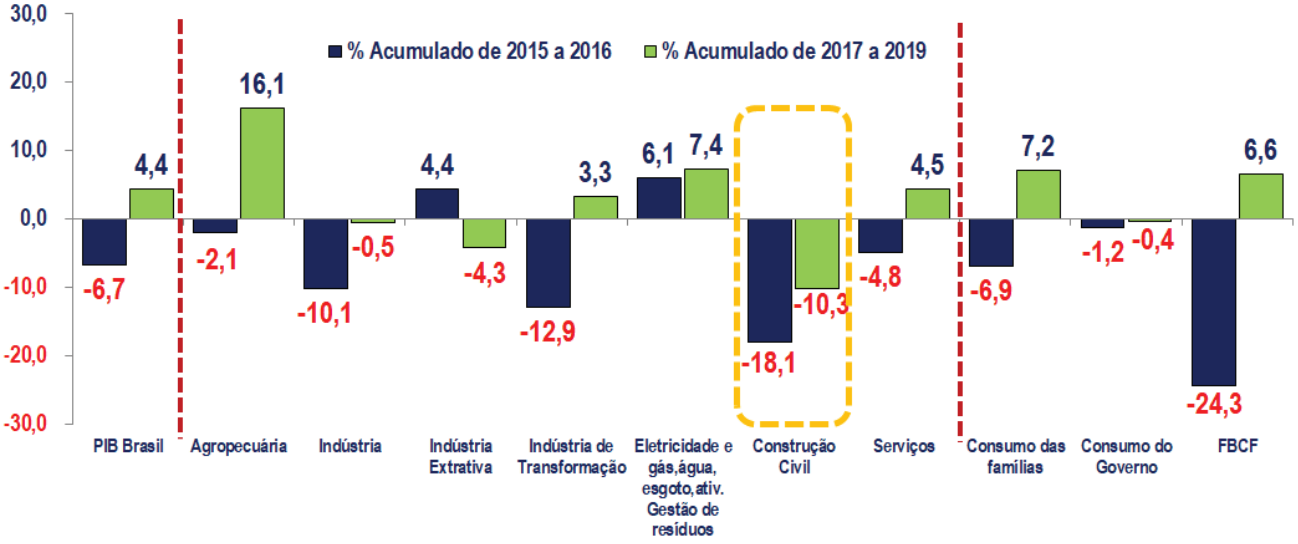
Falhas na condução da política econômica, crise política e cenário externo mais adverso (com queda no preço das commodities) são alguns dos fatores que certamente contribuíram para isso. Importante destacar que o período contou com uma das mais severas recessões vivenciadas pela economia brasileira (2015-2016), com o desastre ambiental em Mariana-MG (2015), com a greve dos caminhoneiros (2018), com a tragédia ambiental em função do rompimento da barragem de Brumadinho-MG (2019) e com a chegada da pandemia (2020), que desestruturou as cadeias produtivas globais em função de medidas adotadas para conter o avanço da doença provocada pelo novo coronavírus, como o distanciamento social.

*[1] Crescimento considerado para o PIB Brasil em 2023 (0,9%) refere-se a projeção realizada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em abril/23.*

No biênio 2015-2016 o PIB Brasil recuou 6,7%, o que demonstra forte queda no seu nível de atividades. Crise política, ajuste fiscal, aperto monetário e inflação elevada marcaram o ambiente doméstico. Dados da série histórica do PIB, iniciada em 1901, divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), revelam que a recessão desse período foi pior do que a registrada em 1930-1931, quando a economia nacional sofreu retração de 5,33%. A análise dos resultados desagregados do PIB demonstra, pela ótica da produção, que todos os grandes setores registraram desempenho negativo.

O PIB da agropecuária caiu -2,1%, a Indústria se retraiu ainda mais fortemente (-10,1%), com destaque para os tombos da construção (-18,1%) e da indústria da transformação (-12,9%). O setor de serviços também viu as suas atividades serem deprimidas: -4,8%. Já pela ótica da demanda, os investimentos recuaram severamente (-24,3%), o consumo das famílias caiu 6,9%, e o consumo do governo recuou 1,2%.

**Gráfico 2**
**PIB Brasil e seus componentes - Variações % acumuladas por períodos**




Fonte: Contas Nacionais Trimestrais - 4º Trim./22. IBGE.

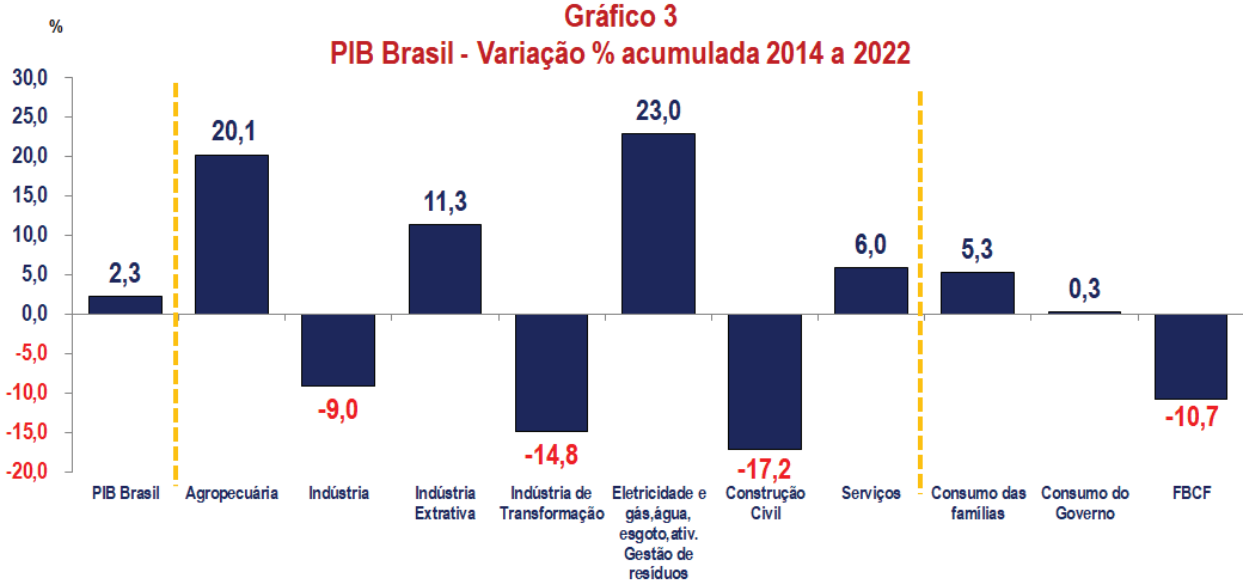
A análise dos resultados do período seguinte (2017 a 2019), ou seja, antes da chegada da pandemia da covid-19 ao Brasil, demonstra que a economia andou devagar e não conseguiu se recuperar do biênio recessivo. Os dados desagregados demonstram que a agropecuária (16,1%) e os serviços (4,5%) apresentaram resultado positivo, mas a indústria continuou em queda (-0,5%), com novo destaque para a construção que voltou a registrar forte recuo (-10,3%). O consumo das famílias cresceu e recuperou a perda do biênio recessivo. O investimento apresentou expansão (6,6%), mas muito abaixo da queda observada em 2015-2016 (24,3%).

Neste cenário de baixo crescimento chegou a pandemia, em março de 2020. Com ela, medidas de isolamento social que provocaram paralisação de quase todas as atividades produtivas. Naturalmente a economia sentiu e voltou a registrar queda em 2020. Entretanto, é preciso destacar as várias medidas adotadas para mitigar os seus efeitos, como a redução da taxa de juros, o afrouxamento da meta fiscal, o apoio à população mais vulnerável, a flexibilização das leis trabalhistas, a prorrogação de pagamentos de tributos, o apoio a pequenas e médias empresas com crédito para pagamento de salário e a possibilidade de redução de jornada e salários etc. Esses fatores, aliados ao avanço do processo de vacinação ajudou a economia voltar a caminhar e crescer em 2021.

Em 2022, novas medidas de estímulo adotadas, como a antecipação do 13º salário dos aposentados, os saques extraordinários do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a redução da bandeira tarifária de escassez hídrica e a desoneração fiscal de combustíveis, energia elétrica e comunicação também objetivaram impulsionar a economia. E novamente o Brasil voltou a registrar resultado positivo. Mas isso não foi suficiente para mudar a realidade de baixo crescimento na última década.

Assim, a análise geral do período 2014 até 2022 demonstra que a agropecuária cresceu 20,1% e o setor de serviços registrou avanço de 6,0%. Já a Indústria apresentou retração de 9,0%, com destaque negativo para a Construção que, no período em análise, foi o segmento com a maior queda de atividades: 17,2%. Pela ótica da demanda observou-se forte contração do investimento.

**Gráfico 3**
**PIB Brasil - Variação % acumulada 2014 a 2022**




Fonte: Contas Nacionais Trimestrais - 4º Trim./22, IBGE.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)[2], que mensura o investimento, apresentou retração de 10,7%, enquanto o consumo das famílias cresceu 5,3% e o consumo do governo apresentou relativa estabilidade (0,3%). Portanto, num ambiente de baixo crescimento, incertezas e cenário político conturbado, o investimento nacional desacelerou fortemente, uma contradição para um país como o Brasil, que ainda precisa construir bases sólidas para o seu desenvolvimento.

**Gráfico 4**
**Evolução da taxa de investimento (em % do PIB)**
**Mundo x Brasil**

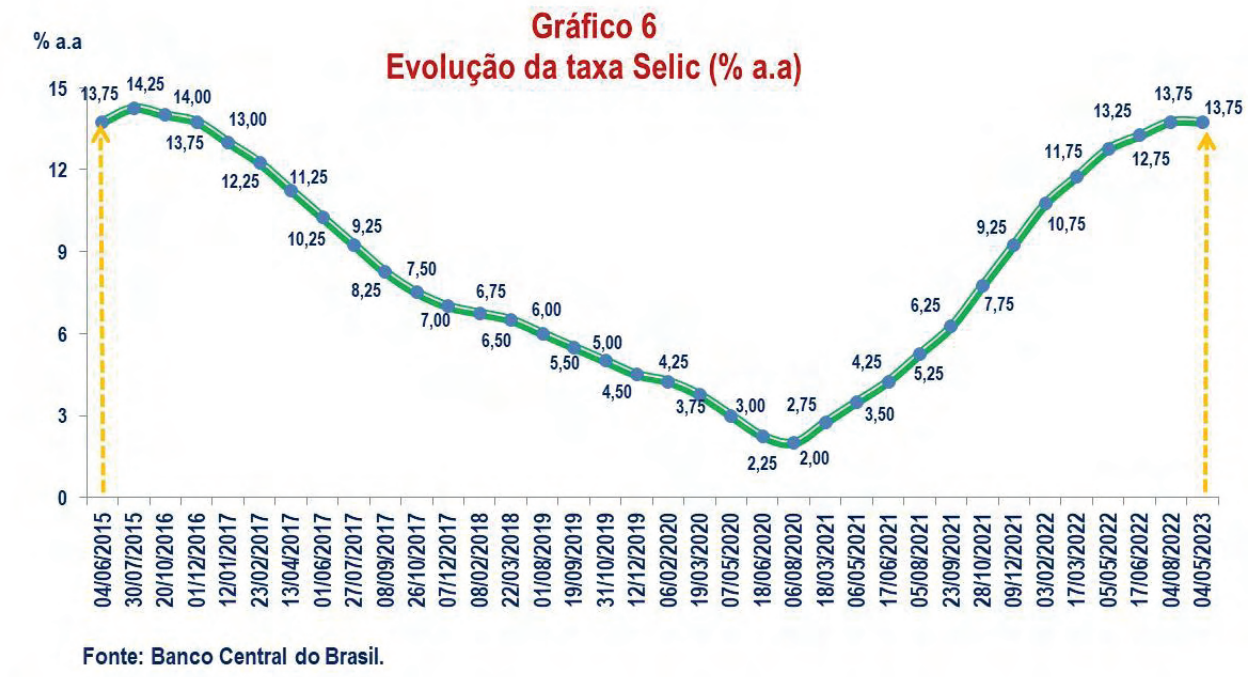
*Fonte: Banco Mundial e IBGE*

*[2] "Formação bruta de capital fixo: Acréscimos ao estoque de ativos fixos destinados ao uso das unidades produtivas, realizados em cada ano, visando ao aumento da capacidade produtiva do País". https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2022_4tri.pdf*

Em 2014 a taxa de investimento no Brasil correspondia a 19,9% do PIB, em 2017 chegou a um patamar inferior a 15%. Apesar de nos últimos dois anos (2021-2022) superar o patamar de 18%, ainda não ultrapassou 20%, como aconteceu no período 2010-2013. É importante destacar que a taxa de investimento no Brasil é inferior à média mundial, que em 2014 correspondia a 24,8% e em 2021, conforme a última divulgação do Banco Mundial, chegou a 26,1%. Portanto, o Brasil caminhou na contramão do mundo, pois, enquanto a economia global apresentou expansão na sua taxa de investimento de 2014 para 2021, no país ela recuou.

A taxa de desemprego é outro indicador que demonstra as dificuldades vivenciadas pela economia brasileira. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada pelo IBGE, de 2016 a 2021 ela ultrapassou a casa de dois dígitos. Em 2018, por exemplo, alcançou 12,4% da população economicamente ativa, e, em 2020, em função da pandemia, atingiu o patamar de 13,8%. Mesmo a taxa registrada nos primeiros três meses de 2023 (8,8%), que é mais baixa do que a registrada em anos anteriores, é elevada, pois demonstra que o Brasil ainda possui 9,4 milhões de desempregados.

Os juros elevados certamente contribuíram para deprimir as atividades econômicas na última década. O patamar de 10,50% ao ano (a.a) no início de 2014 passou para 14,25% a.a. no período julho/15 até outubro/16. Com o objetivo de incentivar a economia chegou a ser 2,0% a.a. de agosto/20 a março/21, quando as atividades estavam praticamente paralisadas em virtude das medidas de isolamento social. Mas, diante de uma inflação acima da meta, o Comitê de Política Monetária (Copom) a mantém em 13,75% desde agosto/22, o que corresponde ao seu maior patamar desde 2015.



Fonte: Banco Central do Brasil.

A inflação oficial do país, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado e divulgado pelo IBGE, aliás, de 2014 a 2022, superou o teto da meta por três vezes (2015, 2021 e 2022). A expectativa é que isso volte a acontecer em 2023.

## Tabela 1
## Brasil - Sistema de metas para a inflação

| Ano | Meta (%) | Banda +/- (p.p) | Intervalo de tolerância (%) | IPCA efetivo (%) |
|---|---|---|---|---|
| 2014 | 4,50 | 2,00 | 2,5 - 6,5 | 6,41 |
| 2015 | 4,50 | 2,00 | 2,5 - 6,5 | 10,67 |
| 2016 | 4,50 | 2,00 | 2,5 - 6,5 | 6,29 |
| 2017 | 4,50 | 1,50 | 3,0 - 6,0 | 2,95 |
| 2018 | 4,50 | 1,50 | 3,0 - 6,0 | 3,75 |
| 2019 | 4,25 | 1,50 | 2,75 - 5,75 | 4,31 |
| 2020 | 4,00 | 1,50 | 2,50 - 5,50 | 4,52 |
| 2021 | 3,75 | 1,50 | 2,25 - 5,25 | 10,06 |
| 2022 | 3,50 | 1,50 | 2,00 - 5,00 | 5,79 |
| 2023 | 3,25 | 1,50 | 1,75 - 4,75 | 5,80* |

Fonte: Banco Central do Brasil.
*Valor do IPCA efetivo em 2023, refere-se à projeção do boletim Focus do dia 19/05/2023.

De 2014 até 2022 o IPCA acumulou elevação de 69,68%. A inflação acima do teto da meta é a justificativa atual do Copom para manter a taxa de juros em patamar elevado. Importante ressaltar o quanto os juros elevados desestimulam as atividades produtivas no país e impedem o avanço dos investimentos. Taxas de juros mais altas possuem capacidade de direcionar maior volume de recursos para o mercado financeiro, o que impede o avanço dos investimentos, que são tão necessários para o país consolidar o seu processo de desenvolvimento.

## Gráfico 7
## Evolução da variação (%) do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) - 2014 a 2023*

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica - IBGE.
Obs.: Variação (%) para 2023: Boletim Focus, dia 19/05/23 - Banco Central.

Em resumo, o período de 2014 a 2022 não foi fácil para a economia nacional. Mesmo considerando o desempenho mais positivo registrado nos últimos dois anos (2021-2022), o crescimento médio anual é muito modesto. Certamente esse cenário contribuiu para deprimir as atividades da construção, conforme será demostrado a seguir.

Quadro 1
Economia brasileira - Alguns indicadores

| Indicadores econômicos | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Variação % PIB | 0,5 | -3,5 | -3,3 | 1,3 | 1,8 | 1,2 | -3,3 | 5,0 | 2,9 |
| Taxa Investimento (% FBCF/PIB) | 19,9 | 17,8 | 15,5 | 14,6 | 15,1 | 15,5 | 16,6 | 18,9 | 18,8 |
| Taxa de Desemprego (% média anual) | 6,9 | 8,6 | 11,7 | 12,9 | 12,4 | 12,0 | 13,8 | 13,2 | 9,3 |
| Número de desempregados (em mil pessoas - média anual) | 6.842 | 8.730 | 11.907 | 13.356 | 13.032 | 12.841 | 13.847 | 13.888 | 10.015 |
| População Econômica Ativa (em mil pessoas - média anual) | 99.078 | 100.924 | 102.252 | 103.990 | 105.233 | 107.099 | 100.804 | 105.186 | 108.061 |
| Número de trabalhadores com carteira assinada (em milhão - dezembro de cada ano) | 40,737 | 39,203 | 37,876 | 37,864 | 38,410 | 39,055 | 37,640 | 40,418 | 42,444 |
| Saldo de vagas formais (admitidos - desligados) | 420.690 | -1.534.989 | -1.326.558 | -11.964 | 546.445 | 644.079 | -192.814 | 2.777.119 | 2.026.915 |
| Taxa Selic (dezembro de cada ano) | 11,75 | 14,25 | 13,75 | 7,00 | 6,50 | 4,50 | 2,00 | 9,25 | 13,75 |
| IPCA/IBGE (%) | 6,41 | 10,67 | 6,29 | 2,95 | 3,75 | 4,31 | 4,52 | 10,06 | 5,79 |
| Dólar (R$/US$ - dezembro de cada ano) | 2,6562 | 3,9048 | 3,2591 | 3,3080 | 3,8748 | 4,0307 | 5,1967 | 5,5805 | 5,2177 |

Fontes: PNAD Contínua Retrospectiva 2012 a 2022 - IBGE, Contas Nacionais Trimestrais 4ºtrim/22-IBGE, IPCA-IBGE, CAGED (2014 a 2019) e Novo CAGED (2020 a 2022) -Ministério do Trabalho, Taxa SELIC e Câmbio -Banco Central do Brasil.

Obs.: os saldos de vagas geradas consideram os ajustes.

# Construção reflete panorama do país

***O melhor desempenho dos últimos nove anos foi alcançado durante a pandemia***

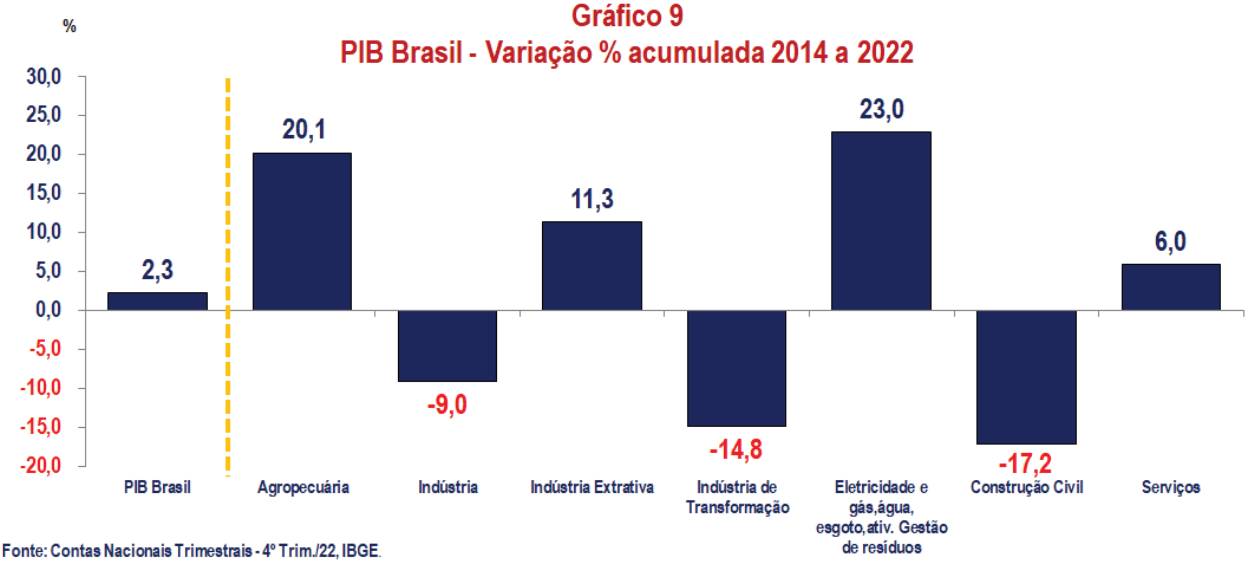
Os resultados da economia, demonstrados anteriormente, evidenciam claramente as dificuldades vivenciadas pelo país nos últimos nove anos. O baixo patamar de crescimento certamente ajuda a justificar o desempenho de setores importantes como a construção. Vale lembrar que, quando a economia cresce, a construção cresce mais ainda. E o contrário também é verdadeiro: quando a economia cai, o setor sente ainda mais os reflexos desse recuo.

Gráfico 8
Evolução da variação % do PIB Brasil e do PIB da Construção Civil 2014 a 2022
Fonte: Contas Nacionais Trimestrais - 4º Trimestre de 2022, IBGE.

De 2014 a 2022 a construção foi o grande setor que mais registrou retração em suas atividades: -17,2%. A agropecuária cresceu 20,1% e o setor de serviços 6%. A indústria geral retraiu 9%, enquanto a indústria extrativa cresceu 11,3% e a indústria de transformação arrefeceu 14,8%. Ou seja, o pior resultado foi registrado pela construção que, nesse período, recuou por cinco anos consecutivos: 2014 a 2018. O seu resultado só não foi ainda pior em função de um novo ciclo de negócios que se iniciou no segundo semestre de 2020.

Com a chegada da pandemia e as medidas de isolamento social, as famílias ressignificaram o valor da casa própria, fator que, aliado a redução da taxa de juros, aqueceram as atividades do mercado imobiliário. Conforme dados dos Indicadores do Mercado Imobiliário Nacional, divulgados pela CBIC, entre 2020 e 2022 foram lançadas mais de 880 mil novas unidades residenciais e vendidas mais de 891 mil, demonstrando, então, a força de impulsão do segmento.

**Gráfico 9**
**PIB Brasil - Variação % acumulada 2014 a 2022**

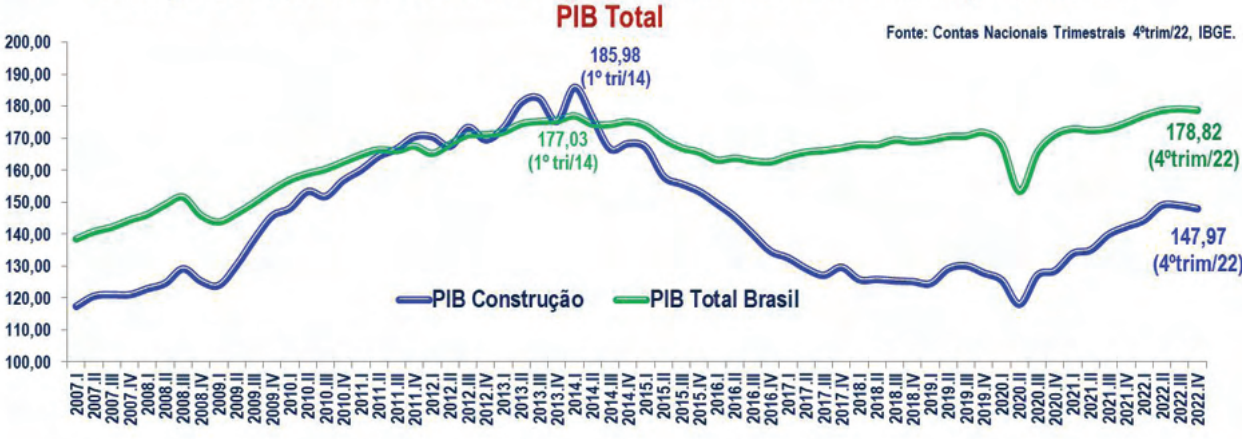



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais - 4º Trim./22, IBGE.

É preciso considerar que, desde o início da pandemia da covid-19, a construção foi considerada setor essencial e, com isso, conseguiu manter as suas atividades. A baixa taxa de juros, o incremento do financiamento imobiliário e o novo ciclo de negócios iniciado durante a crise sanitária fez com que em 2021 e 2022 o setor registrasse expansão de 18% enquanto a economia nacional, no mesmo período, cresceu 8%. Mas isso não significa que o seu ritmo de atividades esteja confortável. É preciso considerar que de 2014 até 2022 a construção cresceu somente em três anos: 2019, 2021 e 2022. Isso significa que mesmo a forte expansão registrada no biênio (2021-2022) não foi capaz de proporcionar a recuperação do pico de suas atividades.

Dados do PIB[3] indicam que o nível de atividade da construção, em 2022, foi 15,4% superior ao registrado no período pré-pandemia (ano 2019). Entretanto, ainda ficou 17,13% abaixo do pico registrado em 2013. Vale destacar que a última década foi caracterizada por um baixo patamar de crescimento da economia, por instabilidade política, por custos elevados e períodos de taxa de juros em alto patamar, razões que ajudam a compreender o desempenho do setor no período.

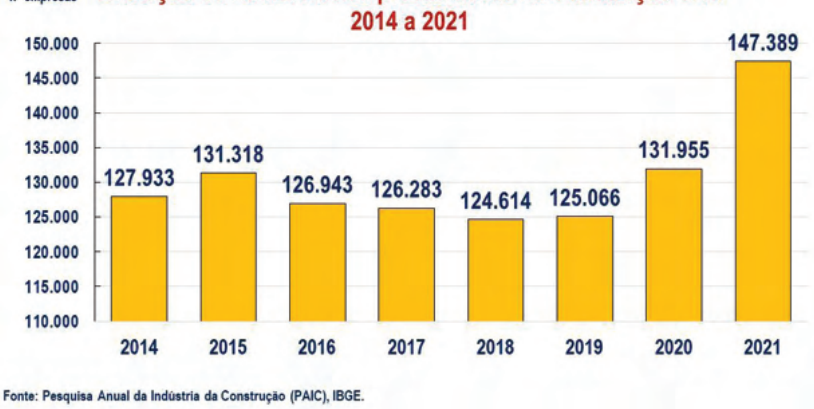
**Gráfico 10**
**Evolução dos índices de volume com ajuste sazonal do PIB da Construção Civil e do PIB Total**




*[3] Dados da série encadeada do índice de volume trimestral com ajuste sazonal.*

É inegável a importância da construção para a economia nacional. Inúmeros indicadores demonstram a sua relevância. Conforme os dados da Pesquisa Anual da Construção (PAIC), realizada pelo IBGE, em 2021 o setor possuía 147.389 empresas ativas, sendo 58.565 (39,73% do total) na construção de edifícios, 15.562 (10,56% do total) nas obras de infraestrutura e 73.262 (49,71%) nos serviços especializados para a construção[4]. Em relação a 2014, o número de empresas foi 15,21% maior. Ainda conforme a PAIC, em 2021, essas 147,3 mil empresas ativas geraram R$ 377,8 bilhões em valor de incorporações, obras e/ou serviços de construção.

**Gráfico 11**
**Evolução do número de empresas ativas na Construção Civil 2014 a 2021**




Fonte: Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC), IBGE.

É importante destacar que as atividades da construção não impactam a economia somente no período de obra. O impacto positivo de suas atividades permanece após a entrega das chaves. Conforme o estudo *Pós-obra: geração de renda e emprego na economia*, realizado pela Ecconit Consultoria para a CBIC, cada real investido na produção de moradia gerará mais R$ 0,36 de gastos na fase seguinte. Isso contribui para adicionar R$ 0,16 ao PIB da economia e R$ 0,08 de tributos. Em relação ao pessoal ocupado, a relação é de 3,31 para R$ 1 milhão investido na produção de moradia. Em outras palavras, encerrado o ciclo de edificação e entregues as chaves, a construção residencial é capaz de gerar mais 36% dos valores das moradias em termos de demanda para os diversos setores da economia, incluindo a própria construção. O referido estudo demonstra ainda, que a cada R$ 1 milhão investido na construção, são gerados 18,31 novos postos de trabalho considerando-se os impactos diretos, indiretos e induzidos. Portanto, dada a sua importância, pode-se afirmar que caso a construção estivesse trabalhando no seu pico de atividades, a economia nacional certamente poderia ter registrado um crescimento mais acentuado nos últimos nove anos.

**Tabela 2**

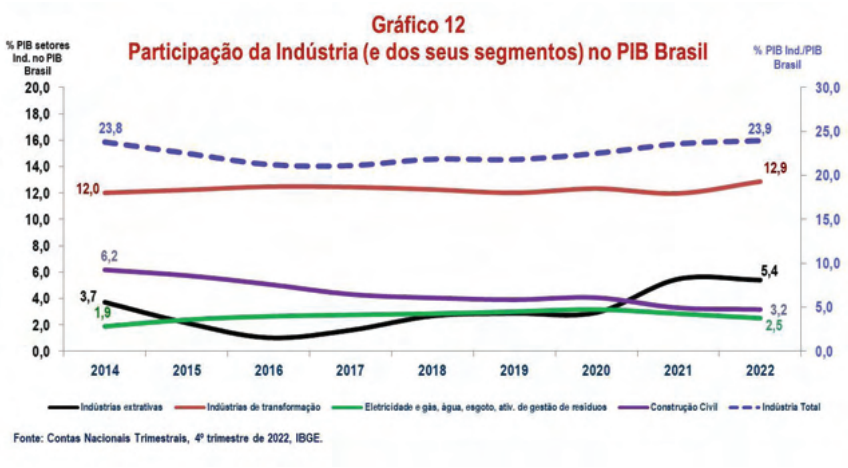
Fonte: Estudo "Pós-Obra: Geração de Renda e Emprego na Economia", Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)
* Não inclui gastos com despachantes, cartórios nem pagamento de tributos
** Empregos gerados para cada R$ 1 milhão investido.

**Multiplicadores dos gastos pós-obras (diretos, indiretos e induzidos)**

| Setor | Produção | Valor Adicionado | Arrecadação Tributos | Pessoal Ocupado (total)** |
|---|---|---|---|---|
| Construção | 0,09 | 0,04 | 0,02 | 0,63 |
| Cama, mesa e banho | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,15 |
| Confecção de acessórios | 0,04 | 0,02 | 0,01 | 0,69 |
| Produtos de madeira | 0,04 | 0,02 | 0,01 | 0,39 |
| Eletrônicos | 0,03 | 0,01 | 0,01 | 0,14 |
| Instalações elétricas | 0,04 | 0,01 | 0,01 | 0,22 |
| Mobiliário | 0,08 | 0,04 | 0,02 | 0,75 |
| Outros serviços* | 0,04 | 0,02 | 0,01 | 0,34 |
| Total | 0,36 | 0,16 | 0,08 | 3,31 |

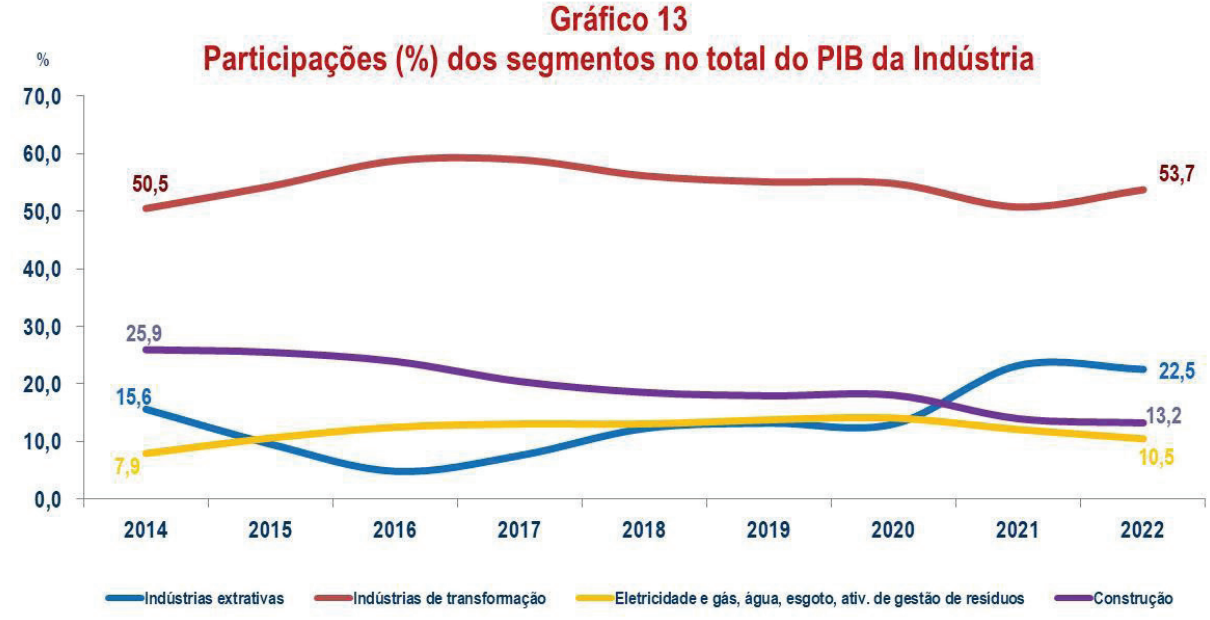
[4] *Conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) 2.0, a atividade da Construção é composta das seguintes divisões: Construção de Edifícios (divisão 40), Obras de Infraestrutura (Divisão 41) e Serviços Especializados para a Construção (Divisão 43).*

As dificuldades vivenciadas pela construção, nos últimos anos, podem ser observadas em indicadores importantes como a sua participação no PIB da indústria, a sua participação no PIB (Valor Adicionado) do Brasil, ou, ainda, na sua participação na Formação Bruta de Capital Fixo, que é a medida de investimento no país. O setor, que já representou mais de 30% do PIB da indústria (1997 e 1998) foi, ao longo dos anos, perdendo intensidade nesta colaboração.

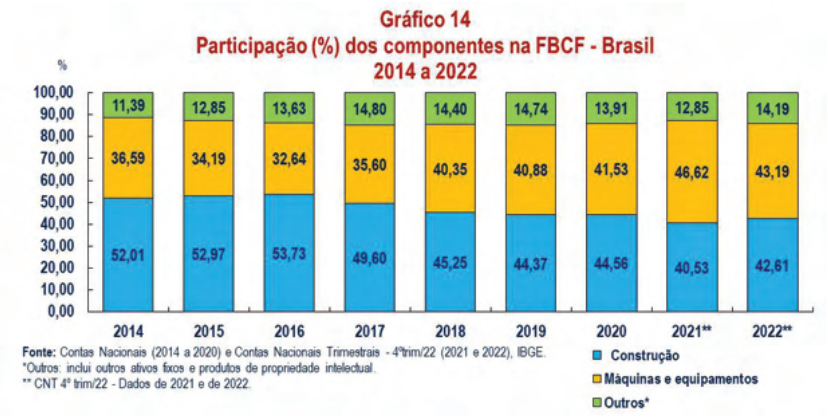



A análise dos últimos nove anos (2014-2022) revela que a construção foi o único segmento que perdeu participação na indústria nacional. Em 2014 ela representava 25,9% da indústria. Em 2022 esse número alcançou 13,2% (recuo de 12,7 pontos percentuais – p.p.). A transformação, que respondia por 50,5 do segmento industrial do País (2014) registrou incremento de 3,2 p.p.. indústria extrativa (6,9 p.p.) e eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (2,6 p.p.) também apresentaram crescimento nessa participação.

Em 1998, quando respondia por mais de 30% do PIB da indústria, a construção representava 7,9% do PIB nacional, o que contribuía para que a indústria fosse responsável por 25,1% da economia. Já em 2014, a construção respondeu por 25,9% da indústria, e a sua participação no PIB Brasil foi de 6,22%. Em 2022 (dado mais atual) a indústria respondeu por 23,9% do PIB Brasil, enquanto a construção nacional viu sua participação, na economia nacional, cair para 3,2%. Todos os demais segmentos industriais avançaram na sua relevância em relação ao PIB, menos a construção. Mesmo sendo uma variável relativa, esse resultado mostra as dificuldades que o setor vivenciou nos últimos anos.




Fonte: Contas Nacionais Trimestrais, 4º trimestre de 2022, IBGE.



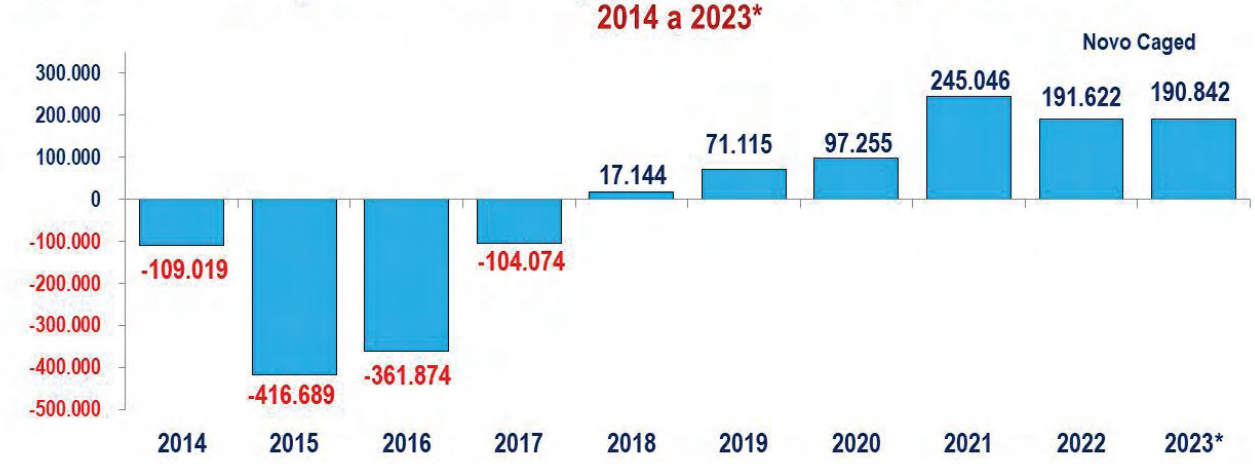

A construção, máquinas e equipamentos são os principais componentes da Formação Bruta de Capital Fixo da economia e, desta forma, também são os principais componentes do investimento no Brasil. Nos últimos anos, a construção também perdeu participação na FBCF. Em 2014 o setor era responsável por 52,01% do seu total. Em 2022 essa participação foi reduzida para 42,1%, ou seja, observou-se recuo de 9,4 p.p.. Esse resultado é explicado pelas dificuldades vivenciadas pelo setor. Vale lembrar que, nesse período, a construção foi o que registrou maior queda em suas atividades, conforme os resultados do PIB. A retração econômica do país, o aumento do desemprego, as elevadas taxas de juros e a instabilidade política estão entre os motivos que ajudam a justificar este desempenho.

Dados do Banco Mundial demonstram que a Taxa de Investimento da economia brasileira é menor do que a taxa média da América Latina e Caribe. A análise dos resultados da última década demonstra que, de 2010 a 2013, essas taxas possuíam a mesma tendência. Entretanto, a partir de 2014 observa-se forte recuo dos investimentos no Brasil e, apesar da melhora dos resultados nos últimos dois anos (2021/2022), ainda é muito baixa. Num momento em que se busca alternativas para fortalecer a economia nacional, deve ser natural analisar os fatores que podem dar sustentação ao crescimento. Neste contexto, o estimulo ao investimento significa preparar o país para trilhar um caminho seguro. A energia que é capaz de movimentar o motor da economia chama-se investimento. Não se pode esquecer que é ele que pode garantir as bases sólidas para o desenvolvimento.

Uma outra forte característica da construção é a sua capacidade de gerar emprego. Conforme os dados do Novo Caged, divulgados pelo Ministério do Trabalho, considerando o período desde a chegada da pandemia no Brasil (março de 2020) até março de 2023, o setor já gerou mais de 550 mil novos empregos com carteira assinada. Isso significa que o seu número de trabalhadores formais no setor passou de 1,9 milhão em março de 2020 para 2,5 milhões em março/23. Apesar de positivo, esse resultado ainda não conseguiu superar o patamar de 3,0 milhões de trabalhadores que o setor registrou em 2014.

No 1º trimestre de 2023 o saldo de novas vagas geradas no setor, apesar de ficar inferior ao registrado nos últimos dois anos, manteve-se em patamar elevado, mostrando a resiliência do mercado de trabalho da construção, mesmo diante das dificuldades enfrentadas com os juros em patamar elevado.

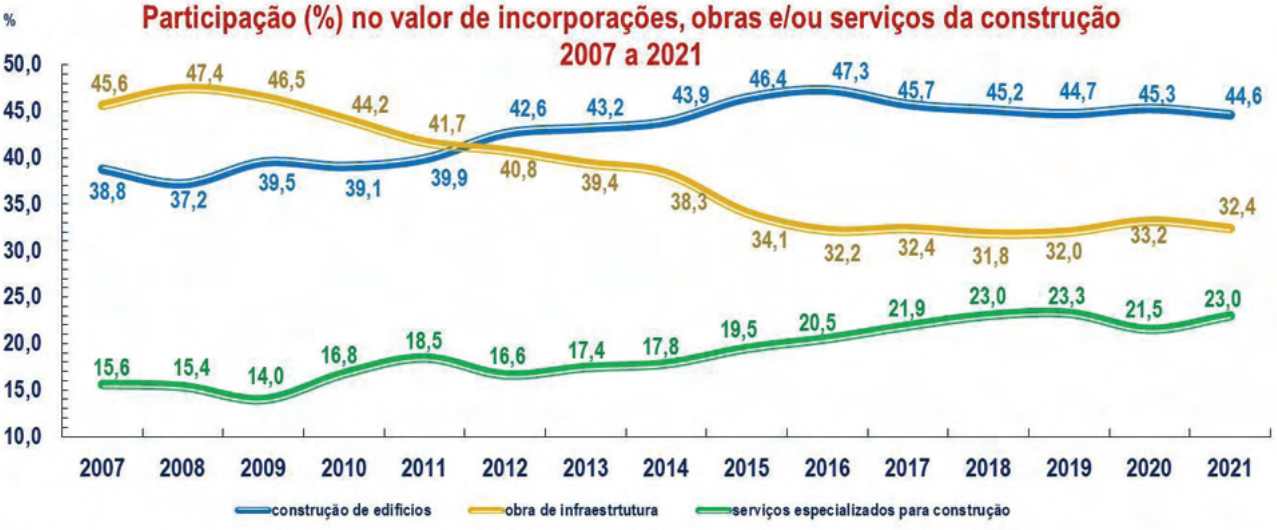
**Gráfico 16**
**Evolução dos saldos de vagas geradas na Construção Civil no Brasil**
**2014 a 2023***




Fonte: Dados de 2014 a 2019: Caged e dados 2020 a 2023 - Novo Caged, Ministério do Trabalho.
* Valor de vagas geradas em 2023, refere-se ao saldo nos últimos 12 meses encerrado em Mar/23.

Nos últimos anos observa-se uma mudança na estrutura do setor, com a construção de edifícios e os serviços especializados para a construção ganhando importância, enquanto as obras de infraestrutura perderam participação. Em 2021, conforme os dados da Pesquisa Anual da Indústria da Construção, realizada pelo IBGE, o segmento de obras de infraestrutura respondeu por 32,4% do total do valor das incorporações, obras e/ou serviços especializados para a construção, enquanto a participação do segmento de construção de edifícios foi de 44,6% e do segmento de serviços especializados para construção foi 23%. Em 2014 a participação das obras de infraestrutura era maior: 38,3%, enquanto construção de edifícios era 43,9% e os serviços especializados 17,8%.

**Gráfico 17**
**Participação (%) no valor de incorporações, obras e/ou serviços da construção**
**2007 a 2021**




Fonte: Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC) - 2021,IBGE.

A comparação com o ano 2007 evidencia ainda mais a queda das obras de infraestrutura. Nesse ano, eram elas que detinham a maior participação no valor das incorporações, obras e/ou serviços especializados para a construção: 45,6%, enquanto a construção de edifícios era de 38,8% e os serviços especializados para a construção 15,6%. Fica claro, então, que o segmento de serviços especializados ganhou relevância.

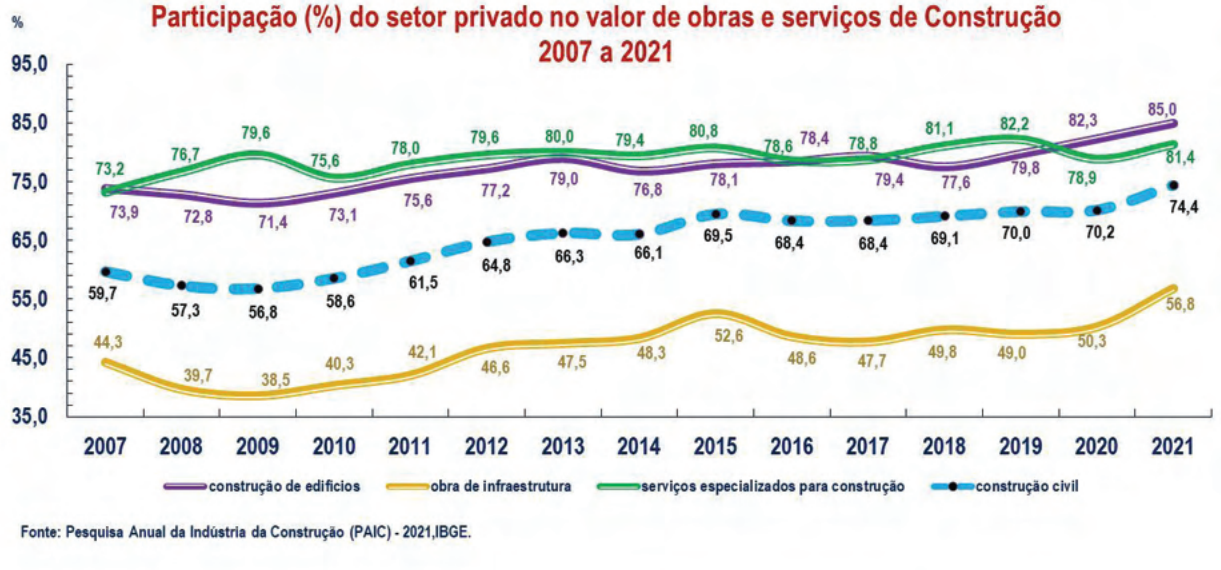
## Tabela 3
## Valor das incorporações, obras e/ou serviços da construção - Brasil

| Segmentos da Construção Civil | 2014 | | 2021 | |
|---|---|---|---|---|
| | (em mil R$) | % | (em mil R$) | % |
| Construção de Edifícios | 173.044.670 | 43,87 | 168.555.010 | 44,61 |
| Obras de Infraestrutura | 151.060.330 | 38,29 | 122.378.424 | 32,39 |
| Serviços Especializados para Construção | 70.370.721 | 17,84 | 86.874.300 | 22,99 |
| **Total** | **394.475.721** | **100,00** | **377.807.734** | **100,00** |

Fonte: Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC)/IBGE.

Podem ter contribuído para esse resultado as dificuldades com a realização de obras públicas. Conforme a PAIC, em 2021, o setor privado alcançou a sua maior participação na série (2007-2021), e foi responsável por 74,4% do valor de obras e/ou serviços de construção. Já em 2007 esse percentual correspondia a 59,7%. Esse resultado foi especialmente influenciado pelo segmento de construção de edifícios e dos serviços especializados para a construção, onde a participação do setor privado alcançou 85% e 74,4% respectivamente. Já nas obras de infraestrutura, o setor público perdeu participação de 12,4 pontos percentuais e passou a dividir a sua importância com obras privadas.

Gráfico 18
Participação (%) do setor privado no valor de obras e serviços de Construção
2007 a 2021




Fonte: Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC) - 2021,IBGE.

O setor de serviços especializados foi destaque. Conforme a PAIC, enquanto em 2014 ele representava 22,58% do Valor Adicionado da Construção, em 2021 (última informação disponível) passou a representar 28,3%. Nesta mesma base de comparação, a construção de edifícios praticamente manteve a sua participação (41,0%), enquanto as obras de infraestrutura recuaram de 35,63% (2014) para 30,7% (2021).

## Tabela 4

## Valor Adicionado da Construção Civil - Brasil

| Segmentos da Construção Civil | 2014 | | 2021 | |
|---|---|---|---|---|
| | (em mil R$) | % | (em mil R$) | % |
| 41 - Construção de Edifícios | 78.031.410 | 41,79 | 72.943.926 | 41,00 |
| 42 - Obras de Infraestrutura | 66.534.437 | 35,63 | 54.633.545 | 30,70 |
| 43 - Serviços Especializados para Construção | 42.156.445 | 22,58 | 50.353.435 | 28,30 |
| Total | 186.722.292 | 100,00 | 177.930.906 | 100,00 |

Fonte: Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC)/IBGE.

A expansão do crédito certamente contribuiu para o crescimento da construção de edifícios e do mercado imobiliário nos últimos anos. Informações da Associação Brasileira das Entidades de Crédito e Poupança (Abecip), demonstram que o volume de recursos do financiamento imobiliário via Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) atingiu, em 2021, patamar recorde (mais de R$ 200 bilhões) e mesmo considerando a queda registrada em 2022, os valores continuaram bem expressivos e superiores ao registrado em anos anteriores.

Gráfico 19
Crédito imobiliário
Valores (R$ milhões) financiados com recursos do SBPE e com recursos do FGTS
2014 a 2023*

Fonte: Canal FGTS-CAIXA e Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip).
OBS.: Valores das unidades do FGTS consideram o total de Habitação Popular, de Operações Especiais para Habitação e Operações Diversas.
Obs.: Valores do FGTS referem-se a posição da base 10/05/23.
Valores SBPE = Construção + Aquisição.

Gráfico 20
Evolução da participação (%) do crédito imobiliário no PIB
em dezembro de cada ano

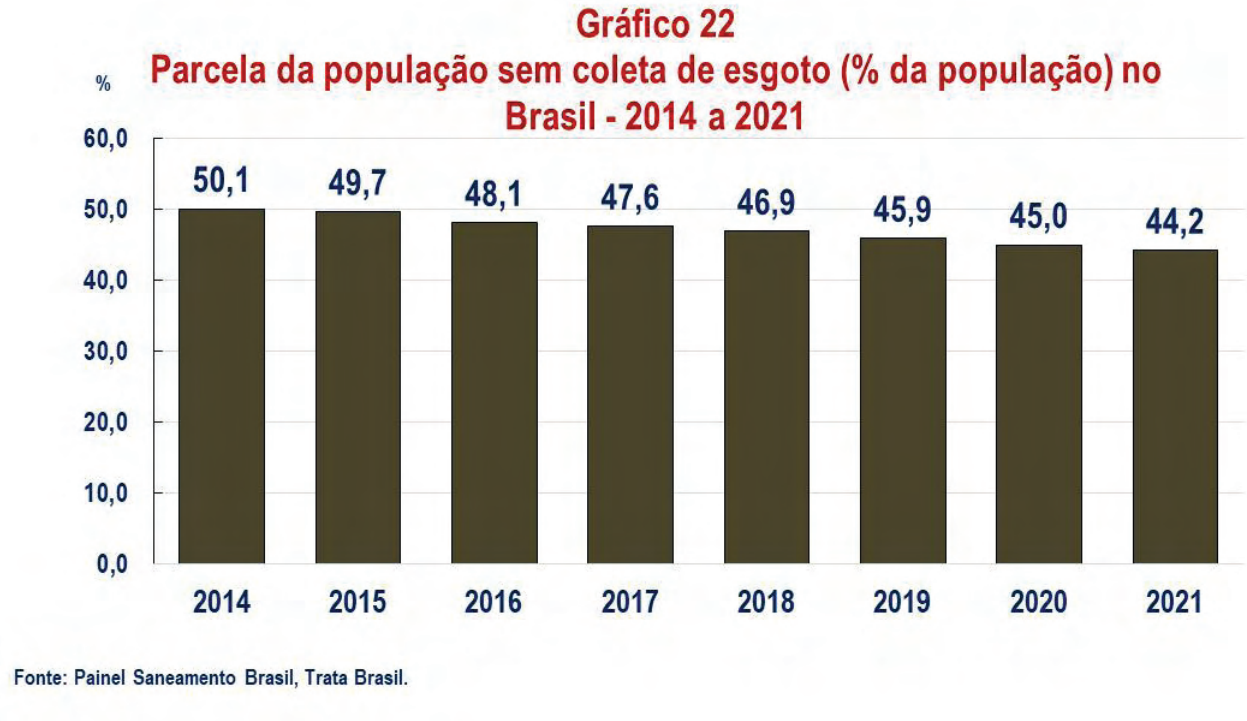
Fonte: Banco Central do Brasil.
*Valor de 2023, refere-se a fevereiro.

Esses resultados contribuíram para uma evolução positiva da participação do crédito imobiliário em relação ao PIB. Em 2014, ele era de 8,36% e, em 2023 (fevereiro) era de 9,74%, conforme os dados do Banco Central. Vale destacar que, apesar desse incremento, o País ainda precisa avançar muito. Nas economias desenvolvidas essa proporção é muito mais

expressiva. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) demonstram que, em 2018, Suíça, Austrália e Dinamarca, por exemplo, esse número superava 100%. Na economia americana corresponde a cerca de 50%.[5]

Apesar disso, o déficit habitacional no país ainda é alto. O crescimento da população e as novas famílias que se formam alimentam o déficit anualmente e, mesmo o crescimento do mercado, ainda não foi capaz de eliminá-lo. Estudo desenvolvido pela Fundação João Pinheiro[6] demonstra que, em 2016, o déficit habitacional no Brasil era de 5,657 milhões de unidades habitacionais e, em 2019, esse número passou a ser de 5,877 milhões. Importante destacar que a faixa da população com renda domiciliar de até um salário mínimo foi a que registrou o maior incremento na formação do déficit. Em 2016 essa faixa era responsável por 35,2% do total do déficit e, em 2019, passou a ser de 41,5%. As demais faixas perderam participação.

Outro número que chama a atenção e contribui para evidenciar a necessidade de expansão das atividades da construção no País é a parcela dos brasileiros sem acesso a coleta de esgoto, que em 2014 correspondia a 50,1% da população. Já em 2021, esse número foi reduzido para 44,2%, mas ainda é muito elevado. Isso significa dizer que mais de 90 milhões de brasileiros não possuem acesso a esse serviço.




[5] *https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10235/1/Radar_63_evolu%C3%A7%C3%A3o.pdf*
[6] *https://drive.google.com/file/d/1stJWtC0dMFtK_Zz0G0zFBjDgw2WxjL_i/view*

A Sondagem Nacional da Indústria da Construção, que é realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), com o apoio da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), demonstra, na avaliação dos empresários, quais são os principais problemas do setor. No 1º trimestre de 2015 (início dessa série histórica) os cinco principais problemas eram: elevada carga tributária (38,3%), taxa de juros elevada (30,4%), inadimplência de clientes (28,3%), demanda interna insuficiente (26,5%) e falta de capital de giro (22,9%).

Nos primeiros três meses de 2023, ou seja, oito anos depois, a taxa de juros elevada (37,4%), a elevada carga tributária (23,0%), a falta ou o alto custo da matéria prima (21,3%), a burocracia excessiva (20,1%) e a demanda interna insuficiente (18,9%) foram apontadas como as principais questões que são fontes de preocupação para o setor.

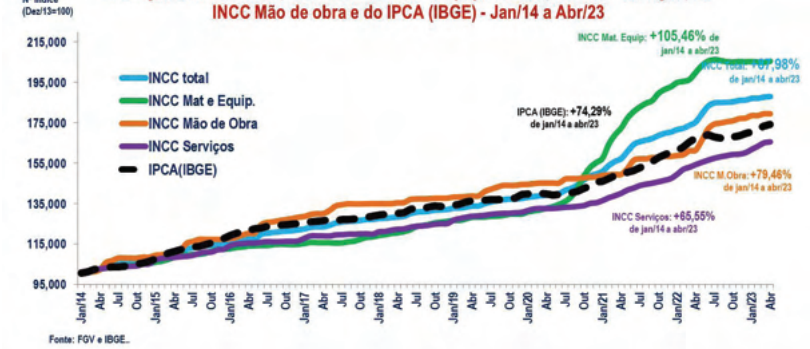
A análise dos resultados completos permite verificar que a preocupação com a taxa de juros cresceu sete pontos percentuais, ou seja, agora gera maior preocupação ainda para o empresário, e a falta ou o alto custo da matéria prima aumentou 5,0%. Nesse contexto, vale destacar que a taxa Selic em 2015 era de 14,25% a.a e, em 2023, 13,75% a.a..

## Tabela 5
## Principais problemas da Construção Civil

| 1º trimestre de 2015 | | | 1º trimestre de 2023 | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Principais Problemas | 1º trim/15 | Ordem | Principais Problemas | 1º trim/23 |
| 1 | Elevada carga tributária | 38,3% | 1 | Taxa de juros elevadas | 37,4% |
| 2 | Taxa de juros elevadas | 30,4% | 2 | Elevada carga tributária | 23,0% |
| 3 | Inadimplência dos clientes | 28,3% | 3 | Falta ou alto custo da matéria-prima | 21,3% |
| 4 | Demanda interna insuficiente | 26,5% | 4 | Burocracia excessiva | 20,1% |
| 5 | Falta de capital de giro | 22,9% | 5 | Demanda interna insuficiente | 18,9% |
| 6 | Burocracia excessiva | 21,2% | 6 | Falta ou alto custo de trabalhador qualificado | 18,1% |
| 7 | Falta ou alto custo de trabalhador qualificado | 20,4% | 7 | Insegurança jurídica | 17,7% |
| 8 | Falta ou alto custo da matéria-prima | 15,8% | 8 | Falta de capital de giro | 15,8% |
| 9 | Falta de financiamento de longo prazo | 12,9% | 9 | Inadimplência dos clientes | 14,7% |
| 10 | Falta ou alto custo da mão de obra não qualificada | 11,1% | 10 | Falta ou alto custo da mão de obra não qualificada | 11,2% |
| 11 | Nenhum | 10,0% | 11 | Nenhum | 9,6% |
| 12 | Licenciamento ambiental | 9,7% | 12 | Competição desleal (informalidade, contrabando, etc) | 9,3% |
| 13 | Insegurança jurídica | 9,1% | 13 | Falta de financiamento de longo prazo | 9,0% |
| 14 | Falta ou alto custo de energia | 8,8% | 14 | Condições climáticas | 6,1% |
| 15 | Outros. Descreva: | 6,9% | 15 | Licenciamento ambiental | 4,3% |
| 16 | Competição desleal (informalidade, contrabando, etc) | 5,0% | 16 | Outros. Descreva: | 4,2% |
| 17 | Condições climáticas | 4,7% | 17 | Dificuldades na logística de transporte (estradas, etc) | 3,9% |
| 18 | Dificuldades na logística de transporte (estradas, etc) | 4,0% | 18 | Falta ou alto custo de energia | 1,8% |
| 19 | Falta ou alto custo de equipamentos de apoio | 2,6% | 19 | Falta ou alto custo de equipamentos de apoio | 1,0% |
| 20 | Disponibilidade de terrenos | 2,5% | 20 | Disponibilidade de terrenos | 0,9% |

Fonte: Sondagem Indústria da Construção, Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Gráfico 23
Evolução do INCC Total, do INCC Materiais e Equipamentos, do INCC Serviços, do INCC Mão de obra e do IPCA (IBGE) - Jan/14 a Abr/23




O aumento dos custos com a matéria-prima, ou seja, com os insumos, ganhou mais relevância desde o início da pandemia. O Índice Nacional do Custo da Construção (INCC), calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), de 2014 até março de 2023, aumentou 87,98%, enquanto o

custo com materiais e equipamentos cresceu 105,46%. Já o custo com a mão de obra apresentou incremento de 79,46% e os serviços aumentaram 65,55%. Nesse mesmo período, a inflação oficial do país, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 74,29%.

As estimativas da CBIC indicam que, em 2023, a construção crescerá pelo terceiro ano consecutivo acima da economia nacional. Conforme as projeções realizadas em abril de 2023, o setor deverá apresentar expansão de 2% neste ano, enquanto se aguarda, para a economia nacional, expansão de 1,02%. Apesar de positivo, esse número está muito aquém do necessário para o setor recuperar o seu pico de atividades. Mantido esse crescimento, somente em 2032, ou seja, daqui a nove anos, a construção recuperaria o patamar de atividades alcançado no final de 2013.

**Gráfico 24**
**Evolução do índice do PIB da Construção Civil**

Fonte: IBGE e Banco Dados CBIC.
* 2023 a 2032 - projeções

A análise de diversos indicadores, como demonstrado anteriormente, evidencia que, no geral, os últimos nove anos não foram fáceis para a construção. O setor, mesmo com o expressivo avanço registrado nos últimos dois anos (2021-2022) ainda não voltou ainda não voltou ao mais alto patamar de atividade já registrado. A perda de participação na indústria, no PIB total Brasil, no investimento, não representa somente perdas econômicas para o Brasil e para o setor. Representa, acima de tudo, uma perda social, dada a capacidade do setor de gerar renda e emprego.

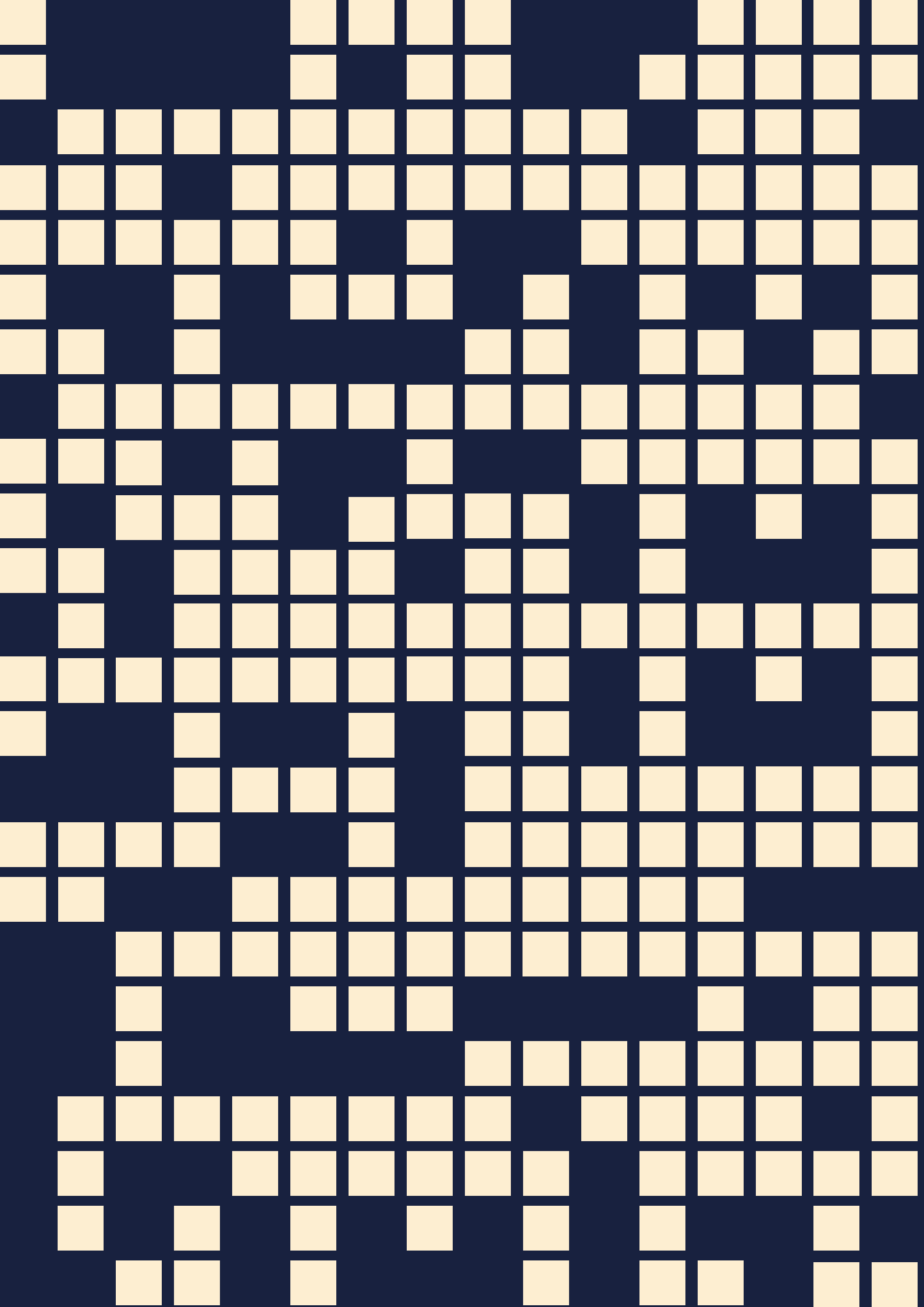
**Tabela 6**

**Construção Civil - Resumo dos Indicadores**

| | Indicadores | 2014 | 2022/2023 | Obs. |
|---|---|---|---|---|
| 1 | Número de empresas | 127.933 | 147.389 * | *nº empresas referentes ao ano 2021 (PAIC) |
| 2 | Taxa (%) crescimento PIB Construção | -2,1% | 6,9%* | * referente a 2022 |
| 3 | Part (%) no PIB da Indústria | 25,9% | 13,2%* | * referente a 2022 |
| 4 | Part (%) no PIB Brasil | 6,2% | 3,2%* | * referente a 2022 |
| 5 | Part (%) no Investimento (FBCF) | 52,01% | 42,61%* | * valor referente a 2022 |
| 6 | Número de trabalhadores com carteira assinada | 2.841.083 | 2.515.038* | * referente a mar/23 |
| 7 | Número de pessoas ocupadas (média anual) | 7.971 (em mil) | 7.371 (em mil)* | * referente a 2022 |
| 8 | Participação (%) do crédito imobiliário no PIB | 8,36 | 9,74* | * referente a fev/23 |
| 9 | Número de unidades financiadas - SBPE | 538.347 | 673.010* | * valor dos últimos 12 meses encerrados em Mar/23 |
| 10 | Número de unidades financiadas - FGTS | 453.906 | 404.161* | * valor dos últimos 12 meses encerrados em Mar/23 |
| 11 | Valores financiados - SBPE ( milhões R$) | 112.854 | 177.750* | * valor dos últimos 12 meses encerrados em Mar/23 |
| 12 | Valores financiados - FGTS (milhões R$) | 40.578 | 68.856* | * valor dos últimos 12 meses encerrados em Mar/23 |
| 13 | Taxa média financ. Imobiliário (%a.a) | 8,96%(dez/14) | 11%* | * valor referente a mar/23 |
| 14 | Índice do nível de atividade (média anual em pts.) | 44,2 | 49,7* | *referente à média dos últimos 12 meses encerrados em Abr/23 |
| 15 | Índice de confiança (média anual em pts.) | 48,7 | 54,6* | *referente à média dos últimos 12 meses encerrados em Mai/23 |

Elaboração: Inteligência Setorial da CBIC.

Fontes: PNAD Contínua Mensal, Pesquisa Anual Indústria da Construção (PAIC), CNT 4º trim/22,IBGE / Novo CAGED, Ministério do Trabalho / Banco Central / ABECIP / Canal FGTS / Confederação Nacional da Indústria (CNI).



# Legislativo

# Articulação com o parlamento: agenda republicana em defesa da construção

***CBIC acompanha pauta do Congresso Nacional contribuindo na discussão de marcos regulatórios com impacto sobre a construção e o país***

O diálogo franco e aberto com os poderes, na defesa legítima e transparente da agenda estratégica do setor da construção marca a atuação da CBIC. Ao longo de sua trajetória, a entidade tem mantido relacionamento institucional próximo e produtivo com o Congresso Nacional, acompanhando o debate de temas com interface e impacto sobre o setor, levando sugestões técnicas e esclarecimentos com o objetivo de contribuir com a modernização e aperfeiçoamento de marcos regulatórios, assim como induzir a discussão de soluções com potencial de alavancar o desenvolvimento econômico e a melhoria do ambiente de negócios no Brasil.

A aproximação da CBIC ao legislativo federal ganhou fôlego continuadamente a partir de meados de 2014, pelo reconhecimento do papel decisivo do parlamento para a melhoria do ambiente de negócios e para criar instrumentos que pudessem garantir ao empreendedor as condições necessárias à retomada do investimento e, consequentemente, a geração de novos postos de trabalho. Esse movimento também contempla a importância cada vez maior de ampliar o debate da agenda estratégica da construção, de forma a dar maior nitidez ao potencial gerador de riquezas do setor a todos os tomadores de decisão no país.

Para conduzir esse trabalho, a entidade mantém parceria com a Foco Assessoria e Consultoria, empresa especializada responsável por sua Assessoria Legislativa: a equipe acompanha a pauta do legislativo federal, apoiando a articulação institucional do setor da construção, mantendo no radar a agenda das comissões técnicas da CBIC e demais assuntos que tramitem no parlamento e possam impactar o setor da construção.

Esse diálogo tem sido feito de forma estruturada: o monitoramento das pautas e articulação de reuniões técnicas com parlamentares evoluiu para a formulação e disseminação da agenda legislativa da construção, documento que apresenta os temas mais importantes e o posicionamento do setor, com sugestões técnicas preparadas por especialistas mobilizados pela entidade. A CBIC tem colocado à disposição do legislativo todo o seu conhecimento técnico sobre a construção e sua relação com o desempenho da economia brasileira, assim como seu acúmulo na pauta ambiental, da infraestrutura, da segurança jurídica, habitação e outros assuntos inerentes ao setor.

Ao longo dos últimos nove anos, a sucessão de crises econômicas e turbulências políticas que marcaram o Brasil tornou a atuação da Assessoria Legislativa da CBIC ainda mais importante para o esforço empreendido pela entidade para minimizar danos e proteger o setor de retrocessos nos mais diversos campos. Esse trabalho também teve foco no convencimento em torno de pautas associadas à melhoria do ambiente de negócios do setor, ao estímulo à livre concorrência e abertura dos mercados, e à indução do desenvolvimento pela retomada do investimento, com maior participação da iniciativa privada, incluindo players dos mais diversos portes.

## Inteligência para tomada de decisões

A assessoria acompanhou a pauta das diversas comissões – permanentes, temporárias e especiais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, buscando temas que dialogassem e impactassem a construção e atuou para esclarecer o posicionamento do setor junto a parlamentares e técnicos legislativos; produziu análises, relatórios e outros produtos informativos de interesse da CBIC e seus associados; apoiou a entidade na realização de agendas com interlocutores de interesse da construção; assessorou a entidade e seus associados na participação em eventos, audiências públicas, seminários, reuniões institucionais e solenidades.

Desse monitoramento resulta, a cada ciclo legislativo, uma triagem compilando todas as novas proposições de interesse do setor da construção apresentadas no Congresso Nacional, com uma leitura crítica e a sinalização de iniciativas a serem tomadas pela entidade. A Assessoria também prepara mapeamentos com a tramitação de cada proposta, um passo a passo que permite à CBIC tomar as melhores decisões, antever desafios e mobilizar sua base, quando necessário.

Para ter-se uma ideia desse universo, tramitam no Congresso Nacional mais de 40 mil proposições. Ao longo desses nove anos, a CBIC, por intermédio CBIC, por intermédio de sua Assessoria Legislativa, monitorou mais de 3 mil proposições – na pauta cumprida pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal em suas diversas comissões e plenário.

Atuando em diversas frentes, a entidade consolidou seu espaço como legítima porta-voz da agenda institucional da construção e referência para a consulta e articulação de soluções para aperfeiçoar temas com reflexos sobre o setor. Desse esforço resultaram legislações mais apropriadas, uma contribuição decisiva não apenas para a indústria da construção, mas, também, para a economia brasileira como um todo.

Dinâmico, esse trabalho diário de inteligência envolveu, ainda, a produção de relatórios sintetizando os pontos mais relevantes de audiências públicas, eventos e reuniões; a produção do informativo *CBIC Legislativo*, compilando as notícias de maior interesse para o setor, relacionadas ou não com as proposições legislativas; e da *Agenda Semanal*, consolidação de todas as matérias de interesse da construção e da CBIC, assim como temas específicos de interesse de suas comissões técnicas e fóruns. Tais conteúdos atendem a direção nacional da CBIC e são disponibilizados a seus associados.

## Construção inserida na agenda nacional

No relacionamento com o legislativo federal, a CBIC também acompanhou de perto e participou do debate travado no Brasil ao longo da tramitação das diversas reformas constitucionais. No ciclo iniciado a partir de meados de 2014, a entidade teve voz ativa e vocalizou demandas em torno da reforma da previdência, administrativa e trabalhista; assim como tomou parte da discussão da reforma tributária, não apenas cobrando dos governos vontade política para conduzí-la de forma efetiva, quanto defendendo a sua aprovação pelo Congresso Nacional e, principalmente, oferecendo sugestões técnicas para aperfeiçoar as propostas em tramitação, defendendo melhores soluções para aspectos com efeitos sobre o setor da construção. Essa articulação avançou, inclusive, durante 2023, quando a reforma tributária ganhou impulso: em junho a emenda constitucional foi aprovada em dois turnos pela Câmara dos Deputados e enviada para deliberação do Senado Federal.

Nesse campo, a CBIC manteve diálogo aberto com parlamentares que presidiram as Casas do Congresso Nacional. Também participou de audiências públicas – na Câmara dos Deputados e no Senado Federal; e recebeu parlamentares federais – relatores de projetos, líderes de bancada e outros expoentes do legislativo – em suas reuniões de Conselho e eventos para discutir as propostas e apresentar o posicionamento do setor.

Esse diálogo, conduzido com transparência e amplamente divulgado, manteve a construção no radar do Congresso Nacional e contribuiu para melhorar o conhecimento do meio político sobre o setor e seu impacto não apenas para a economia como, também, sobre a qualidade de vida e cidadania da população. Em outra frente, a pauta legislativa foi incorporada à programação do Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC), com painéis políticos de grande relevância para a troca de conhecimento com o parlamento.

A entidade também ofereceu contribuição qualificada na discussão em torno de marcos regulatórios com reflexo decisivo sobre a agenda do desenvolvimento, da competitividade da economia e da prestação de serviços de qualidade para a população. A CBIC debateu e pautou aspectos determinantes de projetos como o da modernização da Lei de Licitações, da criação do marco do saneamento, da regulamentação do distrato, da criação do teto de gastos públicos, entre outros.

Entre as múltiplas atividades realizadas pela Assessoria Legislativa cabe destacar:

- **A identificação e coleta de proposições e disponibilização de informações legislativas.** Foram realizadas triagens em todas as novas proposições apresentadas no Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Foram disponibilizados textos, emendas e substitutivos as Comissões Técnicas e pessoas envolvidas com as temáticas das proposições.
- **Acompanhamento e monitoramento de proposições legislativas.** Foram monitoradas mais de 3 mil proposições legislativas de interesse da construção, sendo que aproximadamente 35% delas constaram das pautas das comissões e dos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e figuraram nas Agendas Semanais da CBIC. Foram enviadas, ainda, informações sobre a tramitação das matérias de interesse, como designação de relatorias, abertura de prazos para apresentação de emendas e recursos, apresentação de pareceres. Foram produzidos relatos de atividades específicas de interesse da CBIC e do setor.
- Foram criados **Quadros de Acompanhamento de Proposições**, planilhas para cada Comissão Técnica da CBIC com as matérias legislativas de interesse, que apresentam sua tramitação e identificação quanto à prioridade.

- **Acompanhamento de eventos e reuniões das comissões técnicas da CBIC.** Participação em reuniões ordinárias das comissões técnicas da CBIC, bem como de eventos específicos. Produção de materiais específicos para cada Comissão de acordo com a demanda da reunião.
- **Elaboração de plano operacional para intervenção em proposições legislativas, assessoria na elaboração de peças legislativas e na formulação de estratégias de ação.** Foram apresentadas sugestões e alternativas para a intervenção em proposições legislativas de interesse da entidade; assim como o assessoramento na confecção de emendas e substitutivos. Identificação de interlocutores para o fortalecimento e melhoria das relações institucionais entre a CBIC e o Congresso Nacional.
- **Intervenção e interlocução com parlamentares (autores, relatores, membros das comissões e intervenientes em proposições legislativas).** Foram realizadas ações diretas em torno das proposições legislativas de interesse pautadas ou não, envolvendo parlamentares, suas assessorias e das lideranças partidárias, de Ministérios e entidades de classe, distribuídas em diversos temas.
- **Acompanhamento de audiências públicas e representação institucional.** A Coordenação de Relações Institucionais representou a CBIC e a construção em audiências públicas realizadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal; assim como em outras reuniões, audiências públicas e seminários de interesse do setor realizados por outros atores.
- **A Assessoria Legislativa representou a CBIC junto à Confederação Nacional da Indústria (CNI),** em reuniões do Conselho Temático Permanente de Assuntos Legislativos (CAL) e outros Conselhos, quando necessário, bem como em reuniões de Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho. Cabe destaque a participação anual no Seminário RedINDÚSTRIA, destinado a elaboração da Agenda Legislativa da Indústria.
- **A CBIC também foi representada perante o Poder Executivo e outras entidades** com que teve interação devido a discussões de proposições legislativas em tramitação, bem como pela formulação de Atos do Poder Executivo.
- **Produção de relatórios de audiências públicas, eventos e reuniões.** Foram enviados relatórios sobre eventos selecionados como de interesse da entidade e do setor, realizados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal; assim como outras reuniões, audiências públicas e seminários de interesse do setor realizados por outros atores.
- Foram remetidas **1.362 edições do informativo *CBIC Legislativo*** com notícias relevantes ao setor, relacionadas às proposições legislativas ou complementares a elas.
- **Agenda Semanal e Resultado. Foram enviadas 333 agendas de atividades do Congresso Nacional,** com a consolidação de todas as matérias de interesse da CBIC e agendas específicas das suas Comissões e Fóruns de discussão em pauta na semana.
- **A Coordenação de Relações Institucionais disponibilizou diariamente os atos normativos de interesse da CBIC,** publicados no Diário Oficial da União (DOU), através do informativo *Medidas Legais*.
- Foram remetidas aos associados **475 edições da newsletter *Foco no Planalto*** com comentários sobre o ambiente político geral e notas sobre as atividades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de notas específicas relacionadas à construção e ao mercado imobiliário.

- Foram distribuídas diversas publicações produzidas pela Foco - Relações Governamentais, como o ***Ambiente Político***, com informações acerca da conjuntura política do país; o ***Panorama Político Brasileiro***, publicação anual que traz a retrospectiva dos principais fatos da política nacional e seus impactos no setor produtivo entre outros temas; o ***Informativo Eleições***, publicação que traz o resultado da apuração dos votos e uma análise de sua implicação para a conjuntura política nacional; o ***Informativo Reforma Tributária***, que traz informações sobre a Reformulação do Sistema Tributário Nacional; e o ***Informe Equipe de Transição de Governo***, que apresentou uma síntese das principais ações divulgada sobre a transição de Governo.

A atuação institucional da CBIC, conduzida por sua Assessoria Legislativa, garantiu ao setor da construção a conquista de avanços em matérias legislativas pelo legislativo federal no período, como:

- **Lei nº 13.089, de 2015** – Institui o Estatuto das Metrópoles;
- **Lei nº 13.097, de 2015** – Prorrogação do Regime Especial de Tributação -RET aplicável ao PMCMV;
- **Lei nº 13.467, de 2017** – Institui a Reforma Trabalhista;
- **Lei nº 13.786, de 2018** – Disciplina a resolução do contrato por inadimplemento do adquirente de unidade imobiliária em incorporação imobiliária e em parcelamento de solo urbano;
- **Lei nº 13.970, de 2019** – Prorrogação do Regime Especial de Tributação - RET aplicável ao PMCMV;
- **Lei nº 13.874, de 2019** – A Lei de Liberdade Econômica (LLE);
- **Lei nº 14.010, de 2020** – Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19);
- **Lei nº 14.020, de 2020** – Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda (Pemer).
- **Lei nº 14.026, de 2020** – Atualiza o marco legal do saneamento básico e dá outras providências;
- **Lei nº 14.118, de 2021** – Programa Casa Verde e Amarela, com prorrogação do Regime Especial de Tributação - RET aplicável ao novo programa de habitação de interesse social do País;
- **Lei nº 14.133, de 2021** – Nova Lei de Licitações;
- **Lei nº 14.161, de 2021** – Programa Nacional de apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Pronampe.
- **PL 3729/2004** – Licenciamento Ambiental (Aprovado na Câmara dos Deputados em maio de 2021);
- **Lei nº 14.195, de 2021** – Modernização do ambiente de negócios no país;
- **PL 2337/2021** – Mudanças no Imposto de Renda para pessoas físicas, empresas e investimentos financeiros (Aprovado na Câmara dos Deputados em setembro de 2021, em tramitação até esta data);
- **Lei nº 14.285, de 2021** – Áreas de Preservação Permanente em áreas urbanas;
- **Lei nº 14.288, de 2021** – Prorrogação da desoneração da folha (mudança da base de cálculo da tributação sobre a folha pelo faturamento).
- **PL 4749/2009** – Dispõe sobre os prazos de garantia e de responsabilidade do empreiteiro pela solidez e segurança de edifícios e outras construções consideráveis, e dá outras providências (Vícios Construtivos – Pareceres CCJC/CD de 2021 a 2023).
- **Lei nº 14.382, de 2022** – Efetiva o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp).

2015
BRASIL EFICIENTE
PROPOSTAS DO SETOR DA CONSTRUÇÃO
CBIC
SENAI
Para superar a Crise Econômica

BRASIL EFICIENTE
PROPOSTAS DO SETOR DA CONSTRUÇÃO
CBIC
SENAI
2015

2016

2016

2018

2018

2018

2018

2019
Paralisação e retomada de obras
de infraestrutura no Brasil
Correalização:
Realização:
SENAI
CBIC
Apoio Institucional:
ADEMI
FNP
ASBRACO
de infraestrutura no Brasil

2019

AUDIÊNCIA PÚBLICA
PEC 045/19 – REFORMA TRIBUTÁRIA
JOSÉ CARLOS MARTINS
CÂMARA
CBIC

2019

SENAI
SESI

2019

2020
CBIC - José Carlos Martins
Marcel van Hattem
adriana fernandes
Gustavo Tillmann
SENAI
CBIC

Quintas da CBIC
VISÃO DO LEGISLATIVO SOBRE A REFORMA DO IMPOSTO DE RENDA
2021
Jose Carlos
SENAI
CBIC

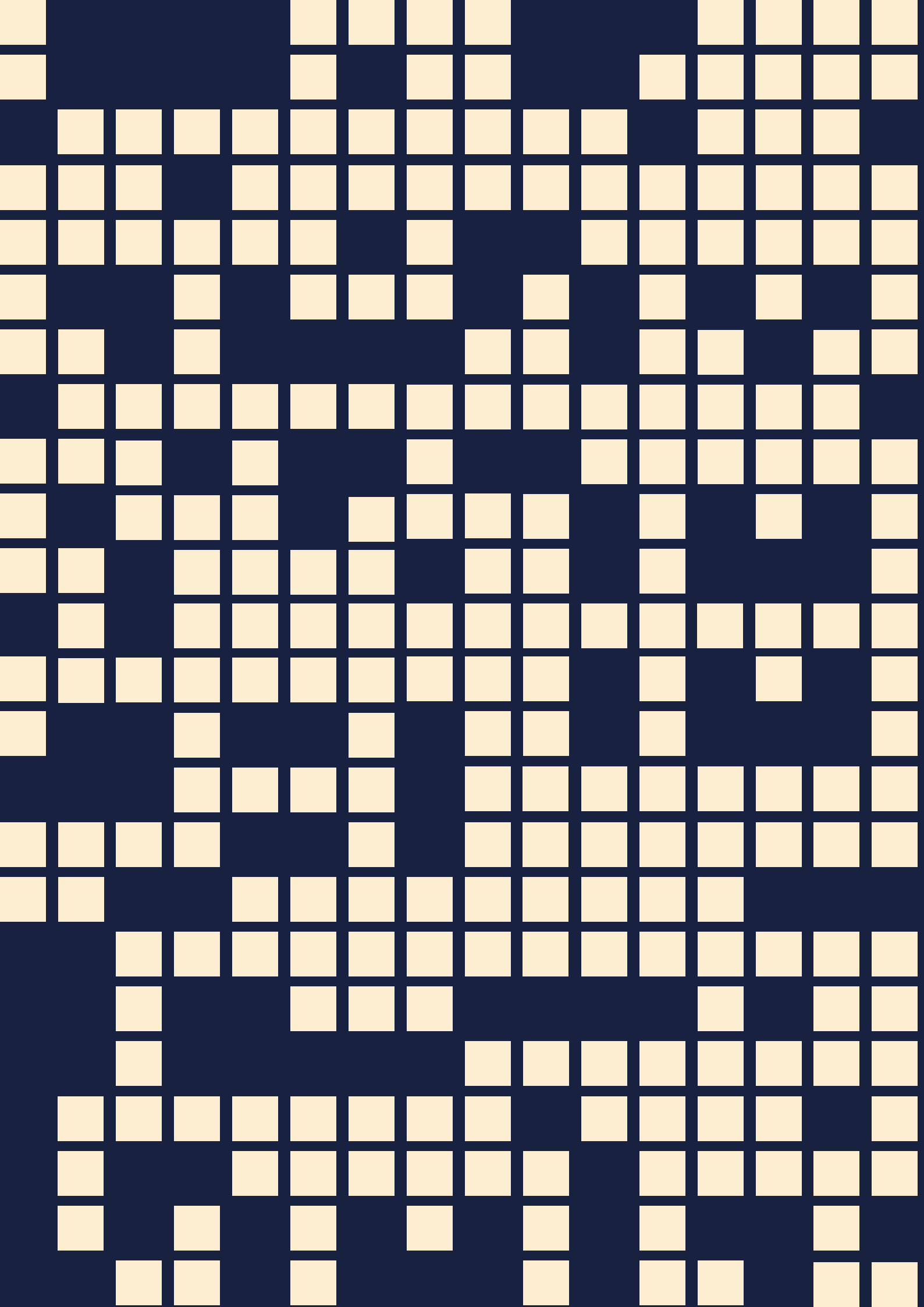
MP DOS CARTÓRIOS
2022

Quintas da CBIC
MP DOS CARTÓRIOS
Senador Heinze
2022

93º eNic
POLÍTICA & ESTRATÉGIA
O PAPEL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO NA RETOMADA ECONÔMICA
2022

2023

2023



# Projetos Estruturantes

# CBIC estimula nova mentalidade e induz mudança estrutural da construção

***Atuação transversal das comissões técnicas garante prestação de serviço diferenciada às entidades e empresas, levando ao fortalecimento do setor***

A agenda institucional cumprida pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção tem na realização de projetos técnicos vetor prioritário e estratégico desde sua fundação – o apoio às entidades empresariais e às empresas são sua própria razão de existir e missão principal. Com esse objetivo, a CBIC tem atuado na realização de projetos focados em todos os segmentos da construção – infraestrutura, habitação e mercado imobiliário, obras industriais e corporativas; abordando os temas mais importantes na agenda presente do empresário e do profissional da área. Mais que isso, a entidade mobiliza suas comissões técnicas na tarefa de antever o que vai impactar, modernizar e fortalecer a construção: os projetos realizados em parceria com o SESI e o SENAI mantém o futuro como pauta permanente da construção.

As iniciativas da CBIC buscam corrigir atributos e introjetar as melhores práticas no setor, assim como induzir a modernização de suas empresas, fortalecendo a indústria como um todo. A entidade também atua no estímulo e articulação de novas oportunidades de negócio e melhoria dos marcos regulatórios que impactam a atividade da construção. Esse trabalho é realizado de forma individual por cada uma das nove comissões técnicas e pelas assessorias da CBIC, mas também carrega a transversalidade necessária ao melhor resultado, unindo esforços e contemplando as várias faces de um mesmo tema, aglutinando conhecimentos diversos para oferecer ao setor conteúdo e informação de alto gabarito e abrangência.

No período entre 2014 e meados de 2023, mobilizando especialistas brasileiros e internacionais, entre diversos atores de alta qualificação do poder público, do setor privado e da Academia, as comissões da entidade produziram o arcabouço técnico e outras iniciativas que têm mantido a construção brasileira na vanguarda – nesses nove anos, a transversalidade se consolidou e a CBIC conduziu um conjunto de projetos estruturantes e emblemáticos, que trouxeram resultados inegáveis para a construção brasileira e o país.

## Moradia digna como vetor de desenvolvimento social

Ao longo de sua trajetória, a CBIC participou da realização de projetos de grande impacto para o Brasil, demonstrando não apenas sua capacidade de pensar soluções para os interesses mais elevados da sociedade, como também a importância da construção para o desenvolvimento econômico com inclusão social no país. Nesse campo, a entidade carrega entre suas bandeiras históricas a defesa da democratização do acesso à moradia digna para toda a população, especialmente o cidadão de baixa renda.

Uma de suas mais importantes contribuições foi a modelagem do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que se tornou política pública adotada pelo Executivo federal para enfrentar o déficit habitacional e garantir a casa própria ao brasileiro mais pobre. Lançado em 2009, o programa nasceu do diálogo do governo federal com o setor da construção, em busca de solução técnica viável para a rápida construção de imóveis populares com qualidade – a CBIC preparou as linhas gerais do programa e passou a acompanhá-lo ao longo de sua execução.

Após quase duas décadas da desarticulação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do encerramento das atividades do Banco Nacional de Habitação (BNH), que construiu ao longo de 22 anos (1964 e 1986) 4,5 milhões de unidades, o MCMV atingiu mais de 5,5 milhões de unidades contratadas em menos de 10 anos. Entre 2014 e 2023, a CBIC atuou para garantir não apenas a continuidade do Minha Casa Minha Vida – rebatizado como Casa Verde e Amarela a partir de 2019, antes de ter resgatado o nome original, em 2023; como também o seu aperfeiçoamento.

Esse trabalho tem sido conduzido pelas comissões técnicas da entidade focadas nos setores de habitação e mercado imobiliário – a Comissão da Indústria Imobiliária (CII) e, nos últimos anos, a Comissão de Habitação de Interesse Social (CHIS), em parceria com o SENAI. Os projetos técnicos realizados nessa seara também contaram com a contribuição das assessorias e demais comissões da CBIC.

A entidade tem apoiado as empresas do setor nos momentos críticos da trajetória desse programa, articulando com o governo federal e seus agentes econômicos soluções para reverter gargalos operacionais e melhorar a execução dos projetos; assim como garantir a continuidade do programa, auxiliando os empreendedores a enfrentar atrasos no pagamento pelo poder público e outros desafios. A entidade é referência e porta-voz na mediação de tais demandas, dialogando com o governo federal e agentes financeiros, demais entidades do setor privado, construtoras e incorporadoras.

### Continuidade e expansão

Ao longo dos últimos nove anos, essa pauta tem envolvido ações para reduzir a burocracia e aperfeiçoar as regras de execução do Minha Casa Minha Vida, de forma a estreitar a relação das empresas com os agentes financeiros na ponta e evitar que dúvidas ou o mal entendimento das normas criem gargalos adicionais para o programa. Para isso, a CII manteve uma agenda permanente de reuniões técnicas, colocando à mesma mesa empresários da construção e dirigentes da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco do Brasil (BB), principais financiadores do programa.

Bimestrais, os encontros destinavam-se a discutir o dia a dia das operações que envolvem o Minha Casa Minha Vida, desde a contratação do financiamento à construção, até a entrega das unidades: chamadas Reunião de Acompanhamento do PMCMV, tais reuniões permitiram maior clareza e conhecimento das dificuldades e peculiaridades de ambas as partes; assim como a adequação de normas operacionais de baixa aderência ou que impusessem entraves na execução dos contratos gerando melhorias operacionais contínuas que tornaram a execução do programa um sucesso reconhecido.

Ao longo desse período, vocalizando posição do setor da construção, a CBIC tem defendido a importância de mecanismos que estabeleçam a perenidade dos programas habitacionais, especialmente aqueles voltados à população de mais baixa renda. Nesse campo, em 2016 a entidade divulgou o estudo *Perenidade dos Programas Habitacionais*, formulado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) trazendo um panorama atualizado da habitação no Brasil. As conclusões do documento mostraram a importância do programa Minha Casa Minha Vida e apontaram potenciais reflexos econômicos e sociais de sua descontinuidade.

O documento também indicou medidas para o aperfeiçoamento do programa, de forma que pudesse se tornar uma política de Estado como vinham defendendo os empresários da construção. O diagnóstico comprovava a importância inegável do MCMV e identificava o caminho para sua continuidade em momento de redução de investimentos em habitação pelo poder público.

Em 2016, a combinação do forte contingenciamento dos recursos da União com o atraso nos pagamentos exigiu uma readequação da execução do Minha Casa Minha Vida, com o estabelecimento de um novo cronograma para pagamentos e a necessária redução do ritmo das obras – articulada pela CBIC, essa negociação equacionou as dívidas do governo federal com as empresas e restabeleceu um horizonte para o MCMV, aderente ao novo cenário de retração de recursos públicos e com mais segurança para o empreendedor.

Atendendo sugestão da construção, o governo federal também ampliou a aplicação de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), retomando a contratação de novas unidades e destravando os empreendimentos da Faixa 2; assim como criando as condições para a instituição das Faixas 3 e 1,5; medidas com impacto positivo para o setor e para a população. O MCMV ampliou o perfil de beneficiários e, no terceiro trimestre daquele ano, o Ministério das Cidades retomou obras paralisadas por falta de recursos em todo o Brasil.

## Vitória no judiciário federal

O ano de 2018 foi marcado por uma importante vitória para o setor da construção: a CBIC comemorou com construtores e incorporadores associados a tão aguardada decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no tema 938, de validar a cláusula contratual que transfere ao promitente comprador a obrigação de pagar a comissão de corretagem nos contratos de promessa de compra e venda do MCMV, desde que previamente informado o preço total da aquisição da unidade autônoma, com o destaque do valor da comissão de corretagem.

Em 2019, em atuação exemplar da CBIC como *amicus curiae*, nos temas 970 e 971 do STJ, o setor conseguiu mais uma grande vitória no judiciário nacional. Na pauta, foi tratado o assunto atraso de obras. O primeiro tema (970) tratou da possibilidade ou não de cumulação dos lucros cessantes com cláusula penal em atraso na entrega de imóvel e o segundo (971), da possibilidade ou não de inversão, em desfavor da construtora, de cláusula penal estipulada exclusivamente para o consumidor, nos casos de atraso na entrega do imóvel. Para o STJ a cláusula penal moratória, que tem a finalidade de indenizar pelo adimplemento tardio da obrigação, não pode ser cumulada com lucros cessantes. Quanto à possibilidade de inversão de cláusula penal estipulada em desfavor do adquirente, o tribunal consignou que, nos contratos de adesão, a mesma cláusula deverá ser considerada para a fixação da indenização pelo inadimplemento do vendedor.

Ainda em 2018, a entidade alertou o secretário-executivo da Casa Civil da Presidência da República, Daniel Sigelmann, quanto às implicações jurídicas e econômicas provocadas pela alteração da Resolução 823/2018, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), sobre contratos assinados no âmbito do MCMV e ao orçamento da União. Pelo normativo, o custo da construção das obras de infraestrutura básica das redes de distribuição de energia elétrica nos empreendimentos de interesse social deixava de ser responsabilidade das distribuidoras a partir de 2019, gerando grande prejuízo ao Minha Casa Minha Vida como um todo.

Para manter seus associados atualizados, a CBIC criou o Grupo de Acompanhamento do MCMV, trazendo para a CHIS a partir de 2018, quando a comissão foi criada, a rotina de reuniões entre os agentes financeiros e outros atores associados à execução do programa e os empresários e dirigentes da construção. A garantia do correto fluxo de pagamentos dos empreendimentos e a estabilidade do programa mereceram uma atuação continuada da CBIC: mais que defender os interesses legítimos do setor, a entidade cuidou dos empregos e da renda gerada pelas obras do programa para a população.

Essa correlação é relevante: para se ter uma ideia, em 2019 os atrasos de pagamentos do MCMV impactaram negativamente o emprego no setor da construção, que perdeu cerca de oito mil postos de trabalho com carteira assinada. O contingenciamento dos recursos federais do Minha Casa Minha Vida, cujas faturas deveriam ser quitadas em dois dias, impôs desequilíbrio econômico aos contratos e prejuízos às empresas da construção.

## Conquista no legislativo federal

Em busca de uma solução, a CBIC atuou junto ao Congresso Nacional: em audiência realizada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados (CDEICS), a entidade defendeu o descontingenciamento do orçamento do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) para permitir o cumprimento dos contratos assinados dentro do Minha Casa Minha Vida e o fluxo normal das obras. Os argumentos apresentados na ocasião contribuíram para a liberação, pelo governo federal, dos subsídios para empreendimentos das faixas 1,5, 2 e 3 do MCMV.

A entidade também participou ativamente da discussão legislativa que levou à aprovação do Projeto de Lei 888/2019, que recriou o Regime Especial de Tributação (RET) para a construção de unidades do Minha Casa Minha Vida, promulgado pela presidência da República em janeiro de 2020. A CBIC trabalhou fortemente para a retomada do Regime Especial de Tributação (RET) para o setor da construção, esforço esse que culminou na edição da Lei 13.970/2019 que estabeleceu que a incorporação de unidades residenciais com valor até R$ 100 mil terá regime de tributação próprio, resgatando benefício concedido às empresas da construção até 2018.

O RET aplicado ao programa Minha Casa Minha Vida determina o recolhimento do equivalente a 1% da receita mensal recebida a título de pagamento unificado do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), do PIS/Pasep (contribuição para os Programas de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Em 2020, a CBIC apresentou ao ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, demandas do setor ligadas à previsibilidade dos contratos do MCMV e discutiu propostas relacionadas ao futuro da habitação de interesse social no país. Naquele ano, a entidade enfatizou que o gargalo para a execução do programa residia na indecisão do governo federal sobre o percentual do subsídio do Orçamento Geral da União (OGU), circunstância que atrapalhava o cronograma de obras. Pouco tempo depois, os recursos foram liberados para regularizar a contratação do programa nas faixas 1,5 e 2.

O acompanhamento da entidade foi decisivo durante a pandemia da covid-19. Maior programa habitacional em curso no Brasil, rebatizado como Casa Verde e Amarela, foi objeto de iniciativas do governo federal, entre elas o uso de 100% dos recursos do FGTS para o financiamento da faixa 1 e a ativação de obras públicas paralisadas. O poder legislativo também colocou o programa entre as prioridades no enfrentamento da crise e estímulos ao setor da construção aprovando a suspensão, por até seis meses, das prestações mensais dos beneficiários do programa.

## Habitação de interesse social com prioridade

As iniciativas da CBIC para garantir a continuidade do programa tiveram novo esforço em 2022, quando a entidade foi recebida pelo então candidato à presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) – na ocasião, o político do PT informou que, se eleito, relançaria o Minha Casa Minha Vida, o que de fato aconteceu em 2023. Durante aquele encontro, a CBIC entregou ao candidato documento com diagnóstico e sugestões do setor da construção com medidas para o desenvolvimento da habitação no país.

Ampliado, o conjunto de sugestões foi apresentado ao ministro das Cidades, Jader Filho, e ao ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, com propostas para o aperfeiçoamento do programa. A CBIC também tratou do assunto com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com quem discutiu a tributação do programa habitacional. Entre os primeiros resultados desse esforço, o setor da construção conquistou a regulamentação da retomada de obras inacabadas que integram o programa, anunciada pelo Ministério das Cidades.

O final do primeiro semestre de 2023 foi um marco para a habitação de interesse social no Brasil. com a assinatura de portarias sobre unidades habitacionais em áreas urbanas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). A expectativa do governo federal é estimular o MCMV Entidades, modalidade que permite que famílias organizadas de forma associativa, por uma Entidade Organizadora habilitada (cooperativas e associações, por exemplo), produzam suas unidades habitacionais e alcancem a entrega de dois milhões de habitações em quatro anos, em parceria com o setor da construção.

A atuação da Comissão de Habitação de Interesse Social (CHIS) e da Comissão da Indústria Imobiliária (CII) tem permitido à CBIC oferecer ao país uma contribuição qualificada no debate e formulação de soluções para democratizar o acesso à casa própria, sonho da maioria dos brasileiros. Os projetos técnicos associados ao acompanhamento do Programa Minha Casa Minha Vida são tarefa estratégica para o setor da construção, mas principalmente para a população que ainda precisa – e sonha – com a moradia digna.

# Segurança jurídica na transação com imóveis

Em meados de 2014, a deterioração da economia brasileira e seus reflexos – notadamente o aumento da inflação e do desemprego; ampliaram significativamente o registro de resoluções de contratos no mercado imobiliário, o chamado distrato, movimento que trouxe enorme insegurança jurídica e prejuízos financeiros para o setor, assim como maior incerteza para compradores de imóveis adimplentes. Essa escalada alcançou seu maior nível em 2016, exigindo esforço continuado da construção para identificar solução que garantisse os direitos do comprador, preservando também as prerrogativas do empreendedor.

Nesse campo, a CII e o Conselho Jurídico (CONJUR), com o apoio das assessorias Jurídica e Legislativa da CBIC, concentraram as ações da entidade para sensibilizar e mobilizar diversos atores nos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo em busca do aperfeiçoamento do marco regulatório da compra e venda de imóveis no Brasil. Executada em parceria com o SENAI, essa agenda mereceu precedência já em 2015, tendo como referência acordo celebrado no Rio de Janeiro envolvendo dirigentes da construção e do mercado imobiliário, representantes de órgãos de defesa do consumidor e do Poder Judiciário.

Em 2017, a CBIC trabalhou para articular um acordo similar com abrangência nacional – nessa iniciativa, a entidade agregou posicionamento de entidades associadas, especialmente da Associação Brasileira das Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), e diálogo com o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, tendo como interlocutor o desembargador Werson Rêgo; e com a Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON), órgão vinculado ao Ministério da Justiça; para avançar no debate em torno do distrato e articular o aperfeiçoamento das regras. Esse assunto foi levado também à equipe econômica do governo federal.

Bem-sucedidos, os paradigmas da experiência fluminense ancoraram a proposta preparada pelo CONJUR e assessorias da CBIC para uma legislação que regulamentasse o distrato no Brasil – o tema foi objeto de ampla negociação da entidade com o governo federal, órgãos de defesa do consumidor, judiciário, construtoras e incorporadoras e o legislativo. O momento exigia atenção redobrada sobre um mecanismo que vinha colocando em risco o investimento, a entrega de empreendimentos do mercado imobiliário e a geração de novos empregos na indústria da construção.

## Diálogo amplo e intenso

A CBIC articulou fortemente para sensibilizar os poderes e garantir a regulamentação, atuando junto aos representantes do Executivo, Legislativo e Judiciário federais, demonstrando a importância da aprovação de uma regulamentação. A entidade discutiu a questão do distrato em audiência com o presidente da República, Michel Temer, no Palácio do Planalto, com a participação de diversas autoridades, como os ministros Alexandre Baldy (Cidades), Eliseu Padilha (Casa Civil), Esteves Colnago (Planejamento, Desenvolvimento e Gestão); Caio Vieira de Mello (Trabalho); e do presidente da Caixa Econômica Federal Interino, Arno Meyer.

Também participaram os secretários de Desenvolvimento da Infraestrutura do MPOG, Pedro Capeluppi e Julio Alexandre Menezes da Silva; o vice-presidente de Habitação da Caixa, Paulo Antunes, e da Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Maria do Socorro Gadelha Campos de Lira. Em outro momento, a CBIC retomou a agenda com o ministro-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, deputado federal licenciado Carlos Marum.

Nessa mobilização, a entidade também esteve com o então governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin; o líder do DEM e pré-candidato ao governo de São Paulo, deputado federal Rodrigo Garcia; o deputado José Stédile (PSB-RS), relator do PL nº 1.220/15, e o senador Romero Jucá (DEM/RR). Em audiência com o então presidente do Senado Federal, Eunício Oliveira, em Brasília, a CBIC pediu celeridade à aprovação da regulamentação. Participaram do encontro o então ministro das Cidades, Alexandre Baldy, e o presidente da Caixa Econômica Federal, Nelson Antônio de Souza.

A CBIC também buscou sensibilizar atores importantes do judiciário e participou, com o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Antonio Saldanha Palheiro, do *II Seminário Incorporação Imobiliária na Perspectiva do STJ – A Proteção do Consumidor*. Na ocasião, a entidade abordou os impactos do distrato para o empreendedor e o comprador adimplente. A instituição também marcou presença em audiência pública no STJ, em Brasília, representada pelo professor Sylvio Capanema, sobre penalidades por atraso na entrega do imóvel.

A defesa da regulamentação do distrato mobilizou a CBIC também em um horizonte de futuro: o assunto foi levado ao evento *O Futuro do Brasil na Visão dos Presidenciáveis 2018*, realizado pela Coalizão da Construção, em Brasília, em que o setor da construção conquistou o apoio do então candidato Geraldo Alckmin (PSDB) a favor da aprovação da Lei dos Distratos. A sabatina também contou com as presenças dos candidatos Marina Silva (Rede), Álvaro Dias (Podemos), Ciro Gomes (PDT) e Henrique Meirelles (MDB). A entidade levou sua mensagem e apelo também aos parlamentares da Frente Parlamentar de Apoio à Indústria da Construção e do Mercado Imobiliário, lançada em 2018, com a adesão de 240 deputados de todos os Estados e do Distrito Federal.

### Impacto de decisões judiciais

Aprovada pelo Congresso Nacional em 2018 e sancionada pelo governo federal em 2019, a Lei dos Distratos Imobiliários (13.786/2018) foi um passo decisivo para restabelecer a segurança jurídica no mercado imobiliário brasileiro ao proteger o comprador adimplente, desestimular a especulação imobiliária e punir empresas por atraso na entrega de suas obras.

Para a CBIC, eram necessárias regras mais claras que punissem os que não cumpriam os contratos, fossem compradores ou construtores, e isso foi estabelecido. A nova lei beneficiou tanto empresas quanto clientes: pelas novas regras, com a dissolução do contrato a incorporadora poderia reter até 25% da quantia paga pelo adquirente. Além disso, quando o empreendimento tivesse seu patrimônio separado da incorporadora – em regime do patrimônio de afetação –, a retenção poderia ser de até 50%.

A regulamentação também determinou, no caso de distrato, prazo de 180 para a empresa devolver o valor para o comprador, descontada a multa correspondente. Em situações de patrimônio de afetação, o período é de 30 dias após a obtenção do habite-se da construção. O direito de arrependimento é de sete dias para os compradores e foram fixadas multas para incorporadoras em casos de atraso na entrega dos imóveis. A nova lei também definiu medidas importantes de transparência, como a obrigatoriedade de incluir um quadro resumo nos contratos com as principais condições da negociação.

A nova lei gerou dúvidas e incertezas entre empresários e entidades do mercado imobiliário. Para esclarecer o tema e orientar tais atores na adequação às novas regras, o CONJUR publicou o documento *Distratos na incorporação imobiliária – Entenda a nova legislação* e realizou edições regionais do Seminário Judiciário e o Mercado Imobiliário: um diálogo necessário, com a presença do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Luis Felipe Salomão: junto a outros painelistas, ele participou de um debate técnico e qualificado sobre a lei e sua aplicação, respondendo às principais dúvidas do setor.

A regulamentação do distrato manteve prioridade na programação técnica do CONJUR. Em 2019, outro importante esforço de disseminação da lei e esclarecimento do setor ocorreu durante o 91º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC), onde foram discutidas a nova legislação e a busca por contratos mais seguros e transparentes. Participaram o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha; desembargadores do TJRJ como seu presidente, Claudio de Mello Tavares, Luiz Roberto Ayoub e Werson Rêgo, além do advogado e especialista em Direito Imobiliário, Melhim Chalhub.

## Apoio no judiciário

Naquele ano, o STJ decidiu que a Lei dos Distratos não seria aplicada aos processos em andamento, a fim de preservar o ato jurídico perfeito e os direitos adquiridos. A decisão do ministro Luis Felipe Salomão, relator dos processos relacionados à resolução de contratos de compra de imóveis (temas 970 e 971), foi acompanhada pelos demais ministros e culminou na punição da construtora no caso de atraso na entrega do imóvel nos recursos repetitivos que tratassem das penalidades contra construtoras em casos similares.

Essa questão foi novamente discutida durante o *Seminário Jurídico Poder Judiciário e o Mercado Imobiliário – Um diálogo necessário*, realizado em conjunto pela CBIC, Ademi-RJ, Secovi-SP e o Instituto Nêmesis, no auditório externo do STJ, em Brasília. O tribunal apoiou o evento, que teve como principal objetivo tratar questões ligadas à segurança jurídica e à liberdade econômica, assim como os impactos das decisões judiciais sobre o mercado imobiliário.

Diante das diversas decisões judiciais para pacificação de conflitos envolvendo distratos, em 2019 a CBIC desencadeou um projeto de apresentação do setor da construção, especialmente o mercado imobiliário, ao Poder Judiciário brasileiro. Além de eventos e audiências com magistrados para esclarecer o *modus operandi* da incorporação e tornar clara a seriedade das empresas no relacionamento com seus clientes, a entidade também apoiou suas associadas participando de processos, ingressando nas ações como *amicus curiae*.

Com atuação incisiva e estratégica da CII e do CONJUR, a CBIC cumpriu um longo esforço para conquistar a regulamentação do distrato e esvaziar uma indústria de ações judiciais que vinha comprometendo não apenas o negócio da incorporação imobiliária como, principalmente, colocando em risco o sonho de milhares de compradores adimplentes de móveis prejudicados pelo distrato. Ação emblemática da CBIC, esse projeto teve impacto positivo e decisivo sobre o ambiente de negócios da incorporação imobiliária no Brasil, com efeitos percebidos até o momento atual.

## Protagonista ou refém?

Essa é a questão que ancora um dos mais relevantes projetos de sustentabilidade realizados pela CBIC, iniciativa que tem impactado de forma inegável as cidades onde foi implantado desde sua criação. Em parceria com o SESI, a entidade criou o projeto *O Futuro da Minha Cidade*, que parte de uma provocação ao cidadão: você quer decidir o destino da sua comunidade, protagonizando e induzindo mudanças e melhorias, ou prefere ser refém das decisões de terceiros? O projeto é uma ação da CBIC com foco no ambiente urbano, para estimular a cidadania e a melhoria das condições de vida nas cidades brasileiras.

Criado em 2012, tendo como inspiração e referência iniciativa desenvolvida na cidade de Maringá (PR) sob a liderança do então prefeito Silvio Barros, consultor da CBIC, *O Futuro da Minha Cidade* busca a formação, a organização e o protagonismo da sociedade civil na gestão das cidades, constituída por uma governança capaz de planejar o futuro, de forma a organizar as escolhas feitas no presente, levando em conta os desafios e os potenciais, sendo também capaz de acompanhar e monitorar o poder público no desenvolvimento de suas ações em direção ao planejado, bem como recepcionando os líderes públicos para compartilharem desafios e oportunidade nas cidades com essa governança, em um exercício da corresponsabilidade dos cidadãos.

O projeto tem foco no planejamento do futuro das cidades, com um horizonte mínimo de 20 anos. Realizado pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), a iniciativa contribui na criação de soluções que garantam sustentabilidade em um sentido mais amplo, emanadas e legitimadas pelo cidadão. *O Futuro da Minha Cidade* tem como principal mecanismo a disseminação do modelo do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CODEM) de Maringá: atuante há mais de 20 anos, este conselho tem caráter deliberativo e consultivo, atuando na proposição e iniciativas para a execução da política de desenvolvimento econômico e social, assim como planejamento urbano da cidade.

De participação voluntária e apartidária, com visão e planejamento de futuro, a sociedade civil organizada e a prefeitura têm alcançado excelentes resultados para a cidade desde sua implementação – Maringá foi primeiro lugar na gestão fiscal no Paraná, por oito anos consecutivos, e a oitava melhor cidade do Brasil. Pelos resultados e pelo protagonismo de mais de duas décadas de funcionamento, o CODEM se mostrou um modelo que poderia ser replicado em outras cidades do Brasil e a CBIC elegeu esse projeto como prioridade na sua atuação.

Estratégico para o objetivo de manter o setor da construção inserido e reconhecido no ambiente em que atua, o projeto *O Futuro da Minha Cidade* ganhou impulso a partir de 2014, quando sua implantação e divulgação mereceu esforço dedicado da entidade. Seus públicos-alvo são todos os atores interessados no desenvolvimento da comunidade – cidadãos e setores organizados – e tomadores de decisão no setor da construção. Ao longo dos anos, sua realização tem culminado em uma revolução na forma de relacionamento do cidadão com o setor público.

## Um projeto de apaixonados

Em 2016, para levá-lo a todo o Brasil, a CMA lançou a primeira edição do manual de implementação, documento orientativo apresentando o projeto e um passo a passo para a sua implantação. A comissão destaca que o sucesso da iniciativa exige compreender que cada cidade tem seu tamanho, suas peculiaridades e identidade cultural, vocações econômicas e potencialidades próprias que precisam ser respeitadas e incorporadas no desenvolvimento do projeto. A história, a idade, a evolução populacional, o nível de organização social e de experiência com o voluntariado são aspectos essenciais para obter êxito, pois um programa como esse exige certo grau de maturidade da sociedade organizada a que se destina.

Outra premissa é que as entidades locais, ligadas ao setor da indústria da construção, são as líderes do processo, arregimentando e aglutinando os parceiros e participantes necessários. Para articular o diálogo, cada cidade cria um Conselho formado por cidadãos comprometidos e envolvidos com a concretização das propostas, garantindo a continuidade dos projetos – são os "apaixonados": empresários; formadores de opinião e representantes da sociedade civil organizada, público formado por dirigentes de entidades empresariais; entidades de classe; clubes de serviço; instituições de ensino superior; conselhos profissionais como a OAB e o CREA, por exemplo; as associações comerciais; cooperativas; sindicatos patronais e trabalhistas; entidades representativas de moradores.

Na implementação de *O Futuro da Minha Cidade*, tais atores são distribuídos formando grupos com tarefas dedicadas:

- **os indutores** – aqueles que assumirão o papel de desencadear o projeto, liderar as ações de sensibilização e mobilização das demais lideranças e formadores de opinião na cidade. São os articuladores locais, que ajudarão a decidir sobre aspectos-chave para sucesso do projeto;
- **os participantes** – são formadores de opinião, lideranças comunitárias e empresariais, representantes de associações de classe, instituições de ensino superior, organizações não governamentais e do poder público. Cidadãos que possam contribuir com o processo, dedicando seus conhecimentos, habilidades e atitudes de forma voluntária, porém, sendo também parte interessada, pois seus negócios, emprego, família e qualidade de vida serão beneficiados pelos resultados; e os
- **os facilitadores** – indivíduos com capacidade técnica para planejar, preparar e administrar o processo, mantendo-se neutros no conteúdo e sobre os resultados. Terão contribuição relevante para ajudar as lideranças a ganharem foco, direção e celeridade. Trata-se de especialistas contratados e/ou a equipe técnica que se pode formar para a gestão da governança

O documento também sinaliza quais são sete os passos para desencadear *O Futuro da Minha Cidade*:

1. **SENSIBILIZAÇÃO** – O evento de lançamento mobiliza o maior número possível de lideranças da comunidade.
2. **INSTITUCIONALIZAÇÃO** – São recrutados os participantes e representantes de cada instituição. A metodologia é ensinada e eles então assumem o compromisso de implementar o projeto.

3. **MOBILIZAÇÃO** – O movimento é institucionalizado. Ganha um formato, um nome, tem sua operação e sustentabilidade financeira estruturada.
4. **FORMALIZAÇÃO** – O próximo passo é a formalização, com elaboração de estatutos e regimento interno que assegurem a legitimidade e representatividade.
5. **LEGALIZAÇÃO** – Busca de respaldo e perenidade ao mecanismo proposto por meio de lei municipal. Não é, entretanto, uma etapa obrigatória.
6. **OPERACIONALIZAÇÃO** – São eleitos os gestores, segundo as normas estatutárias; é definido o cronograma de ações e o orçamento operacional com suas fontes de receita. É feita ainda a distribuição de responsabilidades.
7. **PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO** – O planejamento é a última etapa. O objetivo é fazer da cidade um lugar para viver e não apenas para morar.

Atualizado em 2022, com uma segunda edição, o manual preparado pela CMA descreve todas as iniciativas associadas a cada passo, orientando todo o processo. O documento também apresenta um panorama do que já foi realizado por *O Futuro da Minha Cidade* e as tendências globais de interesse. O manual é a base dos eventos de sensibilização em que a CBIC apresenta o projeto e afere sua aderência às localidades – cada encontro recebe uma média de 200 pessoas. A entidade também promove *workshops* para a troca de experiências entre as cidades que tenham implantado ou estejam estruturando seus Conselhos.

Entre meados e 2014 e meados de 2023, a CMA realizou eventos de sensibilização em 30 cidades do Brasil: Aparecida de Goiânia (GO); Belém (PA); Belo Horizonte (MG); Bento Gonçalves (RS); Brasília (DF); Campo Grande (MS); Cascavel (PR); Caxias do Sul (RS); Chapecó (SC); Goiânia (GO); Itapema (SC); João Pessoa (PB); Joinville (SC); Limeira (SP); Manaus (AM); Natal (RN); Porto Velho (RO) – com duas edições; Rio do Sul (SC); Santa Cruz do Sul (RS); Santa Maria (RS); Santa Rosa (RS); Santarém (PA); Santos (SP); São Gonçalo do Amarante (CE); São Luís (MA); Teresina (PI); Uberaba (MG); Uberlândia (MG); Vitória (ES) e Volta Redonda (RJ). Acompanhamento da comissão registra que 14 delas instalaram seus Conselhos, entre elas a capital federal, implementando o projeto efetivamente.

CODESE/DF
DIÁLOGOS CBIC
O FUTURO DA MINHA CIDADE E BRASÍLIA
correalização
SESI
realização
CBIC
apoio
GDF
Diálogos CBIC:
O FUTURO DA MINHA CIDADE E BRASÍLIA

Como você quer que seja a sua cidade daqui
Workshop

CAIXA
BRASIL

O FUTURO DA MINHA CIDADE

O FUTURO DA
MINHA CIDADE
Brasília-DF
CBIC
SINDUSCON-DF

O FUTURO DA
MINHA CIDADE
A construção
de uma cidade
para todos nós
CAIXA
SESI
CBIC

O FUTURO DA
MINHA CIDADE
CBIC

DIÁLOGOS CBIC
O FUTURO DA
MINHA CIDADE
CBIC
SESI

Para dar maior visibilidade à iniciativa, em 2019 a CBIC fez uma parceria com os portais G1, vinculado às Organizações Globo, e ao Catraca Livre, do jornalista Gilberto Dimenstein, para divulgar *O Futuro da Minha Cidade* para um número ainda mais amplo de pessoas em todo o país. O evento *Diálogo CBIC: O Futuro da Minha Cidade em Brasília* contou com a participação do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, e discutiu o desenvolvimento do DF.

O projeto *O Futuro da Minha Cidade* é uma iniciativa da CMA que marca a trajetória da CBIC e dá uma medida nos compromissos da entidade com a sustentabilidade e a responsabilidade social, tendo como objetivo o engajamento do setor da construção com a comunidade em que está inserido, por intermédio do empoderamento e conscientização do cidadão. Essa revolução silenciosa já rende frutos de grande importância, semeando um futuro melhor para uma parcela já significativa da população brasileira.

## Gestão compartilhada: sucesso nos projetos industriais

Um dos temas prioritários da CBIC a partir de 2019, com a criação da sua Comissão de Obras Industriais e Corporativas (COIC), foi a disseminação da gestão compartilhada na implantação de projetos do segmento de obras industriais e corporativas. Prioritário para a entidade, esse projeto técnico é realizado em parceria com o SENAI. A utilização dessa metodologia gerencial é fundamental para minimizar conflitos e disputas entre prestadores de serviços e contratantes que podem gerar reivindicações, pleitos e custos adicionais por falhas, por exemplo, no provimento de equipamentos não disponibilizados no tempo determinado.

A complexidade de um projeto industrial exige a participação de empresas de engenharia, gerenciadoras, empresas executoras de terraplenagem e obras civis, empresas de montagem industrial e, por uma questão de prazo, às vezes essas atividades precisam ser executadas simultaneamente – a integração e troca de informações entre os diversos *players* envolvidos gerariam mais eficiência aos projetos. Para a CBIC, quando um projeto é bem-sucedido, ganham o proprietário – que são os investidores; ganham os executores e ganha o país como um todo.

Apesar dessa constatação, a gestão compartilhada ainda era pouco utilizada no segmento de obras industriais e corporativas, conforme comprovou levantamento realizado pela CBIC junto a 16 empresas da construção industrial das regiões Norte, Nordeste e Sudeste do país, em 2020. A pesquisa *Indicadores de gestão compartilhada no setor de obras industriais e corporativas*, mostrou, ainda, que quando a metodologia é utilizada, as empresas envolvidas pouco fazem uso das formas técnicas de sua aplicação.

Para reverter isso, em 2020, dentro do *Diálogos CBIC: gestão compartilhada, um caminho?*, a CBIC promoveu importante debate sobre como fazer uma travessia e romper paradigmas. A abordagem do tema levou à criação do Comitê de Inteligência Estratégica (CIE) para discutir ações efetivas a serem adotadas junto a clientes do segmento industrial e corporativo para aproveitar as janelas de oportunidade surgidas durante a pandemia da covid-19.

Além disso, em razão da falta de bibliografia técnica sobre o tema, em iniciativa pioneira a CBIC lançou o *Guia Prático de Gestão Compartilhada*, documento inédito, dedicado a empresas contratantes e contratadas, para ajudar a reverter os indicadores de fracasso de parcela representativa de empreendimentos industriais e corporativos implantados no país. Divulgado em 2021, o material é composto pelo depoimento de profissionais com reconhecida credibilidade e experiência na implantação de projetos industriais no Brasil e no mundo, ratificando a eficácia da gestão compartilhada como fator importante no sucesso dos projetos desse segmento da construção.

O guia foi apresentado durante o 92º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC), no painel *Guia Prático de Gestão Compartilhada*, promovido pela COIC com a exposição dos principais pontos sobre o tema. Ainda com base nesse documento, em 2022 a CBIC lançou e realizou uma *master class* do curso de gestão compartilhada: a capacitação teve início em 2023 e o curso foi estruturado em 12 módulos, com a participação de 12 especialistas da área.

Ao disseminar a gestão compartilhada como metodologia estratégica para o maior sucesso dos empreendimentos do segmento de obras corporativas e industriais, a CBIC induz movimento disruptivo em um setor marcado pela resistência à partilha de informações e decisões, criando as condições para um salto de qualidade necessário e desejado por seus *players*. A atuação da COIC tem contribuído para essa mudança de mentalidade, oferecendo à construção o conhecimento técnico e o ferramental que garante segurança para essa mudança.

## Reconhecimento à engenharia de vanguarda

Também está na esfera da Comissão de Obras Industriais e Corporativas projetos técnicos voltados à realização de um paradigma que marca a trajetória da CBIC: a valorização da Engenharia Civil brasileira. Esse tema voltou à agenda estratégica da entidade em 2019, após a realização do painel *Caminhos para Viabilizar Projetos Industriais: Planejamento e Inovação*, durante o 91º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC), no Rio de Janeiro.

Na ocasião, apostar na valorização dos conhecimentos consolidados da engenharia, no aprimoramento de todas as fases de planejamento dos projetos e na aplicação de modernas ferramentas tecnológicas foram apontadas pelos especialistas convidados para o debate pela COIC como iniciativas fundamentais para que os projetos do setor da construção aumentassem seu percentual de sucesso.

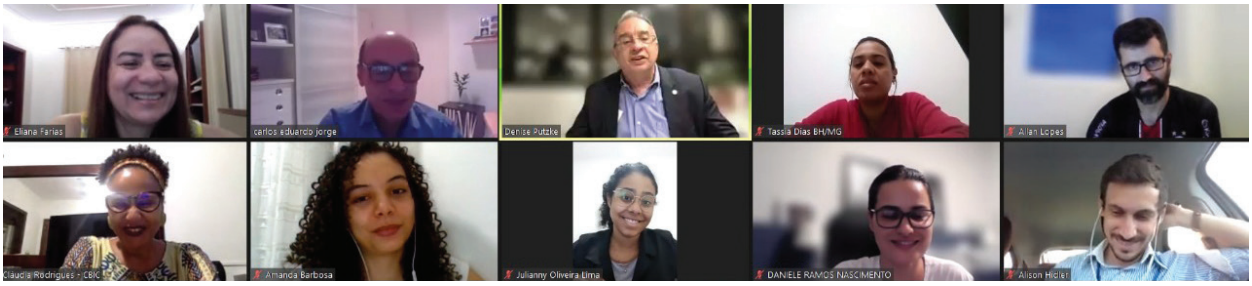
Essa conclusão alertou a CBIC de que um dos maiores desafios impostos à indústria da construção e à Academia, naquele momento, seria resgatar o valor da Engenharia Civil, cujo curso já chegou a registrar linha de corte mais alta que o de Medicina nas universidades brasileiras e deixou de ser almejado pelos estudantes nos últimos anos. Empresários do setor da construção destacaram que uma das causas dessa desvalorização são as constantes crises econômicas que marcam o país que, além de não atrair novos profissionais, levam à perda de engenheiros com alto nível de capacitação para outras áreas e mesmo para países do exterior.

Para reverter esse quadro, a CBIC deu início a um importante trabalho de resgate do valor da engenharia nacional. Um dos exemplos da desvalorização da carreira foi percebido exatamente na área de atuação da COIC, que tem como *players* empresas de engenharia, construção e montagem dedicadas às atividades de implantação de projetos industriais e corporativos responsáveis pela produção anual de aproximadamente R$ 85 bilhões. Apesar da sua relevância para o país, seu valor só é percebido quando há acidentes ou incidentes, falhas e tragédias.

Apesar de cerca de 1,5 milhão de engenheiros contribuírem para estabelecer melhor qualidade de vida à população no dia a dia, nem todos os brasileiros percebem a importância da engenharia nas suas rotinas. Para demonstrar como a engenharia está presente no cotidiano de todos e é essencial ao cidadão, em 2020 a CBIC lançou a *Campanha Nacional de Valorização da Engenharia*. Além da parceria com o SENAI, a entidade contou com o apoio do Sistema Confea/Crea e do Instituto de Engenharia.

Disseminada nas redes sociais e nas publicações da CBIC, a campanha destaca os atributos da engenharia, como seu alcance ilimitado, facilitando tanto a mobilidade das pessoas – pela na construção de pontes e viadutos, como dando suporte ao tratamento da saúde – ao edificar hospitais e instalar equipamentos.

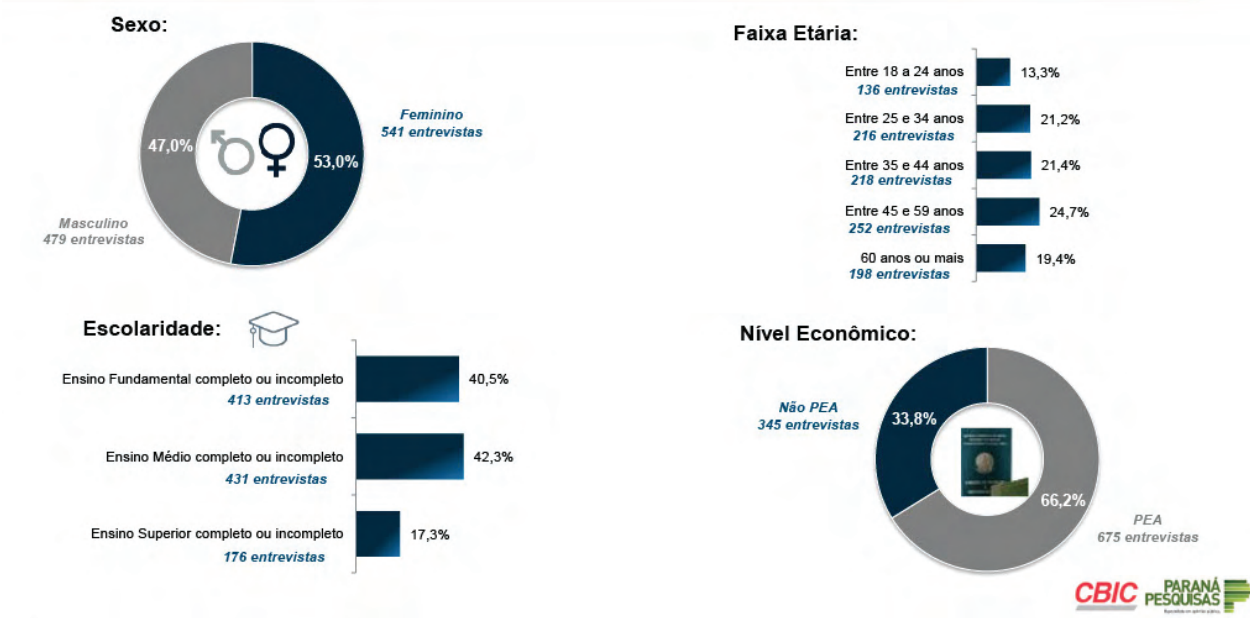
Toda a comunicação articulada pela COIC associou a engenharia ao desenvolvimento, atividade imprescindível não apenas para o setor da construção, mas para todos os setores organizados da economia e da sociedade. Em 2022, a campanha tornou-se objeto de um grupo de trabalho criado pela COIC, focado na avaliação de iniciativas e resultados em torno do objetivo de fortalecer a imagem da Engenharia brasileira.



Entre os objetivos da iniciativa estão a realização de estudos e análises para aprofundar os entendimentos sobre os caminhos para valorizar a profissão no país, concentração de esforços em ações-chave para mostrar o quanto a área contribui para a qualidade de vida das pessoas – visando o reconhecimento da sociedade, e estreitar a comunicação entre os diversos atores, como universidades, empresas do setor privado, entes públicos e a população brasileira. O GT visa também promover debates para a continuação da campanha. Atualmente, as reuniões são bimestrais – desde sua criação, o GT promoveu seis encontros.

## Pesquisa inédita

A pandemia da covid-19 e seus reflexos deram o mote para a segunda fase da campanha promovida pela CBIC. A engenharia ofereceu contribuição decisiva durante a crise sanitária, nas áreas de saneamento e infraestrutura hospitalar, essenciais para a promoção de melhores condições de atendimento de saúde para a sociedade. A campanha abordou temas essenciais para a qualidade de vida do brasileiro, como a distribuição e abastecimento de água potável e a mobilidade urbana. As postagens também destacaram que a engenharia permitiu à grande parte da população mundial o conforto de poder trabalhar de casa e buscar proteção contra o novo coronavírus.



Em 2023, a CBIC lançou um vídeo manifesto da campanha, com o mote: *A casa, o carro, a internet e a indústria*, todos têm uma relação comum com a engenharia, ou seja, tudo parte da engenharia. Trata-se de um convite à sociedade para um novo olhar sobre tudo o que está à sua volta no cotidiano, seja o simples fato de ligar a luz no conforto do seu lar, ou, simplesmente, locomover-se para outros lugares.

Em 2021, superando os desafios do ensino à distância impostos pela pandemia, o movimento de valorização da Engenharia ganhou um novo vetor, com o apoio do Sistema Confea/Crea à campanha da CBIC, no campo da educação continuada, da certificação profissional e da oferta de cursos de especialização *on-line* da Plataforma Coursera, com formação por competências (*skills*). Em parceria com a E2D 500, os cursos contemplam as 200 melhores universidades do mundo e mais de 5 mil cursos em diferentes áreas do conhecimento.

Outra iniciativa da COIC foi a realização da pesquisa *Percepção do valor da engenharia para a sociedade*, que foi destaque em divulgação especial do portal de notícias G1. Elaborada em parceria com o Instituto Paraná Pesquisas, a sondagem avaliou como a sociedade brasileira enxerga a engenharia no seu cotidiano, nas pequenas e grandes coisas que lhes conferem mais qualidade de vida. A pesquisa mostrou que para 36,6% dos entrevistados o primeiro pensamento que vem à mente ao falar sobre engenharia, remete à construção de casas e edifícios.

Ainda nesse campo, a CBIC deu outro importante passo para a valorização da engenharia de custo, reunindo representantes do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Caixa Econômica Federal para tratar do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção (SINAPI), principal referência de custos para obras e serviços de engenharia. O encontro serviu para aproximar tais entes e melhorar o entendimento da corte de contas sobre o sistema.

Ao imprimir prioridade e importância à valorização da Engenharia, a CBIC atua para fortalecer a base do setor da construção, conhecimento que está na sua origem e que carrega o seu futuro. Com esse projeto, a COIC consolida a relevância de sua agenda estratégica, apontando caminhos que levarão à modernização continuada do setor da construção, aglutinando todos os seus segmentos.

## Diálogo da construção com TCU

Em seu esforço para remover entraves e melhorar o ambiente de negócios do setor da construção, a CBIC tem atuado para promover maior conhecimento sobre as atividades e a operação de suas empresas: em busca de segurança jurídica para os empreendimentos de infraestrutura, assim como de mecanismos que destravassem obras paralisadas pelo país inteiro, a entidade construiu relacionamento próximo e pedagógico com o Tribunal de Contas da União (TCU).

Iniciado em 2013 e conduzido por sua Comissão de Infraestrutura – então Comissão de Obras Públicas, Privatizações e Concessões (COP) – em parceria com o SENAI, o projeto *Diálogo TCU-CBIC* foi consagrado como um marco nas iniciativas da entidade para desmistificar a construção e aperfeiçoar normas e procedimentos dos órgãos de controle.

Inovador e inédito, o projeto envolveu um ciclo de seminários regionais com a discussão técnica dos mais diversos temas inerentes aos projetos de infraestrutura, na sua interface com o setor da construção. Reunidos pela COINFRA, diversos atores do poder público e do setor privado discutiram a realidade de contratação e da execução de obras públicas, iluminando aspectos e desfazendo preconceitos tanto para o setor produtivo quanto para o controle exercido pelo TCU.

As empresas da construção puderam expor suas dificuldades no relacionamento com o tribunal, e integrantes da corte apresentaram suas percepções sobre impropriedades cometidas pelo setor numa troca de percepções franca e técnica. Entre 2013 e 2014, o *Diálogo TCU-CBIC* passou pelas cidades de Belo Horizonte (MG), Recife (PE), Porto Alegre (RS), Goiânia (GO) e Belém (PA). Tais encontros resultaram na publicação da Cartilha TCU – Manual de fiscalização de obras do País e do documento *Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas*, que unificou o entendimento do tribunal sobre os principais questionamentos do setor.

Publicado em 2014 pelo TCU, na gestão do presidente Augusto Nardes, o documento permanece atual e com grande utilidade, trazendo um panorama essencial para o manejo de projetos nos diversos campos da infraestrutura. A CBIC promoveu ampla disseminação do material, impactando todas as entidades associadas e empresas da construção, promovendo um ciclo de melhoria de procedimentos e uma melhor tomada de decisões.

No segundo semestre de 2018, diante da alta incidência de obras paralisadas no Brasil, a CBIC organizou um novo ciclo de debates com a corte de contas em busca de soluções que permitissem a retomada e conclusão dos milhares de projetos suspensos. O *Diálogo TCU/CBIC* foi realizado na cidade de Brasília, no auditório da Escola Superior do Tribunal de Contas da União (TCU), e debateu temas sensíveis como sobrepreço e superfaturamento; aditivos contratuais, compensações entre acréscimos e supressões em obras públicas e efeitos e custos de paralisação de obras financiadas com recursos federais. Mais uma vez, a entidade promoveu uma conversa franca e qualificada, enfrentando os assuntos de forma transparente.

## Cartilha inédita

Naquele momento, havia uma grande preocupação do setor da construção com o chamado apagão das canetas, movimento em que servidores públicos deixavam de tomar decisões e realizar procedimentos corriqueiros, legitimados por lei, com receio de que os órgãos de controle viessem a questionar tais ações, imputando-lhes responsabilidades. Para além do contingenciamento de recursos públicos, esse era um dos principais fatores na paralisação de obras no país.

Diante daquele cenário, a CBIC sugeriu ao Tribunal de Contas da União a atualização da cartilha *Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas*, assim como a retomada do grupo de trabalho para dar seguimento ao *Diálogo TCU/CBIC*. Na demanda apresentada pela entidade à coordenadoria geral da Comissão de Infraestrutura da corte constavam proposições objetivas para a revisão de itens fixados pelo Tribunal, por meio de acórdãos que influenciavam na elaboração de orçamentos de obras públicas.

A iniciativa foi bem recebida pelo tribunal, que também tinha interesse em identificar as principais causas das obras paralisadas pelo país, além de atuar sobre elas e ter instrumentos para reduzir os fenômenos que geravam a paralisação. O ciclo de reuniões do projeto Diálogo TCU/CBIC foi então retomado, abrindo uma nova rodada de debates – o primeiro evento foi realizado em Curitiba (PR), com apoio do Sindicato da Indústria da Construção do Paraná (Sinduscon-PR).

Os painéis abordaram questões como as especificidades das licitações por preço global e por preços unitários; orientações para reequilíbrio econômico-financeiro de contratos, motivado pela elevação no preço dos insumos, e jurisprudência sobre anulação ou modificação de aspectos do contrato por defeitos na licitação.

## Melhoria de marcos regulatórios

Em 2019, o segmento de Infraestrutura atravessou uma crise sem precedentes: para reverter a situação era necessário não apenas equilíbrio fiscal dos governos, mas a melhoria do financiamento aos empreendimentos e o aprimoramento do arcabouço legal que regulava as contratações. A CBIC alertava que o uso indevido e danoso do pregão como modalidade de licitação pública para obras e serviços de Engenharia era um estímulo à aventuras e à irresponsabilidade na execução dos contratos.

Em busca de uma solução, a entidade levou a temática ao TCU que, em conjunto com o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), aceitou promover um amplo debate sobre o tema *Pregão e Contratação Integrada*, em Brasília, dentro do ciclo *Diálogos Infra TCU*. Organizada pela COINFRA, além da CBIC a iniciativa contou com o apoio do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal (Crea-DF); Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal (CAU-DF); Associação Nacional das Empresas de Engenharia Consultiva de Infraestrutura de Transportes (Anetrans).

Também apoiaram o evento o Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco); Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon); Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias (Aneor); Associação Brasileira de Consultores de Engenharia (ABCE); Sindicato da Indústria da Construção do Distrito Federal (Sinduscon-DF), e da Associação Brasiliense de Construtores (Asbraco). O *Diálogo Infra TCU* reuniu cerca de 200 empresários, auditores, gestores públicos e profissionais do Direito e engenharia civil, interessados em melhorar os processos de controle e destravar os empreendimentos.

Conduzido pela COINFRA, o projeto *Diálogo TCU-CBIC* foi consagrado como marco emblemático do desejo de cooperação mútua entre o setor da construção e o tribunal para a melhoria de processos por ambas as partes. Contribuição inquestionável da CBIC para a melhoria do ambiente de negócios da infraestrutura, a iniciativa também serviu para desmistificar a forma de atuar das partes, melhorando o relacionamento dos empresários com a corte de contas e vice-versa, assim como a execução de projetos de infraestrutura no país.

# Novo arcabouço para contratação pública

A CBIC atuou intensamente em outro ponto da agenda estratégica da construção e liderou um debate intenso em torno dos marcos regulatórios, com vistas a aperfeiçoar a regulação das contratações do setor. Entre meados de 2014 e junho de 2023, a COINFRA conduziu o esforço da entidade para identificar gargalos e propor soluções para modernizar diversas leis, entre elas a Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666). Legislação essencial para o segmento, essa norma passou oito anos pautando discussões nas casas do Congresso Nacional, processo acompanhado pela comissão, em parceria com o SENAI e a assessoria legislativa da CBIC.

A COINFRA mobilizou especialistas de conhecimento e credibilidade reconhecidos, que produziram elementos técnicos para subsidiar o posicionamento do setor da construção no debate travado nas Casas do Legislativo com vistas ao aperfeiçoamento da legislação. A CBIC participou ativamente das discussões, levando argumentos e esclarecimentos, assim como contestando equívocos no entendimento de aspectos da contratação de obras públicas.

Em 2018, durante audiência pública realizada pela Comissão Especial da Lei de Licitações da Câmara dos Deputados, a CBIC apresentou um conjunto de sugestões para a melhoria da legislação. Para reduzir o alto número de disputas e divergências, a entidade defendeu maior segurança jurídica aos processos licitatórios; a obtenção de licenciamento ambiental prévio ao edital; a não aplicabilidade do pregão para a contratação de obras e serviços de engenharia; a exigência da Matriz de Alocação de Riscos no certames; a manutenção da garantia de proposta em 1% e da garantia de performance em 5%; a comprovação de experiência técnica; a não aplicação dos Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMIs) em obras públicas – esse recurso poderia ser mantido apenas para projetos de concessões e PPPs; e a obtenção de orçamentos realistas.

No ano seguinte, a comissão manteve o monitoramento da tramitação da proposta e avançou na análise dos aspectos jurídicos da matéria. A COINFRA observou que a legislação trazia como benefícios a simplificação das normas, reunidas em um único dispositivo legal; a preferência pela adoção do *Building Information Modeling* (BIM) na formulação de projetos e a obrigatoriedade de implantar programas de integridade para obras públicas de grande vulto.

Por outro lado, a proposta também trazia questões polêmicas como a distinção entre serviços comuns e especiais de engenharia, abrindo a possibilidade de contratação de serviços de engenharia por pregão e uma possível perda de qualidade nas obras públicas. Em 2019, a comissão atuou para demonstrar as consequências do uso do pregão na engenharia: empreendimentos mal-executados ou inacabados, que acabam gerando um custo maior a longo prazo.

## Pedido de veto

A CBIC entregou aos parlamentares a cartilha *O uso do Pregão na Engenharia e a oportunidade de corrigir distorções no substitutivo ao Projeto de Lei 1.292/95*. No material, a entidade esclarece que o pregão é uma modalidade de licitação do tipo menor preço para aquisição de bens e serviços comuns, como canetas, lápis, borrachas, papéis, mesas, cadeiras, veículos, aparelhos de ar-condicionado, o que não é o caso dos serviços de engenharia, que requerem atestados de experiência e responsável técnicos, e cujo recebimento pela administração pública se dá em parcelas, ao longo do prazo de execução dos serviços.

A nova Lei de Licitações foi aprovada pela Câmara dos Deputados, sem atender a expectativa do setor da construção quanto à equalização de responsabilidades entre o setor público e privado, assim como pela manutenção de protagonismo para a modalidade de pregão. Em novembro de 2019, o substitutivo ao PLS 1292/95 foi remetido ao Senado Federal, sua casa de origem, para ser apreciado e votado: a COINFRA manteve a formulação de argumentos e articulação de convencimento, abrindo diálogo com senadores e acompanhando o debate no legislativo.

A comissão também realizou eventos, mobilizando diversos atores para debater o assunto e nivelar posições. A CBIC manteve o questionamento sobre o uso do pregão eletrônico para a contratação de obras públicas, levando o posicionamento contrário da construção aos diversos espaços de debate. Em audiência pública promovida pelo Ministério da Economia para discutir alterações do Decreto 5.450/2005, que regulamentou a utilização de pregão eletrônico, a entidade demonstrou que a modalidade não se aplicava nas licitações de compras de serviços de engenharia, abordando os prejuízos decorrentes dessa prática.

Em 2020, a CBIC encaminhou à Casa Civil solicitação de veto presidencial à proposta de norma contida no § 1º do art. 55 do Projeto de Lei 4.253/20 – a nova Lei de Licitações e Contratos Públicos, que vedava a utilização isolada do modo fechado para toda e qualquer licitação que se processasse sob os critérios de menor preço ou maior desconto. A entidade reforçou que se o texto prevalecesse como estava daria margem a conflitos interpretativos, insegurança jurídica, com custos de litigiosidade para os operadores da lei, para as empresas, para as administrações públicas e para a sociedade.

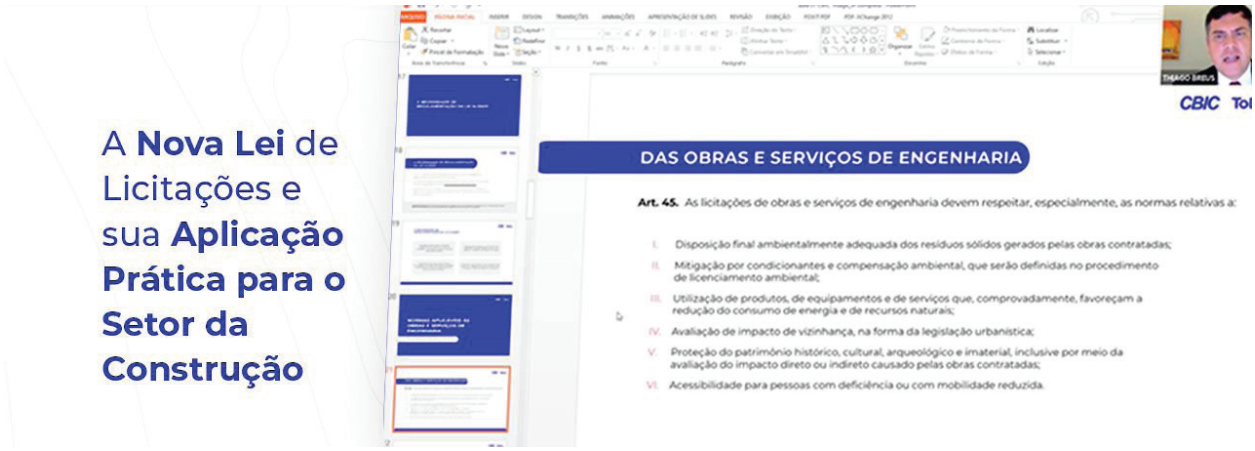
Em conjunto com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a CBIC se reuniu com o chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Economia, Bruno Travassos, para analisar e discutir o veto presidencial ao parágrafo primeiro do Art. 55 da proposta.

Durante as discussões no Congresso, o escopo da lei foi amplamente estendido para produzir uma nova legislação, unindo e revendo dispositivos da Lei 8.666/93, da Lei 10.520/02 (Lei do Pregão) e da Lei 12.462/11 (RDC – Regime Diferenciado de Contratações Públicas). Sancionada em 2021, a nova Lei de Licitações (Lei 14.133/21) modificou todo o processo de compras e contratação de serviços pela administração pública, nas esferas federal, estadual e municipal, causando grande impacto no setor da construção.

### Avanço com lacunas

A regulamentação da nova legislação exigiu a edição de medidas provisórias, outras leis, portarias e instruções normativas, criando dificuldade adicional para o setor conhecer em detalhes e aplicar corretamente as novas regras para as compras públicas. Na tentativa de atualizar empresários e profissionais da construção sobre a nova Lei de licitações e a sua aplicação, a CBIC, em parceria com a ToDo Academy, deu início a uma trilha de capacitação.

Dirigido a empresários do setor, gestores, advogados, dirigentes de empresas, servidores e profissionais que atuam na contratação de serviços de engenharia e obras pelo poder público, o curso foi ministrado pelos advogados Fernando Vernalha, Angélica Petian e Thiago Lima Breus, especialistas em direito administrativo.



A importância das inovações trazidas pela nova legislação foi amplamente discutida durante o 96º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC), com a FEICON, em São Paulo Expo, em abril de 2023. Para o setor da construção, mesmo tendo trazido avanços significativos, a lei ainda tem pontos que precisam ser trabalhados em conjunto pelo poder público e a iniciativa privada.

A modernização da Lei de Licitações manteve a COINFRA mobilizada por oito anos, uma prestação de serviço que ainda não acabou. A comissão liderou as iniciativas da CBIC em defesa do posicionamento do setor da construção, participando de dezenas de reuniões com parlamentares, audiências públicas e outros eventos, sempre defendendo princípios que representavam os legítimos interesses da construção. Reconhecendo os avanços trazidos pela nova legislação, a CBIC segue formulando sugestões que levem ao aprimoramento da proposta, em busca das melhores práticas com interface junto ao setor da construção.

## Novo marco do saneamento: desenvolvimento com qualidade de vida

No provimento da infraestrutura, a universalização do saneamento figura, ao mesmo tempo, como desafio, mazela e oportunidade no Brasil. As extensões continentais e as peculiaridades regionais transformam sua implantação em uma missão de grande envergadura; a falta de vontade política, recursos e prioridade na estratégia da administração pública frearam sua democratização, deixando uma parcela significativa da população sem acesso a coleta de esgoto e água tratada, serviços que também significam saúde; e a demanda reprimida no país é uma oportunidade estratégica de gerar desenvolvimento econômico, com ampla geração de empregos e renda, pela execução de um grande volume de obras.

A combinação desses fatores e uma leitura atenta da potencial contribuição da iniciativa privada para enfrentar essa questão, colocaram o saneamento como prioridade na agenda estratégica da CBIC, mobilizando sua Comissão de Infraestrutura: a democratização do saneamento é uma necessidade inadiável, estreitamente ligada ao setor da construção, cujas empresas estão preparadas para executar projetos com qualidade e agilidade em todo o país. A adoção de uma política pública efetiva, em parceria com a iniciativa privada, levaria não apenas saúde e dignidade para a população, mas reaqueceria um setor que impacta 96 segmentos da atividade econômica.

A partir desse entendimento, entre meados de 2014 e junho de 2023 a COINFRA tem estudado o assunto para conhecer seu potencial e identificar os gargalos que impediram um avanço efetivo do saneamento no país, assim como monitorou e contribuiu com o debate de marcos regulatórios que poderiam ajudar o Brasil a reverter essa mazela. A democratização do serviço entrou no radar da CBIC já em 2016, quando a entidade começou a formular a proposta de um programa municipal de concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs), elencando o saneamento entre os segmentos a serem incluídos nos projetos.

Em parceria com o SENAI, a comissão produziu estudos técnicos e mobilizou especialistas de alto gabarito para preparar propostas, ancorando o posicionamento do setor da construção nesse tema. A comissão também tem acompanhado o debate e tramitação de propostas pelos poderes Executivo e Legislativo federais. Em parceria com a assessoria legislativa da CBIC, a COINFRA acompanhou a tramitação da Medida Provisória 844/2018.

Assinada pelo então presidente da República, Michel Temer, a MP atualizou o marco legal do saneamento, abrindo caminho para a privatização de empresas públicas de saneamento básico – requisito essencial para maior velocidade dos investimentos na área, estimulando a competitividade no setor e obrigando o pagamento de tarifas mesmo sem conexão ao serviço de água e esgoto.

Dados da 14ª edição do Ranking do Saneamento, publicado pelo Instituto Trata Brasil, em parceria com a GO Associados, registra que cerca de 35 milhões de pessoas no Brasil ainda vivem sem água tratada e cerca de 100 milhões não têm acesso à coleta de esgoto – a falta de acesso a tais serviços impõe o contágio por doenças que poderiam ser evitadas e que podem levar à morte por contaminação. Divulgado em 2022, o levantamento tem foco nos 100 maiores municípios brasileiros.

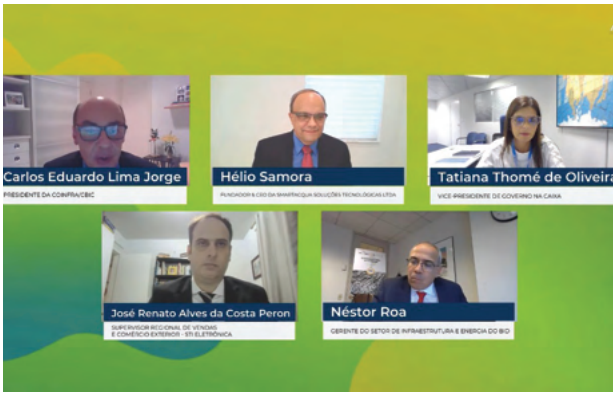
### Segurança jurídica e competitividade

A partir de 2018, a CBIC acompanhou e participou da discussão do novo marco legal do saneamento, levando ao governo federal e a parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal sugestões e argumentos técnicos para colaborar com a modernização da legislação brasileira e tornar viável a realização de projetos na área, tendo a construção como protagonista. A discussão desse assunto mobilizou o legislativo por dois anos.

A entidade também manteve diálogo com o Executivo e participou de evento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) dedicado à interação com os mais importantes atores do setor de saneamento para mostrar as principais ações em curso no país com vistas a alavancar investimentos e transformar o segmento. Realizado em 2019, o encontro permitiu à CBIC levar sugestões ao ente que poderia tornar-se parceiro estratégico da iniciativa privada na implantação de saneamento no Brasil.

Na Câmara dos Deputados, o novo marco do saneamento foi discutido por quase um ano: o Projeto de Lei 4.162/2019 foi aprovado pelo plenário na segunda quinzena de dezembro de 2019. Antes, as MPs enviadas pelo governo haviam deixado de vigorar sem serem apreciadas. O projeto foi enviado ao Senado e ratificado em 2020, em meio à pandemia da covid-19, atualizando a legislação com o objetivo de impulsionar novos investimentos e auxiliar na retomada econômica do país.

Pautada no tripé maior segurança jurídica, ampliação da competitividade e avaliação pela eficiência, a nova lei representou um importante passo para a necessária universalização do acesso ao saneamento e foi bem recebida pelo setor da construção. Aprovado o projeto, a COINFRA passou a atualizar os empresários mostrando os efeitos da legislação: a CBIC apoiou e participou de eventos para discutir as expectativas e os desafios para o saneamento brasileiro após a aprovação do novo marco legal.




A legislação do saneamento também integrou a programação do 92º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC), realizado em 2020, com a participação do secretário Nacional de Saneamento Pedro Maranhão Borges; da diretora-presidente da Agência Nacional de Águas do Brasil (ANA), Christianne Dias Ferreira, e do vice-presidente da CBIC, José Eugênio Gizzi. Em virtude da pandemia, o encontro foi promovido em formato virtual e transmitido pela internet.

## Retrocessos na regulamentação

A aprovação do marco do saneamento ainda enfrentaria mais uma rodada de tramitação: o projeto foi sancionado em julho de 2020, carregando um conjunto de 18 vetos impostos pelo presidente Jair Bolsonaro. O debate, retomado, teve desfecho em 2021, quando o Congresso Nacional apreciou e manteve os vetos, consolidando a Lei 14.026/2020 – a proposta, acabou com a possibilidade de renovação, por até 30 anos, dos contratos de estatais (sem licitação), permitindo aos municípios decidirem quem melhor prestará os serviços de água e esgoto através de licitações.

A Lei 14.026/2020 atendeu as expectativas do setor da construção, gerando investimentos bilionários já nos primeiros anos de sua vigência – a primeira rodada de aportes é estimada em cerca de R$ 80 bilhões. A CBIC defendeu vigorosamente que fosse estabelecida uma data para se atingir a tão necessária universalização dos serviços de saneamento no Brasil e que fossem estabelecidos critérios legais estabelecendo isonomia de oportunidades entre os setores público e privado para a prestação dos serviços de abastecimento de água, de coleta e tratamento de esgoto e de coleta e tratamento de resíduos sólidos. Para o setor da construção, a nova lei contemplou tais expectativas.

Superados os entraves na sanção da legislação, a COINFRA manteve o acompanhamento das propostas para regulamentação do marco legal do saneamento. Para isso, o governo federal publicou os Decretos 11.466/2023 e 11.467/2023 normatizando a Lei 14.026/20, cedendo em algumas das regras. A CBIC reagiu, vocalizando a preocupação do setor com a permissão da prestação direta de serviços, sem licitação, por empresas estatais nas estruturas de regionalização, bem como com as mudanças que atingiam o modo de regulação. Há grande preocupação quanto à garantia da independência técnica e regulatória da Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA).

Os decretos flexibilizaram a transição para o novo marco legal do saneamento, dando mais fôlego para estatais e municípios se adequarem, porém, reduzindo a velocidade de interesse, de segurança e de oportunidades para o setor privado.

A CBIC acompanhou audiência pública conjunta das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado Federal, com a participação do ministro das Cidades, Jader Filho. A entidade vê nos decretos, caso sejam mantidos, sérios riscos de retrocesso na norma recém-aprovada e defende que, havendo espaço para ajustes na nova lei, tais mudanças não podem alterar os pilares básicos que foram aprovados pelo Congresso Nacional após anos de discussão.

Para a entidade, o respeito à Lei 14.026/2020 traduz o respeito aos milhões de brasileiros que não dispõem de água potável e de esgoto tratado em pleno século 21 – a CBIC mantém sua firme disposição de lutar pela manutenção da norma e pelo cumprimento da meta de universalizar os serviços até 2033.

A atuação da COINFRA, em conjunto com a assessoria legislativa da CBIC, permitiu à entidade não apenas influenciar e contribuir com a criação de uma das mais importantes leis em vigor no Brasil no período recente, como também foi essencial para levar às entidades, empresas e profissionais do setor da construção informação qualificada e atualizada sobre tema estratégico para os negócios. A entidade, mais uma vez, cumpriu sua missão de estimular novas oportunidades para as empresas e prepará-las para cumprirem seu papel no desenvolvimento do país.

# BIM: revolução tecnológica nos projetos

A busca pelas melhores práticas construtivas e pela absorção de novas tecnologias pelas empresas da construção tem pautado a atuação da CBIC desde sua fundação, há mais de 60 anos. A entidade mobiliza suas comissões técnicas para manter suas associadas atualizadas com o conhecimento e ferramental necessários para uma construção de excelência e aderente às novidades: esse esforço ganhou impulso a partir de 2014, quando a entidade enxergou a necessidade de melhorias no planejamento e execução dos empreendimentos da construção, com foco em maior produtividade, na redução de custos e eficiência. Para isso a CBIC desencadeou esforço para disseminar e democratizar o acesso das empresas do setor ao *Building Information Modelling*, o BIM, no Brasil.

Ancorado em tecnologia, o BIM ou Modelagem da Informação da Construção, é o conjunto de tecnologias e processos integrados que permite a criação, a utilização e a atualização de modelos digitais de uma construção, de modo colaborativo, de forma a servir a todos os participantes do empreendimento, potencialmente durante todo o ciclo de vida da construção. O modelo é usado para demonstrar todo o ciclo de vida da construção, incluindo os processos construtivos e fases de instalação, e para fornecer informações sobre qualidade e quantidades de materiais, segurança, custos, prazos de construção, eficiência energética e periodicidade de manutenções preventivas.

Seu uso aumenta o nível de confiabilidade dos projetos e processos de planejamento e controle de obras, gerando aumento da produtividade e economicidade, além de resultar em diminuição de custos e de riscos relacionados à construção de edificações e infraestrutura. Adotado em diversos países, o BIM já era obrigatório nos processos licitatórios dos Estados Unidos, Inglaterra e Cingapura – em 2016, a adoção passou a ser obrigatória também no Chile e vinha sendo exigida nas licitações de alguns órgãos públicos brasileiros.

Atenta ao movimento do mercado e às experiências internacionais, a CBIC mobilizou sua Comissão de Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade para estudar o assunto e formular soluções que criassem condições para que o maior número possível de empresas brasileiras da construção pudesse usar o BIM no médio prazo, notadamente as pequenas e médias, que ainda não tinham acesso a essa tecnologia. Em parceria com o SENAI, a COMAT desencadeou um projeto amplo e qualificado para apresentar o BIM aos empresários da construção e ao poder público buscando sensibilizá-los para os benefícios do seu uso.

Entre 2014 e 2015, a COMAT realizou uma série de eventos e seminários, percorrendo o Brasil para semear a democratização do BIM, dirigidos a empresários de construtoras e incorporadoras, escritórios de projetos e fornecedores da indústria da construção, representantes de governos estaduais e municipais, de instituições financiadoras da construção e diretores de entidades setoriais locais, como o CREA, o CAU e outros.

A comissão também preparou conteúdos orientativos para as entidades associadas, empresas e profissionais da construção, revelando como o sistema funciona e poderia ser aplicado aos projetos, numa trilha de capacitação e indução de uma nova mentalidade. O primeiro deles foi a cartilha introdutória *10 Motivos para Evoluir com o BIM*, lançada pela CBIC em 2016, durante a FEICON-BATMAT, uma das mais importantes feiras da indústria da construção, realizada na cidade de São Paulo.

### Estratégia nacional

A COMAT também publicou uma coletânea sobre o BIM, composta por cinco volumes, abordando um amplo leque de temas como conceitos, benefícios, modelos, ciclo de vida dos empreendimentos e usos mais comuns da modelagem de forma didática e com exemplos orientativos. Inédita e dirigida às construtoras, incorporadoras e empresas dos demais segmentos da construção, a *Coletânea BIM* também foi colocada para *download* na internet, amplificando a disseminação e acesso à informação.

Realizado com a participação de Paulo Sanchez (Sinduscon-SP), líder desse projeto na COMAT, o ciclo de eventos de disseminação do BIM avançou pelo primeiro semestre de 2017 mobilizando uma audiência ampla e ávida por informação. A coletânea tornou-se referência sobre o tema para o setor da construção e outros *players* interessados na plataforma, como a administração pública federal.

Em 2018, o Brasil dava passos importantes para a introjeção e ampliação do uso do BIM: em maio daquele ano, o governo federal publicou o Decreto 9.377/2018 criando a Estratégia BIM BR, destinada a promover um ambiente adequado ao investimento em BIM e sua difusão no País, estimulando a inovação no setor da construção. O Executivo federal fixou metas de redução dos custos da construção em 9,7% e de aumento da produtividade em 10% caso a adoção dos processos BIM pelas empresas se multiplicasse por dez, num prazo de 10 anos.

Para o gerenciamento da Estratégia BIM BR, o governo criou o Comitê Gestor (CG-BIM), composto por representantes de sete Ministérios:

- Ministério da Economia, por meio da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, que o presidirá;
- Casa Civil da Presidência da República, por meio da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos;
- Ministério da Defesa;
- Ministério da Infraestrutura;
- Ministério da Saúde;
- Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e
- Ministério do Desenvolvimento Regional.

O colegiado tem como missão implementar a estratégia e gerenciar suas ações e desempenho, monitorando o seu progresso, aferindo o cumprimento das metas e, caso necessário, promovendo iniciativas de correção ou aprimoramento. Nos meses seguintes, a CBIC participou ativamente dos grupos de trabalho técnicos compostos pela indústria e coordenados pelo governo para a elaboração da Estratégia BIM BR. Essa colaboração foi prioridade na agenda da COMAT.

Meses antes, a CBIC, cumprindo o seu papel de difundir a inovação, havia promovido um importante debate sobre a modelagem BIM, trazendo à Brasília Bilal Succar, da Newcastle University, uma das maiores autoridades internacionais em processos de avaliação da capacitação e maturidade da ferramenta. Em março, no *Seminário BIM: oportunidade para inovar a indústria da construção e aumentar a transparência das compras públicas*, além de aproximar alguns elos da cadeia produtiva da construção, a entidade uniu esforços ao Comitê Estratégico do governo para promover e difundir a metodologia no país.

## Experiência internacional

Durante o evento, Succar apresentou resultados de pesquisas sobre a adoção BIM em vários países e destacou que não seria possível pensar ou discutir transformação na indústria da construção sem considerar a metodologia. O seminário também contou com a participação de especialistas nacionais, líderes da construção e do governo – transmitido via Fanpage CBIC Brasil e alcançou mais de 8.130 visualizações ainda em 2018.

Para levar esse conhecimento ao maior número de pessoas possível em todo o Brasil, em parceria com o jornal O Estado de S.Paulo, um dos mais importantes diários impressos do país, a CBIC publicou um caderno especial com a cobertura do evento, encartado na edição nacional do jornal. Nas oito páginas, foram abordados os temas discutidos no evento, numa ação inédita para a COMAT.

No mesmo ano, representada pelo consultor Wilton Catelani, a CBIC também participou do *Seminário de Disseminação do BIM no Brasil e a Indústria de Materiais de Construção*, onde foi lançado o BIM Forum Brasil, bem como do *I Seminário de Práticas Contratuais em Túneis* do Comitê Brasileiro de Túneis (CBT) da Associação Brasileira de Mecânica dos Solos e Engenharia Geotécnica (ABMS), em Brasília, para tratar das relações contratuais em obras subterrâneas.

A COMAT realizou uma nova rodada do *workshop Implantação do BIM*, nas cidades de Teresina (PI), Belém (PA) e Natal (RN) – as palestras foram ministradas pelo consultor Rogério Suzuki e apresentaram a coletânea de implementação do BIM para construtoras e incorporadoras.

Em 2019, numa outra vertente, a comissão preparou uma outra importante iniciativa da CBIC: o BIM Forum Brasil. Em 2019, a CBIC reuniu os principais desenvolvedores de softwares do mercado brasileiro, empresários e representantes de empresas relevantes que atuam na

ESPECIAL Tecnologia na Construção 2



Para Succar, são notáveis os avanços no Brasil

*Pesquisador radicado na Austrália elogia engajamento de entidades, governo e empresas*

A adoção do BIM está amadurecendo no setor da construção no Brasil, com uma atuação importante de entidades, empresas, governo e universidades para disseminar essa processo, afirma o professor e pesquisador Bilal Succar, da Newcastle University (Austrália), que abriu o primeiro painel do seminário BIM Oportunidade para inovar e modernizar *da Construção e Aumentar a Transparência das Compras Públicas*, iniciativa da CBIC, em consultação com o Senai Nacional, na cidade de Brasília.

Esta foi a segunda vinda de Succar ao Brasil. Na primeira, em 2013, esteve em um encontro promovido pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP), época em que as discussões sobre o tema estavam apenas surgindo no País.

"A tomada de consciência aumentou muito. A dúvida deixou de ser 'devemos fazer?', ou 'vão me pagar mais para trabalhar com BIM?' e se tornou 'devemos fazer desse jeito ou daquele?', ou 'vamos priorizar esse passo ou aquele?'. Não parece muito, mas isso é uma grande conquista", diz o especialista.

Ele crê que a crise econômica iniciada em 2015 tenha desacelerado a disseminação do BIM, mas aprova o nível de envolvimento do poder público nesse sentido. "O governo tem algumas opções. Uma delas é só ficar olhando e ver o que acontece. Outra é ser ativo, dar oportunidade para educar as pessoas. É o que está acontecendo."



O pesquisador Bilal Succar, da Newcastle University

**MENOS FRAUDES**

O professor também considera o Brasil bem posicionado em termos de pesquisa sobre BIM. Nessa viagem, ele visitou pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Universidade Federal do Ceará (UFCE), e se impressionou com o que viu. "A USP e a Unicamp não ficaram só localmente, elas são universidades de nível internacional, fazem um grande trabalho."

Na opinião de Succar, o evento dá um sinal de maturidade sobre o tema no País. "É impressionante ver a CBIC enxergando o futuro com clareza e decidindo se engajar em vez de só sentar no meio-fio e não fazer nada.", disse.

No Brasil e em outros países, o BIM é visto como uma arma contra a prática de corrupção em obras no setor público. Como esse conjunto de processos permite maior visibilidade e um compartilhamento de dados mais ágil, ela dificulta fraudes e aumenta a transparência dos projetos. O especialista concorda, e cita a Itália como exemplo. Lá, o governo incentivou o uso do BIM fazendo menção explícita à necessidade de reduzir os desvios em obras públicas.

**RISCO DE INAÇÃO**

Entidades como a CBIC lutam para democratizar e universalizar o uso do BIM, e uma das barreiras para isso são os custos envolvidos na aquisição dos programas e no treinamento de equipes, que levam empresas a resistir à implantação dessa processo. O professor entende essas preocupações, mas lembra que, se uma empresa não muda, um concorrente vai acabar ocupando esse espaço.

"O empresário costuma pensar no ROI (return on investment, ou retorno sobre o investimento), mas não fica em outro ROI, o risk of inaction (risco da inação), e isso é mais importante. É melhor mudar pela sua própria força do que ser levado pelo governo ou pela concorrência."

Além da resistência aos valores e à mudança, outro desafio que Succar vê na disseminação do BIM – não somente no Brasil, mas no mundo – é a defasagem tecnológica. Ele faz referência a hardwares, estruturas de redes e banda larga, que, se apresentarem problemas, impedem a colaboração e a integração dentro da cadeia da construção.

## Processos inovadores já mudam desempenho de empresas brasileiras



José Eugênio Gizzi, sócio da Incorporadora e Construtora

O BIM já está trazendo mudanças para várias empresas do setor da construção que estão adotando a tecnologia no Brasil. As experiências compartilhadas por empresários evidenciam a diferença que o uso desses processos pode fazer quando se torna parte da estratégia das companhias.

José Eugênio Gizzi, sócio da Italitas Incorporadora e Construtora, sediada em Curitiba, afirmou, no painel "Implementação na Indústria da Construção", que foi apresentado à plataforma em um evento da CBIC por esse conjunto de processos, seu prazo foi mais competitivo. "Segundo os nossos concorrentes, a nossa proposta técnica foi a melhor, e a financeira deve ter sido a mais baixa, porque fomos contratados", afirmou Gizzi. A obra começou recentemente, com prazo de entrega de oito meses.

Para o empresário, o detalhamento e a precisão gerados pelos processos BIM também fizeram a diferença para evidenciar tanto do projeto que possam dificultar a sua execução, o que pode, no limite, levar à desistência de uma

do três subsolos, em que o cliente colocou o prazo de execução praticamente junto com a entrega das unidades. A obra, contratada para 18 meses, ficou pronta no prazo. "Só a fundação levou quase nove meses", disse. "Mas o BIM foi importante para emergarmos os gargalos que tínhamos na execução."

Parceria é caminho para otimizar obras no Brasil

Os desafios impostos à gestão pública

ESPECIAL Tecnologia na Construção

BIM: inovação e tecnologia modernizam indústria da construção

indústria da construção no país, além de membros da Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído (Antac), Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura, Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU/SP), Associação Brasileira de Engenharia e Consultoria Estrutural, (Abece) e Comitê Brasileiro de Túneis (CBT), para um diagnóstico sobre a real situação das iniciativas para a disseminação do BIM no Brasil.

Na ocasião, os presentes concordaram com a criação de uma entidade para ampliar a difusão e adoção do BIM, de forma neutra, abrangente e harmônica, e parcela significativa da coletividade BIM do país declarou apoio à iniciativa de criação do BIM Fórum Brasil, em conjunto com o *chapter* brasileiro da Building Smart.

Em 2020, o BIM passou a integrar o rol de exigências para licitações de órgãos públicos em todo o Brasil:  a CBIC criou iniciativas novas para a capacitação das empresas do setor: em meio à pandemia da covid-19, a entidade percorreu o país com um ciclo de cursos de ensino à distância (EAD), para levar a metodologia ao maior número possível de *players* entre as empresas médias e pequenas. Esse esforço foi conduzido pela COMAT no âmbito do BIM Fórum Brasil e recebeu o nome de *BIM Colaborativo 2020*. O projeto mereceu atenção especial no evento *Diálogos CBIC* e foi apresentado pelo consultor Rogério Suzuki.

Ao longo desses nove anos, a COMAT também manteve a metodologia BIM como tema fixo na programação do Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC), mobilizando especialistas de renome, integrantes da administração pública tomadores de decisão, empresários e profissionais do setor da construção, e entidades associadas da CBIC.

A atuação da comissão na disseminação e democratização do uso do BIM tem cumprido importante objetivo estratégico da CBIC, ao levar às empresas da construção os mecanismos mais modernos de gestão e execução de projetos e engajá-las na mudança de mentalidade e procedimentos. Um trabalho essencial para o futuro da construção brasileira.

# Alinhamento às normas como vetor de produtividade

Vetor estratégico de segurança e qualidade dos empreendimentos da indústria da construção, a normalização técnica é prioridade na atuação da Comissão de Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade: com esse trabalho, a CBIC orienta e mantém o setor alinhado às regras, enraizando as melhores práticas construtivas e uma cultura de respeito às normas. Realizado pela entidade como missão institucional, os projetos técnicos associados à normalização do setor têm parceria do SENAI e receberam prioridade ainda maior a partir de 2014.

Um ano antes, a CBIC publicara o *Guia Orientativo para Atendimento à Norma ABNT 15.575*, que aborda a Norma de Desempenho (NBR 15.575/2013), uma das mais importantes regulamentações com incidência sobre a atividade da construção. O documento contém um resumo dos diferentes critérios de desempenho, exemplos de disposições construtivas que atendam às exigências específicas da norma e outras informações.

Além disso, o Guia apresenta dados técnicos e uma relação de produtos para os quais já foi realizada caracterização tecnológica; e a relação de universidades, institutos, empresas de serviços tecnológicos e laboratórios de ensaios com capacitação técnica e operacional para realizar análises e pareceres. Completo e abrangente, colocado à disposição do setor há 10 anos, o guia é uma das publicações mais procuradas da CBIC.

Por intermédio da COMAT, a CBIC mantém um grupo de especialistas que acompanha permanentemente a evolução e as mudanças nas normas técnicas: o Grupo de Acompanhamento de Normas Técnicas (GANT) é um colegiado que se reúne a cada dois meses para monitorar novas normas, assim como estudos e pareceres que impactem o dia a dia das construtoras. Esse acompanhamento, que compila e atualiza as normas colocadas em vigor, tem como resultado o *Catálogo de Normas Técnicas – Edificações*, documento que traz as normas aplicáveis e sofre atualização semestral. Formulado pela COMAT em parceria com o Sindicato da Indústria da Construção do Estado de Minas Gerais (Sinduscon-MG), o catálogo está em sua quinta edição.

Nesse campo, a COMAT também criou e mantém ativo o *Web Fórum Norma de Desempenho de Edificações Habitacionais*, plataforma na internet para facilitar o entendimento e estimular o debate sobre as mudanças que foram incorporadas à NBR 15.575/2013. O fórum foi mais uma ferramenta para auxiliar na disseminação do tema: é possível encaminhar dúvidas e obter respostas sobre a Norma, bem como obter informações sobre eventos, especialistas, biblioteca e laboratórios. O *Web Fórum* foi destinado a todos os públicos de interesse: construtores, incorporadores, projetistas, fabricantes de materiais, administradores condominiais e os próprios usuários dos imóveis.

## Formulação de propostas técnicas

A agenda cumprida pela COMAT no campo da normalização realizou uma ação com forte impacto positivo para o setor da construção: em 2018, a CBIC articulou junto à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) a reativação da Comissão Especial ABNT/CE-002:136.001, com vistas à revisão da ABNT NBRs 15.575 – 1 a 6: Edificações Habitacionais – Desempenho, norma que passou a vigorar para as construções projetadas a partir de 2013 e cuja aplicação vinha sendo monitorada e avaliada pela comissão.

Em conjunto com o SENAI, o Sindicato da Indústria da Construção do Estado de São Paulo (SindusCon-SP) e o Sindicato da Habitação de São Paulo (Secovi-SP), e com o apoio de especialistas em diferentes temas, a CBIC preparou o estudo técnico *Subsídios à Revisão da Norma de Desempenho*, resultado da realização de *workshops* sobre segurança contra incêndio; conforto térmico lumínico; acústico, e durabilidade, este último realizado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), com auxílio da entidade.

No estudo foram identificados pontos de melhoria, organizados por visões e demandas do setor, para propiciar uma análise prévia e viabilizar o planejamento dos trabalhos da Comissão de Estudos da ABNT, visando a criação de consensos, a racionalização do tempo e a revisão do que de fato era necessário para a aplicação plena da norma pelo mercado. O documento foi apresentado a representantes de pequenas, médias e grandes construtoras e incorporadoras, assim como dos sindicatos associados à CBIC, durante painel do 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC), que discutiu inquietações sobre a revisão da norma, dentre elas a insegurança jurídica provocada por lacunas e indefinições em seu conteúdo.

Diante desse cenário, a entidade formalizou solicitação para revisão da ABNT NBR 15.575/2013. A demanda foi imediatamente aceita e a ABNT reativou a Comissão de Estudo de Desempenho de Edificações (CE-002:136.001) para a normalização no campo de desempenho de edificações aplicáveis às edificações habitacionais, compreendendo os sistemas estruturais,hidrossanitários, de pisos, de vedações verticais internas e externas e de cobertura, independentemente dos seus materiais constituintes e do sistema construtivo utilizado, no que concerne à terminologia, requisitos, critérios e métodos de avaliação para revisar as NBRs 15.575 – 1 a 6.

Como resultado do empenho da CBIC e após consulta pública, a CE-002:136.001 divulgou em 2021 três emendas que revisam parte do conteúdo referente ao desempenho térmico, sendo mantido o restante inalterado:

- **Emenda 1 da ABNT NBR 15575-1** Edificações habitacionais – Desempenho – Parte 1: Requisitos Gerais
- **Emenda 1 da ABNT NBR 15575-4** Edificações habitacionais – Desempenho – Parte 4: Requisitos para os sistemas de vedações verticais internas e externas – SVVIE
- **Emenda 1 da ABNT NBR 15575-5** Edificações habitacionais – Desempenho – Parte 5: Requisitos para os sistemas de coberturas

A efetiva participação da CBIC no processo de revisão da norma possibilitou representatividade e uma ampla participação das partes interessadas, desde a estruturação do texto base até a sua conclusão e disponibilização para a consulta nacional. Os gestores da Comissão de Estudos (CE) acolheram e analisaram todas as propostas de alteração – as sugestões apresentadas pela CBIC foram incorporadas, quase na sua totalidade.

A revisão atualizou e incorporou expressivas melhorias nos textos referentes ao desempenho térmico, dentre as quais a atualização dos procedimentos de avaliação de desempenho térmico (Simplificado e Simulação Computacional), detalhamento dos critérios e métodos que se referem ao percentual de abertura para ventilação e elementos transparentes. Discutidos e consensuados os votos, a Comissão de Estudos deliberou pelo envio dos textos para publicação, atualizando a Norma de Desempenho – ABNT NBR 15575.

Em outubro de 2022, a COMAT por meio do GANT realizou reunião extraordinária para avaliar e discutir a proposta do grupo apresentada pela Comissão de Estudo de Desempenho de Edificações – Lumínico CE-002:136.001 de reestruturação do item 13 que trata do desempenho lumínico, da norma ABNT NBR 15575 Edificações habitacionais – Desempenho. Este item da norma busca garantir o desempenho lumínico das edificações quanto a iluminação natural.

Na época, foram apresentados resultados da análise de aplicação dos principais pontos de mudança, que trazem significativas alterações na avaliação de desempenho da luz natural nas edificações e os impactos da proposta e os estudos da sua aplicação em edificações de interesse social.

A partir daquele momento, a comissão levantou a bandeira e o protagonismo no setor, reunindo-se periodicamente e buscando novas análises, de forma a esgotar as variáveis existentes quanto ao desempenho lumínico das habitações. Em abril de 2023, a COMAT apresentou um painel no 96º ENIC intitulado *Norma de desempenho das construções com foco nas alterações após sua publicação*.

Publicada inicialmente em 2013, a NBR 15575 trata da normatização de padrões mínimos de qualidade, segurança e durabilidade para o desempenho de edificações habitacionais. A maior mudança da Norma foi na etapa do método de simulação que, apesar de mais complexo, foi considerado um ganho. Atualmente, os pontos de desempenho térmico e acústico estão em fase mais avançada, já aprovados e em aplicação no mercado. O desempenho lumínico, apesar de o método já ser bem estabelecido, ainda se encontra em fase de elaboração do texto para seguir ao Poder Executivo.

Ainda no mês de abril, estendendo-se em maio e junho de 2023, continuaram as reuniões periódicas e realizaram-se mais análises técnicas, agregando ao seu corpo de estudo, profissionais técnicos que contribuem ainda mais para a fundamentação do posicionamento da CBIC. No mês de junho de 2023, a COMAT se reuniu novamente com entidades representativas do setor da construção, e encaminhará um posicionamento à Comissão de Estudo de Desempenho de Edificações – Lumínico.

## Equipe especializada e dedicada

Toda a atuação da COMAT no acompanhamento e discussão de normas técnicas tem no seu Grupo de Acompanhamento de Normas Técnicas (GANT) um vetor essencial. O colegiado acompanha e analisa o andamento das sugestões de melhoria no processo de normalização apresentadas à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e das normas de grande relevância relacionadas ao setor da construção, que passem por Consulta Nacional. O GANT são os olhos da CBIC nesse tema, antevendo desafios e soluções e orientando a atuação da entidade na defesa de interesses coletivos da construção.

Em 2018, o GANT analisou projetos de emenda sobre normas, dentre elas, as de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (ABNT NBR 9050); Acústica – Avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade – Procedimento (ABNT NBR 10151); Piscina — Projeto, execução e manutenção (ABNT NBR 10339), e Portas de madeira para edificações, partes 1 e 2 (ABNT NBR 15930).

Para facilitar o acesso de empresas e profissionais às normas do setor, o GANT apresentou o levantamento das *Coletâneas Eletrônicas ABNT do Setor da Construção* e a estruturação de novas abordagens que relacionem normas de um mesmo tema de interesse do setor, com o intuito de induzir a ABNT criá-las, buscando melhor custo-benefício na aquisição de normas às empresas e profissionais. Por intermédio do grupo, a COMAT criou o *Portal CBIC de Normas Técnicas*, iniciativa do projeto *Gestão das normas técnicas do setor*, realizado em conjunto com o SENAI.

No dia a dia, o GANT mapeia informações para oferecer ao setor da construção uma visão estratégica sobre a normalização da atividade, permitindo às empresas e profissionais a melhor tomada de decisões, estimulando o planejamento, participação e o acompanhamento orquestrado das ações dos diversos Comitês e Comissões da ABNT. O intuito é que esse processo se desenvolva de forma continuada e seus resultados sejam compartilhados com os profissionais de forma prática.

A COMAT tem apreciado e discutido uma agenda variada de temas, levando o posicionamento e esclarecimentos técnicos do setor a todos os fóruns de discussão de normas técnicas. Sua produção, envolve contribuições para a revisão da Norma de Desempenho, referentes ao Desempenho Térmico; o Projeto ABNT PR 1010 – Aplicação e Manutenção de vidros na Construção; o Projeto de Revisão ABNT NBR 13752 – Perícias de engenharia na construção; o Projeto de Revisão ABNT NBR 16055 Parede de concreto moldada no local para a construção de edificações – Requisitos e procedimentos; entre outros.

Outra atividade relevante deste trabalho tem sido a divulgação de números da normalização do setor da construção. O GANT acompanha, participa e divulga periodicamente todo o processo de normalização da ABNT, relativo ao setor da construção, atualizando o setor sobre o estágio, temas e volume de normas em formulação.

A atuação da COMAT no campo da normalização técnica da construção tem oferecido uma contribuição inestimável para a adesão segura às normas e a modernização de premissas, tendo como resultados a melhoria do ambiente de negócios e qualidade cada vez maior dos produtos e serviços do setor. Com isso, a CBIC alcança o objetivo de manter a construção alinhada às melhores práticas e atuando dentro dos parâmetros normativos, binômio essencial para o pleno desenvolvimento e fortalecimento do setor.

# Estímulo tributário para fortalecer a construção

No país que carrega uma das mais altas cargas tributárias no mundo, a gestão do pagamento de impostos é vetor sensível. A pauta da segurança jurídica e melhoria do ambiente de negócios cumprida pela CBIC também envolve a discussão de temas como a tributação que impacta o setor da construção, imprimindo ou retirando competitividade de suas empresas. Com o objetivo de fomentar o melhor equilíbrio entre esses dois polos, a entidade acompanha a discussão e aplicação de normas tributárias, seja pelo poder Executivo ou Legislativo federais.

Para isso, o Conselho Jurídico da CBIC monitora projetos e decisões, orientando o posicionamento do setor na busca por soluções que minimizem eventuais perdas e garantam previsibilidade às organizações. O CONJUR realiza esse trabalho em parceria com o SENAI e em conjunto com outras comissões e assessorias da CBIC, especialmente a assessoria legislativa, a CII e a CHIS. A habitação e a indústria imobiliária são segmentos com alta demanda por apoio jurídico, seja pelos efeitos de normas e decisões administrativas, seja por distorções que acabam alcançando os poderes.

A atuação do Conselho, em parceria com o SENAI e o apoio da assessoria jurídica da CBIC, tem permitido ao setor da construção enfrentar e obter resultados positivos em temas de grande impacto. Uma dessas conquistas reside na regulamentação do Regime Especial de Tributação (RET) sobre a incorporação imobiliária, questão com reflexos significativos sobre o mercado imobiliário. O CONJUR tem acompanhado e discutido mudanças na tributação, apoiando a CBIC no esclarecimento de diversos atores tanto do poder Executivo quanto do Legislativo federais.

Recolhimento unificado do IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, o RET é um estímulo importante para a construção e já sofreu ataques em meio às discussões de mudança na carga tributária, seja pela no arcabouço de uma reforma, seja pela articulação de outros setores. O RET é aplicado sobre empreendimentos com patrimônio de afetação: a CBIC defende que, considerando que a receita do setor da construção é aferida de acordo com a execução da obra, o adiamento do recolhimento da alíquota de 1% até o fim da construção melhora o ambiente de negócios do setor.

A manutenção do RET tem pautado a CBIC permanentemente, pela necessidade de sua defesa e sensibilização do poder público para o propósito do estímulo ao setor. Essa agenda ganhou relevância nos últimos nove anos, em que a entidade atuou para evitar retrocessos na tributação. Em 2015, por exemplo, uma delegação da CBIC tratou do tema com o então secretário da Receita Federal, Jorge Rachid – na ocasião, a entidade discutiu o recolhimento do RET nas incorporações imobiliárias, incluídos os empreendimentos mistos com unidades enquadráveis e não enquadráveis nos limites de até cem mil reais; entre outros temas. Em 2017, a instituição voltou à carga, participando dos debates em torno da reforma tributária, defendendo a manutenção do regime especial para o  setor — aprovada pela Câmara dos Deputados em meados de 2023, a reforma tributária será apreciada pelo Senado Federal, mantendo o RET na pauta estratégica da CBIC por mais tempo, incluída a futura regulamentação da reforma.

### Habitação de interesse social

Em 2019, a CBIC atuou para garantir a extensão do RET para empreendimentos dos programas habitacionais de interesse social.  O CONJUR contribuiu com esclarecimentos e soluções técnicas para a elaboração do anteprojeto de lei que estabeleceu o regime especial com vistas a resgatar a regra prevista na Lei 10.931/2004, que instituiu o Regime Especial Tributário do Patrimônio de Afetação, no parágrafo 6º do artigo 4º, alterado pela Lei 13.097/2015,que

assegurava uma alíquota de 1% para os projetos de incorporação de imóveis residenciais de interesse social, cuja construção tivesse sido iniciada ou contratada a partir de 31 de março de 2009. A medida beneficiou a execução do Programa Minha Casa Minha Vida.

Diante da iminência do término do prazo de vigência previsto na lei, o CONJUR defendeu a prorrogação do regime especial para os programas residenciais de interesse social por um período de quatro anos. Análises feitas pela CBIC demonstram que a concessão desse benefício tributário contribuiu para uma maior proteção dos credores da incorporação imobiliária, diante da exigência do regime de afetação, bem como para a redução dos preços dos imóveis residenciais contemplados e para o absoluto sucesso do programa habitacional, que hoje alcança todos os Estados da Federação, beneficiando milhares de famílias brasileiras.

Em outra iniciativa, a CBIC buscou solução para outro grande problema tributário enfrentado pelo mercado imobiliário: a tributação da permuta de bens imóveis. Segundo a 4ª Câmara do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), a permuta de bens imóveis feita por empresas do ramo imobiliário deveria ser tributada como ganho de capital e não resultado da operação, isto porque foi considerado que, para as empresas que adotassem o regime do lucro presumido, o valor do bem alienado em forma de permuta, deveria ser tratado como receita e oferecido à tributação.

No mesmo sentido, o Parecer Normativo Cosit nº 9, de 04 de setembro de 2014 da Receita Federal, afirmava que "*na operação de permuta de imóveis com ou sem recebimento de torna, realizada por pessoa jurídica que apura o imposto sobre a renda com base no lucro presumido, dedicada a atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para a revenda, constituem receita bruta tanto o valor do imóvel recebido em permuta quanto o montante recebido"*.

O CONJUR avaliou a regulação e concluiu que havia equívocos na conclusão da administração pública, havendo confusão na interpretação do conceito de permuta. O Conselho argumentou que a permuta, embora possa se assemelhar aos contratos de compra e venda, não se confunde com ele: este negócio jurídico lícito de simples troca não reúne os requisitos que configuram hipótese de ganho de capital – renda – ou mesmo receita auferida, razão pela qual não se pode sustentar que há uma renda efetiva, real e incondicional a ser tributada.

Segundo o colegiado, a Receita teria construído entendimento com base na analogia, entendendo que a permuta se igualaria a uma compra e venda. O CONJUR elencou entendimentos do Poder Judiciário e, sobretudo, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que já havia se pronunciado sobre a impossibilidade de tributação nas operações de permuta de imóveis, tendo em vista que não se enquadram no conceito de renda bruta. Diante disso, a CBIC iniciou diálogo institucional com a Receita Federal para dirimir a questão e reverter a norma.

A atuação do CONJUR, com o apoio da assessoria jurídica e outras comissões da CBIC, tem permitido ao setor da construção endereçar soluções para estabelecer segurança jurídica e melhorar o entendimento do setor público na cobrança de impostos. Com isso, a CBIC tem oferecido uma contribuição inestimável para o sucesso das empresas, atuando em defesa de seus interesses legítimos e minimizando os reflexos negativos de medidas equivocadas na área tributária.

# Modernização da relação com os cartórios

A incorporação imobiliária é a atividade que está mais sujeita a riscos no desenvolvimento de um novo empreendimento. A empresa incorporadora, responsável por desenvolver o produto e articular todo o negócio imobiliário, tem a responsabilidade de entregar seus imóveis no prazo estabelecido em contrato, atuando também em conjunto com construtoras, financiadores e empresas de vendas. Dentre suas atividades, estão a identificação de oportunidades, estudos de viabilidade, aquisição de terreno e formatação do projeto. Um dos elos incontornáveis desta cadeia produtiva é o Oficial de Registro de Imóveis competente – vetor que vinha onerando as empresas de forma significativa. A questão foi pautada junto à CBIC por diversas de suas associadas.

Essa constatação ganhou contornos mais nítidos em 2018, quando a Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Estado do Amazonas (ADEMI-AM) realizou uma pesquisa comparando os valores das taxas cartoriais do Distrito Federal às de dez Estados: Amazonas, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e São Paulo. A entidade elegeu um empreendimento padrão – uma incorporação em uma área privativa de 20 mil metros quadrados, com 250 unidades habitacionais (UH), custando cada uma R$ 400 mil – e apurou os custos nos diversos locais.

Em cima desse caso, foram levantados os custos do registro de memorial de incorporação e do registro de convenção de condomínio. Além dessa simulação, foram especificados os custos para escriturar um bem imóvel e para averbar loteamento. A comparação dos dados pela ADEMI-AM comprovou que os valores cartorários em alguns Estados estavam significativamente altos e discrepantes em relação a outras regiões do Brasil.

Enquanto no Rio Grande do Sul, uma incorporadora gasta R$ 1.166,30 para registrar o memorial de incorporação e a convenção de condomínio; em São Paulo, uma empresa desembolsa R$ 246.012,16 – ou seja, paga cerca de 21.000% a mais pelos mesmos atos. Já a averbação de loteamento, que em Goiás era taxada a R$ 3,20, chegava a custar R$ 2.879,92 no Rio de Janeiro, mais R$ 131,94 a cada 100 mil metros quadrados. Por outro lado, o próprio Estado de Goiás cobrava R$ 2.598,26 pela escritura de um imóvel, ao passo que o mesmo documento custava R$ 114,69 em Minas Gerais. Essa disparidade ocorria porque cada Estado tinha autonomia para emitir uma tabela de preços por ano. Os valores abusivos afetavam não apenas as incorporadoras, mas também a sociedade, quando um comprador realizava o registro de aquisição de um imóvel em cartório.

### Grupo de trabalho multidisciplinar

Tais achados, combinados aos relatos dos associados, acenderam um alerta na CBIC e culminaram na formulação de um projeto focado nos emolumentos cartorários. Em síntese, a entidade decidiu apoiar suas associadas no enfrentamento da enorme diferença observada entre os valores praticados por cartórios e as cobranças indevidas de atos em duplicidade. Para isso, o Conselho Jurídico começou a estudar o tema, mobilizando especialistas e mapeando a situação nos diversos Estados em que a CBIC está presente, para formular propostas técnicas e endereçar as mudanças necessárias nos emolumentos cartorários.

Em parceria com o SENAI, esse tema ganhou prioridade na agenda do CONJUR e da assessoria jurídica da entidade. Em 2021 a CBIC promoveu um *Quintas da CBIC* sobre a necessidade de modernizar o sistema cartorário brasileiro e os impactos do tema no setor imobiliário: na ocasião, a entidade anunciou a criação do Grupo de Trabalho Serventias Nota-

riais e Registro e Custas Forenses para estudar e debater mudanças no sistema de serventias notariais e de registro, bem como nas custas de serviços forenses. Essa iniciativa havia sido alinhada com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

Coordenado pelo deputado federal José Nelto (PP/GO), o GT tinha como objetivo elaborar uma proposta de legislação para adequar o texto da Lei 10.169/2000, que estabelece normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, à realidade do país. Em uma das audiências interativas do Grupo de Trabalho sobre a organização dos serviços e regime jurídico de oficiais de registro e tabeliães, a CBIC defendeu a simplificação dos serviços notariais e de registro, com tecnologia, segurança e maior acessibilidade, e sugeriu um teto remuneratório nacional, levando em consideração as especificidades de cada localidade.

Em outra audiência pública do GT, a entidade reforçou pontos de consenso do setor e da sociedade para a simplificação e modernização de atos notariais, como a importância do serviço prestado pelos delegatários extrajudiciais; a necessidade de manutenção do Regime Jurídico Público-Privado dos Cartórios Extrajudiciais, e a disparidade no valor dos emolumentos. Os cartórios de registros eram regidos por legislação federal, com 27 códigos de normas e 27 tabelas diferentes, o que resultava em uma série de interpretações e procedimentos distintos pelo país. Com o apoio do CONJUR, o setor da construção também participou do Grupo de Trabalho do Ministério da Economia, que estava elaborando a medida provisória da modernização dos registros públicos, envidando esforços para digitalização e simplificação dos procedimentos, melhorando a eficiência dos registros públicos, reduzindo custos indiretos e melhorando o ambiente de negócios.

### Articulação em conjunto

Em 2021, foi editada a Medida Provisória nº 1.085/2021, criando o Sistema Eletrônico de Registros Públicos (SERP) para digitalizar o acervo e os serviços de cartórios no Brasil. O setor da construção enxergou na medida um grande avanço, com vistas a facilitar a vida do cidadão. A CBIC sinalizou expectativa de que o legislativo aperfeiçoasse e aprovasse a proposta – a entidade preparou sugestões técnicas e realizou debates sobre o tema. Na avaliação da CBIC, uma das principais vantagens da MP para os brasileiros foi a redução dos prazos para uma escritura, que passou de 30 dias úteis para cinco.

Na discussão da MP dos Cartórios, a CBIC também uniu esforços com entidades ligadas aos registradores, para apoiar as medidas de interesse comum dos dois grupos. Unida às entidades do mercado imobiliário e de registradores, a CBIC atuou junto ao Legislativo na defesa da conversão da MP dos Cartórios. Uma das ações foi o envio da *Carta de Apoio à Conversão da Medida Provisória 1.085/2021 em Lei* ao presidente da Câmara, reforçando o caráter inovador da proposta, que além de modernizar o sistema de registros públicos seria uma oportunidade de melhorar o ambiente de negócios da construção, contribuindo para a geração de empregos, ampliação da segurança jurídica e desenvolvimento social.

Além da CBIC, assinaram o documento o Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (Irib); Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc); Colégio de Registro de Imóveis do Brasil (RIB); Associação das Empresas de Loteamentos e Desenvolvimento Urbano (AELO); Instituto de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas do Brasil (IRTDPJ Brasil); Federação Nacional dos Pequenos construtores (FENAPC); Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen Brasil), e a Associação para o Desenvolvimento Imobiliário e Turístico do Brasil (Adit Brasil).

Outra importante decisão, baseada na defesa da CBIC de um teto para os emolumentos, foi a do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que divulgou o Provimento 127, regulamentando as formas de pagamento dos atos de registro eletrônico de imóveis pelo Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (ONR) e padronizando o teto de algumas custas cartorárias.

## Conquista estratégica

Após intenso trabalho do CONJUR, em 2022, a Lei 14.382/2022 (Lei dos Cartórios) foi sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro, estabelecendo a digitalização do acervo e dos serviços de cartórios no Brasil, dentre eles o do registro de imóveis. A iniciativa visou simplificar processos, reduzir a burocracia, garantir acesso universal ao sistema eletrônico e reduzir custos para o Estado e para a sociedade já a partir de 2023.

O texto trouxe alterações importantes para o ambiente normativo da produção imobiliária, com medidas que fomentam o registro eletrônico, redução de prazos de registros e alterações na Lei nº 4.591/64 (Lei da Incorporação Imobiliária). Para a CBIC, a promulgação da proposta foi uma grande vitória para todo o mercado, para todos os atores que discutiram o processo, pois os principais avanços foram preservados na lei sancionada.

Com a promulgação da Lei dos Cartórios, o passo seguinte do CONJUR foi preparar uma programação sobre o tema para o 96º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC), realizado com a FEICON, na cidade de São Paulo. O Conselho reuniu especialistas para avaliar o impacto da nova legislação sobre a incorporação imobiliária e o mercado da construção. Os painelistas convergiram na percepção de que as alterações proporcionarão uma maior conexão entre as atividades da construção e os registros imobiliários, o que pode contribuir para uma maior agilidade na regularização de empreendimentos e na proteção dos direitos dos compradores.

O desafio de modernizar a atuação dos cartórios brasileiros não teria sido enfrentado sem a atuação do CONJUR, com a produção do conhecimento técnico e das orientações que permitiram à CBIC participar do debate e defender, com propriedade, a correção das distorções enfrentadas pelo setor da construção. A entidade deu mais uma contribuição decisiva para a melhoria do desempenho do mercado imobiliário, contemplando não apenas o empreendedor, mas também o comprador de imóveis.

# Vícios construtivos: a justiça deve prevalecer

Ações sobre falhas construtivas no faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) contra empresas do setor da construção invadiram a justiça federal em 2020. A maior parte foi ajuizada sem provas idôneas, com alegações genéricas e não precedidas de requerimentos administrativos para a resolução extrajudicial, assim como com características similares. Nas ações em massa contra a Caixa Econômica Federal, por exemplo, escritórios de advocacia representando donos de apartamentos em todo o Brasil, apresentaram peças repetitivas e alegações genéricas, impossibilitando a defesa do construtor; laudos de vistoria e de orçamentos únicos repetitivos nas ações; não aceitação de conciliação e pedido de indenização por danos morais e materiais; honorários advocatícios exorbitantes de até 50% do valor da condenação, e juntada de provas irregulares com fotos de outros imóveis.

O cenário indicava a formação de uma verdadeira indústria de litígios espalhada pelo país. A CBIC entendeu que, além de inundar o Poder Judiciário com demandas que poderiam ser resolvidas por via administrativa, tais ações prejudicavam o consumidor de baixa renda, enganados por promessas infundadas de ganho judicial, assim como o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), que subsidia a aquisição dessas unidades habitacionais. A entidade mobilizou seu Conselho Jurídico para sugerir medidas focadas na redução dos efeitos perversos impostos ao setor da construção e mitigar as ações conjuntas sobre vícios construtivos em empreendimentos habitacionais.

Foi criado, então, o projeto *Vícios Construtivos*, para organizar o setor e apoiar as empresas que sofriam ações judiciais de obras entregues há tempos; problemas de mau uso qualificados como causa da judicialização; pagamento de danos morais indevidos, e desperdício de tempo e custos com as ações. A entidade passou a articular o conhecimento e os meios necessários para combater a indústria de ações judiciais e restabelecer a segurança jurídica após a entrega dos empreendimentos.

A iniciativa propõe medidas desjudicializadoras, que recomendam a utilização do programa De Olho na Qualidade, da Caixa, que permite ao consumidor apresentar reclamações sobre possíveis danos de falhas construtivas nos imóveis do Casa Verde e Amarela e do Minha Casa Minha Vida. As demandas são encaminhadas diretamente aos construtores, que devem resolver o problema no menor tempo possível ou emitir um laudo de contestação, nos casos de mau uso ou falta de manutenção. No caso de danos decorrentes de falhas construtivas, as construtoras devem iniciar os reparos imediatamente. Do contrário, ficam impedidas de realizar novas operações de crédito com a Caixa ou com qualquer outro agente financeiro.

### Apoio às empresas

A adesão ao projeto *Vícios Construtivos* da CBIC pode ser feita de acordo com o porte das empresas e pelos benefícios oferecidos, que lhes garante apoio jurídico, atuação com instituições, troca de informações, parcerias estratégicas e eventos.  A primeira reunião virtual do projeto contou com mais de 2,2 mil acessos no canal oficial da entidade no YouTube. Foram discutidas questões sobre como enfrentar a indústria de ações temerárias, bem como apresentados aspectos legais e dados sobre a industrialização desse tipo de ação.

Ao integrar o projeto, as empresas tiveram a oportunidade de conhecer *cases* e ouvir especialistas sobre o assunto. A CBIC propôs diálogos institucionais com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB Nacional) e suas Seccionais nos Estados, a Procuradoria Geral da República e o Ministério Público para a identificação de condutas antiéticas ou até mesmo

criminais. A entidade conversou com representantes do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia (Ibape) sobre a importância da fundamentação técnica na apuração de nexo causal contra vícios construtivos.

O projeto reuniu autoridades engajadas na busca por soluções para a questão, em eventos de alta qualificação. Os vícios construtivos foram discutidos no *VI Seminário CONJUR/CBIC – Construindo o Direito*, com as presenças do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Luis Felipe Salomão, e representantes da Caixa e da OAB. A entidade também apoiou e participou do *Seminário Judiciário e Mercado Imobiliário: um diálogo necessário sobre vícios construtivos*, no STJ, para discutir formas de diminuir a judicialidade excessiva e estimular o uso de soluções extrajudiciais para solucionar conflitos relacionados ao assunto.

Em 2021, o projeto já reunia importantes conquistas. Dentre elas, o mapeamento das demandas; a formulação do anteprojeto da Lei Vícios Construtivos; diálogo institucional com o Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o problema; diálogo com a Caixa para convocação de todos os gerentes jurídicos para terem conhecimento das teses apresentadas pela CBIC, e parecer jurídico sobre vícios construtivos.

Com o sucesso do trabalho liderado pelo CONJUR, que permitiu a extinção de mais de 3 mil processos só no Estado de Pernambuco, em 2022 a CBIC lançou a segunda fase do *Vícios Construtivos*, no 94º ENIC | Engenharia & Negócios – realizado 100% *on-line* em decorrência da pandemia da covid-19, o evento foi espaço para a reabertura de inscrições para o projeto.

## Mudança de estratégia

Em meio ao avanço dessa iniciativa da CBIC, uma decisão relevante foi a criação do Grupo de Acompanhamento das Ações sobre Vícios Construtivos, ação conjunta da entidade com a Caixa para estabelecer o fluxo de informações das ações em curso sobre vícios construtivos e avaliar as novas estratégias adotadas pelos advogados das ações temerárias, como o ajuizamento de ação de produção antecipada de provas e articulações para ajuizamento de uma segunda ação mesmo quando a primeira foi julgada extinta sem julgamento de mérito.

Alinhada às construtoras, a Caixa adotou prazos diferenciados e outras táticas em busca de uma solução para as demandas judiciais que envolvem a Faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida, nos Tribunais Regionais Federais. Em outro campo, em atendimento ao pleito da CBIC para solucionar o problema da judicialização de demandas sobre vícios construtivos, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criou Centros de Inteligência do Poder Judiciário (CIPJ) com a atribuição de propor tratamento adequado às demandas estratégicas ou repetitivas e de massa no Poder Judiciário brasileiro.

Além disso, para marcar a nova fase do projeto, em parceria com o Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia (IBAPE), a CBIC realizou duas turmas do curso *on-line Vícios Construtivos* e sua correta apuração técnica nas perícias de engenharia, exclusivas para os diretores, técnicos e engenheiros das 100 empresas integrantes do projeto especial da entidade para capacitar quem trabalha com peritagem a rebater o laudo pericial não realizado dentro do previsto na norma técnica.

## Enfrentamento às ações temerárias

Preparadas pelo CONJUR, inúmeras foram as ações da CBIC para mostrar ao parlamento, ao Ministério Público Federal, à Procuradoria Geral da República (PGR) e à OAB Nacional e suas Seccionais os problemas enfrentados com a indústria de ações temerárias de vícios construtivos. A entidade levou o problema ao conhecimento do senador Rogério Carvalho (PT-SE) e do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB Nacional), José Alberto Beto Simonetti, durante encontro na sede da OAB Nacional, em Brasília.

A entidade esteve com o Ministério Público Federal (MPF) para dar continuidade às tratativas sobre os problemas enfrentados pelo setor com as ações de vícios construtivos, assim como com o subprocurador da Procuradoria Geral da República (PGR) e coordenador da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão (Consumidor e Ordem Econômica), Luiz Augusto Santos Lima.

Além disso, em reunião marcada pelo desembargador Carlos Brandão, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), durante os debates no *VII Seminário Jurídico – Construindo o Direito*, em Belém (PA), a CBIC se reuniu com juízes federais de 15 Estados, representantes da Caixa e da OAB para discutir uma forma de enfrentar o número massivo de ações judiciais, como o estabelecimento de um fluxo único para os processos em todas as Varas federais da 1ª Região.

Estudo da CBIC de 2023 registrou mais de 84 mil ações na justiça federal sobre falhas construtivas, volume que alcança 120 mil processos quando consideradas as ações arquivadas. Os dados pautaram painel do 96º Encontro Nacional da Indústria da Construção (CBIC), com a presença do deputado Fernando Marangoni (União/SP), que defendeu a aprovação do projeto que estabelece os prazos de garantia e de responsabilidade das construções (PL 4749/2009), reivindicação antiga do setor da construção, que enfrenta a indústria de processos judiciais por alegados vícios construtivos.

Liderada pelo CONJUR, a atuação da entidade no enfrentamento da judicialização indevida de vícios construtivos já resulta em efeitos positivos para o setor da construção: além de aglutinar entidades e empresas associadas em torno de um objetivo estratégico comum, a CBIC contribui para a segurança jurídica da construção e o restabelecimento de decisões corretas pelo Poder Judiciário.

## Mobilização com forte impacto social

No acumulado de 2014 a 2017, a indústria da construção perdeu mais de 1 milhão de postos de trabalho em razão da crise econômica nacional. A construção encerrou o ano de 2017 com uma retração de 6% e 2,6 milhões de trabalhadores formais. Atenta a esse cenário, mas com a certeza de que tão importante quanto o projeto executivo de uma obra é o cuidado com a segurança e a saúde no trabalho, a CBIC intensificou suas ações de estímulo à cultura prevencionista no setor. Como pano de fundo, a valorização e proteção ao trabalhador da construção, vetores permanentes de atuação da entidade.

Coerente com essa visão, a Comissão de Política de Relações Trabalhistas da CBIC é a responsável por alguns dos projetos mais importantes executados pelo setor com foco no trabalhador. Em parceria com o SESI e outros atores, a CPRT tem reforçado a promoção de ações que induzem mais segurança e saúde nos canteiros de obra espalhados pelo Brasil. A agenda de segurança e saúde no trabalho (SST) da CBIC foi ampliada a partir de 2014, com a criação de projetos novos e de grande impacto sobre a construção.

Em 2015, a entidade realizou a primeira edição do *Encontro Nacional de Segurança e Saúde na Construção*, evento pensado para disseminar as boas práticas desenvolvidas pelo setor, com vistas a incentivar o uso de mecanismos de gestão preventivos que melhorassem a segurança e a saúde dos trabalhadores nas empresas. O evento também cumpriria o papel de cultivar o diálogo com atores estratégicos dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo; que poderiam contribuir para a melhoria do ambiente laboral para o trabalhador.

Organizado pela CPRT em edição anual, na cidade de Brasília, o evento tornou-se um marco no esforço empreendido pela CBIC para melhorar o ambiente de trabalho nos canteiros de obra e reduzir o número de acidentes envolvendo trabalhadores do setor. A cada edição, o encontro tem mobilizado os mais importantes especialistas e atores associados à pauta, trazendo para a mesa tomadores de decisão estratégicos para fomentar avanços.

Em 2016, a qualificação do emprego na construção, tendo como âncoras o estímulo à formalização e ações cada vez mais amplas e continuadas em torno da segurança e saúde do trabalhador, foi o pano de fundo da programação cumprida durante o *II Encontro Nacional de Segurança e Saúde na Construção*. Com o mote *Cuidar bem do trabalhador é a nossa grande obra*, o evento contou com a participação de autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de representantes do Ministério Público do Trabalho, dos trabalhadores e de toda a cadeia produtiva da construção.

### Campanha pioneira e inédita

Em 2017, em conjunto com os principais atores de Segurança e Saúde do Trabalho (SST) do país – SESI, Serviços Sociais da Indústria da Construção (Seconcis) e a Subsecretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho (SIT/MTb) –, a CBIC lançou a *Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho na Indústria da Construção* (CANPAT Construção). Pela primeira vez o setor produtivo e a Fiscalização do Trabalho se uniram para mobilizar trabalhadores e a sociedade em busca de maior redução na incidência de acidentes na indústria da construção e para tornar o ambiente de trabalho cada vez mais digno, seguro e produtivo.

A campanha da construção também serviu de apoio à retomada da *Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho* (CANPAT) do governo federal, naquele ano, para a busca de uma cultura de prevenção de acidentes de trabalho no Brasil tendo o governo federal como principal indutor de avanços.

Desde sua primeira edição, a *CANPAT Construção* se consolidou como símbolo de SST na construção, tendo impactado mais de 35 mil trabalhadores, empresários, líderes setoriais e estudantes em todo o país, com eventos nacionais e regionais de mobilização para a conscientização de empresários e estímulo ao diálogo com integrantes do poder público.

A partir desse novo ciclo na prevenção do acidente de trabalho, o setor passou a contar com um ambiente de discussão perene sobre SST e disseminação em eventos regionais de dados sobre condições que levam a acidentes e doenças do trabalho, suas consequências e a quantidade de ocorrências, além de boas práticas desenvolvidas em todo o país, por entidades regionais da construção e empresas do segmento, para reverter tais indicadores em benefício do trabalhador.

A iniciativa reúne empresários, engenheiros, técnicos de segurança e auditores fiscais do trabalho, onde são apresentadas as ações de segurança e saúde no trabalho desenvolvidas pela CBIC, em parceria com o SESI. Todo o material produzido está disponível para *download*, no site da entidade: *Guia Contrate Certo; Guia Orientativo de Segurança; Guia Orientativo de Áreas de Vivência; Guia SPIQ (Sistema de Proteção Individual contra quedas) na Indústria da Construção; Manual Orientativo de Segurança e Saúde no Trabalho para os Canteiros de Obras de Edificações; Guia Orientativo de Incentivo à Formalidade*, e o *Guia para Gestão de Segurança nos Canteiros de Obras*, além da ferramenta de simulação de custos de afastamentos e acidentes e a série de vídeos orientativos na prevenção de acidentes.

## Parceria com o setor público

Para impulsionar as ações da campanha e divulgar as melhores práticas do setor na área de SST, em 2018 a CPRT lançou o *hotsite* da *CANPAT Construção*. Com apoio das entidades associadas, no mesmo ano a campanha alcançou várias cidades do país, pela realização do *Seminário Regional – Edificar o Trabalho*. No evento de Belém (PA), ficou claro que a parceria entre empregados, empregadores e governo é condição *sine qua non* para atingir a meta de acidente zero no setor, combater a informalidade e fomentar a segurança, a saúde e o bem-estar do trabalhador da construção.

Outra conquista resultante da *CANPAT Construção 2017/2018* foi a parceria formalizada entre o Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Pará (Sinduscon-PA) e a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Pará (SRTE/PA) para o desenvolvimento de ações de natureza preventiva, educativa, de disseminação do conhecimento e de sensibilização para aplicação dessas experiências, especialmente quanto às questões de cumprimento das normas técnicas de segurança e saúde no trabalho.

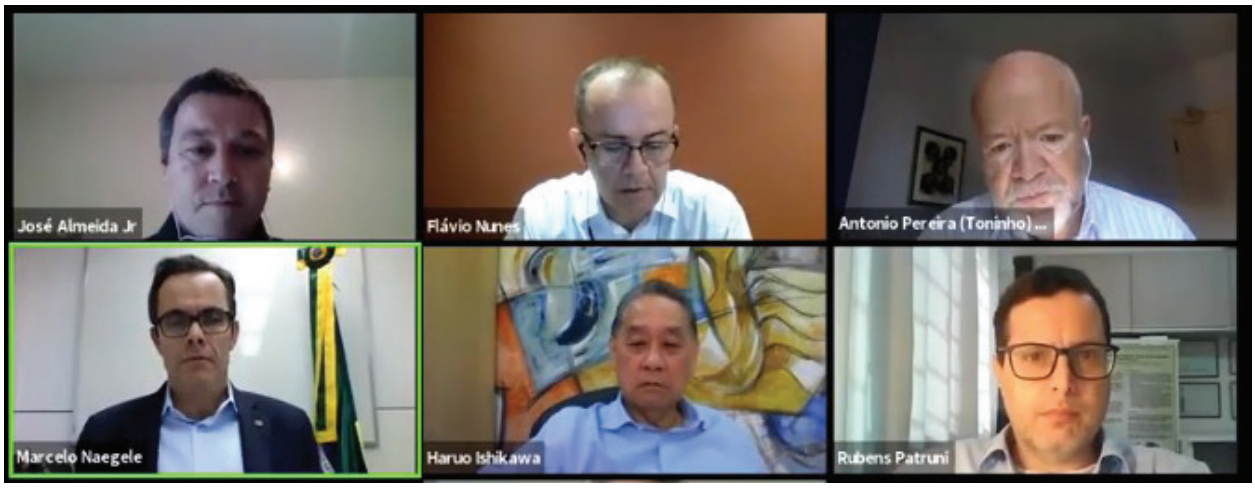
Além disso, ciente de que a escola é uma importante ferramenta na disseminação da cultura de prevenção de acidentes e uma oportunidade para falar sobre a promoção de segurança e saúde com crianças e jovens, ainda em 2018 o setor aderiu à comemoração do Dia Nacional de Segurança e de Saúde nas Escolas (DNSSE), instituído pela Lei Federal nº 12.645/2012, com ações em Santa Catarina, por meio do Sinduscon de Chapecó. Para as campanhas seguintes, a CPRT/CBIC desencadeou ações prévias de sensibilização nos canteiros de obras, requisito para que as entidades associadas à CBIC pudessem receber os eventos regionais da *CANPAT Construção*.

Com o tema *Mais Prevenção Menos Queda*, o foco da campanha de 2018 foi conscientizar o maior número de trabalhadores do setor sobre a importância de seguir as normas de segurança para realização de trabalhos em altura, tornando o ambiente de trabalho mais seguro e produtivo, reduzindo os riscos de acidentes da indústria da construção, principalmente por quedas em altura que é uma das causas de maior ocorrência.

## Divulgação de norma técnica

Em 2019, a *CANPAT Construção* reuniu lideranças para debater os avanços da NR-35 – Trabalho em altura, desde a sua publicação, em 2012. A campanha também uniu a capital João Pessoa na prevenção de acidentes em obras. O evento regional foi destaque das cidades que receberam edições da *CANPAT Construção*, com a participação efetiva de quase 1.200 trabalhadores e de 18 empresas sobre o tema *Mais prevenção, menos quedas*. O trabalho educativo e de sensibilização realizado pela CBIC e pelo SESI em 21 canteiros de obras da cidade ao longo do mês de outubro foi concluído com um *workshop* com especialistas no tema, na sede do Sindicato da Indústria da Construção de João Pessoa (Sinduscon-JP), parceiro local da iniciativa.

Em 2020, em meio à pandemia da covid-19, o principal objetivo da campanha foi disseminar nacionalmente a nova Norma Regulamentadora nº 18 – Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção, sua interação com o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e os diferentes aspectos da NR-18 referentes à vigência e aplicação, avanços para os trabalhadores, desafios para o setor da construção e principais alterações da norma. A live especial NR-18 foi realizada no formato *on-line*, com mediação do auditor fiscal da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério da Economia, José Almeida Martins de Jesus Junior.




Em 2021, a CBIC participou dos *Diálogos Setoriais da Construção*, no âmbito da *Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho* (CANPAT 2021), mostrando os riscos de acidentes no trabalho, como se proteger e como aumentar a produtividade no setor da construção. Com a participação de representantes de entidades patronais, laborais e da Inspeção do Trabalho, foram apresentadas as ações da *CANPAT Construção*, a Calculadora do Acidente do Trabalho, inovações da NR 18 e o panorama do setor sob o olhar da Inspeção do Trabalho.

Ainda no ambiente digital, a CBIC realizou o *VI Encontro Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção*, com o lançamento da *CANPAT Construção 2021*. A CPRT definiu como tema *Segurança e Saúde no Trabalho: um valor para a Construção e para o Brasil*.

A abertura da *Semana CANPAT Construção* daquele ano contou com a participação do ministro do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni. Um dos diferenciais da Semana CANPAT Construção 2021 foi a participação efetiva no Dia Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho nas Escolas | Indústria da Construção, com ações em Manaus (AM), Aracaju (SE), Teresina (PI), João Pessoa (PB), Chapecó (SC), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Macapá (AP), Belém (PA), Itajaí (SC), Brasília (DF), Pelotas (RS), Goiânia (GO), Cuiabá (MT), Curitiba (PR), Recife (PE) e Rio de Janeiro (RJ).

Durante a semana foram promovidos debates, palestras técnicas e estímulo ao diálogo setorial, disseminando as novas Normas técnicas, especialmente a NR 18 e o Programa de Gerenciamento de Risco (PGR), assim como seus impactos imediatos na gestão de segurança do trabalho no setor da construção. Também foram intensificados os diálogos com a fiscalização do trabalho em âmbito nacional e regional, entre os Sinduscons e as superintendências regionais.

## Ambiente seguro e produtividade

Em 2022, a *CANPAT Construção 2022* seguiu a temática nacional para trabalhar o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) dentro da indústria da construção – Gestão da Segurança e Saúde na Construção: uma nova cultura para um ambiente de trabalho seguro e saudável.

Resultado da aproximação do setor da construção com a Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), a CBIC promoveu o *Dia Nacional de Segurança e Saúde nas Escolas | Indústria da Construção (DNSSE-IC)*, durante a *Semana CANPAT Construção*, reforçando a ação do governo na promoção de atividades de segurança e saúde nas escolas focadas na indústria da construção.

O projeto estimula o conhecimento e interesse dos estudantes no segmento e demonstra a importância da cultura da prevenção de acidentes no trabalho. Foram destaques de 2022, debates sobre gestão de SST, NR 18, proteção contra queda de altura, riscos elétricos e gestão da Saúde Ocupacional nos Canteiros de Obras. A *CANPAT Construção de 2023*, lançada durante o 96º ENIC no mês de abril, tem como tema central Gestão da Segurança e Saúde na Construção: como um ambiente seguro favorece a produtividade.

A realização da *CANPAT Construção* é um marco emblemático na trajetória da CBIC, contribuindo decisivamente para o enfrentamento dos acidentes de trabalho na construção e dando maior nitidez ao compromisso do setor com o bem-estar de seus trabalhadores. Com essa iniciativa, e as demais, a CPRT coloca a política de relações trabalhistas como vetor estratégico na atuação das empresas.

# Melhoria do ambiente laboral

Em busca do melhor desempenho das empresas do setor da construção, a CBIC participou ativamente do amplo processo de revisão das Normas Regulamentadoras NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção e da NR 5 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA). Esse trabalho foi conduzido pela CPRT, com apoio do Seconci-Brasil, em parceria com o SESI.

Em uma de suas ações, em 2018 a CBIC alertou as empresas sobre as alterações implementadas pela Portaria 261/2018, do Ministério do Trabalho, que alterou o item 18.21 da Norma Regulamentadora NR 18, estabelecendo que as execuções das instalações elétricas temporárias e definitivas devem atender ao disposto na Norma Regulamentadora nº 10 (NR 10), que trata da Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.

Em 2019, a CBIC passou a integrar o Grupo Tripartite da Norma Regulamentadora 18, que discutiu e aprovou a proposta de revisão, bem como analisou o texto encaminhado pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, construído a partir de sugestões recebidas por meio de consulta pública, que viabilizou a participação de cidadãos e empresas no processo de revisão da Norma. A NR 18 estabelece diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que visam à implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na indústria da construção.

Resultado de discussões tripartites e aprovado por unanimidade das bancadas de governo, trabalhadores e empregadores, o texto revisado, publicado pela Portaria SEPRT 3.733/2020, resultou em uma norma mais enxuta, com mais responsabilidades para os gestores de segurança e saúde no trabalho (SST) que atuam no segmento. Uma das mudanças mais significativas da norma é a obrigatoriedade da elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR). A nova redação da NR 18 entrou em vigor um ano após a publicação da portaria, com o objetivo de melhorar a gestão preventiva e as condições de trabalho e dar mais segurança para os trabalhadores formais do setor no país.

### Redução de custos

Pelo novo texto, a obrigação da gestão dos riscos nos canteiros passou a ser da organização e não dos fornecedores contratados, que têm a obrigação de produzir um inventário de riscos de suas atividades, para que sejam incorporados e considerados no programa da organização.

Com a entrada em vigor da nova redação da NR 18 e baseada em informações da CBIC a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia estimou, em 10 anos, uma redução de custos de quase R$ 5 bilhões na indústria da construção, considerando a desburocratização apresentada pelo novo texto, a possibilidade da adoção de melhores práticas de gestão e as melhorias das regras de saúde e segurança.

Em 2020, a CBIC, em parceria com a Associação Seconci Brasil, elaborou planilha comparativa entre a NR 18 vigente e a nova – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (vigente) e Condições de Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção – publicada, em versão final, pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia no Diário Oficial da União (DOU).

Para auxiliar empresários e profissionais do setor na aplicação da nova NR 18, por meio da sua Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT), a CBIC também lançou em 2021 a publicação Nova NR-18 – Informativo sobre a Norma Regulamentadora da Indústria da Construção. Com uma mensagem clara, didática e sintética, a publicação compara pontos alterados e/ou novos em relação à versão anterior.

## Segurança e controle

No mesmo ano, a CBIC disponibilizou às empresas e profissionais do setor da construção o *Manual Orientativo de Segurança e Saúde no Trabalho para os Canteiros de Obras de Edificações*, uma importante ferramenta para auxiliar no processo de implantação das novas diretrizes da NR 18. A entidade publicou também o *e-book As Novas NRs e a Indústria da Construção*, com a síntese das Normas Regulamentadoras de impacto na indústria da construção, que já foram revisadas e oficialmente publicadas desde 2019, quando o governo federal deu início ao processo de revisão das NRs. A publicação compara pontos alterados e/ou novos em relação à versão anterior, além de destacar considerações de especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho.

Para preparar o setor, a CBIC realizou o *Aulão PGR na indústria da construção*, com ênfase na NR 18, na Semana CANPAT Construção de 2021. Assim como lançou as publicações *Cartilha de Áreas de Vivência*, direcionada a empresários da construção, engenheiros, gestores dos canteiros de obras e profissionais de Segurança no Trabalho, para auxiliar as empresas da construção no atendimento às mudanças trazidas pelo novo texto da NR-18, e o *Guia Básico para Implantação de Segurança e Saúde nos Canteiros de Obra*: observando as exigências da nova NR-18, a fim de instruir os empresários sobre regras para implantação de segurança e saúde na indústria da construção. O conteúdo engloba, de forma didática, as normas de segurança, as medidas de controle e de sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no ambiente de trabalho.

## Segurança jurídica para empresas e trabalhadores

Como oportunidade para os empresários e profissionais do setor da construção entenderem as principais mudanças na constituição e funcionamento da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) na construção, aprovada pela Portaria nº 422/2021 do Ministério do Trabalho e Previdência, e do Anexo I – CIPA da Indústria da Construção, em 2021 a CBIC, em parceria com o SESI e apoio do Seconci Brasil, realizou *Painel Técnico* sobre a nova NR 5 – CIPA na Construção, com foco nas novidades e nos impactos da norma para o setor, que ganhou ainda mais importância em razão da sua conexão com a NR-01 e a exigência em relação ao Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR).

A NR 5 entrou em vigor em 2022. No mesmo ano, a CBIC lançou uma nova edição do *e-book* das *Normas Regulamentadoras – Nova edição* contemplando as fichas das normas regulamentadoras divulgadas até aquele ano, contemplando as principais mudanças das normas regulamentadoras que, de alguma forma, influenciam no setor da construção. O *e-book* integra o *Programa CBIC Obra Certa*, que é constituído por projetos, programas, ações e materiais sobre as normas de segurança e saúde no trabalho, aplicáveis para o setor da construção.

# Compliance e novos paradigmas de gestão como vetores do futuro

O setor da construção tem como característica marcante apoiar os interesses do Brasil e uma atuação pautada pela defesa do bem coletivo e pela busca da vanguarda no desenvolvimento empresarial. Tais paradigmas, que pautam a atuação da CBIC desde sua criação, foram fortalecidos ao longo dos anos e permanentemente alinhados às mudanças registradas no Brasil: nos últimos nove anos, a entidade anteviu e bem compreendeu os movimentos que gerariam um novo ambiente de negócios, com alterações profundas não apenas no relacionamento de seus *players* com clientes, consumidores e fornecedores como, também, com o poder público.

No Brasil que emergiu das diversas crises e dos avanços registrados em todos os segmentos da economia nesse período, o cultivo da ética e da transparência, o reforço à livre inciativa e à concorrência, a defesa da desconcentração dos mercados, e a adoção e modernização das ferramentas de controle interno tornaram-se atributos decisivos para o sucesso empresarial e a proteção da reputação das organizações, incluídas as da construção. Atenta a tais sinais, a CBIC manteve sua atuação preditiva e liderou o processo de modernização dos procedimentos do setor, com foco especial nas empresas pequenas e médias.

Um dos projetos mais importantes desse período, que se tornou referência para outros setores da indústria brasileira e contribuiu decisivamente para o resgate da imagem positiva da construção, foi conduzido pela Comissão de Responsabilidade Social (CRS) – antigo Fórum de Ação Social e Cidadania (FASC), em parceria com o SESI, e democratizou o conhecimento disponível sobre *compliance* para as entidades associadas à CBIC e empresas do setor, alcançando organizações que ainda não estavam alinhadas à essa prática. Estimuladas pela CBIC, tais empresas aderiram ao projeto e atualizaram seus procedimentos, conquistando maior governança.

Em um movimento continuado a partir de 2014, o ambiente de negócios brasileiro tem exigido uma nova mentalidade e a busca por ferramentas de gestão que protejam a operação e a reputação das empresas. As turbulências causadas pelo ciclo de combate à corrupção registrado no Brasil na última década induziram um processo de maior conscientização e aculturamento de dirigentes e empresários do setor, tornando efetivo o fortalecimento e renovação de mecanismos do controle interno e uma ação mais enfática no enraizamento de práticas empresariais saudáveis.

Nesse campo, a CBIC assumiu a tarefa de produzir e disseminar conhecimento, trazendo referências sólidas e de fácil implementação, contribuindo decisivamente para manter o setor preparado para atender os paradigmas exigidos pelo novo cenário. Para isso, a entidade criou o projeto *Ética & Compliance na Construção*, iniciativa pioneira e decisiva para o enraizamento de uma cultura de controle interno e integridade empresarial na construção.

### Democratizando conceitos

Coerente com a trajetória da CBIC, que propôs um Código de Ética para o setor da construção já em 1992; contribuiu decisivamente para a aprovação da Lei de Licitações (Lei 8.666) em 1993; entre outras ações marcantes em defesa das melhores práticas empresariais no país, o projeto teve início a partir da aprovação da nova lei anticorrupção (Lei 12.846/2013) pelo Congresso Nacional.

O projeto *Ética & Compliance na Construção*, teve como primeiro produto cartilha publicada em 2015, trazendo conceitos basilares para uma cultura de controle interno, como responsabilidade social e a própria ética; além de informações e conceitos preliminares sobre o *compliance* e sua adoção como ferramenta de gestão e novo ingrediente no plano estratégico das empresas e instituições.

Para isso, foram mobilizados o engenheiro e consultor Vítor Seravalli, da Seravalli Consulting; o cientista político e consultor Leonardo Barreto; o economista Gesner Oliveira, da GO Associados; e a advogada Maria Luísa Pestana, então assessora jurídica da CBIC; profissionais de conhecimento e credibilidade reconhecidos que formaram a equipe que compilou documentos e práticas exitosas em diversas partes do mundo e cuja aplicação seria recomendável também no Brasil.

Assentado o arcabouço técnico preliminar, a CBIC avançou para a produção de conteúdo orientativo, com vistas ao fortalecimento de uma cultura de transparência e a disseminação de políticas e ferramental de controle interno e *compliance* para seus associados e para as empresas do setor. Coordenado pela CRS, o projeto *Ética & Compliance na construção* colocou à disposição do setor e do país três documentos inéditos não apenas para o setor da construção, mas sem similar no Brasil naquele momento. Lançados em junho de 2016 durante seminário realizado em Brasília, são eles:

**GUIA DE ÉTICA & COMPLIANCE PARA INSTITUIÇÕES E EMPRESAS DO SETOR DA CONSTRUÇÃO –** documento composto por Guia referencial de ética, que orienta e esclarece as premissas para a formulação de um Código de Ética, de modo a favorecer a adoção de documentos formais nesse campo; um Guia de compliance e representação política; que orienta e esclarece as premissas e cuidados que devem nortear o relacionamento de entidades e empresas privadas com o setor público, com foco na transparência e legitimidade do diálogo institucional e comercial; um Manual de avaliação de risco de corrupção nas empresas, que orienta e esclarece sobre compliance e os diversos marcos existentes nesse campo, inclusive internacionais, indicando as medidas necessárias ao estabelecimento de uma política de controle interno eficaz e para aferir e prevenir riscos da prática de desvios ou corrupção; e a Lei Anticorrupção comentada, que apresenta e traduz a nova legislação, tornando fácil sua compreensão e a adoção de medidas preventivas para evitar a incidência de desvios ou corrupção nas organizações.

**CÓDIGO DE CONDUTA CONCORRENCIAL PARA A CONSTRUÇÃO E O MERCADO IMOBILIÁRIO –** que orienta e esclarece as premissas e iniciativas mais modernas e eficazes para a prática concorrencial, com foco na transparência e na livre concorrência.

**FORTALECIMENTO DO CONTROLE INTERNO E MELHORIA DOS MARCOS REGULATÓRIOS & PRÁTICAS –** documento que apresenta um conjunto de propostas para aperfeiçoar os marcos regulatórios em vigor, para prevenir o risco da prática de desvios e corrupção, e um conjunto de12 práticas consagradas na administração pública cuja correção terá impacto positivo no combate à corrupção. Esse documento foi preparado pela então comissão de Obras Públicas, Privatizações e Concessões (COP) – hoje Comissão de Infraestrutura da CBIC.

### Debate qualificado em todo o país

Publicados, os documentos tornaram-se objeto de uma ampla agenda de eventos, que percorreu o Brasil a partir do segundo semestre de 2016. Em parceria com suas entidades associadas, a CBIC promoveu o *Seminário Ética & Compliance para uma gestão eficaz*, oportunidade em que debateu com representantes dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo nos Estados; assim como empresários, dirigentes e profissionais da construção, a necessidade de fomentar maior transparência e a livre concorrência empresarial no país.

O seminário inaugural, realizado na cidade de Brasília em junho de 2016, contou com a participação do então presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE), o juiz federal Antônio César Bochenek; do procurador federal Júlio Marcelo Oliveira, do Tribunal de Contas da União (TCU); do economista Gesner Oliveira e do advogado Fernando Vernalha, consultor da CBIC. A ex-ministra Eliana Calmon, primeira mulher a ocupar uma cadeira no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e referência no debate sobre transparência e ética no Brasil também integrou o grupo de facilitadores do tema, participando dos eventos de disseminação do projeto.

De junho a dezembro, o seminário foi recebido por quatro Estados brasileiros, passando pelas capitais Salvador, Rio de Janeiro, São Luiz e Porto Alegre, mobilizando ampla audiência – com média de 120 participantes – e conquistando a atenção também dos veículos de comunicação. Os eventos tiveram um elenco fixo, liderado pela presidente da CRS, Ana Cláudia Gomes; e composto pelo cientista político e consultor Leonardo Barreto; o economista Gesner Oliveira, da GO Associados; e a ex-ministra Eliana Calmon. Em cada Estado, palestrantes locais agregaram contribuição ao tema com uma visão local, gerando seminários de grande relevância.

Os guias da CBIC ganharam espaço entre os documentos de referência e consulta do governo federal, empresas do setor e diversas instituições. Em 2017 e 2018 os seminários de disseminação do projeto alcançaram as cidades de João Pessoa (PB), Belém (PA), Recife (PE), São Paulo (SP), Maceió (AL), Fortaleza (CE), Maringá (PR), Cascavel (PR), Joinville (SC), Brasília (DF), Manaus (AM), Goiânia (GO), Campinas (SP), Caxias do Sul (RS) e Cuiabá (MT). Em 2019, outras três localidades receberam o seminário: Aracaju (SE); Florianópolis (SC) e Chapecó (SC). Desde o lançamento do projeto *Ética & Compliance na Construção*, o evento de disseminação reuniu cerca de 1.500 representantes de empresas, sindicatos e demais entidades do setor da construção, do poder público e da sociedade civil: no total, foram realizados 23 seminários, em 21 cidades do país.

## Capacitação para maior governança

Em 2018, para habilitar 11 das entidades que haviam sediado o seminário a implementarem a gestão de etica e *compliance* de forma rápida, prática e profissional, a CBIC inovou e lançou o *Programa de Capacitação Semipresencial em Ética & Compliance*, reforçando o valor da ética e do *compliance* para as organizações. A ação foi realizada em quatro etapas: diagnóstico; *workshops* de lançamento e encerramento; aulas à distância, e monitorias individuais à distância. Também foi oferecida monitoria extra aos participantes da 1ª turma do programa para finalizar os processos iniciados em suas entidades.

Naquele ano, o tema etica e *compliance* foi destaque no Congresso Nacional de Engenharia: na ocasião, o juiz federal Anderson Furlan Freire da Silva, um dos signatários do Projeto de Lei de Transparência – aprovado pela Assembleia Legislativa do Paraná e responsável por tornar o Estado pioneiro no combate à corrupção, elogiou a iniciativa da CBIC. “Gostaria de enaltecer a importância de entidades civis que se posicionam e se movimentam no sentido de tocar a corda ética da sociedade, promovendo ações fundamentadas em leis e na educação para modificar aos poucos o cenário da corrupção no Brasil”, comentou.

Em 2019, certa de que a Educação a Distância (EAD) poderia ajudar as construtoras a implementarem o programa de integridade em suas empresas de forma rápida, prática, profissional e com uma relação custo-benefício extremamente vantajosa, a CBIC anunciou o EAD do *Ética & Compliance na Construção: transformando valores em ação para empresas do setor.* A primeira experiência do curso havia envolvido entidades associadas à CBIC, ainda em 2018.

Lançada, a capacitação, *on-line* e gratuita, apresentou aspectos importantes sobre o comportamento ético no mercado de trabalho e os instrumentos necessários para inserir o programa de integridade no organograma das empresas. O curso teve continuidade em 2020, agregando à programação aulas práticas para ensinar a implementar um programa de *compliance* nas empresas, percorrendo todas as etapas.

## Amplificando a mensagem

2019 foi mais um ano de grande atividade no projeto *Ética & Compliance na construção*: na LXXXI Reunião do Conselho Diretivo da Federação Interamericana da Indústria da Construção (FIIC), a CBIC assinou o compromisso interamericano de prevenção e combate à corrupção na indústria da construção, reafirmando o compromisso da construção brasileira com as melhores práticas construtivas e empresariais. A FIIC reúne representantes das 19 Câmaras da Construção de 18 países da América Latina e tem sede na cidade de Santiago no Chile. A CBIC é filiada à entidade.

Além disso, em março, a comissão promoveu o evento *Diálogos CBIC: Transparência nas Relações*, em que discutiu a importância de uma indústria transparente, com mecanismos que garantam a lisura de seus processos e previnam atos de corrupção. Realizado em Brasília, o evento recebeu cerca de 150 dirigentes, empresários e profissionais do setor da construção, integrantes de órgãos de controle e do governo federal, em um debate qualificado sobre ética, *compliance*, transparência e integridade.

Para amplificar a mensagem da construção e alcançar o maior número de pessoas, impactando e levando para a sociedade como um todo as iniciativas do setor, em parceria com o jornal O Estado de S.Paulo, um dos mais tradicionais impressos diários do país, a CBIC publicou caderno especial, encartado na edição nacional do jornal. Além de registrar o evento, o caderno especial destacou as ações da entidade para estimular a prevenção à prática de desvios e a adoção de políticas de integridade nas entidades e empresas do setor da construção.

Meses depois, em dezembro, a CBIC deu mais um passo nesse debate e promoveu o seminário *Diálogos CBIC: Destrava Brasil*, com foco na evolução das políticas de integridade do setor da construção e seu papel na retomada de investimentos em obras públicas e privadas no Brasil. A CRS também realizou novos seminários de disseminação do projeto, visitando as cidades de Aracaju (SE), Florianópolis e Chapecó, ambas em Santa Catarina (SC).

### Mobilização de trabalhadores e adesão a coletivos

Dada a sua importância para a atividade empresarial da construção, o projeto *Ética & Compliance na construção* tem avançado em busca de novos públicos e do engajamento permanente de entidades empresariais e das organizações do setor, adequando sua pauta a temas novos e retroalimentando uma agenda que caminha com a sociedade. Esse movimento envolve a adesão da CBIC a coletivos e compromissos que tornem nítido o compromisso do setor com as melhores práticas.

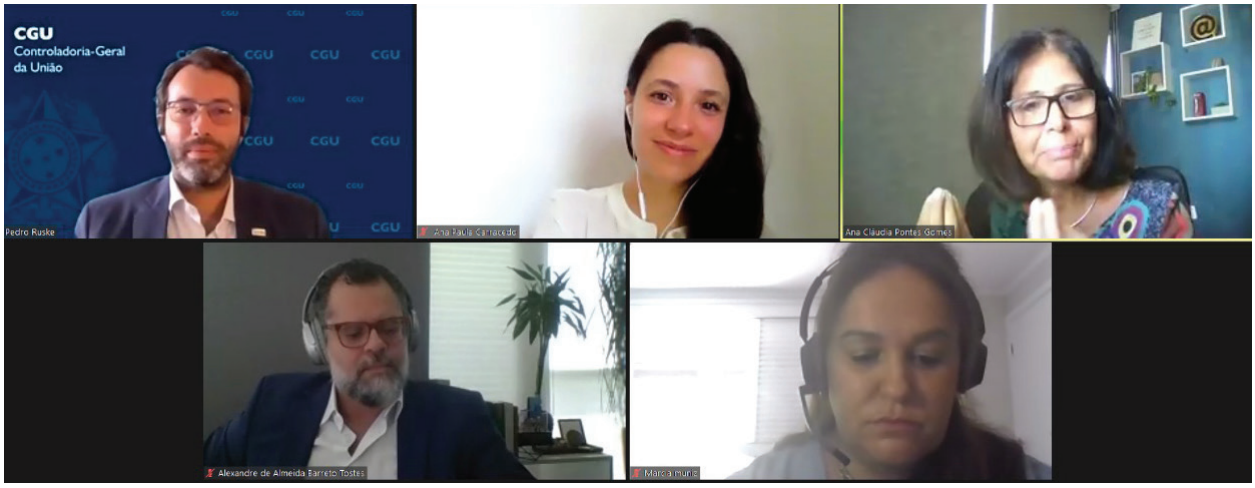
Em 2020, a eclosão da pandemia da covid-19 renovou o tema da ética nas relações: a Comissão de Responsabilidade Social (CRS) da entidade incluiu o projeto na programação do 92º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC) para discutir *A ética em tempos de crise – sociedade e empresas pós-pandemia*. Realizado *on-line*, o painel contou com a participação da ex-ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Eliana Calmon, e da professora de filosofia da instituição Nova Acrópole do Brasil, Lúcia Helena Galvão Maya.

Até 2020, a CBIC desenvolveu uma jornada de ética e *compliance* focada na integridade do universo corporativo, na relação público-privado. A partir de 2021, o projeto passou a incluir ferramentas para as empresas que já implantaram políticas de integridade e gostariam de ter um material orientativo também para os seus colaboradores. A iniciativa deu origem à *Campanha de Ética e Compliance para os Trabalhadores do Setor da Construção*, a fim de estimular atitudes corretas e conscientes na indústria da construção, conscientizando, informando e engajando os profissionais do setor.

Um dos slogans da campanha foi *O certo é o certo, mesmo quando ninguém está olhando*. A ideia foi reforçar a cultura de fazer sempre o correto no dia a dia, junto à família e no ambiente de trabalho. A campanha da CBIC foi inspirada na cartilha *No excuses! – Combatendo as 10 desculpas mais comuns para um comportamento corrupto*, material de integridade da Alliance for Integrity, iniciativa de múltiplas partes interessadas e promovida pelo setor empresarial visando incentivar transparência e integridade no sistema econômico, aglutinando setores privado e público e da sociedade civil.

### Governança para sindicatos

Nos anos de 2021 e 2022, a CBIC apoiou o Movimento pela Integridade do Setor de Engenharia e Construção (Misec), para a consolidação de um ambiente de negócios ético, íntegro, com o permanente combate à corrupção e defesa da livre concorrência para gerar novas oportunidades de negócios com isonomia, ativando toda a cadeia de valor do setor.

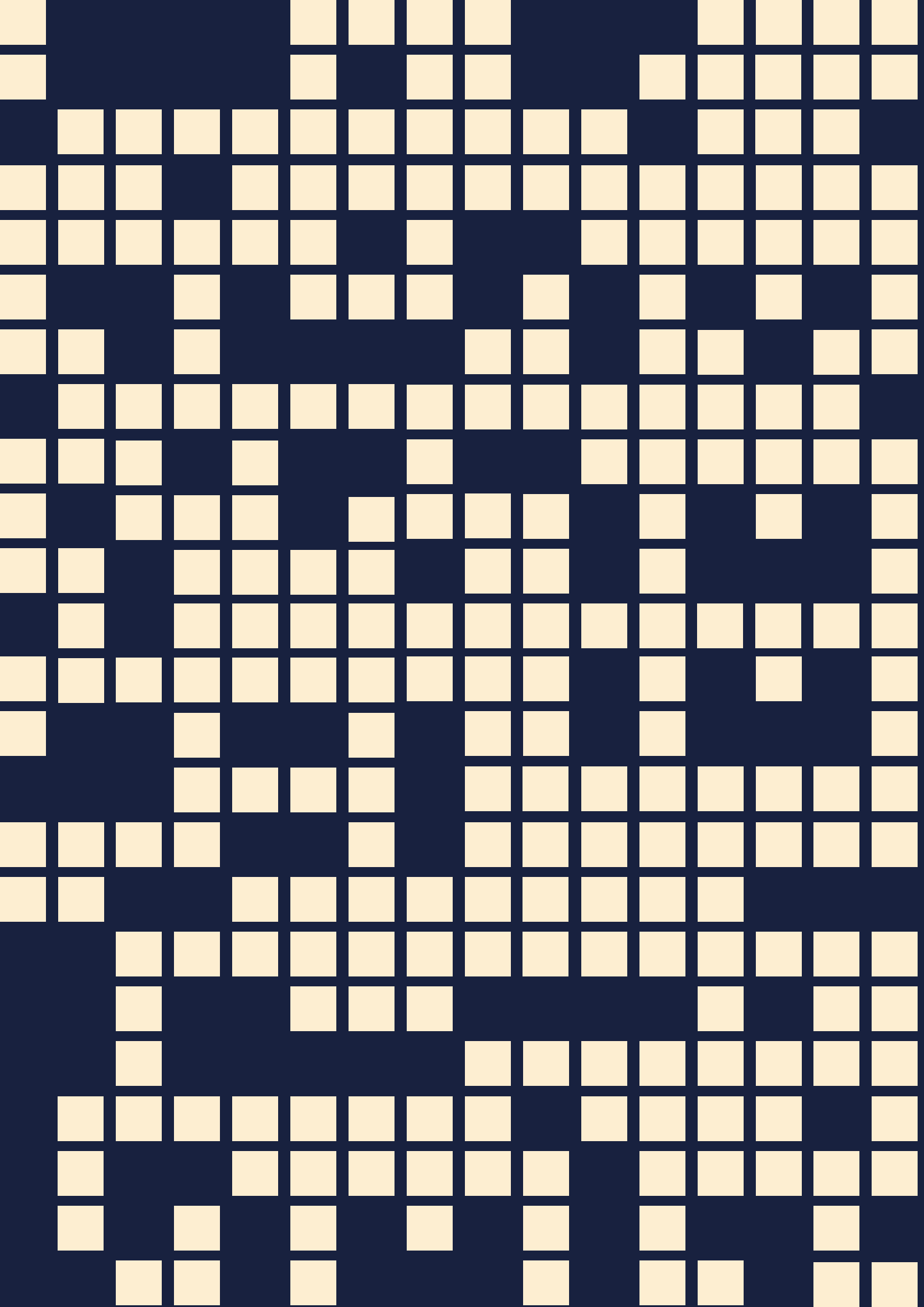



Nos últimos quatro anos, a entidade ampliou sua participação em grupos de trabalho como a Rede Brasil do Pacto Global da ONU – Grupo de Trabalho Anticorrupção; Rede Brasil do Pacto Global da ONU & Instituto Ethos – Grupo Ação Coletiva Engenharia e Construção; e Rede Brasil do Pacto Global da ONU – Grupo de Trabalho Cadeia do Gesso 2030. Ao atuar em tais coletivos, a CBIC não apenas reforça a responsabilidade da construção, como promove a troca de experiências e atualização do conhecimento exigido para que suas associadas sigam alinhadas às práticas mais inovadoras nesse campo.

O ano de 2022 chegou trazendo a oportunidade para as empresas do setor de engenharia e construção aprimorarem seus processos focados em ética, integridade e transparência, com iniciativas como o curso *Políticas públicas e relacionamento com o setor público*, dirigido aos integrantes do Grupo CBIC Jovem e aos líderes jovens do setor da construção.

A ideia foi permitir aos participantes compreender como os governos funcionam; como as decisões de políticas públicas são tomadas; quais as principais exigências e preocupações dos gestores públicos, e qual a necessidade de transparência e outros requisitos legais. Além de oferecer uma descrição do processo político e administrativo, a capacitação considerou também as tendências existentes, tendo como base novos padrões de governança (ESG) e de transformação digital do setor público.

O projeto *Ética & Compliance na construção* é um dos marcos emblemáticos da atuação da CBIC, uma contribuição decisiva para o fortalecimento e modernização do setor da construção. Desde seu lançamento, a CRS tem promovido as atualizações necessárias, garantindo sua atualidade e relevância.



# Pandemia da Covid-19

# CBIC lidera articulação da construção na pandemia e reforça a importância do setor

***Entidade apoia associados e empresas na prevenção do novo coronavírus e combate ao aumento dos preços de insumos***

Em 12 de março de 2020, o Distrito Federal amanheceu sob efeito de um decreto publicado pelo governador Ibaneis Rocha (MDB) suspendendo por cinco dias as aulas da rede pública e privada, assim como a realização de eventos para público superior a 100 pessoas. A medida, resposta do executivo à decisão da Organização Mundial da Saúde (OMS) – que acabara de decretar a pandemia de covid-19, foi o primeiro passo na direção do *lockdown* que seria adotado dias depois, em 18 de março. Também foi uma demonstração clara da gravidade do momento e de que a crise sanitária alcançaria também o Brasil, como já sacudia países da Ásia e da Europa.

A decisão do governador aconteceu quatro dias depois da confirmação do primeiro caso local de covid-19 – o DF foi o primeiro a instituir a quarentena no país, movimento que ganharia efeito dominó nos dias seguintes. “Lembro desse dia muito bem. Estava em uma reunião com executivos do SEBRAE quando soubemos do decreto. Foi quando vimos o tamanho do problema, ficou muito claro que era pra valer”, lembra José Carlos Martins, presidente da CBIC. A entidade nacional do setor da construção tem sede na capital federal.

O novo coronavírus havia desembarcado no Brasil no final de fevereiro, mas o significado da pandemia e seus reflexos ainda eram uma incógnita. A suspensão de atividades escolares acendeu um alerta na entidade: como proteger o trabalhador do setor? O que vai acontecer com todas as obras em andamento?

As iniciativas desencadeadas pela CBIC foram pautadas por duas constatações:

- com uma política de segurança e saúde do trabalhador (SST) enraizada, o setor da construção tinha uma vantagem competitiva para enfrentar a crise sanitária preservando seu ativo mais importante: a vida e a saúde de seus colaboradores;
- as obras do setor seriam decisivas para a economia, oportunidade de manter o emprego e abrir novos postos de trabalho, garantindo renda e dignidade para milhões de pessoas nos estratos mais vulneráveis da sociedade.

Em suma, a construção não podia parar e tinha as melhores condições para manter suas atividades em meio à pandemia. Para apoiar seus associados – entidades e empresas do setor da construção em todo o país, a CBIC apostou em um tripé formado por:

- **transparência –** informação qualificada e abrangente sobre a pandemia, produzida por suas comissões técnicas e disseminadas para todo o setor, em todo o Brasil, tanto no campo sanitário quanto da segurança e saúde do trabalhador, trabalhista e jurídico;
- **combate –** estímulo e apoio à prevenção rigorosa nos canteiros de obra, pela mobilização das entidades associadas e empresas para a conscientização do trabalhador e garantia dos mecanismos e insumos necessários à sua proteção e de seus familiares;
- **travessia –** articulação junto ao poder público de medidas de estímulo para garantir às empresas as condições necessárias para manter o emprego e a execução de seus empreendimentos.

O primeiro passo da estratégia do setor da construção, liderada pela entidade, foi mobilizar suas comissões técnicas para acompanhar os desdobramentos diários da pandemia no Brasil e no mundo, com a missão de transformar esse conhecimento em informação útil e clara para a melhor gestão de riscos – o que era o coronavírus e suas variantes, como se dava o contágio, os efeitos da covid-19 sobre a saúde, como e o que usar na prevenção, como acompanhar os sintomas e quando fazer o teste, como tratar a doença em caso de contágio, como estabelecer o trabalho remoto e gerenciar grupos de risco, como proteger os profissionais que continuariam em atividade.

## Vantagem competitiva

Em outra vertente, a CBIC conduziu uma escuta ativa para conhecer o posicionamento dos trabalhadores e aferir sua expectativa diante do cenário da pandemia. A suspensão da atividade nos diversos segmentos econômicos e a imperiosa necessidade do distanciamento social haviam modificado paradigmas, impondo uma experiência absolutamente inédita para o brasileiro.

Para isso, a entidade abriu diálogo com os sindicatos e discutiu como enfrentar a crise sanitária. Naquele momento, os representantes dos trabalhadores convergiram para a percepção de que as obras não podiam parar e que as peculiaridades de sua atuação garantiam ao setor melhores condições para lidar com a pandemia: uma atividade executada ao ar livre, mas que não poderia ser realizada à distância, combinada a um exercício profissional em que o uso de diversos equipamentos de proteção individual – os chamados EPIs, que ganharam visibilidade durante a pandemia – já era rotina consagrada.

O entendimento com a classe trabalhadora ofereceu à CBIC segurança e respaldo para buscar os apoios necessários à manutenção das atividades da construção: mais que incluir o setor entre aqueles apontados pelo poder público como atividade essencial em todo o país, era preciso criar mecanismos emergenciais de apoio às empresas, melhorando o financiamento à produção, fosse pela ampliação da oferta de crédito, fosse pela adaptação da esteira operacional por que trafegam os recursos até o caixa de construtoras e incorporadoras. Além de manter o fluxo dos empreendimentos em curso, esse apoio seria decisivo para garantir a renda do trabalhador.

No campo público, o diálogo com o governo federal construiu uma conquista decisiva para o país: em maio de 2020, a construção foi declarada atividade essencial em âmbito nacional, garantindo a continuidade de suas obras em todo o Brasil. Essencial, a decisão garantiu a manutenção do emprego no setor e a geração de novos postos de trabalho formais. Exitosa, a articulação da entidade prosseguiu, mobilizando diversos órgãos do poder Executivo, em que a CBIC discutiu:

- medidas de enfrentamento do novo coronavírus com o secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços do Ministério da Economia, Jorge Lima;
- medidas trabalhistas, como a redução proporcional de jornada de trabalho e salários, com o secretário do Trabalho, Bruno Dalcolmo;
- subsídios para a habitação com o secretário Nacional de Habitação do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), Alfredo dos Santos.

Como resultado dessa agenda, algumas sinalizações foram essenciais para a sobrevivência das empresas em meio à crise sanitária:

- o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) anunciou a garantia de recursos para contratações, sem previsão de cortes;
- o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) informou sobre o satisfatório cumprimento da agenda do licenciamento ambiental e dos prazos informados aos empreendedores;

- o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) garantiu contratações de habitação de interesse social com recursos do FGTS até o final de 2020, pela regulamentação dos desembolsos com recursos do Orçamento Geral da União (OGU);
- o governo federal flexibilizou os prazos e a possibilidade de dispensa de vistoria de obras de contratos de financiamento do OGU durante os efeitos do Decreto Legislativo nº 6/2020, que tratou da calamidade pública.

A CBIC discutiu, ainda, soluções para questões relacionadas à atuação dos cartórios e à oferta de crédito imobiliário para o segmento de média renda. Nesse campo, a entidade construiu parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF) – principal agente financeiro do crédito imobiliário em todo o país, demonstrando a importância e potencial do mercado imobiliário naquele momento: o distanciamento social ressignificou a moradia, criando uma janela de oportunidade para dinamizar a aquisição de imóveis no país. Medidas de estímulo adotadas pelo banco produziram efeito positivo sobre o mercado e inspiraram agentes financeiros privados, que também apoiaram o setor.

O que se viu no período da crise sanitária corroborou o paradigma institucional que traduz a CBIC: quando a construção vai bem, o Brasil vai bem. Nos três anos da crise sanitária, o setor da construção registrou desempenho positivo e bateu recordes, com baixo índice de contágio entre seus trabalhadores e geração significativa de novos postos de trabalho formais. Um trabalho intenso e articulado sustenta esse resultado.

## Como a CBIC pode te ajudar hoje?

Seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde, a CBIC adotou o distanciamento social e digitalizou sua operação, levando para o ambiente virtual todas as suas reuniões e eventos. Todas as atividades passíveis de serem realizadas à distância migraram para o trabalho remoto e o acesso à sua sede foi restrito a um grupo mínimo de funcionários, fora dos grupos de risco. Com equipe enxuta, a entidade se adaptou ao novo cenário rapidamente.

Ainda em março de 2020, a CBIC instituiu um comitê de crise e uma central de monitoramento para o controle da pandemia no setor. Além disso, potencializando a capilaridade de uma instituição presente em todos os Estados brasileiros, a entidade abriu um novo canal com seus associados e as empresas do setor para monitorar o desdobramento da pandemia em cada localidade, identificar problemas e buscar soluções que atendessem às demandas de um Brasil tão grande quanto diverso.

Hospedado no site, o canal direto para atendimento às demandas das entidades e empresas da construção levava uma pergunta simples – “O que a CBIC pode fazer por você hoje?” – e trazia de volta um panorama amplo, em tempo real, do que estava acontecendo Brasil afora. O que estava funcionando, gargalos, demandas – essa troca de informação qualificada, oferecida por tomadores de decisão, permitiu à entidade endereçar soluções decisivas ao longo da crise, estabelecendo segurança sanitária e jurídica para a atividade do setor.

O retorno era gerenciado pelo Comitê de Crise da CBIC, formado pelos membros do seu Núcleo Estratégico, num processo que desencadeava a tomada de iniciativas institucionais no diálogo com o poder público federal, assim como no apoio às suas entidades associadas para a articulação de medidas que dependessem apenas do poder público local.

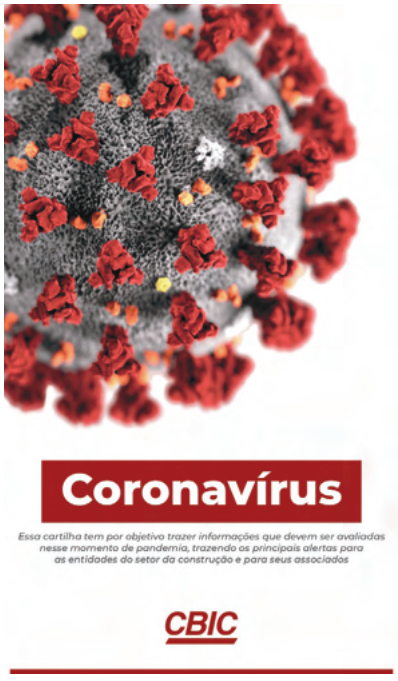
## Reforço em saúde e segurança

Para apoiar o setor na prevenção ao novo coronavírus, a CBIC mobilizou suas comissões técnicas na produção continuada de informações sobre a pandemia. Transversal, esse trabalho foi liderado pela Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT) e pela assessoria jurídica da entidade, com a colaboração das demais comissões.

Desde o início da pandemia, a CBIC preparou e disponibilizou cartilhas com recomendações para a correta gestão do ambiente de trabalho na indústria da construção. A entidade desenvolveu pesquisas e estudos, assim como divulgou campanhas nas redes sociais e *podcasts* para esclarecer e orientar toda a cadeia produtiva sobre a importância do reforço às medidas de segurança e saúde dos trabalhadores nos canteiros de obra. Tais conteúdos também se destinaram a conscientizar e engajar o colaborador do setor.

Essa iniciativa partiu de uma base sólida: o trabalhador da construção era um profissional que já trabalhava inserido em uma cultura organizacional de proteção à saúde e segurança, traduzida no uso de roupas reforçadas, capacetes, luvas e máscaras – usados para proteger da poeira, por exemplo, tais mecanismos tornaram-se barreira crucial contra o novo coronavírus. Além disso, o trabalhador do setor atua ao ar livre, em ambientes hiperventilados, em que a possibilidade do contágio é menor. Para tais profissionais, o maior risco se concentrou no uso do transporte público e as empresas atuaram também nesse quesito, oferecendo transporte para suas equipes.

O primeiro conteúdo orientativo disseminado pela CBIC foi a cartilha *Coronavírus*, em 18 de março de 2020, com recomendações e alertas sobre como identificar os sintomas da doença e prevenir o contágio. Em pauta, a definição de protocolos que pudessem garantir o trabalho seguro nos canteiros de obras, agregando às iniciativas de SST todas as medidas de prevenção preconizadas pelas autoridades sanitárias: a conscientização em torno da necessidade de hábitos mais rigorosos e frequentes de higiene das mãos, do uso do álcool 70% e de máscaras de proteção, entre outras indicações.



Disseminado por diversos canais de comunicação e publicado no site da instituição, o documento também trouxe orientações preliminares sobre os direitos de contratados nos acordos de obras públicas. O setor da construção foi pioneiro e ágil na tomada de medidas emergenciais que contribuíram para que seu ambiente laboral fosse controlado e seguro para a realização de suas atividades Brasil afora.

Uma outra cartilha foi preparada para reforçar condutas que preservassem a saúde física e mental dos trabalhadores, com uma série de instruções relacionadas ao comportamento, a manutenção da comunicação na rotina e a transmissão empática de conforto psicológico para a superação daquele desafio, aliadas à observância das disposições legais aplicadas. O zelo pela saúde mental dos trabalhadores completou a estratégia de proteção aos profissionais que se mantiveram em atividade, enfrentando riscos diários e imponderáveis.

Unida às centrais sindicais e ao Serviço Social da Construção (Seconci Brasil), a CBIC articulou uma campanha para que o Seconci pudesse participar do processo de testagem da covid-19 nos canteiros, colocando à disposição das empresas sua *expertise*. Essa parceria também gerou a cartilha *A Pandemia do Coronavírus – Recomendações para o Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção*, consolidando medidas para o enfrentamento e prevenção da covid-19 nos canteiros de obras.

O documento sinalizou iniciativas destinadas a melhorar a gestão de riscos, que passaram a ser adotadas por empresas do setor em todo o país, como:

- medição diária da temperatura dos funcionários na chegada ao trabalho;
- nova rotina de higienização dos ambientes;
- distribuição de kits de higiene pessoal para o trabalhador e sua família;
- redivisão dos turnos de trabalho, e
- reorganização de refeitórios e demais ambientes para evitar aglomerações.

## Central de inteligência para mitigar riscos

Em outra vertente, a CBIC trabalhou para esclarecer entidades e empresas sobre um aspecto sensível da pandemia: gestão de contratos e regras trabalhistas. Para isso, a entidade realizou um ciclo de *webinares* com a participação de especialistas e representantes do Legislativo, Executivo e Judiciário federais para esclarecer o setor sobre os impactos da pandemia.

100% *on-line*, o *Diálogos CBIC* serviu de espaço para o esclarecimento de dúvidas sobre questões como a flexibilização das regras trabalhistas; a possibilidade de suspensão ou rescisão de contratos; a reprogramação de cronogramas; o reequilíbrio econômico-financeiro de obras em andamento; e a aplicação das medidas anunciadas pelo governo federal para mitigar a crise.

Em outras edições, o *Diálogos CBIC* discutiu temas como a saúde dos trabalhadores e a covid-19, com foco nos efeitos psicológicos do isolamento social – a covid-19 seria ou não doença ocupacional; covid-19: novos paradigmas na saúde e relacionamento com o trabalhador; e reflexos da pandemia nos contratos de trabalho e a construção.

O pleno atendimento das normas trabalhistas, aspecto de grande relevância para as empresas do setor e do interesse de seus colaboradores, mereceu acompanhamento especial para a adequação às medidas emergenciais adotadas nesse campo. A CBIC acompanhou a discussão de aditivos e acordos, instrumentos compilados e concentrados em uma biblioteca virtual criada pela entidade. Nesse espaço, foi possível conhecer aditivos negociados e assinados para a convenção coletiva de trabalho do setor. Tais documentos foram atualizados sistematicamente, mantendo o trabalhador e o empregador informados.

Ao longo do período da pandemia, o monitoramento dos temas e a produção de conteúdo orientativo imprimiu à atuação da CBIC a importância e o caráter de um *hub* de inteligência de dados para mitigar riscos associados à crise sanitária. Conteúdos orientativos de prevenção e gestão foram atualizados de forma a contemplar os diversos ciclos da pandemia: o surgimento de variantes do coronavírus e o relaxamento das medidas de prevenção em feriados criaram ondas, com o aumento e redução do contágio, movimento atenuado apenas pelo início e avanço consistente da imunização da população.

A entidade também divulgou estudos e pesquisas focadas no acompanhamento dos impactos da crise sanitária, produzidos por diversas de suas comissões técnicas:

- Aplicação de medidas trabalhistas em face da crise da covid-19;
- O Impacto da pandemia do coronavírus nos contratos de obras públicas;
- Covid e Influenza: impactos na construção;
- Caminhos para viabilizar a continuidade dos contratos impactados pela pandemia;
- O segmento de Obras Industriais e Corporativas e o Coronavírus (covid-19);
- Obras em andamento x obras paradas.

Tais documentos atenderam aos diversos segmentos da construção, trazendo dados e análises aprofundadas: uma prestação de serviço essencial para a melhor tomada de decisões pelo empresário naquele momento de crise.

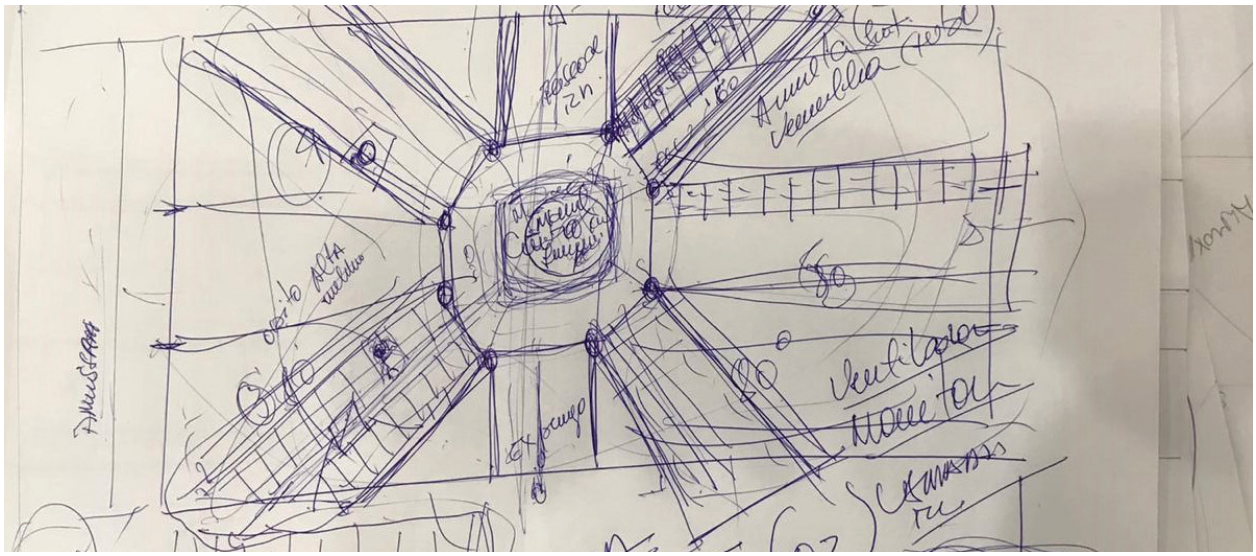
## Contribuição e solidariedade com a população

A entidade estimulou, ainda, a premiação das boas práticas de responsabilidade social durante a pandemia, de forma a manter o setor engajado em torno de ações com impacto sobre a sociedade como um todo, estimulando a formação de uma corrente do bem. Desse movimento, a CBIC colheu diversas experiências bem-sucedidas, confirmando a ação de seus associados em benefício da população por meio de iniciativas como:

- doação de alimentos e cestas básicas a trabalhadores da construção;
- administração do Hospital de Campanha de Heliópolis, em São Paulo;
- orientação sobre procedimentos em caso de contaminação para comunidades; e a
- doação de respiradores a hospitais.

Ainda no campo da responsabilidade social, em 2020 a CBIC ofereceu uma contribuição emblemática ao país: atendendo à demanda do Ministério da Saúde, a entidade formulou e entregou ao governo federal um projeto arquitetônico para a construção de hospitais de campanha, com foco na ampliação da capacidade de atendimento do sistema de saúde. Naquele momento, a falta de leitos para atender a demanda desenfreada gerada pela covid-19, na rede pública e privada, era um desafio crucial para o enfrentamento da pandemia.

A entidade criou um modelo matriz, para ser replicado em qualquer lugar do Brasil, contemplando os protocolos médicos indicados pelo Ministério da Saúde. Para isso, a CBIC mobilizou o engenheiro civil Pedro Henrique de La Rocque Ferreira e o arquiteto Carlos Marchesi, autor do projeto, que trabalharam de acordo com as orientações do Sistema de Apoio à Elaboração de Projetos de Investimentos em Saúde (SomaSUS) e as premissas das legislações sanitárias vigentes. Na prancheta, a busca por soluções que atendessem as peculiaridades de tais unidades médicas, como o espaço físico, áreas e setores, tipos de equipamentos e instalações necessárias.



*Primeiro esboço de um projeto decisivo para ampliar o atendimento aos pacientes da covid-19*

O projeto contemplou opções para execução em módulos sucessivos com 44 leitos cada, totalizando 176 leitos, e em módulo único, centralizado, com 192 leitos, atendendo às condicionantes impostas pelo Ministério da Saúde no que se referia a:

- Construção e montagem em 30 dias;
- Ser transportável;
- Obedecer às dimensões de um campo de futebol pelo padrão Fifa, para potencializar o uso dos estádios brasileiros, que já possuíam acesso para veículos, entrada de energia, estrutura complementar de banheiros e vestiários em suas dependências, estacionamento em área externa para apoio;
- Estrutura de instalações individuais por leito, com condições para atender paciente entubado em caso de emergência e necessidade, estruturas de apoios centralizadas de forma que a equipe se movimente e não o paciente, e
- Utilização das áreas comuns dos estádios para apoio administrativo, farmácia e almoxarifado central de abastecimento, alojamentos da equipe médica entre outros. Além disso, era preciso contemplar um sistema de climatização para conforto com renovação de ar, distância de 2 metros entre leitos, sistema canalizado de oxigênio e ar comprimido medicinal, fornecimento de energia de emergência através de gerador, iluminação, pontos de energia nos leitos, estrutura de postos de enfermagem e apoios.

Aprovado pelo então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, o projeto foi encaminhado ao Ministério da Infraestrutura para que o modelo matriz fosse estabelecido como diretriz aos Estados, a fim de ampliar a capacidade de atendimento em hospitais por todo o país.

### Comunicação intensiva com o setor e a sociedade

Na prestação de serviços ao associado e articulação de soluções para manter a atividade da construção, a CBIC usou a comunicação como vetor estratégico da sua ação. A entidade mobilizou todos os meios e ferramentas disponíveis – site e aplicativo próprio, informativos, perfis nas redes sociais, aplicativos de mensagem – para disseminar conteúdos e manter o setor engajado na prevenção à covid-19.

Desde a eclosão da crise sanitária, a entidade veiculou campanhas diversas em suas redes, levando informação sobre a doença e a prevenção, assim como sobre os temas mais relevantes para que o empresário pudesse tomar as melhores decisões. Esse esforço acompanhou todo o desdobramento da pandemia, sendo reforçado nos momentos de repique do contágio.

Em fevereiro de 2021, por exemplo, em parceria com o SESI, a CBIC desencadeou a campanha *Construção Contra o Coronavírus – Não vamos baixar a guarda!*, com um novo conjunto de postagens de vídeos e materiais nos seus informativos e redes sociais para conscientizar e manter o setor engajado, alertando que não era momento de desmobilizar. A campanha envolveu, ainda, a distribuição de 100 mil máscaras de proteção facial e adesivos para capacetes, entregues a todas as entidades associadas à CBIC. Esse esforço alcançou o trabalhador nos canteiros de todo o país.

## CBIC lidera movimento para frear aumento dos custos dos materiais

Os desafios da pandemia não se restringiram ao esforço para proteger a vida e buscar a sobrevivência das empresas e trabalhadores do setor. No quarto trimestre de 2020, quando a pandemia ainda impunha mais perguntas que respostas, empresários da construção foram surpreendidos por uma escalada nos preços dos insumos em todo o país, com casos de desabastecimento. Cimento, aço, PVC, cabeamentos de cobre e cerâmica lideraram a alta, com remarcação de preços, conjuntura que acrescentou uma camada de incerteza a um ambiente já desafiador. A inflação dos insumos colocava em risco empreendimentos em andamento e novos projetos, prejudicando principalmente o mercado imobiliário e o público de mais baixa renda. A reação da CBIC foi imediata e contundente.

A entidade atuou em duas frentes: de um lado, mobilizou sua área técnica para monitorar os reajustes e analisar o impacto sobre as obras do setor e, consequentemente, sobre a economia. Do outro, abriu diálogo com o Ministério da Economia para endereçar uma solução que levasse à redução dos custos dos materiais e à normalização do abastecimento.

A preocupação da entidade tinha fundamento: de janeiro a novembro de 2021 foi registrado um aumento persistente nos preços, traduzido na disparada do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), que subiu 13,46%, alcançando seu mais alto patamar desde 2003. O panorama foi consolidado no estudo *Construção: desempenho 2021 e cenário para 2022*, realizado pela entidade em parceria com a Ecconit Consultoria. O mapeamento mostrou que os insumos que apresentaram maior remarcação foram:

- vergalhões e arames de aço ao carbono (+92,44%);
- condutores elétricos (+72,10%);

- tubos e conexões de PVC (+69,09%);
- eletroduto de PVC (+53,94%);
- esquadrias de alumínio (+44,40%);
- compensados (+43,32%);
- produtos de fibrocimento (+39,53%);
- tijolos e telhas cerâmicas (+38,75%).

Na articulação com o Ministério da Economia, a entidade defendeu a abertura do mercado brasileiro para fornecedores internacionais e solicitou a redução da alíquota do imposto de importação. A demanda foi atendida pela Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), órgão vinculado à Pasta, que reduziu a alíquota de importação de aço de 10,8% para 4%, permitindo ao setor buscar saídas para amenizar a pressão de custos.

Para garantir o abastecimento do material com um custo mais competitivo para as empresas, naquele ano a CBIC buscou um canal de interlocução internacional para a aquisição de insumos, fortalecendo parceria com as cooperativas de compras para, em seguida, incentivar as construtoras e incorporadoras a se organizarem para compras e importações conjuntas, gerando economia, qualidade e competitividade.

O tema foi destaque do primeiro painel do Quintas da CBIC, dentro da programação do 92º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC), com a apresentação da experiência internacional de mais de 25 anos em trading companies sobre importação pelo presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Rússia, Antonio Carlos Rosset, que destacou a variedade de preços e de usinas fora do país, com linhas de crédito internacionais para oferecer ao mercado interno.

## Redução do imposto de importação

A CBIC também foi parceira do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná (Sinduscon-PR) no lançamento do Portal de Compras de Materiais, com vistas à redução de até 30% nos custos nas aquisições de insumos da construção.

A entidade foi enfática na defesa de uma postura de cuidado do setor com seus custos, para preservar o mercado. Era momento de unir forças para garantir o abastecimento de aço e impedir a repetição do apagão registrado em 2020, com a redução da produção nacional. O desabastecimento desse insumo perdurou até o segundo semestre de 2021.

Outra ação de destaque da CBIC durante a pandemia foi seu intenso trabalho de articulação junto ao poder público para reduzir custos e driblar a alta nos preços do insumo. Neste sentido, a entidade apresentou à Câmara de Comércio Exterior (Camex) do Ministério da Economia uma solicitação de redução da tarifa de importação de insumos. Esteve também com o ministro Paulo Guedes mostrando que, se nada fosse feito, o consumidor e o próprio governo pagariam a conta do aumento de custo, que deveria ser repassado ao preço final das obras.

O setor da construção chegou a solicitar ao governo alíquota zero para o imposto de importação até normalizar o abastecimento. Apesar de a medida ter contribuído para reduzir a queda do preço do insumo, o crescimento do custo do setor continuou, embora em um menor patamar. Para além da covid-19, naquele período o aumento dos insumos foi, indiscutivelmente, o maior problema enfrentado pela indústria da construção.

## A força que vem da união

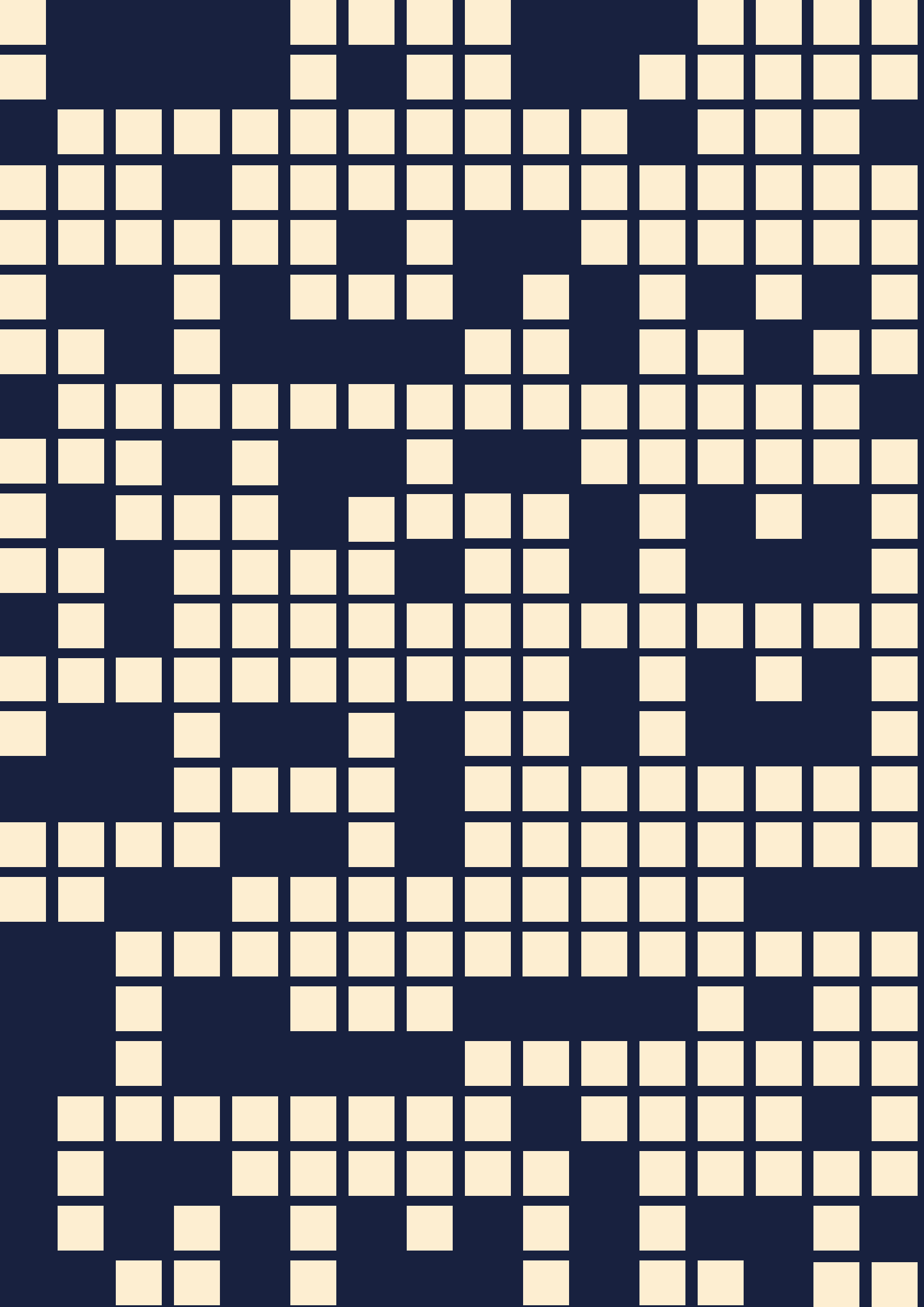
Além de custos mais favoráveis, o processo de importação seguiu todas as normas brasileiras – ABNT e Inmetro – e foi transparente com os empresários ao apresentar análises constantes do melhor momento para executar a operação, considerando condições estratégicas do setor da construção.

Em 2023, a CooperconSC anunciou uma nova operação de importação de um mix completo de aço CA-50 em barras, bobinas e fio máquina turco para o Brasil, com lotes acima de 20 mil toneladas, certificado pelo Inmetro, conforme a Portaria 139/2021, e atendendo aos requisitos da NBR 7480, que evidenciam que todos os resultados de ensaios em laboratório atestam efeito superior ao exigido pelas normas brasileiras.

Em 2021, foram importadas 40 mil toneladas de aço da Turquia, o que possibilitou o abastecimento do material com custo mais competitivo para as empresas e o cumprimento dos seus cronogramas de obras, com precos estaveis do produto. Apesar do pequeno volume perante o consumo total do Brasil esta importacao serviu para comparar os precos nacionais com internacionais.

Com sua atuação na questão dos insumos, a entidade deu mais uma demonstração eloquente da importância do cooperativismo como parceiro estratégico do associativismo no país. Esse tema foi debatido durante o 96º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC), em São Paulo, durante a reunião da Coopercon Brasil, com a participação de especialistas e representantes do setor que discutiram o papel das cooperativas na promoção do desenvolvimento econômico e social no país.

A atuação da CBIC durante a pandemia garantiu às entidades filiadas e empresas da construção todo o apoio necessário para atravessar a crise sanitária. O esforço da entidade foi traduzido pelo desempenho positivo do setor: em meio à tamanha incerteza, a construção manteve e gerou novos empregos, bateu recordes de vendas no segmento imobiliário e registrou baixíssimos índices de contágio entre seus trabalhadores.



# Articulação Institucional

# CBIC: diálogo republicano com o poder público

***Entidade articulou esforço conjunto  com outras instituições para criar saídas para momentos de crise***

Historicamente, a atuação institucional da CBIC foi marcada por movimentos estratégicos em defesa do interesse coletivo do setor da construção. Para além da condução de uma agenda técnica focada na modernização permanente de suas empresas e na capacitação continuada dos seus profissionais – executada por intermédio dos projetos realizados por suas comissões, a entidade manteve diálogo institucional com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário federais para endereçar demandas e propostas associadas à construção e com reflexos positivos para o país.

Nesse campo, entre agosto de 2014 e junho de 2023, a entidade aprofundou sua tradição de envolver-se nos temas mais relevantes para o Brasil, inserindo o setor na agenda nacional: ao produzir diagnósticos, apontar caminhos para o desenvolvimento e sugerir soluções, a CBIC manteve em evidência a importância e o potencial da construção como alavanca estratégica do crescimento sustentado e defendeu uma política de estímulos à atividade econômica com a liderança do setor. Em alguns momentos, a entidade reforçou sua atuação agregando outras instituições representativas: a união de esforços serviu para amplificar a mensagem e fortalecer a busca por interesses coletivos da construção.

Em 2016, em meio a mais um ciclo de retração na economia, o Brasil viveu as turbulências provocadas pelo novo impedimento de um presidente da República e o início da gestão de Michel Temer. Para além dos desafios, a CBIC enxergou uma janela de oportunidade e desencadeou uma nova aproximação ao poder Executivo – mais uma vez, a entidade levou sua contribuição com propostas para a abertura de uma porta de saída da crise. Sugestões técnicas, sem a expectativa por benesses para o setor.

Em maio daquele ano, já na condição de presidente da República interino, Temer recebeu da CBIC o documento *A construção de um novo país – Agenda da construção 2016/2018*, apresentando um panorama do setor, de sua importância para a economia, e consolidando um conjunto de medidas para estimular sua atividade e abrir um ciclo de crescimento sustentado para o país. *"A construção representa 6,4% do PIB nacional e sua cadeia produtiva 8,5%. Nos últimos anos, o setor alcançou 3,2 milhões de trabalhadores com carteira assinada, contingente que sofreu redução a partir de outubro de 2014. De lá para cá, a construção perdeu quase 700 mil postos formais de trabalho, movimento com expressivo impacto social e econômico diante da consequente redução do consumo das famílias e da arrecadação tributária e previdenciária dos entes da federação"*, diz o documento.

Reforçando o diagnóstico em que a perda de capacidade do poder público para investimentos era o ponto central de uma agenda de retrocessos, a entidade renovou seu apoio à criação de um teto para o gasto público, à aprovação de reformas estruturantes, à redução do tamanho da máquina pública e à maior participação da iniciativa privada para a execução de obras no país, em um ambiente de desconcentração dos mercados. *"É preciso abolir o modelo concentrador que permeia a execução de obras públicas e trazer novas empresas para esse segmento. (...) Para isso, é preciso uma nova mentalidade na contratação e modelagem de projetos, com regras que estimulem a concorrência e abram o mercado para empresas de diversos porte"*, apontou a entidade.

## Demonstração de força e coesão

Os segmentos de infraestrutura e habitação foram destacados como oportunidades para uma injeção vigorosa de investimentos no país, tendo como resultado uma pulverização de novos postos de trabalho Brasil afora. Para isso, seria necessário reorientar prioridades e aperfeiçoar projetos. *"O MCMV deve ser utilizado para atender a quem precisa e exigir contrapartida daqueles que podem pagar. Se mais bem administrado, pode dobrar o número de unidades entregues sem gastar mais recursos, simplesmente apropriando a capacidade das famílias que podem assumir financiamento"*, sinalizou a CBIC.

A iniciativa da CBIC foi bem recebida pelo presidente da República, que decidiu aproximar seu governo do setor. Meses depois, em 11 de agosto, essa aproximação teria palco em um megaevento no Palácio do Planalto, em que a entidade trouxe seus associados à capital federal para demonstrar apoio à agenda de reformas do governo e avançar na discussão de iniciativas para reaquecer a economia. Articulado por José Carlos Martins, presidente da CBIC, o *Encontro com a Construção – Unindo forças para construir o futuro do Brasil* levou ao Salão Nobre do Planalto mais de 850 pessoas. Gente vinda de todas as regiões do Brasil para o que se tornou evento emblemático da presidência de Temer, então entronizado definitivamente no cargo.

O grupo formado pela entidade contou com dirigentes e associados da CBIC e, também, de outras entidades da indústria da construção, entre elas a Associação Nacional dos Comerciantes de Materiais de construção (Anamaco); o Sindicato da Arquitetura e da Engenharia (Sinaenco), a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat). Liderança dos trabalhadores do setor na época, o deputado estadual Antônio Ramalho liderou comitiva com mais de uma centena de trabalhadores da construção. Também participaram do evento ministros e outras autoridades, parlamentares federais e representantes de governos estaduais.

Na ocasião, Michel Temer decidiu criar um fórum permanente de diálogo entre o governo federal e representantes da construção para es-

tabelecer um acompanhamento sistemático da execução de projetos e remoção de gargalos do setor. “Eu quero começar dizendo que sem construção não há progresso. Construção da harmonia social tão desejada pelos brasileiros, construção da harmonia entre os poderes do Estado, construção da amizade fraterna entre os brasileiros, tão comum no Brasil, mas ignorado nos últimos tempos,  construção da ideia de que as ideias se combatem com ideias, e não com reações físicas. Construção, portanto, de uma grande pacificação social no nosso país. Mas especialmente – logo explicarei o porquê – incentivo à construção no nosso país”, afirmou.

O encontro teve continuidade em uma reunião-almoço com a participação de ministros do novo governo, em que o setor demonstrou sua preocupação com a economia e defendeu vontade política para o avanço da agenda de reformas. No evento, realizado em um centro de convenções da capital federal, com a presença de empresários, dirigentes e trabalhadores da construção o então ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, apontou a mobilidade urbana, o saneamento básico e as parcerias público-privadas como fundamentais no esforço para reanimar a economia e alavancar o crescimento do país. Segundo ele, esses também eram setores em que o governo federal esperava ter maior participação da iniciativa privada e da construção.

Em mais uma demonstração da importância do setor, Padilha participou da reunião acompanhado pelos ministros das Cidades, Bruno Araújo; e do Trabalho e Emprego, Ronaldo Nogueira; e do presidente da Caixa Econômica Federal, Gilberto Occhi. Entre outras medidas de estímulo, o ministro das Cidades anunciou a contratação, em conjunto com a Caixa Econômica Federal, de 40 mil unidades populares da faixa 1,5 do Programa Minha Casa Minha Vida.

## Janela de oportunidade: 1 milhão de empregos

A construção carrega dicotomia que abre espaço para a reversão de desafios: um dos primeiros setores a sentir o impacto de crises econômicas no Brasil, quando vê seu desempenho cair, também é aquele que, estimulado da forma correta, oferece respostas positivas mais rápidas contribuindo para a superação de turbulências. A premissa da CBIC – quando a construção vai bem o Brasil vai bem – tem sido historicamente traduzida nos indicadores de investimento e seus reflexos sobre o resultado do Produto Interno Bruto (PIB): os números confirmam o paradigma e mostram que em todos os momentos em que a economia brasileira deslanchou, o setor esteve em alta.

Com esse entendimento, em 2018 a entidade mobilizou todo o seu conhecimento e estruturou uma agenda estratégica com um objetivo principal: induzir a rápida e ampla geração de novos empregos, pelo estímulo a projetos em parceria com a iniciativa privada em que a construção seria protagonista. Marcado pela lenta recuperação da economia e as expectativas geradas pela alternância de poder confirmada no desfecho das eleições presidenciais, 2018 seria deixado para trás com altos índices de desemprego e o aumento da informalidade no país.

A agenda estratégica para o período vindouro foi consolidada no documento *Construção: 1 milhão de empregos já*, entregue ao governo de transição no final de outubro daquele ano: as propostas foram apresentadas ao futuro chefe da Casa Civil do governo de Jair Bolsonaro, o deputado Onyx Lorenzoni, durante reunião do Conselho de Administração da CBIC, em Brasília. Participaram do encontro dirigentes das entidades da Coalizão pela Construção *(veja nesse capítulo)* e de outros setores industriais.

O elenco de propostas transformava em oportunidade desafios que pautaram a agenda da CBIC por anos e ainda esperavam por avanços: a imediata retomada de obras paralisadas, melhoria nas condições do crédito imobiliário, execução de um programa de concessões municipais e a aceleração do licenciamento ambiental de projetos, entre outras iniciativas.

Apostando na retomada do emprego como prioridade para o futuro governo, a entidade apresentou estudo mostrando que das 3 mil obras então paradas no país, 671 estavam em condições de serem retomadas pela simples assinatura de contrato, lastreados por meio de empréstimos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) às prefeituras. “Isso significa emprego no dia 1º de janeiro”, alertou o presidente da CBIC, José Carlos Martins.

Para o lançamento do documento *Construção: 1 milhão de empregos já*, a CBIC mobilizou seus associados e recebeu dirigentes de outras entidades empresariais. Participaram da reunião executivos do Instituto Aço Brasil e do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (SINICON); da Associação Brasileira da Indústria de Equipamentos (ABIMAQ); Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT); Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM); Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA); Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

## Com objetivos comuns, CBIC aglutina outros players

A atuação institucional da CBIC em defesa dos interesses coletivos do setor da construção também envolveu a articulação e engajamento de outras entidades representativas, reforçando seu paradigma histórico de trabalhar pelo conjunto e em conjunto. Em diversas ocasiões, o dito "juntos somos mais fortes" pautou a atuação da entidade, que trouxe para a sua agenda instituições de renome e importância para a indústria da construção.

Uma dessas iniciativas foi a criação da Coalizão pela Construção. Em dezembro de 2017 a construção tentava reverter os reflexos da crise que se arrastava desde 2015 e a agenda estratégica do setor seguia patinando por falta de vontade e espaço político para a construção de avanços com uma mentalidade nova. Naquele momento, vislumbrando uma nova janela de oportunidade para endereçar a retomada do crescimento e a geração de empregos, a CBIC uniu esforços com outros *players* para defender o estímulo aos setores de resposta mais rápida e a execução de projetos que fariam diferença na indução do desenvolvimento. Em pauta, a infraestrutura, para dar competitividade à economia; o saneamento e a habitação, para dar dignidade ao cidadão.

A Coalizão pela Construção foi formada pela CBIC e outras seis entidades: o Instituto Aço Brasil; o Centro Brasileiro da Construção em Aço (CBCA); a Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (Anamaco); a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat); o Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon); e a Força Sindical. Nos meses seguintes, outras instituições aderiram ao movimento liderado pela CBIC: em abril de 2018, o colegiado aglutinava 17 entidades.

O grupo realizou reuniões mensais para discutir o panorama do setor, seus desafios e oportunidades: a ideia era formular uma agenda estratégica, contemplando medidas e projetos que tivessem impacto positivo sobre toda a cadeia produtiva, fomentando a recuperação do segmento como um todo e, consequentemente, a economia brasileira. A pauta conjunta foi apresentada ao presidente Michel Temer durante reunião no Palácio do Planalto, em dezembro de 2017, com a participação de todas as entidades da Coalizão — ministros e outros integrantes do governo acompanharam o encontro.

Focado no mercado imobiliário, habitação e infraestrutura, o elenco de propostas contemplou medidas para induzir a recuperação da indústria da construção e a geração de empregos: segurança jurídica e marcos regulatórios, crédito e tecnologia, distribuídos em iniciativas que teriam impacto positivo sobre o setor e o país. Muitas das propostas ocuparam a agenda dos poderes Executivo e Legislativo apenas anos depois, como a modernização da Lei de Licitações e o marco legal do saneamento.

"A indústria da construção está à beira de um colapso. Se nada for feito, o setor, que é um grande gerador de empregos, pode cair 6% e puxar o PIB nacional para baixo", alertou o presidente da CBIC, José Carlos Martins, na ocasião. "Não solicitamos recursos, porque sabemos que o governo federal não tem. A ideia foi apresentar uma pauta para destravar o país e criar condições para que o investimento volte e com ele a geração de emprego e renda", frisou.

No primeiro semestre de 2018, a Coalizão pela Construção ganhou musculatura e ampliou seu espectro, reunindo 26 instituições. O trabalho de articulação empreendido pela CBIC convenceu os mais importantes *players* de toda a cadeia produtiva da indústria da importância de unirem esforços em torno de uma agenda de interesse coletivo – a proposta da entidade era olhar o conjunto do setor, para além das demandas individuais de cada segmento, como forma de construir avanços que beneficiassem a todos. O coletivo passou a ser integrado por:

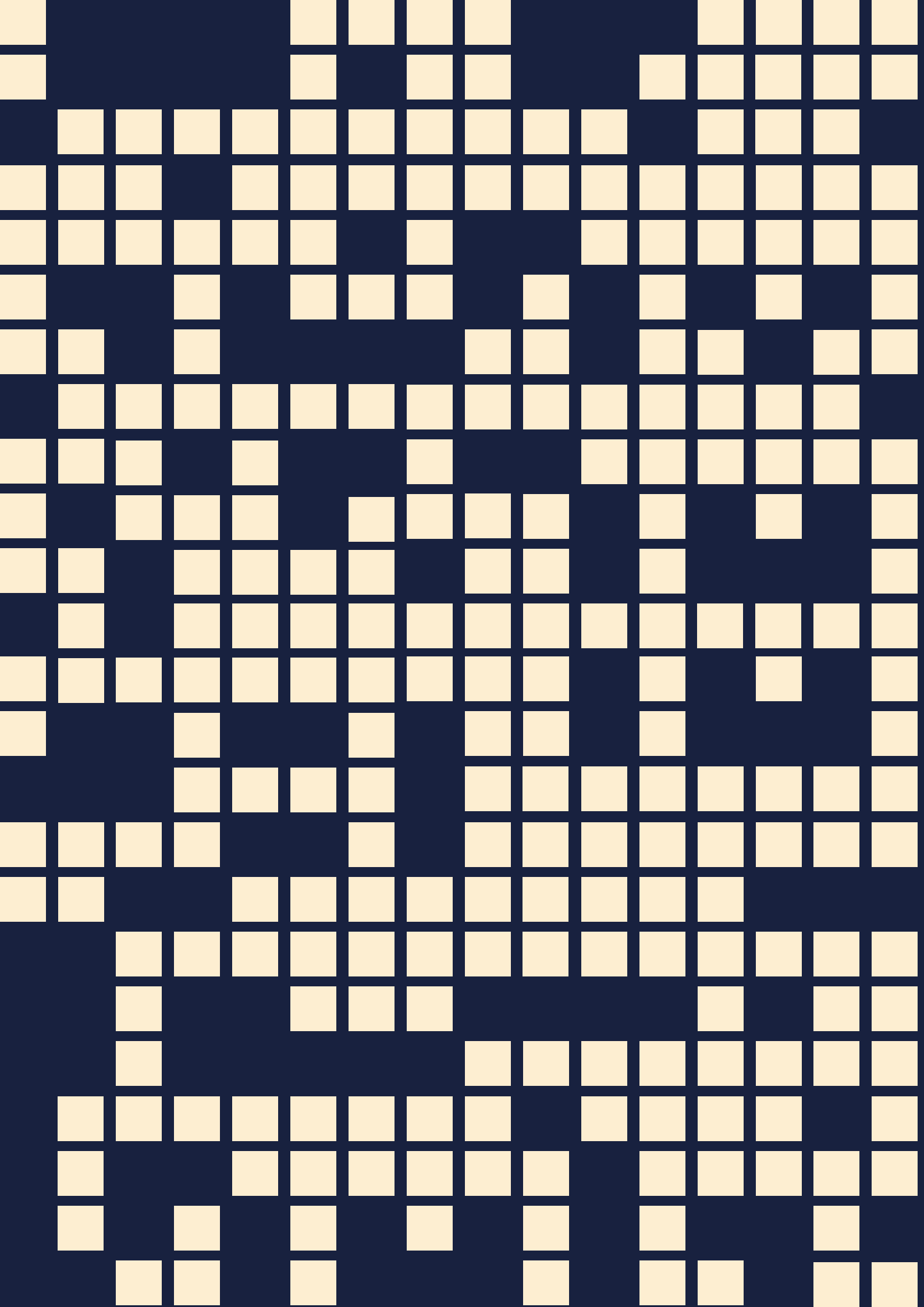
- Associação Brasileira da Construção Metálica (ABCEM);
- Associação Brasileira da Construção Industrializada de Concreto (ABCIC);
- Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (ABCON);
- Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP);
- Associação Brasileira de Engenharia e Consultoria Estrutural (ABECE);
- Associação Brasileira da Indústria Ferroviária (ABIFER);
- Associação Brasileira da Indústria de Iluminação (ABILUX);
- Associação Brasileira da Indústria de Equipamentos (ABIMAQ);
- Associação da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente (ABIMCI);
- Associação Brasileira da Indústria Materiais de Construção (ABRAMAT);
- Associação Brasileira de Distribuidores e Processadores de Vidros Planos (ABRAVIDRO);
- Associação Nacional de Fabricantes de Esquadrias de Alumínio (AFEAL);
- Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (ANAMACO);
- Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos, Louças Sanitárias e Congêneres (ANFACER);
- Associação Nacional da Indústria Cerâmica (ANICER);
- Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (AsBEA);
- Centro Brasileiro da Construção em Aço (CBCA);
- Associação Brasileira do Drywall (Drywall);
- Federação Nacional dos Pequenos Construtores (FENAPC);
- Instituto Aço Brasil;
- Instituto de Engenharia de São Paulo;
- Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC);
- Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (SINICON);
- Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (SINAENCO);
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de São Paulo (SINTRACON-SP)

Com essa representatividade e uma pauta robusta, a Coalizão pela Construção se mobilizou para discutir o futuro do país também com futuros tomadores de decisão e colocou o setor da construção na agenda dos candidatos que disputaram as eleições presidenciais de 2018. Em 06 de agosto, foi realizado o encontro *O futuro do Brasil na visão dos presidenciáveis 2018* com os candidatos mais bem posicionados nas pesquisas de opinião.

Promovido na sede da CBIC em Brasília, o evento proporcionou um debate qualificado e amplo sobre como reaquecer a economia no próximo ciclo e o papel da construção nesse esforço. Dos seis candidatos convidados, participaram Marina Silva (Rede Sustentabilidade), Geraldo Alckmin (PSDB), Álvaro Dias (Podemos), Ciro Gomes (PDT) e Henrique Meirelles (MDB). Cada postulante recebeu previamente a agenda estratégica do setor e participaram de  painéis individuais em que responderam perguntas sobre sua visão e planos nos temas macroeconomia, planejamento, emprego e investimento, infraestrutura, habitação, crédito e segurança jurídica.

Além de discutir assuntos de interesse do setor e trazer a perspectiva de potenciais mandatários, o evento *O futuro do Brasil na visão dos presidenciáveis 2018* manteve a pauta da construção no radar da mídia: com ampla cobertura pelos veículos de comunicação mais importantes do país, o evento disseminou a agenda estratégica do setor para toda a sociedade, levando a mensagem de sua importância para o desenvolvimento do país. O evento também repercutiu com força no ambiente digital, pautando as redes sociais.

Passada a eleição e conhecido seu resultado, a Coalizão pela Construção também acompanhou a transição de governo, interagindo com representantes da nova gestão para endereçar temas de interesse da construção associados à retomada da economia. Em fevereiro de 2019, o coletivo voltou a se reunir para avaliar o cenário nacional e discutir novas iniciativas.



# Representação Internacional

# CBIC: porta-voz do Brasil nos fóruns internacionais da construção

***Entidade é filiada às mais importantes congêneres do ecossistema internacional da construção, compartilhando experiências e conhecimento brasileiros***

A construção brasileira reforçou sua presença e influência nas mais importantes entidades internacionais do setor, assumindo tarefas de grande relevância. Tais espaços garantiram a troca de experiências, trazendo para o Brasil iniciativas bem-sucedidas no exterior e levando para fora soluções que significaram avanços no país. A articulação internacional da CBIC teve como foco principal a modernização das empresas brasileiras – notadamente as pequenas e médias, com estímulos a uma mentalidade empresarial alinhada a paradigmas, processos e soluções na vanguarda do mercado internacional. Esse esforço foi empreendido em parceria com o SENAI.

Nesse campo, a partir de 2014 a CBIC avançou para enraizar ainda mais sua atuação e estreitar laços com a Federação Interamericana da Indústria da Construção (FIIC), que representa 19 Câmaras de 18 países da América Latina e do Caribe; e com a Confederação Internacional das Associações de Construção (CICA), que tem sede em Paris e representa 61 países. A CBIC também se associou à International Housing Association (IHA), que reúne representantes de entidades internacionais do setor habitacional e tem sede nos Estados Unidos. Com essa representação, a entidade dialoga com importantes *players* internacionais nos principais segmentos da construção, especialmente a incorporação imobiliária, e habitação de interesse social.

A atuação da CBIC como representante e porta-voz da construção brasileira nas entidades setoriais internacionais está ancorada em quatro temas estratégicos, em que o Brasil tem produzido avanços relevantes que já servem de referência nesses fóruns:

**Meio ambiente** – por intermédio da sua Comissão do Meio Ambiente (CMA), a CBIC tem participado ativamente das ações desencadeadas no âmbito da FIIC. Um avanço de grande importância foi a ascensão ao comando da Comissão de Construção Sustentável, cujo objetivo era criar e consolidar fórum para a troca de experiências que servissem de referência para estruturar as comissões de construção sustentável de entidades dos países membros da FIIC. Todo o trabalho realizado nesse campo teve como horizonte o atendimento das premissas determinadas pela COP21, realizada na cidade de Paris em dezembro de 2015. Um esforço atualizado com os avanços construídos ao longo do tempo.

**Infraestrutura** – por intermédio da sua Comissão de Obras Públicas, Privatizações e Licitações – atual Comissão de Infraestrutura (COINFRA), a CBIC levou para a CICA o debate sobre como ampliar a participação das empresas da construção no segmento da infraestrutura e nas modalidades de concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs). A entidade brasileira conduziu esse tema também no âmbito da Confederação, que trabalhou para abrir esse mercado nos países em que está representada. A desconcentração do mercado de infraestrutura é uma demanda internacional e bandeira da CBIC no Brasil.

**Incorporação imobiliária e Habitação de Interesse Social** – por intermédio de suas comissões da Indústria Imobiliária (CII) e de Habitação de Interesse Social (CHIS), assim como em temas transversais, a CBIC tem mantido atuação próxima no âmbito da IHA, participando de reuniões e missões técnicas.

**Inovação tecnológica** – por intermédio da sua Comissão de Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade (COMAT), a CBIC acompanhou as ações da Rede de Intercâmbio de Cooperação Técnica focada em Inovações Tecnológicas para Construção (Inconet), também no âmbito da FIIC. A entidade participou de missões técnicas e reuniões da Rede. A CBIC também acompanhou experiências internacionais para a disseminação e democratização do uso do *Building Information Modelling*, o BIM, plataforma de gestão de projetos da construção.

Os anos de 2015 e 2016 foram marcados por avanços estratégicos – além de participar ativamente dos diversos fórum e reuniões, a CBIC assumiu uma das vice-presidências da CICA e a liderança da comissão criada para discutir e articular a inserção de um maior número de empresas do setor em projetos de infraestrutura nos diversos mercados mundiais. Esse tema estava na agenda da cosntrução também no Brasil, em que a CBIC já defendia a desconcentração dos mercados, com a necessária abertura desse segmento para um maior número de empresas e, também, que os empresários do setor se preparassem para atuar com mais segurança.

## Brasil alinhado aos mercados internacionais

Em abril de 2015, a CICA realizou sua reunião anual no Brasil e promoveu um seminário internacional sobre infraestrutura e Parcerias Público-Privadas (PPPs) junto com a CBIC, trazendo ao país especialistas de renome mundial. O debate, de altíssimo nível, foi transformado em publicações para consulta e serviu de semente para projetos técnicos que a entidade brasileira realizaria nos anos seguintes. Foi uma oportunidade diferenciada de discutir o tema com grandes *players* mundiais.

Naquele período, a CBIC também assumiu a coordenação da Comissão de Construção Sustentável da FIIC, que tratou dos temas Energia, Água, Cidade Sustentável e Melhores Práticas em Sustentabilidade, tendo como principal vetor a disseminação das Plataformas EDGE (*Excellence in Design for Greater Efficiencies*/ Excelência em Desenho para Maior Eficiência) e KPESIC (*Environmentally Sustainable Infrastructure Construction in Latin America and the Caribbean Region*), ferramentas desenvolvidas pelo Banco Mundial com foco na construção sustentável.

A entidade trouxe esse conhecimento para o Brasil e desencadeou a disseminação dos conceitos associados ao *software* EDGE, sigla para *Excellence In Design for Greater Efficiencies*: é um programa de certificação que permite determinar a viabilidade financeira de um projeto de construção sustentável em sua fase inicial de elaboração. Ele simplifica os procedimentos para obtenção das qualificações que credenciam um edifício verde. A plataforma de consulta tem acesso livre, *on-line*, e permite avaliar a performance da construção em três áreas: energia, água e energia obtida dos materiais.

Em maio de 2017, coerente com a importância adquirida pelo mercado da construção brasileiro e reconhecendo a excelência do trabalho técnico conduzido pela CBIC, o Brasil foi escolhido para sediar a reunião ordinária da FIIC, trazendo para a cidade de Brasília delegações dos 18 países federados. O encontro foi organizado pela CBIC dias antes do início do 89º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC): integrantes da FIIC estenderam sua passagem pelo país e prestigiaram o principal evento da construção nacional. No mesmo ano, a entidade participou da reunião do Conselho da CICA e eventos bilaterais, na cidade de Tóquio, no Japão.

2017 também marcou o início do intercâmbio entre a CBIC e o National House Building Council (NHBC), provedor líder internacional do mercado de seguro garantia para habitações, sediado no Reino Unido. A parceria teve como objetivo estabelecer uma cooperação técnica na área de seguros voltados ao setor da construção, considerando aspectos técnicos e de subscrição na área de seguros de garantia, qualidade após a entrega e riscos de engenharia, entre outros, trazendo a experiência inglesa para o Brasil.

Nos anos de 2018 e 2019 a CBIC manteve sua articulação internacional, com intensa agenda de compromissos junto às suas parceiras. A entidade participou de reuniões ordinárias da FIIC e da CICA, assim como de projetos realizados por tais instituições – coube à entidade articular o contato da CICA com a equipe do diretor financeiro do Banco Mundial (BIRD), o brasileiro Joaquim Levy, com vistas ao *Spring Meetings* do Banco Mundial, eventos realizados na cidade de Washington.

A CBIC também participou de tais encontros, assim como organizou uma missão técnica para participar do *International Builders' Show* (IBS), na cidade de Las Vegas. Nessa oportunidade, a entidade propôs uma pauta de debates e troca de experiências em torno do modelo de urbanização americano, a absorção de tecnologia pela construção e seus diversos processos construtivos, retrofit, melhoria do ambiente de negócios imobiliário entre outros temas. O resultado da missão foi compartilhado pela CBIC com suas associadas no Brasil.

Ainda no âmbito de sua atuação junto à CICA, a entidade fez parte de missão técnica à Costa do Marfim para identificar oportunidades e conhecer o trabalho de revisão do processo de aquisição do Banco de Desenvolvimento Africano (AfDB). Em 2019, a entidade esteve presente na 81ª Reunião do Conselho Diretivo da FIIC e no 32º Congresso FIIC – Oportunidades e desafios da construção sustentável, ambos realizados na cidade de Santiago, no Chile. A CBIC também participou de reunião promovida pela CICA na Coréia do Sul.

## Infraestrutura no centro da estratégia

Naquela ocasião, a CBIC assinou o *Compromisso Interamericano de Combate à Corrupção*. A entidade também representou a FIIC nas oficinas de consulta regional do Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (Unidroit), e da missão técnica enviada à Coreia do Sul para fomentar a expansão da construção e da infraestrutura do mundo.

Em outubro de 2019, a CBIC organizou no Brasil uma edição especial do evento *Diálogos CBIC* para discutir o uso das modalidades parcerias público-privadas (PPPs) e concessões para ampliar investimentos em infraestrutura na América, Europa e África. O encontro reuniu empresários, gestores públicos e parlamentares brasileiros, além de especialistas estrangeiros, atores que poderiam estimular e participariam da implementação e da gestão de iniciativas com esse objetivo em dezenas de países de diferentes continentes.

Participaram do debate, o francês Vicente Piron, consultor da Confederação Internacional das Associações de Construção (CICA) e responsável por grandes projetos de infraestrutura em mais de 40 países da Europa e África; Mario Navarro, ex-chefe de concessões rodoviárias do Ministério de Obras Públicas do Chile e ex-consultor do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento; o deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB); Arthur Lima, diretor-presidente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL); Alexandre Cayres, superintendente nacional de Governo da Caixa; e os consultores da CBIC Gesner José de Oliveira Filho e Fernando Vernalha.

Uma das prioridades de sua Comissão de Infraestrutura (COINFRA), a infraestrutura tem estado no centro da estratégia proposta pela CBIC para estimular o desenvolvimento econômico, com maior competitividade da economia. Entre 2014 e 2023 a entidade produziu e disseminou conhecimento técnico de alta qualidade e relevância, provocando um debate que coloca a desconcentração do segmento como mecanismo para ampliar a atuação do setor da construção na infraestrutura.

Esse acúmulo foi colocado à disposição da CICA em nova iniciativa do grupo de trabalho focado nesse tema e liderado pela CBIC. Em 2019, a entidade foi designada para produzir o position *paper Como Melhorar a Participação de Empresas de Médio Porte no Mercado de Infraestrutura*, destinado a estabelecer o posicionamento institucional da CICA sobre a ampliação da participação de mercado de empresas de médio porte no setor de infraestrutura.

## Painéis internacionais no ENIC

A instituição entende que a abertura do mercado de infraestrutura para empresas de médio porte pode melhorar a qualidade dos programas de infraestrutura e serviços públicos, além de trazer economia para as administrações públicas. O documento estabeleceu um conjunto de recomendações e ações políticas para auxiliar governos e organizações internacionais relevantes a endereçar soluções e promover:

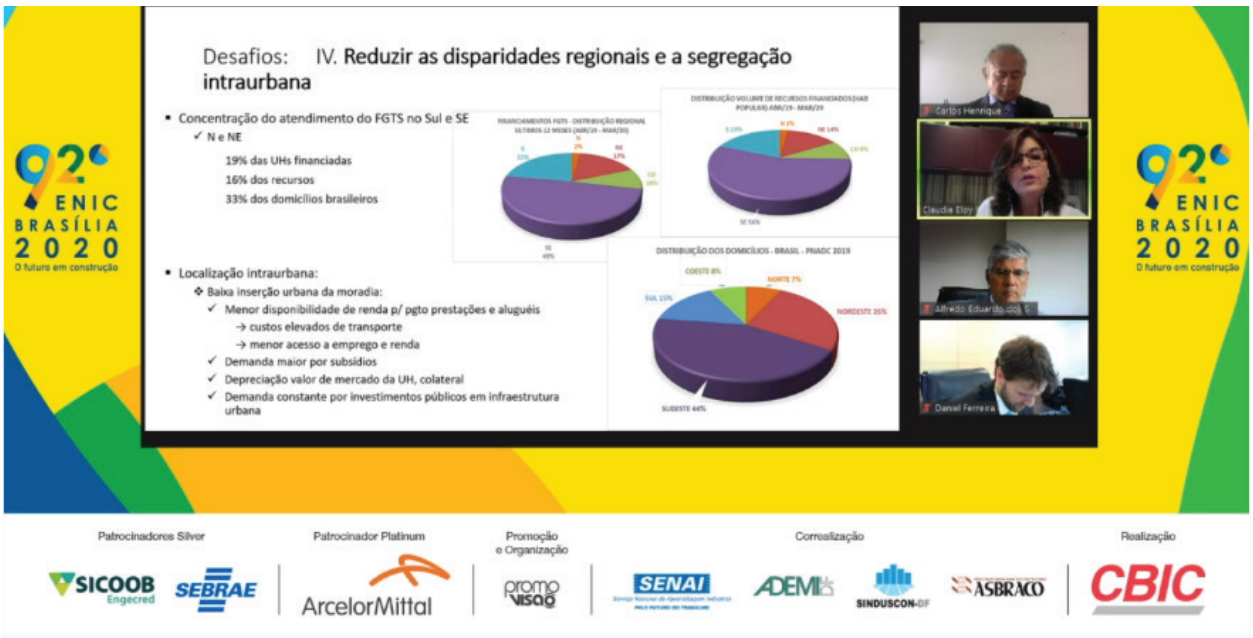
- uma maior segurança jurídica e regulatória relacionada à contratação pública e estruturação de projetos de infraestrutura;
- o desenvolvimento de mercados municipais relacionados à infraestrutura;
- a divisão de projetos de grande porte em pequenos lotes, quando isso for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;
- uma participação mais ampla das empresas de porte médio em consórcios, em compras públicas e em PPPs;
- permitir, por contratos adaptados às empresas de porte médio, porém negligenciados pelos principais empreiteiros internacionais, a disseminação dos efeitos benéficos da infraestrutura de estruturação aos quais os líderes da indústria da construção deveriam oferecer mais apoio;
- formas alternativas de resolução de conflitos, como a arbitragem;
- a adoção de altos padrões de governança corporativa por parte das empresas de médio porte, o que inclui sua efetiva conformidade (*compliance*).

O *position paper* preparado pelo grupo liderado pela CBIC foi disseminado pela CICA em todos os países sob sua influência.

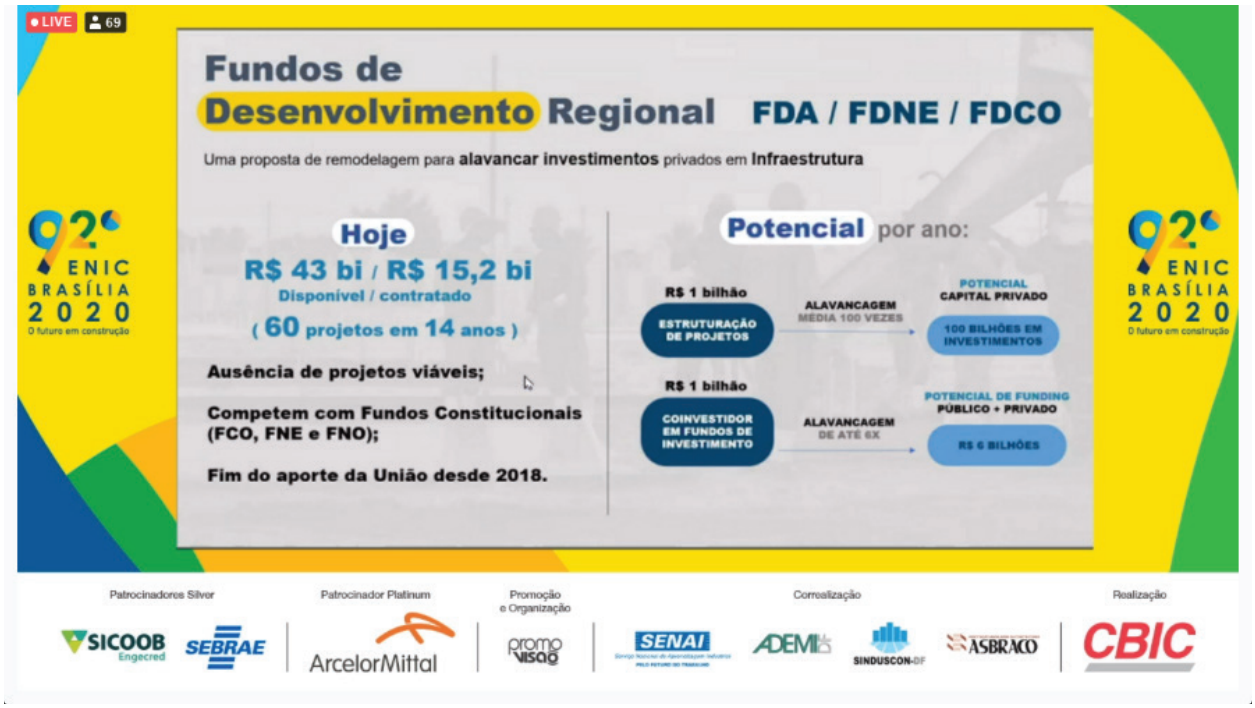
A agenda internacional da CBIC foi reduzida durante a pandemia da covid-19, a partir de março de 2020. Sua colaboração com a FIIC, CICA e IHA seguiu de forma remota – naquele ano, o ambiente virtual tornou possível a realização de painéis de grande relevância na programação do Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC), discutindo *on-line* temas estratégicos para o setor e trazendo experiências bem-sucedidas em outros países.

Uma participação marcante foi da americana Charlene Li, considerada uma das mulheres mais influentes do Vale do Silício, nos Estados Unidos. Especialista em transformação digital e estratégias de crescimento disruptivo, ela compartilhou sua visão sobre *mindset* digital e liderança com o público do evento *Quintas da CBIC*, que abriu a programação prévia do 92º ENIC, em 05 de novembro de 2020. Charlene Li pontuou a necessidade de desenvolver um sentimento de colaboração e confiança entre equipes, empresas e clientes como "segredo" para a inovação nas empresas.

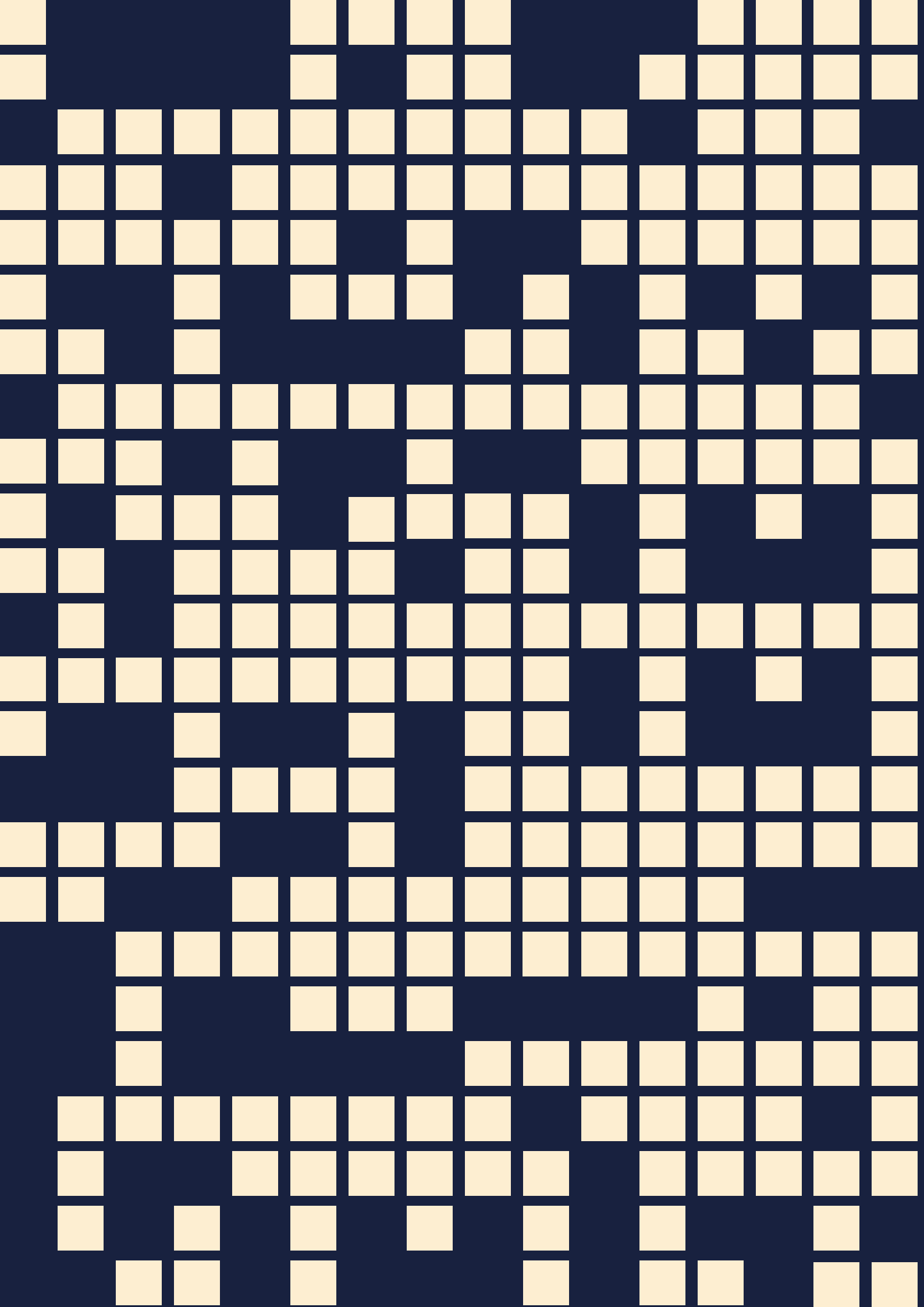
Na programação do 92º ENIC, a CBIC promoveu um grande debate sobre como está organizado o setor da construção nos Estados Unidos, trazendo aos empresários e profissionais brasileiros uma troca de conhecimento inestimável para a busca de boas práticas. Participaram três especialistas internacionais do setor da construção: o vice-presidente de políticas públicas da National Association da Home Builders (NAHB) Joseph Burak; o vice-presidente de política habitacional da NAHB Paul Embrath; e o vice-presidente da Federação Interamericana da Indústria da Construção (FIIC), Giuseppe Angelucci.



O tema *Construção Pós-Covid nos USA, Europa e América Latina e Caribe* também foi debatido durante o evento. Participaram do painel o vice-presidente de política habitacional da National Association of Home Builders (NAHB), Paul Emrath; diretor-administrativo da Confederação Internacional das Associações de Construção (CICA), Roger Fiszelson; e o vice-presidente da Federação Interamericana da Indústria da Construção (FIIC), Giuseppe Angelucci.



O 92º ENIC também promoveu uma discussão sobre *Habitação de Interesse Social (HIS) no Chile, África do Sul, Colômbia*, com a participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Participaram do painel Juan Parodi, diretor de investimentos do BID Invest; Sandra Forero Ramírez, presidente da Câmara Colombiana da Construção (Camacol) e consultora internacional na área da habitação; Rogelio González Yáñes, conselheiro nacional da Câmara Chilena da Construção (CChC) e consultor internacional e nacional na área da habitação; e Maria Henriqueta Arantes F. Alves, conselheira técnica em habitação popular da CBIC e membro do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).



ENIC

# Tendências, atualização profissional e relacionamento se unem no ENIC

***Mais importante evento do calendário nacional da construção antecipou, preparou e traduziu as mudanças do setor, consolidando a atuação técnica e institucional da CBIC***

Um mar de gente transitou pelo São Paulo Expo em meados de abril, percorrendo estandes, palestras, experiências e rodinhas de conversa. Empresários de todos os segmentos e profissionais de todas as carreiras, estudantes, fornecedores e compradores de toda a cadeia produtiva da construção, especialistas em diversas áreas, ministros de Estado, parlamentares federais e integrantes do Executivo local se encontraram no 96º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC): em 2023, o mais longevo evento do setor ofereceu ao público mais uma novidade e foi sediado na Feicon, em São Paulo, a maior feira de construção e arquitetura da América Latina. A primeira edição do pós-pandemia trouxe de volta o calor humano e a interação olho no olho, reafirmando o papel do ENIC como *locus* estratégico para troca de experiências e conhecimento.

O controle da crise sanitária, entretanto, não impôs retrocessos: para além dos cerca de 3,5 mil participantes presenciais, o 96º ENIC | Engenharia & Negócios recebeu uma audiência virtual com mais de 2,6 mil pessoas, um público espalhado pelo Brasil que acompanhou o debate de temas relevantes e conheceu as tendências pela internet. O evento continuou impactando a audiência e acumulou 5.631 visualizações após o encerramento. Em 2023 o maior encontro do setor voltou ao seu formato tradicional, presencial, mas não abriu mão dos ganhos impostos pela pandemia da covid-19.

O ano de 2020 marcou a transformação digital do evento: com a eclosão da crise sanitária e o distanciamento social, o ENIC teve sua primeira edição não apenas virtual, mas 100% digital. Em 2021, consagrando as mudanças impostas pela pandemia, a CBIC imprimiu mais uma modernização e o ENIC passou a contar com duas edições anuais, apropriando o uso de tecnologia para enfrentar as restrições mantidas pela pandemia e, também, para fidelizar o público trazido pela inversão tecnológica:

- **ENIC | Engenharia & Negócios**, edição realizada no primeiro semestre, com programação técnica e *on-line*; e o
- **ENIC | Política & Estratégia**, evento realizado em dezembro, com formato misto – presencial e *on-line*, e programação técnica e político-institucional, na cidade de Brasília.

Essa transição de modelo tornou exponencial a audiência, amplificando a mensagem da CBIC e a disseminação de conteúdo técnico de interesse do setor. Os resultados são impressionantes: em 2020, o ENIC alcançou público próximo a 5 mil inscritos, mobilizou mais de 50 especialistas e contou com o apoio de mais de 10 parceiros expositores. Tudo *on-line* e ao vivo.

Os desdobramentos da pandemia, com a significativa reversão da transmissão decorrente da imunização consistente da população, permitiram a atualização do novo formato: 2023 traduz o amadurecimento conquistado com a crise, em um congresso técnico presencial e *on-line* de alto impacto e qualidade. Em abril, dentro da Feicon, o maior evento de conteúdo da construção apresentou mais de 50 painéis de debates e oficinas nos quatro dias de encontro e foi palco para a defesa do potencial do setor como alavanca da economia.

Na abertura, a CBIC demonstrou com dados que, embora tenha crescido, a construção precisaria de nove anos para retomar o alto patamar de atividade verificado no período entre 2013 e 2014 – atropelado por sucessivas crises econômicas desde então, o setor ainda não recuperou seu protagonismo histórico nem potencial como gerador de riquezas.

Mais uma vez, ministros de Estado, governadores e prefeitos, dirigentes de órgãos e bancos públicos federais, parlamentares federais e especialistas em diversas áreas discutiram temas da agenda da construção, como a retomada do investimento, política habitacional e redução do déficit habitacional, inovação e tecnologia. O 96º ENIC também foi palco de uma competição entre empreendedores iniciantes, *startups* e pequenas empresas, que apresentaram projetos e ideias de negócio na área da construção: a *Pitch Competition Sebrae Like a Boss*. Considerada oportunidade única para selecionar e identificar inovação no setor da construção, a entrada dessa rodada no ENIC foi uma iniciativa inédita.

## Posicionamento do Setor

Dirigido a lideranças empresariais, construtores e incorporadores, a líderes e executivos de negócios de todos os segmentos da cadeia produtiva da construção; clientes e fornecedores; instituições financeiras e seguradoras; dirigentes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em âmbito nacional, estadual e local; o ENIC foi criado e consagrou, ao longo de sua trajetória, a tarefa de aglutinar o setor da construção, debater temas da agenda nacional e dessa indústria, assim como estimular novos negócios e relacionamento.

Congresso técnico desenvolvido com uma média de 30 painéis e mais de 50 palestrantes a cada edição, o evento é uma das mais sólidas contribuições da CBIC ao setor da construção e marca registrada de sua atuação, traduzindo a opção da entidade pela indução do debate dos assuntos que farão diferença no presente e para o futuro da construção – mobilizando os atores que tomarão as decisões mais importantes; pela produção de conhecimento técnico de excelência – arregimentando especialistas de credibilidade e renome no Brasil e no exterior; e pela integração da cadeia produtiva do setor, um ecossistema cada vez mais amplo, diverso e pulverizado.

Ponto de força do posicionamento da construção e referencial de sua agenda estratégica, o ENIC tem como âncora o trabalho executado pelas comissões técnicas – por intermédio dos projetos realizados em parceria com o SESI e o SENAI, e assessorias da CBIC. Sua programação traz ao público toda a reflexão e acúmulo de tais iniciativas, com a divulgação de um amplo leque de estudos e documentos técnicos de grande relevância, assim como a realização de painéis que reúnem os mais conceituados especialistas e tomadores de decisão nos mais diversos temas da pauta do setor: uma miríade de personalidades que combina a experiência de profissionais treinados pelo tempo com as tendências carregadas pela nova geração.

O ENIC também se consolidou como fórum de debate político e posicionamento do setor da construção, provocando a discussão dos assuntos mais relevantes para o Brasil. Esse espaço se fortaleceu e ampliou de 2014 para cá: por suas edições passaram presidentes da República, ministros de Estado, executivos de bancos públicos e autarquias federais, governadores e prefeitos, parlamentares federais, integrantes do judiciário, integrantes do sistema financeiro e da indústria e representantes da Academia.

Em diversas edições, a programação do ENIC foi marcada por fatos históricos do Brasil e a CBIC externou posicionamentos que mantiveram a construção na liderança de uma visão pragmática de país, enxergando os desafios brasileiros e propondo soluções para o seu enfrentamento. Muitas dessas propostas se concretizaram com o tempo, outras ainda aguardam vontade política do poder público para saírem do papel e realizar seu potencial gerador de desenvolvimento.

Nos últimos nove anos, o ENIC tomou parte da história do país, palco da defesa intransigente dos interesses legítimos  e coletivos do setor da construção e da sua inserção como vetor principal do desenvolvimento econômico brasileiro com inclusão social:

# 2015 | Teto de gastos e melhoria do ambiente de negócios

Em 2015, ápice de recente crise econômica, a abertura do 87º ENIC marcou a defesa veemente do enxugamento da máquina pública e da adoção de mecanismos para controlar e impedir a expansão do gasto público no Brasil. Vocalizando a posição de seus associados, a CBIC cobrou a aprovação de um teto para o gasto público; a aprovação de medidas para simplificação tributária e o aperfeiçoamento de marcos regulatórios para melhorar o ambiente de negócios no país. Realizado na cidade de Salvador (BA) em parceria com o Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia (Sinduscon-BA), o evento introduziu na pauta nacional um tema que amadureceria apenas anos depois.

Com o tema *Brasil mais eficiente, país mais justo*, o 87º ENIC discutiu como recolocar a economia brasileira nos trilhos, apontando como vetores principais uma reforma do Estado, com a redução qualificada da máquina pública e o controle de gastos, mecanismos então indispensáveis diante do déficit crescente e o esgotamento dos recursos federais para investimento. O posicionamento da entidade, colocado perante autoridades que prestigiaram a abertura, foi endossado pelos cerca de 1.500 participantes que lotaram o Teatro Castro Alves.

O debate político conduzido naquela edição, aprofundado em painéis com a presença de parlamentares federais, sintetizou o caminho para sair da crise: aprovação de reformas estruturais, incluindo uma revisão do tamanho da máquina pública; criação de um plano de carreira para o funcionalismo público; a simplificação da legislação trabalhista e uma nova reforma da Previdência; temas que mobilizariam a agenda política dos poderes Executivo e Legislativo federais apenas em 2017.

## 2016 | Impeachment no telão

Realizado em parceria com o Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Oeste do Paraná (Sinduscon-Oeste Paraná), em 2016 o 88º ENIC foi atravessado pela tramitação do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e a expectativa de normalização do ambiente nacional com o início de um novo governo. Reunido em Foz do Iguaçu (PR), o setor acompanhava os desdobramentos do afastamento da mandatária – decidido pela Câmara dos Deputados em meados de abril – e do início do futuro governo de Michel Temer. Na manhã de 11 de junho, o plenário do Senado Federal decidiu pela abertura do processo de cassação.

À noite, a abertura do evento se deu em meio à expectativa pelo desfecho que seria conhecido apenas no dia seguinte: depois de 20 horas de debates, em 12 de maio senadoras e senadores confirmaram a decisão da Câmara, mantendo o afastamento da presidente da República e iniciando o processo de cassação do seu mandato. Enquanto a programação era cumprida nas salas e auditórios, telões espalhados pelos corredores do centro de convenções do Recanto Cataratas – Thermas, Resort e Convention mostravam a votação e repercussão da decisão, que teria seu desfecho apenas em 25 de agosto.

Com o tema *O Futuro Nós Construímos*, o 88º ENIC recebeu mais de 1.200 participantes com uma pauta focada na retomada do investimento; na aprovação de reformas estruturantes, de medidas que devolvessem a confiança ao investidor e melhorassem o ambiente de negócios brasileiro; na criação de novas oportunidades para as empresas, como as modalidades de concessões e parcerias público-privadas. Nesse campo, o evento centrou o debate na urgente recuperação do investimento e nos mecanismos que levariam o Brasil a um novo ciclo de desenvolvimento, com maior participação da iniciativa privada.

Naquele momento, a CBIC também induzia uma agenda ancorada em temas como a modernização de processos, com a disseminação do *Building Information Modelling*, o BIM, e do projeto *Ética & Compliance na construção*; na identificação de novas formas de financiamento para o mercado imobiliário; na adoção da impressão 3D na construção brasileira.

A edição 2016 inovou, levando aos participantes do ENIC a apresentação do espetáculo teatral Morte Acidental de um Anarquista, uma das ações do Fórum de Ação Social e Cidadania (FASC) – atual Comissão de Responsabilidade Social (CRS), com elenco liderado pelo ator Dan Stulbach. E não foi só: um grupo de 280 participantes fez uma visita técnica à Usina de Itaipu, um dos emblemas da construção brasileira.

# 2017 | Aos 60 anos, apontando o futuro

O 89º ENIC combinou três marcos emblemáticos: sediou a celebração dos 60 anos de fundação da CBIC; foi palco do encerramento de reunião do Conselho da Federação Interamericana da Indústria da Construção (FIIC) no Brasil – que trouxe ao país delegações de 19 países; e ancorou um dos muitos encontros do setor da construção com o presidente Michel Temer. Realizado em parceria com o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal (Sinduscon-DF), o evento também enalteceu a capital do país.

Meses depois de sua entronização, horas antes da abertura do evento, Michel Temer recebeu uma delegação da CBIC no Palácio do Planalto: a entidade entregou posicionamento do setor em defesa da aprovação das reformas e externou a expectativa pelo restabelecimento da normalidade institucional no Brasil. Naquele maio, o Congresso Nacional discutia a reforma trabalhista e novas mudanças na Previdência e o novo governo buscava apoio de sua base parlamentar. Dirigentes e empresários do setor enxergavam tais projetos como essenciais para uma reação da atividade econômica e a retomada dos investimentos no país.

Recebido no Centro de Eventos e Convenções Brasil 21, na capital federal, e tendo como tema *Superação é nossa maior obra*, o 89º ENIC manteve o enfrentamento da crise como pauta prioritária, discutindo a adoção de uma agenda de reformas micro e macroeconômicas e, também, a repactuação de princípios e práticas que nortearam historicamente as relações entre o público e o privado no país. A aprovação das reformas e seus reflexos foram discutidos com ministros e parlamentares federais em painéis lotados.

O debate estimulado pela CBIC também traduziu a busca por novos paradigmas para o ambiente de negócios e a preparação de empresários e profissionais do setor para um novo ciclo ancorado na defesa intransigente da ética e da transparência; da livre iniciativa e concorrência; e da desconcentração dos mercados.

# 2018 | Anúncios oficiais e transformação digital

Com o tema *Inovar e crescer, construindo um país melhor*, o 90º ENIC ofereceu, mais uma vez, uma programação visionária apresentando e discutindo, em profundidade, as tendências tecnológicas que já alcançavam a vida em sociedade e teriam interface maior com o setor da construção no futuro, colocando o bem-estar das pessoas como ponto central da estratégia de inversão tecnológica em curso. Em maio de 2018, o evento trouxe uma percepção antenada com que viria anos depois, imposto pela eclosão da pandemia da covid-19, cujo legado emblemático foi a aceleração digital e a ressignificação dos espaços e das relações humanas.

Realizado na cidade de Florianópolis (SC), em parceria com a Associação dos Sindicatos da Indústria da Construção do Estado de Santa Catarina (ASICC-SC), o evento reforçou a importância institucional e política da CBIC, recebeu cerca de 1.600 participantes e foi palco de relevantes anúncios oficiais. Acompanhado por uma comitiva de autoridades do seu governo, o presidente Michel Temer ocupou o palco do auditório do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira e informou a contratação de 50 mil novas casas no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), iniciativa decisiva para estimular o setor e garantir a manutenção e geração de novos postos de trabalho naquele momento.

A delegação que acompanhou o mandatário deixou claras a importância da construção para o país e a capacidade de articulação institucional da CBIC. Estiveram com Temer cinco ministros de Estado – Helton Yomura (Trabalho), Marcos Jorge de Lima (Indústria, Comércio Exterior e Serviços), Alexandre Baldy (Cidades), Esteves Colnago (interino do Planejamento, Orçamento e Gestão) e Vinicius Lummertz (Turismo) –; o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Dyogo Oliveira; e o vice-presidente de Habitação da Caixa Econômica Federal, Paulo Antunes. Uma comitiva qualificada e titular de decisões estratégicas para o Brasil.

Na ocasião, o presidente anunciou e assinou o decreto que criou a Estratégia Nacional para a Disseminação do *Building Information Modeling* (BIM) – uma política nacional para induzir a democratização do uso desse conjunto de processos construtivos em todas as obras e projetos realizados pelas diversas esferas do governo federal. A decisão foi resultado de amplo e decidido trabalho da CBIC, que levou o tema ao governo federal e convenceu autoridades da importância do BIM como vetor da eficiência e melhor governança dos projetos.

O presidente da República divulgou, ainda, a publicação de editais do programa de apoio a concessões e parcerias público-privadas municipais, projeto cuja formulação consagrou propostas apresentadas pela CBIC, em diálogo institucional destinado a modernizar e fortalecer a indústria da construção, e a estimular a retomada do investimento estratégico e estruturante com maior participação da iniciativa privada. Fruto de um amplo trabalho, desencadeado em 2015, a proposta de um programa de concessões municipais sintetizou uma nova visão de como viabilizar o investimento em meio ao esgotamento dos cofres públicos.

# 2019 | Obras paralisadas, uma chaga a ser enfrentada

O 91º ENIC vocalizou a preocupação do setor da construção com a aprovação das reformas e alertas ao governo federal para os prejuízos provocados pela paralisação de obras em todo o país. Em maio de 2019, primeiro ano da gestão Bolsonaro, a CBIC manteve a retomada do investimento como tema prioritário da agenda estratégica do setor e endereçou propostas para tornar viável a execução de projetos no Brasil.

Naquele momento, o acúmulo de obras paralisadas abreviava em 500 mil vagas a oferta de empregos diretos e reduzia a participação da construção no PIB brasileiro. A CBIC voltou a defender a ampliação das parcerias público-privadas como alternativa para recuperar a capacidade de investimentos e destravar projetos, assim como dar competitividade à economia, ancorando o esforço para o seu reaquecimento.

Realizado no Rio de Janeiro, em parceria com o Sindicato da Indústria da Construção no Estado do Rio de Janeiro (Sinduscon-Rio), a Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Rio de Janeiro (Ademi-Rio) e o Serviço Social da Indústria da Construção do Rio de Janeiro (Seconci-Rio), o 91º ENIC também foi palco da celebração dos 100 anos de criação do Sinduscon-Rio, entidade pioneira no associativismo do setor.

Presentes ao evento, integrantes do governo federal assumiram compromissos e anunciaram medidas de estímulo ao setor da construção, reconhecendo sua importância para o reaquecimento da economia. Presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães informou que o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) seria mantido pela nova gestão, redesenhado para tornar-se mais democrático e acessível ao mercado de construção. O programa foi rebatizado meses depois como Casa Verde e Amarela.

Ministro da Economia, Paulo Guedes, apontou a importância da construção para a economia brasileira e defendeu um diálogo ainda mais próximo do governo com o setor para a busca de soluções consensuadas que estimulassem o desenvolvimento, com pleno emprego. Pelos auditórios do Windsor Expo Convention Center, na Barra da Tijuca, passaram autoridades federais e estaduais dos poderes Executivo e Legislativo, empresários e especialistas em diversas áreas de interesse: o 91º ENIC manteve a tradição do debate de temas relevantes, recebendo mais de 1,5 mil participantes.

# 2020 | Cruzada contra o aumento nos preços dos insumos

Em dezembro de 2020, o Brasil sonhava com o controle da pandemia e uma porta de saída para a crise por ela desencadeada: a despeito do avanço do novo coronavírus, a economia dava suaves sinais de recuperação, melhorando a expectativa do setor produtivo e o ambiente em que se realizou o 92º ENIC – oferecido 100% *on-line*, o evento reuniu cerca de 5 mil inscritos. Com um olho na crise e outro no futuro, aquela edição foi palco de uma sinalização decisiva para o setor naquele momento: atendendo à demanda da construção, o ministro da Economia, Paulo Guedes, admitiu a possibilidade de facilitar as importações de aço e outros insumos.

Era tempo de desabastecimento combinado a uma escalada inesperada nos preços dos materiais da construção, tema que mobilizou a CBIC na busca por soluções que mantivessem o setor funcionando sem comprometer o equilíbrio econômico-financeiro de projetos e contratos, nem a solvência das empresas. A entidade liderou uma firme reação do setor e pressionou o governo federal a endereçar uma solução. “Estamos atentos à possibilidade de abrir mais as importações de aço”, disse o ministro, mencionando que aguardava movimento das siderúrgicas nacionais para a regularização da oferta interna. Se a produção brasileira não fosse ampliada, avisou, iria reduzir as tarifas de importação.

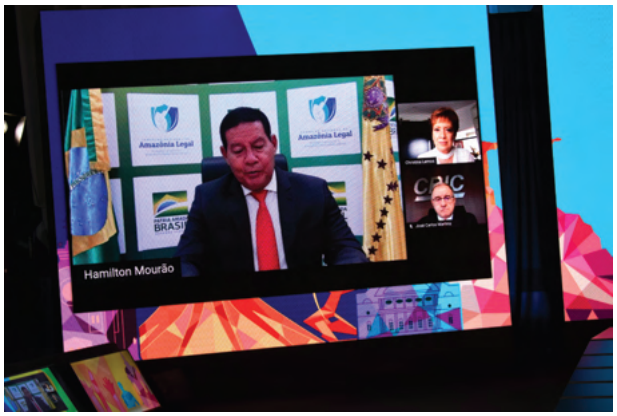
Naquela edição, o ENIC trouxe boas notícias também para o mercado imobiliário. Presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães anunciou que o banco manteria a flexibilização do capital de giro para os incorporadores e as melhorias na esteira de análise de crédito, medidas de estímulo adotadas durante a pandemia. O executivo também informou aumento no volume do crédito imobiliário no ano de 2021, especialmente com recursos da poupança, via Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). “Em relação aos recursos de poupança, vamos aumentar em pelo menos 10%”, disse.

Painelista no evento, o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, previu a expansão do programa Casa Verde e Amarela, que substituiu o programa Minha Casa Minha Vida, com o acréscimo de 100 mil novas unidades habitacionais por ano. Essa era a expectativa do governo com a aprovação da medida provisória que reorientou o programa, à época em discussão no Congresso Nacional. O ministro anunciou, ainda, que a partir de 2021 todos os empreendimentos do Casa Verde Amarela teriam seguro, de modo a reduzir os atrasos nos prazos de entrega e os casos de má qualidade das residências.

O primeiro ENIC 100% digital também foi palco da entrega do 23º Prêmio de Inovação e Sustentabilidade da CBIC – organizada pela Comissão de Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade (COMAT), a láurea busca estimular a modernização da construção reconhecendo, premiando e divulgando soluções inovadoras nos campos da tecnologia, gestão da produção e sustentabilidade dos empreendimentos. Os vencedores dessa edição foram conhecidos e homenageados pela internet.

O evento foi encerrado com a presença do vice-presidente da República, Hamilton Mourão. Na ocasião, ele defendeu a suspensão do recesso de fim de ano para que o Congresso Nacional se debruçasse sobre projetos importantes que aguardavam deliberação. “O Congresso precisa voltar a trabalhar mais cedo”, propôs. “O Congresso ficou meio paralisado, trabalhando a 40% da sua capacidade”, justificou.

92º ENIC
BRASÍLIA
2020
O futuro em construção


Hamilton Mourão

92º ENIC
BRASÍLIA
2020
O futuro em construção

# 2021 | A agenda do futuro que já começou

O novo formato do Encontro Nacional da Indústria da Construção foi desencadeado em 2021: naquele ano, a CBIC realizou duas edições do evento, que receberam a mesma numeração. Em outubro de 2021, ainda respeitando o distanciamento social, o 93º ENIC | Engenharia & Negócios foi realizado on-line. A programação sediou painel em que o setor discutiu como sobreviver aos aumentos nos custos da construção, desafio que ainda exigia mobilização da CBIC e tirava o sono de empresários do setor.

Naquela ocasião, em um cenário ainda marcado pelo reajuste superior a 100% nos custos dos materiais de construção, o 93º ENIC | Engenharia & Negócios apresentou iniciativas que poderiam responder a questão: presidente da Coopercon-SC, José Sylvio Ghisi, liderou o movimento de importação de aço da Turquia para atender a demanda de 230 empresas brasileiras e compartilhou sua experiência. O painel sintetizou caminhos para as empresas brasileiras furarem o bloqueio da dependência de fornecedores e fabricantes nacionais, trazendo mais clareza para o futuro.

Mais que discutir o cenário nacional e seus efeitos sobre o setor, a programação do evento proporcionou um mergulho no futuro, olhando para o que viria pela frente para a construção: discutindo inovação no campo da infraestrutura; a adequação do setor aos paradigmas do ESG; habitação de interesse social; economia sustentável e a criação de uma agenda ambiental urbana entre outros assuntos de grande relevância.

Um dos pontos altos da programação de outubro foi a palestra do economista Eduardo Gianetti, referenciada em um de seus mais importantes livros: *O Valor do Amanhã*, publicado em 2005 e ainda atual para o ambiente da pandemia e, principalmente, para a reflexão em torno dos destinos que o Brasil poderia tomar a partir do fim da crise sanitária. Gianetti destacou a combinação de certezas e incertezas: o planeta estaria mais endividado, tanto no que se referisse aos países quanto às famílias, menos globalizado e mais digitalizado.

Em outubro de 2021, a CBIC também anunciou uma parceria com a International Finance Corporation (IFC), instituição de desenvolvimento para o setor privado vinculada ao Banco Mundial, para disseminar a certificação EDGE no setor. Em uma oficina conjunta, representantes das duas instituições apresentaram as principais vantagens do selo verde para edificações novas e existentes.

Em novembro daquele ano, mês em que o Brasil registrou indicadores menores de contágio e óbitos na pandemia, a CBIC aproveitou a participação de autoridades federais na cerimônia de abertura do 93º ENIC | Política & Estratégia para pedir um minuto de silêncio em homenagem às milhares de vítimas da covid-19 e defender a construção de um Brasil sério e competitivo. No evento, o setor cobrou uma agenda de desenvolvimento e provocou tomadores de decisão com propostas em que a construção figura como vetor de desenvolvimento sustentado, com inclusão social pela geração de emprego e renda.

A abertura do encontro recebeu os vice-presidentes do Senado Federal, Veneziano Vital do Rêgo; e da Câmara dos Deputados, Marcelo Ramos, além dos deputados federais Darci Matos (PSD/PR) e Joaquim Passarinho (PSD/PA). Naquele momento, o avanço da vacinação dos brasileiros ainda não produzira o efeito desejado de permitir o desfecho da pandemia, mas já impactara positivamente o ambiente nacional. A CBIC divulgou expectativa de crescimento de 5% do setor da construção naquele ano, com a criação de 350 mil novos empregos com carteira assinada.

Ministros de Estado e outras autoridades do poder Executivo participaram dos painéis, trazendo sinalizações importantes para os participantes. Titular da Economia, Paulo Guedes destacou a importância do setor da construção no desempenho da economia em plena pandemia e apontou seu papel no esforço futuro de recolocar o crescimento na pauta nacional. E sinalizou a estratégia do governo para o ano vindouro.

O 93º ENIC também foi palco da entrega do Prêmio CBIC de Responsabilidade Social – Troféu Paulo Safady Simão, láurea que reconhece iniciativas na área de Responsabilidade Social do setor da construção e do mercado imobiliário no país.

# 2022 | Habitação no centro da estratégia

Em junho de 2022, a economia brasileira dava sinais de reação, com crescimento de 1,7% no primeiro trimestre. A pandemia, em contrapartida, registrou expansão significativa nos indicadores, abrindo uma nova fase de incertezas e preocupação. Nesse ambiente, o 94º ENIC | Engenharia & Negócios foi realizado 100% *on-line*, propondo a discussão de iniciativas focadas no desenvolvimento, tendo a habitação como vetor estratégico de investimento.

A CBIC aproveitou o evento para anunciar a elaboração de um estudo qualitativo com o diagnóstico de todos os programas nacionais de habitação e parcerias bem-sucedidas que pudessem ser replicadas em todo o Brasil para gerar emprego, renda e alavancar a economia. O tema foi debatido em painel com o ministro do Desenvolvimento Regional (MDR), Daniel Ferreira.

A programação discutiu temas essenciais para o presente e o futuro do setor da construção, não apenas nos aspectos técnico e da inovação, mas também da segurança jurídica e melhoria do ambiente de negócios. O 94º ENIC | Engenharia & Negócios percorreu uma pauta focada na modernização das práticas cartoriais; nas novidades para a gestão de SST; em avanços na democratização do uso do *Building Information Modeling*, o BIM; no equilíbrio dos contratos de obras públicas; nos avanços das políticas de ESG no setor.

O evento apresentou os planos de investimentos de empresas do segmento de obras industriais para os próximos cinco anos e debateu o novo papel do corretor de imóveis e o maior uso de tecnologia para aumentar as vendas no mercado imobiliário; a simplificação do licenciamento de obras; e apresentou tendências de sustentabilidade e durabilidade no provimento de insumos e estruturas para a construção. Esse olhar qualificado para o futuro, estimulando que as empresas estejam preparadas e oferecendo o conhecimento necessário, também pautou painel protagonizado pelo professor Paulo Vicente, da Fundação Dom Cabral.

Com o tema *Para onde o mundo caminha*, o especialista trouxe um panorama sobre as tendências mundiais na economia e os possíveis cenários até 2030. Os participantes acompanharam um debate de alto nível, que colocou no radar os efeitos da combinação da pressão inflacionária no mundo todo com a pandemia e a guerra entre Rússia e Ucrânia.

“O mundo que existiu há 20 anos não existe mais e não voltará. A solução está há vários anos na nossa frente. Vivemos um *remake* de muitas coisas que já aconteceram antes, mas não é um *replay*, ou seja, é parecido, mas é diferente, porém isso não é necessariamente ruim pro Brasil”, apontou o professor.

Nas tendências para o setor da construção, ele previu que a população tende a sair das grandes metrópoles e procurar alternativas, movimento já registrado durante a crise sanitária: se fosse investir, contou, procuraria um local de médio porte, de 250 mil e um milhão de habitantes, com qualidade de vida. “Esse deve ser o horizonte dos construtores dessa década”, disse Vicente.

# 2022 | A transição de governo

Em dezembro de 2022, o consistente avanço da imunização contra a covid-19 abriu uma janela de oportunidade e o 95º ENIC | Política & Estratégia foi realizado no formato 100% presencial (o primeiro da pandemia), com transmissão ao vivo pela internet, na cidade de Brasília. O Brasil acompanhava a transição do governo federal, decorrente da alternância de poder confirmada nas eleições de outubro, buscando sinalizações de como seriam enfrentados os desafios do país no terceiro mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva. Mais uma vez, a CBIC transformou o evento em *locus* do debate qualificado do futuro, apresentando a autoridades do Executivo e Legislativo federais propostas para a retomada da economia, geração de emprego e o desenvolvimento sustentável do país tendo a construção como protagonista.

A abertura do 95º ENIC trouxe a público o trabalho conjunto de 13 entidades da cadeia produtiva da construção, que uniram esforços para colocar o setor em papel de destaque na economia e na sociedade. Articulado pela CBIC, esse colegiado atuará na defesa dos interesses coletivos do setor, propondo soluções que aproveitem todo o seu potencial gerador de riquezas para alavancar a

economia. Anfitriã do evento, a CBIC recebeu Geraldo Defalco, presidente da Anamaco; José Domingos Seixas, presidente da Abravidro; Lucien Belmonte, presidente da Abividro; Rodrigo Navarro, presidente da Abramat; Iria Doniak, presidente da ABCIC e Alberto Cordeiro, presidente da Afeal, executivos que participaram da abertura.

A mensagem do setor foi discutida com parlamentares da futura legislatura, como o senador eleito Hamilton Mourão – então vice-presidente da República; e com diversos integrantes do governo que seria inaugurado no mês seguinte. Vice-presidente da República eleito, Geraldo Alckmin, anunciou a destinação de R$ 10 bilhões na Lei Orçamentária Anual (LOA) para investimentos em um programa de moradia para famílias de baixa renda.

"O que não é possível é manter a situação atual que tem em torno de R$ 30 milhões. Você para as obras do país inteiro. É preciso continuar as obras que estão contratadas e colocar em canteiro aquelas que já tão compromissadas", defendeu. "Isso é urgente porque é emprego na veia. Construção é emprego direto, é rápido. E é isso que nós estamos precisando, emprego e renda. E a cadeia produtiva é longa, então você gera emprego no comércio, na logística, nos serviços, no transporte, em todas as áreas, na indústria", completou o vice-presidente eleito.

Habitação e infraestrutura, assim como os caminhos possíveis da política econômica e das reformas estruturais pautaram a programação. O 95º ENIC também foi palco da solenidade de entrega do 24º Prêmio CBIC de Inovação e Sustentabilidade – coerente com o amplo trabalho técnico conduzido nesse tema, a CBIC trouxe como inovação o selo carbono neutro, assumindo o compromisso de zerar todas as emissões de gases de efeito estufa durante o evento e compensar as emissões restantes com crédito certificado de redução validado pela ONU, contribuindo com um meio ambiente mais saudável e sustentável.

## Caixa de ressonância nacional

A programação do Encontro Nacional da Indústria da Construção traduz de forma emblemática um dos paradigmas de atuação da CBIC: a busca pelo interesse coletivo do setor da construção e sua inserção como player estratégico para o desenvolvimento econômico e social do país. Tudo o que interessa ao Brasil passa pela construção, tudo o que interessa à construção é relevante para o país – ao apostar nesse entendimento, a entidade alimenta um círculo virtuoso focado na busca de soluções para os problemas do país, enxergando o bem-estar da população como objetivo final.

Mais que discutir temas de relevância, nos últimos nove anos a CBIC transformou o ENIC em uma caixa de ressonância para disseminar a inteligência acumulada em seus projetos técnicos e a visão de país carregada pelo setor da construção. Para isso, além de oferecer uma programação técnica de grande envergadura e mobilizar tomadores de decisão política relevantes, o evento também foi objeto de esforços significativos de divulgação.

Para construir uma base qualificada de pesquisa e contribuir com a memória do setor, a CBIC apostou no ambiente digital para construir um repositório de toda a produção do ENIC: a cada edição do evento a entidade lançou um site oficial, alimentado com a cobertura completa e mantido mesmo depois do encerramento dos trabalhos.

Além disso, a CBIC publicou relatórios com os debates realizados em algumas das edições. Com curadoria e produção das comissões técnicas e assessorias da entidade, toda a programação foi transformada em documento para consulta, distribuído a seus associados e disponíveis em seu domínio na internet.

Para alcançar o maior público possível e disseminar o posicionamento técnico do setor, a CBIC também apostou no diálogo com os meios de comunicação: além de pautar a imprensa nacional e local, em cada cidade que recebeu o evento, e gerar noticiário relevante em todos os meios, a entidade fez veicular coberturas especiais no jornal Valor Econômico, principal veículo impresso de economia do país, sintetizando temas essenciais para o futuro da construção. Encartados na edição nacional do diário, tais especiais percorreram o Brasil levando a mensagem do ENIC e a marca da CBIC e seus parceiros – especialmente o SESI e o SENAI, para um público amplo e qualificado.

Valor

Especial

**Indústria da construção**

Mercado imobiliário aposta em projetos de moradia popular e social. G2

# Novas parcerias

Concessões e PPPs podem estar na base do próximo ciclo de expansão. Por **Domingos Zaparolli, Ediane Tiago e Jacílio Saraiva**, para o Valor, de Foz do Iguaçu

As concessões de infraestrutura e as Parcerias Público-Privadas (PPPs) são as principais apostas para um novo ciclo de expansão das atividades na construção civil. É o que se constata entre as manifestações de empresários, executivos e consultores reunidos na última semana, em Foz do Iguaçu (PR), pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) em debate sobre os desafios e as oportunidades para o setor nos próximos anos.

"Vivemos um momento de aperto nos orçamentos das famílias e também dos governos, restringindo a demanda no mercado imobiliário e de obras

tégia anticíclica, se o novo governo demonstrar capacidade para atrair a iniciativa privada às obras de infraestrutura. "Existe uma demanda reprimida e bons projetos que interessam ao investidor", diz.

A segunda etapa do Plano de Investimento em Logística (PIL 2015-2018), lembra o consultor, anunciado em 2015, relaciona obras que somam R$ 198,4 bilhões em rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. "Deste total, há uma carteira de R$ 70 bilhões em projetos que já estão no radar dos investidores", diz Oliveira.

O consultor avalia que esse valor pode gerar um impacto no PIB de R$ 217 bilhões, com geração de 4,1 milhões de empregos e arrecadação fiscal na casa de R$ 14 bilhões. O momento é favorável para o país destravar esses investimentos. "Hoje as taxas de retorno para o investidor no exterior são baixas, o que amplia a atratividade dos projetos brasileiros, que apresentam taxas maiores."

Segundo José Carlos Martins, além desses projetos, há um total de 400 PPPs estaduais e municipais para obras de saneamento, iluminação pública, construção de escolas, hospitais e prisões com potencial de sair do papel no curto prazo. "São obras que geram oportunidades para construtoras de

José Carlos Martins, da CBIC: "Vivemos um momento de aperto, mas o estímulo aos investimentos privados em infraestrutura pode reativar a economia"

diz José Romeu Ferraz, presidente do Sinduscon-SP.

Haru Ishikawa, dono da construtora paulista que leva seu nome, diz que fez uma pausa em al-

to do programa no PIB e na geração de empregos é evidente", diz Ana Maria Castelo, coordenadora geral da Fundação Getulio Vargas (FGV).

Segundo ele, a possível suspensão da fase 3 do programa causa sérios impactos no segmento. "As empresas estruturaram-se para atender à demanda. Agora so-

afirma Cláudio Frischtak, pres dente da Inter.B Consultoria In ternacional de Negócios. "Esta mos diante de um desastre fiscal O consultor lembra que o défic

Valor

Especial

# Construção civil

BID facilita crédito para construções sustentáveis, diz Álvaro Silveira. F2

# Compasso de espera

Superar a crise e criar alicerces para um novo ciclo de expansão é a prioridade do setor. Por Ediane Tiago e Domingos Zaparolli, para o Valor, de Salvador

## CBIC faz proposta para diversificar fontes de recursos

Especial | Indústria da construção

Cenário Projetos federais mais avançados somam R$ 70 bi e há 400 PPPs municipais e estaduais no forno

# Concessões e PPPs têm potencial para atrair investimento

## SP planeja seis novos aeroportos

## Saneamento demanda R$ 304 bi

## Orçamento menor prejudica empresas e emprego

91º ENCONTRO NACIONAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

APRESENTADO POR SESI PELO FUTURO DO TRABALHO SENAI PELO FUTURO DO TRABALHO CBIC

# A construção civil é uma força viva que vai transformar o Brasil

O ministro da Infraestrutura convocou os empresários do setor a pressionarem o Congresso Nacional a aprovar temas importantes para o país, como a reforma da Previdência

Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, na solenidade de abertura do ENIC

e deixar um legado", concluiu.

O governador Wilson Witzel anunciou que lançará ainda em 2019 o programa habitacional 'Casa Nova', destinado a famílias com renda mensal de até R$ 5 mil. A meta é criar 20 mil unidades. Ele destacou ainda que a Cedae prepara a concessão de várias áreas que vão gerar R$ 10 bilhões em outorgas e anunciou licitações para o Arco Metropolitano e a ampliação da malha ferroviária no estado, aquecendo a construção civil no mercado fluminense. "Todos sabem que a construção civil é o setor que mais gera empregos", pontuou.

**MOMENTO DE DISRUPÇÃO**

O presidente da Câmara Bra-

momento, pois estas obras poderão representar geração imediata de empregos e incrementar o PIB em 0,6% neste ano."

A abertura oficial do evento reuniu ainda Claudio Bonfim (vice-governador do Estado), Tatiana Thomé (vice-presidente de Governo da Caixa), Fernanda Tejada (Secretaria Municipal de Urbanismo do Rio), Eduardo Eugênio Gouvêia Vieira (Firjan/CNI), Deborah Malone (NAHB/EUA), Roque Ardissone (FIIC), Joel Krüger (Confea) e Roberto Kauffmann (coordenador-geral do 91º ENIC), além dos anfitriões: João Manuel Fernandes (Sinduscon-Rio), Cláudio Hermolin (Ademi-RJ), Ayrton Xerez (Seconci-Rio).

Promovido pela CBIC e realizado pelo Sinduscon-Rio, em parceria com a Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Rio de Janeiro (Ademi-Rio) e do Serviço Social da Indústria da Construção do Rio de Janeiro (Seconci-Rio), o ENIC é o principal evento do calendário anual da construção civil. Nesta edição, que teve o objetivo de conectar ideias, pessoas e futuro, o evento reuniu toda a cadeia produtiva do setor, acadêmicos, representantes de entidades e do governo. A programação contou com debates, espaços para networking, feira de exposição, visitas técnicas e congressos técnicos de engenharia.

# Seções Temáticas

# Comissões temáticas da CBIC: projetos inovadores, focados na modernização da construção

***Entidade conduz amplo leque de iniciativas, contribuindo para o fortalecimento continuado do setor***

É preciso um olhar multifacetado para uma indústria formada por 96 segmentos diferentes, com um ecossistema que combina de *players* internacionais a pequenas empresas familiares, de profissionais com formação acadêmica sofisticada a trabalhadores especializados em serviços técnicos, produtos e serviços com alto padrão de complexidade a outros, simplificados. Assim, o setor da construção precisa manter um acompanhamento abrangente e, muitas vezes, audacioso para manter-se na vanguarda da indústria e relevante para seus diversos públicos.

Essa jornada envolve a busca por uma mentalidade empresarial aderente às mudanças da sociedade, à formação e capacitação continuada dos profissionais de suas diversas carreiras, ao estímulo permanente à inovação e à criação de métodos construtivos mais eficientes e sustentáveis e à formação de novas lideranças associativas. Para crescer e manter-se forte, o setor precisa de dinamismo e capacidade para enxergar o futuro e preparar-se para tempos novos.

Atender a esse desafio diário, que carrega as peculiaridades impostas pelas diversas culturas e realidades que dialogam em um país com as dimensões continentais do Brasil, exige um elo aglutinador de esforços e mobilizador de atores que possam contribuir para o fortalecimento do setor e sua expansão de uma forma ampla e articulada. A CBIC assumiu essa missão desde a sua fundação e estabeleceu, ao longo de seus mais de 60 anos de atividade, a estrutura e os recursos necessários para prestar serviços de excelência a seus associados e às empresas do setor da construção.

Em meados dos anos 2000, a entidade contava com cinco comissões técnicas, que se reuniam duas vezes por ano para avaliar temas específicos – suas dores, oportunidades e potencial – e endereçar soluções que pudessem apoiar as entidades associadas e as empresas em todos os Estados brasileiros. Entre 2008 e 2010, a CBIC tratava de cerca de 100 assuntos técnicos diferentes, percorrendo todo o espectro de atuação da construção.

Para atuar com qualidade, a entidade buscou parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), em uma aliança que se tornou emblemática e estratégica, criando uma relação positiva de mão dupla: os convênios de cooperação técnica celebrados com o SESI e o SENAI permitiram à representante da indústria nacional estar ainda mais próxima ao setor da construção e garantiu à CBIC os meios para realizar um trabalho técnico mais amplo, de alto gabarito e impacto sobre o setor. A parceria já conta 12 anos.

Em 2023, a CBIC mantém nove comissões – a última ampliação do seu arcabouço técnico fortaleceu o segmento de obras industriais e corporativas, a partir de 2018. A atuação dessas células técnicas é ancorada no trabalho de seus presidentes – empresários e profissionais do setor, que também são vice-presidentes de área da entidade – que são apoiados por gestores altamente qualificados e experientes. Essa dupla avalia a agenda estratégica de cada área, identifica formas para articular soluções e mobiliza esforços para oferecer ao setor da construção o apoio essencial ao seu desenvolvimento.

Para além da competência e notório saber em suas áreas de atuação, a equipe técnica da CBIC carrega como marca a pouca rotatividade: a entidade conta com um time de imensa capacidade, em um relacionamento profissional longevo e produtivo. Conheça o time que tem conduzido as comissões técnicas e contribuído para o fortalecimento e modernização do setor da construção:

**Ana Cláudia Gomes,**
vice-presidente da Área Responsabilidade Social e presidente da Comissão de Responsabilidade Social (CRS)

**Cláudia Rodrigues da Silva,**
gestora de projetos

**Carlos Eduardo Lima Jorge,**
vice-presidente da Área Infraestrutura e presidente da Comissão de Infraestrutura e presidente da COINFRA,

**Denise Soares Putzke,**
gestora de projetos

**Carlos Henrique Passos,**
vice-presidente da Área Habitaçãode Interesse Social e presidente da Comissão de Habitação de Interesse Social (CHIS)

**Alessandra Beine Lacerda,**
gestora de projetos

**Celso Petrucci,**
vice-presidente da Área Indústria Imobiliária e presidente da Comissão da Indústria Imobiliária (CII)

**Alessandra Beine Lacerda,**
gestora de projetos

**Dionyzio Antônio Martins Klavdianos,**
vice-presidente da Área Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade e presidente da Comissão de Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade (COMAT)

**Hugo França Cavalcante de Lima,**
gestor de projetos

**Fernando Guedes Ferreira Filho,**
vice-presidente da Área Política de Relações Trabalhistas e presidente da Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT)

**Gilmara Dezan,**
gestora de projetos

**Ilso José de Oliveira,**
vice-presidente da Área Obras Industriais e Corporativas e presidente da Comissão de Obras Industriais e Corporativas (COIC)

**Alexandre Nícolas Dantas dos Santos,**
gestor de projetos

**José Carlos Braide Nogueira da Gama,**
presidente do Conselho Jurídico da CBIC (CONJUR)

**Erika Albuquerque Calheiros,**
gestora de projetos

**Nilson Sarti,**
vice-presidente da Área Meio Ambiente e presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA)

**Mariana Silveira Nascimento,**
gestora de projetos

Contando com apoio decidido da presidência da entidade, as comissões técnicas da CBIC têm conduzido projetos emblemáticos, induzindo uma revolução silenciosa na construção, jornada que ganhou força a partir de meados de 2014 e já rendeu muitos frutos.

# Indústria Imobiliária e Habitação de Interesse Social

CII
COMISSÃO DA INDÚSTRIA IMOBILIÁRIA

CHIS
COMISSÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

# CBIC atua em defesa da moradia digna para todos

***Comissões técnicas executam projetos focados na expansão da habitação e do mercado imobiliário***

Em um país marcado pela alternância entre longos períodos de retração econômica e curtos movimentos de recuperação, o mercado imobiliário brasileiro tem atravessado os anos lidando com diversas camadas de desafio. Esse cenário, característico da economia brasileira notadamente a partir do segundo semestre de 2014 e com breve inflexão entre 2017 e 2018, tem imposto perdas e impedido uma expansão mais sustentada do segmento de habitação. A combinação de fatores como a insegurança jurídica, a política de juros, a oferta e o acesso ao crédito, e a redução do investimento público têm mantido a melhoria do ambiente de negócios como prioridade na atuação da CBIC em apoio ao mercado imobiliário.

Para isso, a entidade desenvolve projetos focados na identificação de tendências e na articulação de soluções para que as empresas do segmento possam melhorar seu desempenho e resultados. No período entre 2014 e 2023, a CBIC dinamizou a sua atuação fortalecendo a Comissão da Indústria Imobiliária (CII) e criando a Comissão de Habitação de Interesse Social (CHIS) – esta, no final de 2018. Em parceria com o SENAI, a entidade tem conduzido projetos técnicos de grande relevância, contribuindo para o fortalecimento do mercado imobiliário e da habitação no pais.

A agenda estratégica das duas comissões dialoga entre si, fechando um ciclo virtuoso de atuação da CBIC no campo da habitação, envolvendo iniciativas para atualizar a cultura organizacional das empresas, com foco no amadurecimento, maior profissionalização e reforço na governança. Os resultados dos projetos são nítidos, seja pelo enraizamento do *compliance* entre as empresas do mercado imobiliário, seja pela maior proximidade do segmento com o sistema financeiro e um melhor relacionamento com os bancos – esse movimento, reflete uma mudança na percepção do risco e potencial do setor, assim como o fortalecimento da credibilidade das empresas.

A CII trabalha pela produção e disseminação de conhecimento destinado ao aperfeiçoamento permanente dos empreendimentos imobiliários, estimulando as melhores práticas e a absorção de novas tecnologias; no estudo e proposição de novos fundings para ampliar o mercado e o acesso ao crédito; na remoção de gargalos pela melhoria de marcos regulatórios e redução da burocracia, com foco na segurança jurídica. A CHIS atua na articulação, junto ao poder público e seus agentes econômicos, de políticas que garantam moradia digna para todos os brasileiros, especialmente a população de baixa renda.

## Estudos e dados para reverter entraves

A busca pela melhoria do ambiente de negócios para o mercado imobiliário ganhou fôlego a partir de 2014, quando a Comissão da Indústria Imobiliária ampliou a produção de dados e estudos para mapear os desafios mais importantes diante do empreendedor. Naquele ano, a CBIC publicou um estudo inédito, comprovando uma percepção do empresário da construção: o excesso de burocracia tinha impacto relevante sobre o preço final dos imóveis no Brasil e sua implantação, levando 12% dos valores contratados pelo comprador e contribuindo para o atraso das obras.

Realizado pela Booz & Company e publicado pela CII, em parceria com a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (ABRAINC), o documento *Custo da Burocracia no Imóvel* trouxe luz ao tema, apontando os entraves, quantificando os efeitos do excesso de burocracia no mercado imobiliário e apontando soluções para reduzir entraves. O estudo comprovou que a burocracia aumentava o prazo de entrega da casa própria.

Os principais problemas constatados foram: atraso na aprovação dos projetos pelas prefeituras, falta de padronização dos cartórios, falta de clareza nas avaliações das licenças ambientais e mudanças na legislação que atingem obras já iniciadas, como alterações nos planos diretores e de zoneamento, por exemplo. Os resultados fortaleceram as ações da CBIC em defesa da desburocratização de processos, iniciativa que pautou a agenda da entidade e suas associadas pelos anos seguintes.

O licenciamento ambiental emergiu como mais importante desafio das empresas: para reverter o quadro, a CBIC abriu diálogo com a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e se aproximou dos Secretários Estaduais de Licenciamento. Em outubro de 2014 a entidade realizou o I *Encontro Nacional sobre Licenciamentos na Construção*, evento que culminou na criação do Fórum Nacional de Licenciamento, colegiado destinado a remover entraves e aperfeiçoar procedimentos. Também com esse objetivo, foram realizadas reuniões com diversos órgãos do governo federal, como a Receita Federal, em que foram apresentadas propostas para melhorar a regulação e a eficiência dos processos.

Nesse diálogo transversal, a CBIC propôs a redução do custo gerado pela burocracia por meio de melhores práticas para análise e aprovação dos projetos imobiliários, padronização e revisão das legislações municipais, estaduais e federais, maior informatização dos processos, e antecipação dos financiamentos aos compradores. Tais medidas, esclareceu, teria impacto significativo sobre os custos e reduziria o prazo para entrega dos imóveis pela metade: de 60 para 32 meses.

## Panorama do mercado no Brasil

O estudo *Custo da Burocracia no Imóvel* tornou-se referência para a realização de eventos importantes relacionados ao licenciamento na construção, pautando também ações da Comissão de Meio Ambiente (CMA) da CBIC e diversas reuniões da entidade com o governo federal e instituições afins, sobre tributação e registros de cartórios, lideradas pelo Conselho Jurídico (CONJUR).

Ainda em 2014, a CII desencadeou outro projeto pioneiro para criar parâmetros unificados, e em nível nacional, de acompanhamento e comparação das movimentações do mercado imobiliário. Naquela época, muitas entidades regionais mantinham pesquisas imobiliárias, porém havia dificuldade de agregar informações e produzir números consolidados e confiáveis do setor. O desafio era grande, dada a dispersão de fontes de informação, bases históricas divergentes e metodologias heterogêneas realizadas pelas mais diversas entidades.

A construção dos paradigmas do estudo exigiu um diagnóstico de compreensão profunda das realidades regionais para que fosse construída uma metodologia nacional para coleta e análise dos dados: foram apreciadas e consolidadas, em um modelo analítico, as bases e pesquisas já existentes no mercado, realizadas pelas entidades associadas à CBIC.

Desenvolvido pela CII em parceria com a Brain Inteligência Estratégica, uma consultoria especializada no mercado imobiliário, o projeto foi nominado *Indicadores Imobiliários Nacionais*: uma pesquisa e tratamento de dados coletados junto às entidades do setor da construção em todo o país. Após dois anos de trabalho, a primeira rodada do estudo foi divulgada em 2016.

Na coleta de dados, é verificado o número de unidades habitacionais – lançamentos, vendas, ou em oferta. A pesquisa afere, ainda, a tipologia dos imóveis em número de quartos, o preço de comercialização comparado ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE) da época, subdivididos nos segmentos de crédito habitacional do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e de programa de habitação social do governo federal, atualmente denominado Minha Casa Minha Vida (MCMV).

A apuração é feita a cada trimestre e o projeto se consolidou como referência do desempenho e tendências do mercado imobiliário no país. Apresentados em uma coletiva de imprensa transmitida ao vivo pela internet, os dados atraem não apenas os veículos de comunicação, como também alcançam diversos *players* com interesse no segmento, como instituições financeiras, seguradoras e órgãos do poder público. Desde seu lançamento, foram realizadas mais de 20 rodadas da pesquisa.

## Democratização do acesso ao crédito

O financiamento da produção na incorporação imobiliária e da aquisição de imóveis tem sido tema prioritário na agenda conduzida pela CBIC. Entre 2014 e 2023, com as incertezas continuadas na economia brasileira, a entidade aprofundou o diálogo com o governo federal e seus agentes econômicos para discutir e reverter gargalos operacionais, de forma a melhorar a execução dos projetos; assim como garantir a continuidade dos programas habitacionais *(veja a seção Projetos Estruturantes)*.

A CII também trabalhou na identificação de novas fontes de financiamento para o mercado imobiliário, na perspectiva de construir alternativas viáveis à caderneta de poupança, esforço que mobilizou empresários e especialistas em diversos campos; e de medidas para estabelecer maior segurança jurídica e previsibilidade nos contratos.

Para isso, em 2015, a comissão desencadeou o projeto *Melhorias no Sistema de Crédito Imobiliário*, com a contratação de uma consultoria para o desenvolvimento de diagnóstico e estudo, com foco na ampliação do mercado imobiliário e buscando encontrar outras fontes e modalidades de financiamento, por meio de melhorias na concessão de crédito, na captação de recursos e na simplificação de procedimentos, garantindo a sustentabilidade financeira do segmento.

Ao longo dos últimos nove anos, a atuação da CBIC nesse tema a tornou referência na busca por soluções para dinamizar o mercado imobiliário brasileiro. No início de 2018, a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip) convidou a entidade para debater questões relacionadas às operações de crédito imobiliário e aos Planos-Empresário, assim como os reflexos da crise que marcou o segmento no período de 2014 e 2015. Os técnicos da Abecip e dos bancos propuseram uma adequação à Lei das Incorporações (Lei 4.591/1964), pretendendo criminalizar algumas práticas adotadas naquele período de turbulência.

O governo federal fez movimento parecido. No final de 2019, o Banco Central apresentou à CBIC e à Abecip uma plataforma para proporcionar mais segurança nas operações de recebíveis de cartão de crédito. A ferramenta possui interoperabilidade, amplia os resultados de governança e possibilita que os recebíveis sejam descontados sem a hipótese de desvios naqueles que foram registrados na plataforma.

## Diálogo e sensibilização

Atualmente estão disponíveis e habilitadas duas plataformas (B3 e CERC S.A) para receber os registros de recebíveis das empresas que pretendam financiar a produção de empreendimentos no Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). Tais mecanismos servirão, também, para dar maior transparência para outras estruturas de financiamento que não a dos recursos da caderneta de poupança.

Esse movimento prosseguiu e culminou na adoção de novos marcos legais. O Banco Central publicou a Resolução BCB Nº 308, de 28/03/2023, dispondo sobre as condições para o exercício das atividades de registro e de depósito centralizado de recebíveis imobiliários por entidades registradoras e depositários centrais de ativos financeiros. Antes, em 2022, a autoridade monetária publicou a Resolução nº 5.055, de 15/12/2022, alterando o prazo da obrigatoriedade de registro dos recebíveis para 120 dias após manifestação do BCB e a Resolução CMN nº 4.909, de 27/05/2021, estabelecendo a obrigatoriedade de registro em infraestruturas do mercado financeiro dos direitos creditórios recebidos em garantia pelas instituições financeiras nas operações de financiamento para a produção de imóveis.

De 2018 a 2023, a Comissão da Indústria Imobiliária da CBIC realizou inúmeras reuniões junto aos presidentes do Banco Central (Bacen) e integrantes de sua diretoria, bem como junto aos associados da CBIC e outras entidades representativas do setor imobiliário. Nesses encontros, foi possível demonstrar às autoridades e aos *players* do mercado a necessidade de tornar o crédito imobiliário mais acessível para pequenas e médias empresas.

A CII demonstrou que, ainda hoje, a concessão de crédito no Brasil segue concentrada em apenas cinco bancos, que priorizam o atendimento às grandes empresas, potencializando as crises como as registradas em 2014 e 2015. Essas conversas tornaram possível construir melhorias dentro das propostas das plataformas que estavam sendo criadas pela B3 e CERC S.A e sensibilizar o setor da importância de iniciar o processo de registro.

## Informação e troca de experiências

Ainda na busca da ampliação do acesso ao crédito, em 2018 a CII realizou o projeto *Rodada de negócios do mercado imobiliário: fundings e crédito imobiliário* para informar, sensibilizar e debater junto aos seus integrantes as medidas adotadas pelas instituições financeiras e outros assuntos relevantes relacionados à melhoria de crédito imobiliário e abertura de novos *fundings*. Partindo do monitoramento de tais iniciativas, a comissão atua para construir propostas conjuntas que tornem mais assertiva a articulação de soluções.

O objetivo da CBIC é fortalecer o setor, trocar experiências e buscar mais *players* para acompanhar o desempenho do crédito imobiliário e participar de audiências com entidades governamentais e/ou agentes financiadores. Esse diálogo tem o potencial de gerar novos produtos de crédito que beneficiem ambas as partes, garantindo a sustentabilidade financeira dos negócios, estímulo focado também nos pequenos e médios empresários.

O projeto *Rodada de negócios do mercado imobiliário: fundings e crédito imobiliário* realizou encontros presenciais, virtuais e híbridos trazendo diversos temas e palestrantes para um debate de alto nível e efetividade. A atuação da CBIC para discutir e encontrar novas fontes de crédito abriu espaço para a sua participação em discussões conduzidas por outras instituições como a própria Abecip e a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (ABRAINC), em eventos realizados nos últimos anos.

## Planejamento urbano das cidades

A agenda estratégica cumprida pela Comissão da Indústria Imobiliária da CBIC entre 2014 e 2023 também se debruçou sobre propostas para dinamizar a oferta de moradia digna para a população, pelo estímulo à ocupação ordenada das cidades. Um dos projetos nesse campo avaliou o estímulo a comunidades planejadas combinando moradia digna, serviços públicos, oportunidades de geração de renda, lazer, saúde e educação para áreas de expansão urbana. A CII estudou o assunto e apresentou propostas em reuniões com o Ministério das Cidades, a Associação para o Desenvolvimento Imobiliário e Turístico do Brasil (ADIT Brasil); e outros espaços de diálogo.

Em 2017, a discussão em torno do desenvolvimento ordenado das cidades gerou uma cartilha inédita, para contribuir com os municípios na elaboração de um Plano Diretor de Desenvolvimento Estratégico (PNDE). A CBIC elencou as premissas de uma nova cultura urbana, em que as cidades seriam pensadas no longo prazo e com o objetivo de tornarem-se mais amigáveis e mais seguras, pensadas para o cidadão. O documento foi preparado mobilizando profissionais de qualidade e credibilidade inquestionáveis, como o arquiteto Arthur Parkinson, referência do setor da construção e um dos mais importantes pensadores no campo do planejamento urbano.

A formulação da cartilha também contou com a participação do ex-governador do Paraná Jaime Lerner, fundador do Instituto que leva seu nome, arquiteto e urbanista com legado inquestionável na busca pela melhoria da qualidade de vida nas cidades. Colaboraram com a CII, ainda, a equipe do SECOVI de São Paulo. Com essa cartilha, a CBIC disseminou uma visão integrada de futuro, considerando questões de mobilidade, infraestrutura, identidade e sustentabilidade, com iniciativas que resultariam na melhoria da qualidade de vida do cidadão e um novo paradigma de qualidade de vida.

Ainda nesse campo, a comissão discutiu soluções para a reabilitação de áreas urbanas centrais, destinadas a melhorar o aproveitamento de espaços urbanos degradados. A necessidade de mobilizar o poder público impediu o avanço dessa agenda – se realizada, teria aberto opções para enfrentar o déficit habitacional, impactando positivamente a vida nas cidades brasileiras.

## Aceleração digital

A incorporação de tecnologia tem modificado não apenas as práticas construtivas, como também o relacionamento das empresas do mercado imobiliário com seus clientes. Para estimular a adoção de inovação por construtoras e incorporadoras, vetor para manter a competitividade frente às novas tendências, a CBIC tem atuado para que o mercado imobiliário avance e consolide a jornada imobiliária digital.

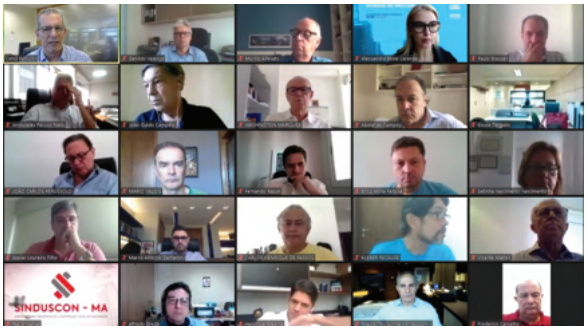
Para isso, em 2020, a CII iniciou o projeto *Jornada da Incorporação Imobiliária Digital*, para informar, proteger e sensibilizar os agentes que estão, direta ou indiretamente, envolvidos na melhoria do ambiente de negócios do mercado imobiliário e do setor da construção. Desenhado pela CII em conjunto com as empresas Construtor de Vendas, DNA de Vendas, Brain Inteligência Estratégica e Sienge, o projeto busca demonstrar a necessidade de modernizar a jornada comercial imobiliária sobretudo nos dias atuais, com um novo consumidor, cada dia mais digital, exigente e ciente das suas expectativas.

Os especialistas no assunto puderam compartilhar as boas práticas adotadas e os benefícios alcançados por empresas que já implementam soluções digitais, tais como CRM, ou *Customer Relationship Management*, realidade aumentada, inteligência artificial, entre outras - que possibilitam aumento da produtividade, automação de processos ou redução de custos.

Além disso, houve também uma sensibilização em relação ao potencial das ferramentas digitais para a jornada do cliente, ou seja, soluções *on-line* para atender todo o histórico de relacionamento durante o percurso do cliente desde o primeiro contato até o fechamento e o pós-venda.

Estas ações tiveram grande resultado para mitigar os impactos econômicos da pandemia da covid-19 sobre o setor imobiliário, tornando possível avançar no uso de ferramentas digitais para estabelecer a sustentabilidade financeira das empresas e viabilizar a desburocratização dos processos que afetam o segmento.

A iniciativa foi amplamente disseminada pela CBIC, com eventos regionais e transmissões pela internet. O conhecimento acumulado com o projeto *A Jornada da Incorporação Imobiliária Digital* foi disponibilizado com a publicação de um *e-book* e levado ao Encontro Nacional da Indústria (ENIC) em painéis concorridos.



## Habitação de interesse social reforça prioridade

A indústria imobiliária é vetor estratégico da oferta de habitação no Brasil, seja pela iniciativa privada, seja por políticas públicas executadas pelo Executivo federal. Em um país de dimensões continentais e com desigualdade ainda elevada, endereçar ações para reduzir o déficit habitacional e prover moradia digna também para a população de baixa renda sempre pautou a atuação da CBIC. Essa agenda foi conduzida pela Comissão da Indústria Imobiliária, com a designação de integrantes para acompanhar e propor ações focadas na moradia popular, hoje habitação de interesse social. Sete milhões de brasileiros ainda não têm casa própria.

Em 2018, com o protagonismo de programas como o Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e, posteriormente, o Casa Verde e Amarela (PCVA) – cuja execução ganhou relevância para suas associadas e o mercado como um todo, a CBIC decidiu criar uma nova comissão, para acompanhar exclusivamente esse segmento e conduzir um diálogo concentrado no poder público e seus agentes financeiros.

Mais que defender os interesses legítimos das empresas que atuam nesse nicho, a Comissão de Habitação de Interesse Social (CHIS) tem atuado para remover gargalos no financiamento e propor melhorias nos processos e projetos destinados a democratizar o acesso a casa própria com qualidade e legalidade. Os projetos da CHIS são realizados em parceria com o SENAI.

Entre as prioridades da comissão está o acompanhamento do PMCMV e do PCVA, *(veja a seção Projetos Estruturantes)*, mas não só. A CHIS mantém atuação próxima ao agente operador dos programas de habitação do governo federal – a Caixa Econômica Federal; ao Congresso Nacional e ao Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), no qual a CBIC tem assento. Cabe à comissão acompanhar a gestão do fundo e atuar para garantir a salvaguarda dos saldos e repasses do FGTS para os investimentos a que tais recursos devem ser destinados, notadamente a habitação e a infraestrutura.

A preservação do FGTS é uma bandeira histórica da CBIC e foco de embates travados pela entidade com o poder público – seja o Executivo, seja o Legislativo federais, para impedir a distribuição aleatória dos recursos. Entre 2014 e 2023, esse tema pautou diversas iniciativas da instituição, que provocou e liderou um debate sobre a proteção do FGTS e sua importância para garantir não apenas moradia digna, mas também o patrimônio do trabalhador.

A CHIS também tem atuado para estimular o aperfeiçoamento operacional da concessão do crédito imobiliário. Uma de suas iniciativas mais importantes é o projeto *A Caixa quer ouvir você*, desencadeado durante a pandemia da covid-19 para promover o diálogo e maior articulação entre o governo federal, agentes financeiros de crédito imobiliário, empresários e consumidores dos empreendimentos habitacionais de forma a azeitar o financiamento.

## Geração de novas oportunidades

Para isso, em 2020 e 2021, a comissão organizou conversas realizadas de forma híbrida (com a maioria dos participantes *on-line*), aproximando as equipes nacional e regionais de atendimento da área de habitação do banco aos diversos *players* para discutir as linhas de crédito e esteira de produção, apoio promocional nas feiras de imóveis e demandas regionais. A integração dos times nacional e regional melhora a performance do banco e, consequentemente, o acesso à casa própria.

Essa iniciativa ganhou uma oficina sobre como trabalhar com a Caixa, tanto nas linhas financiadas com recursos do SBPE quanto do FGTS, para a produção de unidades habitacionais. O debate aconteceu no Expo São Paulo, durante a FEICON: o banco apresentou as funcionalidades do SBPE e como ele pode ser utilizado para agilizar os pagamentos entre construtoras e fornecedores, por exemplo.

Foram abordadas, ainda, as regras para utilização do FGTS na aquisição da casa própria. Durante a oficina, diversos representantes da Caixa explicaram as linhas de crédito voltadas para o setor, apresentaram informações sobre a gestão financeira dos projetos e a importância do desenvolvimento do mercado imobiliário no país.

A agenda da CHIS tem envolvido a busca de novas oportunidades e parcerias para a produção de habitação social no Brasil. Nesse campo, a comissão tem disseminado informações sobre as diversas linhas e programas voltados para viabilizar o programa de habitação e interesse social do país, de forma a estimular o empresário do setor a ampliar sua atuação na área e, consequentemente, a oferta de moradia para a população.

Em parceria com o SENAI, entidades associadas e um amplo leque de atores em diversas áreas do conhecimento, a atuação da CII e da CHIS têm contribuído para o alcance dos objetivos da CBIC, apoiando as empresas e estimulando a expansão e fortalecimento do mercado imobiliário e da habitação nacional em um ambiente de negócios com mais segurança jurídica.

Alguns dados demonstram o alcance do trabalho das duas comissões e sintetizam os marcos de sua atuação. Entre 2014 e meados de 2023, a Comissão da Indústria Imobiliária e a Comissão de Habitação de Interesse Social:

Prepararam e disseminaram **10 publicações técnicas**;
Realizaram **36 eventos e 196 reuniões de trabalho**;
Receberam público superior a **10 mil pessoas** nos seus diversos eventos.

# Publicações Técnicas

# Infraestrutura

# CBIC atua na infraestrutura e apoia o fortalecimento do setor

***Projetos induzem nova mentalidade para empresas pequenas e médias, assim como a criação de novas oportunidades de negócios***

O setor da construção é vetor essencial na execução de obras pelas três esferas da administração pública em todo o país, parceiro estratégico para a prestação de serviço público à população em diversas áreas e para garantir competitividade à economia. Importante para a indústria da construção como um todo, o segmento de obras públicas está na pauta de atuação da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) figurando como prioridade na atração de novas oportunidades e busca por melhorias no ambiente de negócios. Para conduzir essa agenda, a entidade contou com a Comissão de Infraestrutura, Obras Públicas, Privatizações e Concessões (COP) focada no acompanhamento do investimento público, na disseminação de boas práticas entre as empresas e na discussão de marcos regulatórios com interface com o setor.

Nos últimos 10 anos, a atuação da comissão se deu em um cenário marcado pelo estrangulamento progressivo dos recursos públicos para investimento e pela expectativa de maior participação de empresas privadas como indutoras de projetos estruturantes no país, assim como por uma agenda reformista desencadeada pelo poder legislativo federal como a modernização e criação de marcos regulatórios importantes e com impacto sobre o segmento. A revisão da Lei de Licitações (Lei 8.666), por exemplo, mereceu um esforço continuado da comissão por 10 anos (*veja seção Projetos Estruturantes*).

Antevendo uma necessária reorientação das empresas que atuavam no segmento de obras públicas, com a ampliação de sua inserção para atuar na infraestrutura com recursos privados, a CBIC decidiu mudar o nome da COP para Comissão de Infraestrutura: em dezembro de 2018, a comissão foi rebatizada e teve implantada quatro novas áreas de atuação, com coordenadores dedicados: a diretoria de Logística, para acompanhar a área de transportes; a diretoria de Legislação, para acompanhar os marcos regulatórios, especialmente a Lei de Licitações; a diretoria de Saneamento, para acompanhar a modelagem de privatização das companhias estatais de saneamento; e a diretoria de Ambiente de Negócios, para tratar assuntos referentes à melhoria de gestão das empresas, matriz de risco e diálogo com as seguradoras.

A reorientação da comissão refletiu-se nos projetos técnicos realizados em parceria com o SENAI e o SESI. A transição de atores, conferindo maior protagonismo à iniciativa privada, estava em curso, trazendo paradigmas novos para as empresas do segmento. Nesse contexto, um dos desafios era o perfil das construtoras de infraestrutura no Brasil, em sua maioria empresas familiares, com tradição no mercado, porém fechadas para parcerias e consórcios com outros *players*, exatamente o modelo que tenderia a crescer com a troca de papéis entre o público e o privado na execução de investimentos. Essa transição exigiria uma nova cultura empresarial e que tais organizações se preparassem.

Entre 2014 e 2023, o estímulo e apoio às empresas para essa travessia ocupou a agenda da CBIC: a COINFRA organizou seminários técnicos mobilizando especialistas brasileiros e internacionais, produziu e divulgou estudos e pesquisas inéditos, promoveu cursos de aperfeiçoamento e capacitação para preparar os *players* do segmento para um novo momento.

## O futuro em concessões e PPPs

Essa caminhada, que teve caráter de conscientização para um novo tempo, teve como resultado visível um choque cultural, destinado a criar as condições para a formação de consórcios e outras parcerias aderentes à execução de novos projetos. Na prática, significou para as empresas do setor aprenderem e aceitarem a necessidade de compartilhar informações e decisões com *players* que, antes vistos como concorrentes, passariam à condição de parceiros.

Os projetos da COINFRA tiveram o importante papel de abrir o caminho para a uma nova mentalidade e modernização das empresas, imprimindo segurança jurídica e o preparo necessário para uma atuação em parceria. Esse movimento importante, especialmente no triênio 2014-2017, marcou um dos períodos mais desafiadores para a construção, fortemente impactada pela deterioração da economia brasileira.

Mais que administrar os efeitos da crise e as perdas dela decorrentes, o momento exigiu a identificação de novas oportunidades de negócio e a formulação de soluções para reverter gargalos, especialmente no campo da regulação, num processo de aculturamento, capacitação e intensa produção de conhecimento técnico pela COINFRA. Nesse período, a redução da capacidade de investimento do setor público, combinada à forte restrição fiscal que impôs uma desaceleração no ritmo de obras, colocou as modalidades de concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs) no topo da agenda estratégica da construção, como vetor para abrir novas frentes de atuação para as empresas.

A ampliação do mercado de infraestrutura, pela inserção de um maior número de empresas do setor, assim como o maior acesso às concessões e PPPs, mobilizaram a CBIC em uma ação coordenada envolvendo não apenas a capacitação das empresas, mas principalmente o diálogo institucional com o poder público e outros atores para demonstrar a capacidade do setor de assumir novas responsabilidades nesse campo.

Desde então, o debate desencadeado a partir de 2015 consolidou essa agenda estratégica e colocou a entidade como porta-voz qualificado da construção também para a infraestrutura – a CBIC, e suas associadas, têm provocado e participado dos fóruns e debates mais importantes conduzidos por diversos entes, especialmente o governo federal.

O trabalho realizado pela COINFRA nesse campo construiu uma base conceitual de alta qualidade, arregimentando especialistas de conhecimento, credibilidade e influência reconhecidos para a produção e disseminação de conhecimento qualificado, destinados à formação de uma nova mentalidade empresarial, que culminaram na publicação de estudos e documentos orientativos inéditos.

## Panorama do investimento público no Brasil

A CBIC colocou à disposição da construção o mais completo estudo sobre o resultado, volume e qualidade do investimento público no país, produzidos por especialistas considerados autoridades no assunto. Os dados foram apresentados e discutidos em evento organizado na Câmara dos Deputados com a presença de dirigentes e empresários do setor, consultores e parlamentares federais em abril de 2016.

Esses documentos também foram apresentados e entregues a importantes formadores de opinião e a integrantes do governo federal, trazendo:

- o diagnóstico dos investimentos realizados pelo governo federal por intermédio do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, desde a sua criação até 2015, sob a ótica da execução e desembolsos. Esse mapeamento foi realizado pela Associação Contas Abertas, do economista Gil Castelo Branco;
- o diagnóstico dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em infraestrutura, desde sua criação até 2015, sob a ótica do impacto sobre a atividade econômica. Esse estudo foi realizado pela consultoria Inter.B, do economista Cláudio Frsichtak;
- e o diagnóstico da qualidade do gasto público no Brasil, sob a ótica da eficiência e efetividade. Esse estudo foi realizado pelo economista Raul Velloso.

## Conceituação e modelagem de parcerias

Em síntese, os três especialistas convergiram para um conjunto de conclusões que corroboraram a preocupação do setor da construção e reforçaram a importância do debate que a CBIC vinha liderando: (1) a gestão dos projetos – e dos investimentos públicos – alcançavam maior êxito quando em parceria com a iniciativa privada; (2) a despeito do significativo volume de recursos aplicado, o investimento no Brasil não produzia os impactos desejados; (3) a reversão da crise exigia a aprovação de reformas estruturais que melhorassem o ambiente de negócios, favorecendo a recuperação do investimento.

Os estudos comprovaram que o Brasil não vinha aplicando os recursos mínimos necessários fosse para impedir a deterioração de sua infraestrutura e logística, fosse para ampliá-la. Embora precisasse investir até 6% do PIB em logística, o país aplicava apenas 2,3%. Essa foi uma das conclusões do estudo realizado pela Inter.B. Outro dado relevante foi exposto em diagnóstico preparado pelo especialista Raul Velloso.

Segundo o documento, o corte de R$ 26 bilhões feito em 2015 pelo governo no PAC e o atraso no pagamento das obras estavam entre os principais fatores que contribuíram para a queda do PIB no setor da construção e na perda de empregos registrada no período. Esse cenário fortaleceu o posicionamento da CBIC na defesa da recuperação do investimento e da melhoria da qualidade do gasto público, com a revisão de prioridades e a adoção de mecanismos de controle das contas públicas, premissas que passaram a pautar também a agenda do governo federal e culminaram na aprovação de um teto para o gasto público pelo Congresso Nacional em 2017.

Em outra vertente, a CBIC colocou à disposição da construção um arcabouço completo de informação sobre concessões e PPPs, documentos que nortearam um ciclo de seminários de capacitação realizado pela entidade em diversos Estados brasileiros. Produzidos pela COINFRA, esses documentos também foram apresentados e entregues a importantes formadores de opinião e a integrantes do governo federal esclarecendo o que são as concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs), como se associar em consórcios, quais legislações estão envolvidas e como as parcerias podem ser estruturadas com vistas a garantir a participação de um número maior de empresas. Esse conjunto de estudos foi realizado pela GO Associados, do economista e professor Gesner Oliveira, ex-presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), e pelos advogados Fernando Vernalha e Leticia Queiroz.

## Construindo uma nova mentalidade empresarial

A capacitação da construção também mobilizou uma intensa e qualificada agenda de eventos, com um novo ciclo de seminários regionais e estaduais sobre o assunto, avançando em uma pauta desencadeada quando da realização de seminário internacional com a participação e parceria da Confederation of International Contractors Associations (CICA) e da Federação Interamericana da Indústria da Construção (FIIC), entidades internacionais representativas da construção nas quais a CBIC tem assento como porta-voz do setor no Brasil.

Com essa agenda estratégica, a COINFRA percorreu o país. Em 2015, a CBIC realizou o seminário internacional e outros cinco eventos regionais, nas cidades de Curitiba (Sul), Fortaleza (Norte-Nordeste), Goiânia (Centro-Oeste), Vitória e Rio de Janeiro (Sudeste). Uma nova rodada de seminários teve início em 2016, atendendo à expectativa dos Estados: Pará, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais. Nesse período, cerca de 2.500 profissionais da construção, incluídos dirigentes e empresários, foram impactados nos eventos realizados pela comissão.

Na programação, a comissão mobilizou os consultores da entidade e outros especialistas, além de integrantes das três esferas da administração pública. Os debates realizados em todos os seminários foram consolidados em 13 documentos publicados pela COINFRA, culminando na criação de um banco de dados qualificado e diversificado sobre o assunto, à disposição do setor.

Esse debate também mobilizou atores do governo federal, com quem a construção discutiu novas soluções e a modernização de regras para que mais empresas pudessem atuar nas modalidades de concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs). Seminário realizado pela CBIC na cidade de Brasília, em novembro de 2016, permitiu um debate profundo do Programa de Parcerias de Investimento, o chamado PPI, com que o governo do presidente Michel Temer planejava desencadear projetos estruturantes na infraestrutura.

Tais ações representariam oportunidade estratégica para a criação de novos negócios para a construção, com a necessária inclusão de um maior número de empresas nesses segmentos – a preparação dessas organizações para o novo mercado e o convencimento dos atores envolvidos de que o setor poderia assumir tal responsabilidade foram parte da agenda da CBIC.

## Linha direta com o poder público

O seminário *Marco Regulatório em Infraestrutura* reuniu cerca de 200 participantes na capital federal, mobilizando lideranças empresariais da construção, profissionais e empreendedores do setor; assim como representantes do poder Executivo e do Tribunal de Contas da União (TCU). Participaram do evento Wellington Moreira Franco, então titular da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) da Presidência da República; o diretor do PPI, Marco Aurélio Barcelos; o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes; o gerente executivo do Banco do Brasil, Otacílio Magalhães; chefe do Departamento de Transporte e Logística do BNDES, Cleverson Aroeira; e os consultores da CBIC e especialistas no tema concessões em Infraestrutura, João Gualberto Rocha e Fernando Vernalha Guimarães.

Representando a construção, a CBIC também encaminhou a troca de conhecimento e experiências em torno das modalidades de concessões e PPPs junto a outros fóruns de grande importância. Essa interlocução envolveu os bancos públicos – Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para demonstrar a capacidade do setor e sensibilizar os agentes financeiros a buscarem soluções novas para financiar os projetos. Além de reuniões técnicas, empresários do setor participaram de rodadas de negócios organizadas pelo Banco do Brasil, em parceria com a entidade.

Nesse esforço, a plataforma de atuação da construção também foi apresentada a outras esferas do poder público. Naquele ano, a CBIC participou de seminário organizado pela Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) na cidade de Campinas (SP): a entidade apresentou aos prefeitos brasileiros, incluídos os eleitos no pleito recém-concluído, o posicionamento do setor e os segmentos com potencial para novos investimentos nas modalidades de concessões e PPPs.

Essa reunião foi a semente de parceria exitosa entre a CBIC e a FNP para a formulação de um programa de concessões municipais, com foco em projetos de mais rápida execução e com modelagem simplificada, destinado a contemplar uma gama de

serviços como iluminação pública, saneamento básico, gestão de resíduos sólidos. Como objetivo final, gerar empregos e reaquecer as economias locais, de forma a contribuir no esforço de recuperação da economia brasileira como um todo.

Formuladas em conjunto pelas duas entidades, as linhas gerais do programa foram apresentadas e adotadas pelo governo federal. Esse diálogo, que mobilizou um grupo interministerial liderado pelo Ministério do Planejamento e formado por Secretaria do Programa de Parceria de Investimentos (PPI); Ministério das Cidades; Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Banco do Brasil; Caixa Econômica Federal e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); culminou na criação de um programa de concessões municipais, cujas medidas preliminares foram anunciadas pelo Executivo federal em junho de 2017.

## Para sair de um labirinto histórico

A articulação de novas oportunidades de negócios, com a ampliação do uso das modalidades de concessões e PPPs, não esgotou a pauta da COINFRA: diante do intenso grau de dificuldades que ainda impactava a contratação e execução de obras públicas, a comissão agregou às suas prioridades a busca por mecanismos que pudessem estabelecer maior segurança jurídica aos projetos. Com esse objetivo, em 2020 foi divulgado o estudo *O labirinto das obras públicas*, uma análise dos entraves enfrentados pela execução das obras públicas adquiriu no país, que deu início a um ciclo de debates regionais sobre o tema. Esse projeto foi executado tendo a consultoria especializada do engenheiro José Eduardo Guidi.

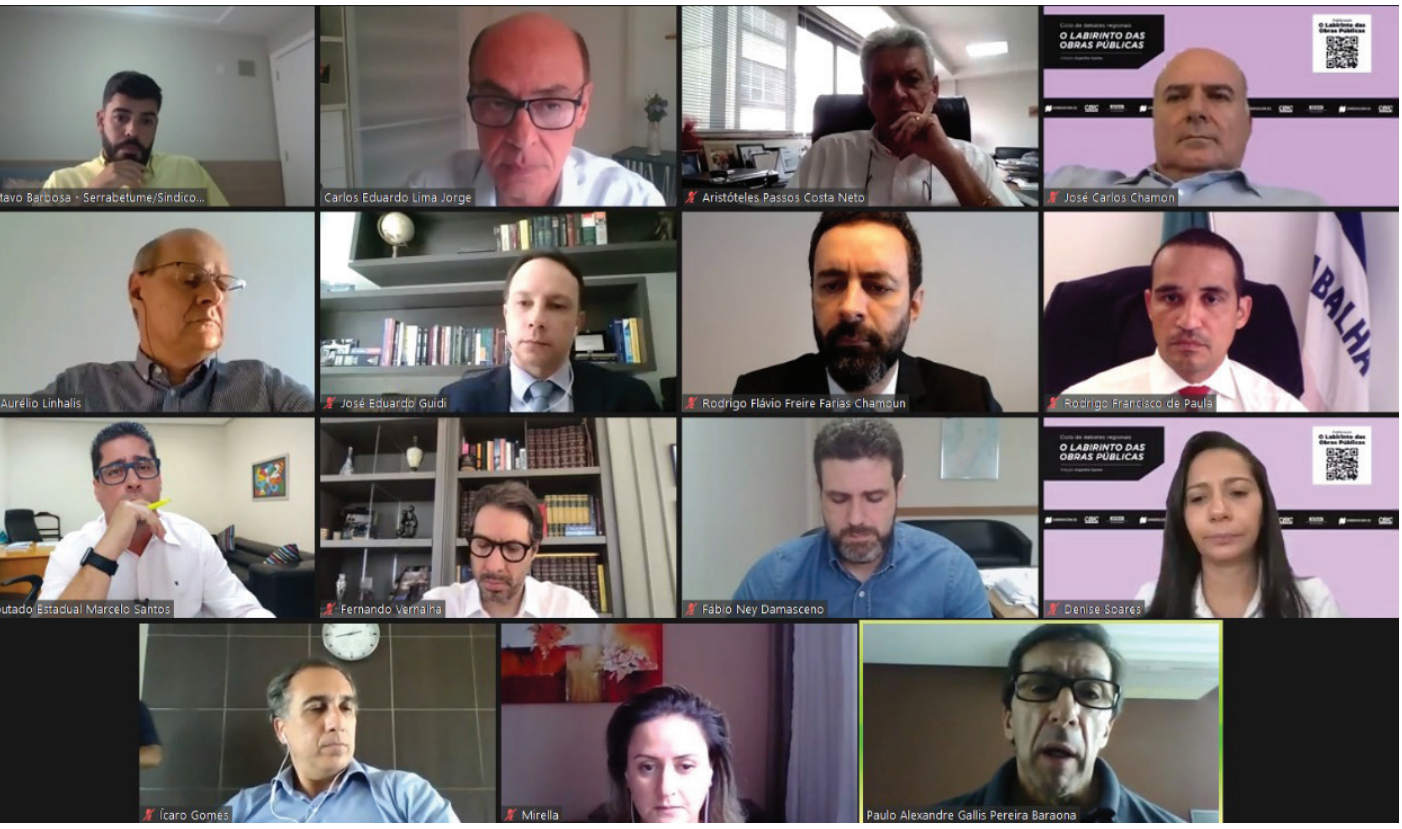
A CBIC reafirmou seu posicionamento de que pior do que uma obra não iniciada é uma obra inacabada. A entidade já havia abordado esse tema em outros projetos técnicos da COINFRA, com a publicação de estudos, realização de seminários e formulação de propostas para discutir o panorama brasileiro e apontar soluções para reverter os gargalos gerados por milhares de obras custeadas com recursos públicos e não concluídas, num ciclo de desperdício e má prestação de serviços à população, além de gastos com manutenção, conservação e vigilância, assim como custos adicionais para a sua retomada e conclusão.

Em 2018, a CBIC conduziu uma iniciativa emblemática, com a divulgação do estudo *Impacto econômico da paralisação das obras públicas*, preparado por Cláudio Frischtak; Marcos Hecksher; Gabriela Diniz; e Marina Lobo. Uma de suas conclusões é que a retomada das obras paradas no Brasil criaria 1 milhão de empregos no país, diretos e indiretos. O estudo deu origem a um seminário e à publicação de uma caderno especial no jornal Folha de S.Paulo, com circulação nacional, amplificando a mensagem e o alerta da entidade.

O documento *O labirinto das obras públicas* demonstrou que o desperdício decorrente de obras inacabadas em 2019 representava aproximadamente 30% de toda a dívida contraída pela União. Naquele momento, a dinâmica do apagão das canetas já alcançava níveis alarmantes e atingia em cheio o setor da infraestrutura no país. Em 2019, o jornal O Globo divulgou o artigo *O risco de 'infantilizar' a gestão pública*, de autoria do ministro do Tribunal de Contas da união (TCU), Bruno Dantas – a reflexão foi ratificada em um novo artigo, publicado no portal Consultor Jurídico, descrevendo o que apontou como a insegurança dos gestores públicos para tomar decisões que posteriormente poderiam ser objeto de questionamento e sanções por parte dos órgãos de controle, de modo que, frente ao risco percebido, preferem nada decidir.

Em busca de soluções e tendo o estudo como bússola, a CBIC realizou um ciclo de debates no formato *on-line*. Os eventos organizados pela COINFRA passaram pelas cidades de São Luís (MA), Maceió (AL), Porto Alegre (RS), Vitória (ES), Porto Velho (RO), Curitiba (PR), Aracaju (SE), Rio de Janeiro (RJ) e Goiânia (GO). No Espírito Santo aconteceu uma das mais importantes edições técnicas do ciclo, que resultou na revitalização do Comitê de Desburocratização do governo estadual, com a participação de gestores públicos e representantes do Ministério Público, Tribunal de Contas, Procuradoria Geral do Estado (PGE) e do setor da construção, a fim de promover um diálogo franco e cooperativo para estabelecer ferramentas que garantissem segurança jurídica na contratação e execução de obras públicas e a saída do labirinto.

Os debates contaram com a participação de órgãos contratantes, empresários do setor e de representantes dos órgãos de controle do estado e da capital. Durante os seminários, foram apontados caminhos práticos e eficazes para a superação de obstáculos com amparo da legislação e da engenharia legal, bem como analisada a conturbada relação entre os contratantes, contratados e controladores das obras públicas brasileiras, realidade que se revelou como um dos principais motivadores dos milhares de empreendimentos paralisados no país, e a necessidade da transparência e planejamento nos processos licitatórios.



Em 2021, a CBIC lançou episódio de podcast da Rádio CBIC com análises e discussões sobre *O Labirinto das Obras Públicas*, ampliando a divulgação do estudo e levando o debate para outros públicos.

### Modernização e transparência de dados

O Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção (SINAPI), é amplamente utilizado pelo setor da construção em todo o país, sendo obrigatório para o caso de empreendimentos com recursos federais. Cabe à Caixa Econômica Federal, conforme estabelecidos pelo Decreto 7.983/2013 e pela Lei 13.303/2016, as funções de desenvolvimento e manutenção dos insumos e das composições de serviços de modo a caracterizar adequadamente os materiais, equipamentos e mão de obra relacionados à execução de obras civis. E cabe ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) toda a coleta de preços dos insumos, de forma a alimentar o sistema.

Em busca de maior transparência, a CBIC defendia a abertura pública dos dados que compunham o SINAPI – iniciado em 2009, esse movimento teve sucesso em 2012, quando a Caixa divulgou a estrutura do Sistema e contratou a Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE) para a reformulação e atualização do SINAPI. Com aval da Caixa, a CBIC mobilizou a COINFRA para acompanhar, contribuir com sugestões e informações e validar cada etapa do trabalho. Para isso, em 2013, a comissão criou um grupo técnico dedicado ao tema.

Ciente de que essa era uma ferramenta estratégica para as empresas, a COINFRA organizou um ciclo de seminários em parceria com as entidades associadas à CBIC para apresentar os avanços e discutir a atualização do sistema. O projeto *SINAPI* percorreu todas as capitais brasileiras, totalizando 53 eventos. Algumas cidades foram visitadas mais de uma vez para atender a expectativa das empresas do setor.

A partir de 2022, os eventos passaram a contar com a participação de representantes do IBGE – tais dirigentes já contribuíram com sete reuniões. O projeto *SINAPI* da CBIC tem sido reconhecido por todo o setor da construção como iniciativa positiva, aproximando cada vez mais a realidade do mercado e dos contratos, às apurações do Sistema.

## Inserção de novos *players*

Uma série de iniciativas da COINFRA, nesse período, foram voltadas à ampliação de oportunidades para as empresas – em especial as de pequeno e médio portes – no mercado das obras de Infraestrutura. A defesa de instrumentos que facilitem projetos de concessões e PPPs municipais, a busca do aperfeiçoamento e ampliação de financiamento, a proposta de modelo de concessões e PPPs de baixo investimento para manutenção de ativos públicos (em especial de rodovias) e a permanente divulgação das oportunidades regionais em projetos – esse conjunto de ações que foram se consolidando nos últimos anos tem representado um dos mais importantes eixos de atuação para as empresas de Infraestrutura.

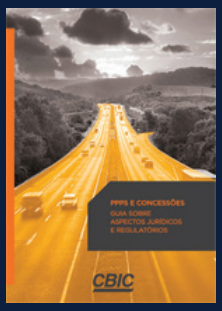
Os entendimentos mantidos nos primeiros meses de 2023, com o Executivo e com o Legislativo Federal, já apontam para uma série de medidas que vão ao encontro das ações defendidas pela CBIC.

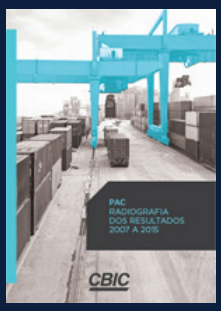
Em parceria com o SENAI e o SESI, entidades associadas e um amplo leque de atores em diversas áreas do conhecimento, a atuação da COINFRA tem contribuído para o alcance dos objetivos da CBIC: além de preparar as empresas do segmento da infraestrutura para um novo cenário de negócios, a comissão tem liderado o debate de aspectos essenciais para a retomada do desenvolvimento econômico com competitividade e qualificação do serviço prestado à população.

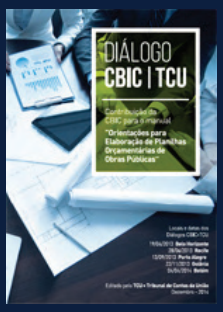
Alguns dados demonstram o alcance do trabalho da Comissão de Infraestrutura da CBIC e sintetizam os marcos de sua atuação. Entre 2014 e meados de 2023, a comissão:

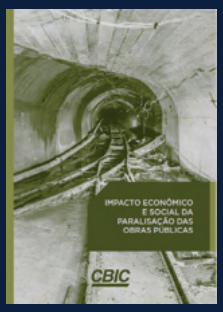
- Preparou e disseminou **18 publicações técnicas**;
- Realizou **123 eventos** e **150 reuniões de trabalho**;
- Recebeu **público superior a 10 mil pessoas** nos seus diversos eventos;
- Organizou e disseminou **treinamentos e capacitações** que totalizaram **27 eventos**.

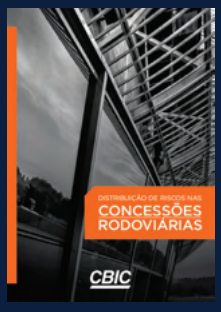
# Publicações Técnicas

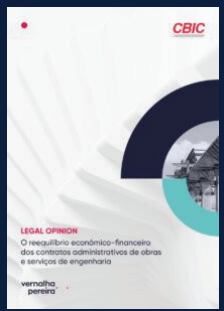








# Inovação

# CBIC prioriza inovação e tecnologia, com foco na produtividade

***Projetos técnicos democratizaram acesso à tecnologia, modernizando empresas pequenas e médias, ampliando o uso de novos materiais e ferramentas pelo setor***

Aderência às normas técnicas, tecnologia e inovação são mecanismos que vêm orientando os avanços registrados pelo setor da construção, num processo continuado de disrupção. Movimento que ganhou velocidade e abrangência na última década, o surgimento de plataformas de planejamento e gestão de empreendimentos, novos materiais e o surgimento da tecnologia 3D impactaram a indústria, abrindo espaço em uma agenda estratégica que também envolve o pleno atendimento às normas de qualidade construtiva. O acompanhamento e estímulo à adesão a essa pauta é tarefa da Comissão de Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade (COMAT), com que a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) atua para identificar e disseminar as melhores práticas nacionais e aproximar as empresas brasileiras do que de mais moderno esteja em uso no mundo.

Focada na busca de soluções que resultem na melhoria da gestão da qualidade e da inovação tecnológica para as empresas do setor, nos últimos nove anos a COMAT tem realizado um trabalho consistente e continuado seja para a modernização e disseminação de normas técnicas – como a Norma de Desempenho (NBR 15575), por exemplo, e democratização do uso do *Building Information Modelling*, o BIM (*veja a seção Projetos Estruturantes*); seja investigando a agenda futura do setor, antevendo desafios e oportunidades que impactem o ecossistema da construção e formulando soluções que atendam ao interesse coletivo do setor.

Os projetos técnicos da comissão são realizados em parceria com o SENAI e têm contribuído para a consolidação da excelência na construção brasileira. Nesse trabalho de inteligência preditiva, mais que informar e capacitar as entidades associadas à CBIC e as empresas da construção, a COMAT reconhece as melhores práticas nesse campo com o Prêmio CBIC de Inovação e Sustentabilidade.

Pioneira, a láurea já possui 24 edições, sendo um estímulo à busca por inovação, impactando o setor desde sua origem – na formação de seus profissionais, valorizando iniciativas da Academia – estudantes de graduação e de pós-graduação, professores, pesquisadores; profissionais que atuem em empresas públicas, mistas ou privadas; profissionais autônomos; empresas e instituições estrangeiras dos diversos segmentos da construção, cuja atuação induza a modernização do setor. Com o passar dos anos e as mudanças nos modelos de negócio, a premiação ampliou seu alcance, agregando também as *startups*.

A cada dois anos, a CBIC tem premiado iniciativas emblemáticas em cinco categorias – sistemas construtivos; novos materiais; pesquisa acadêmica; gestão da produção e P&D; e Tecnologia da Informação para a Construção (TICs). No período de 2014 a 2023, além do troféu e um benefício em dinheiro, os vencedores tiveram seus projetos amplamente disseminados pela CBIC, como forma de atualizar o setor como um todo com práticas inovadoras. Nos anos de 2014, 2016 e 2018, a premiação promoveu, ainda, a participação dos vencedores em missões técnicas internacionais.

## Novos modelos de negócio

A curadoria de tais programações foi feita pela COMAT, que identificou temas de interesse no campo da inovação, projetos relevantes e as localidades onde sua expressão tenha alcançado excelência, oferecendo uma troca de conhecimento exclusiva e de alto gabarito para os vencedores. Tais missões tornaram a imersão na inovação ainda mais relevante, gerando conhecimentos novos e interesse redobrado pelo prêmio, consagrado como a mais importante premiação de inovação do setor da construção.

Nos últimos anos, o Prêmio CBIC de Inovação e Sustentabilidade teve seu regulamento aperfeiçoado, ajustando suas categorias para melhor contemplar a trilha da inovação na construção, consolidando sua credibilidade e prestígio junto ao setor e conquistando o apoio de diversos parceiros para a sua realização. A láurea contempla: Materiais e componentes; Sistemas construtivos; Gestão da produção e P&D; Pesquisa acadêmica e *Startups*. O reconhecimento segue traduzido na entrega de um troféu, de um benefício financeiro e ampla divulgação dos projetos vencedores.

Quanto às premiações, cada uma das categorias recebe distinção assim distribuída:

- **1º lugar**
  Participação na cerimônia de premiação promovida pela CBIC para um proponente ou um representante do grupo de trabalho, incluída a logística.
  Troféu.
  Prêmio no valor bruto de R$ 15.000,00.
  Entrevista e registro em vídeo para disseminação da iniciativa e divulgação da inovação.
- **2º lugar**
  Participação na cerimônia de premiação promovida pela CBIC para um proponente ou um representante do grupo de trabalho, incluída a logística;
  Entrevista para disseminação da iniciativa e divulgação da inovação.
- **3º lugar**
  Participação na cerimônia de premiação promovida pela CBIC para um proponente ou um representante do grupo de trabalho, incluída a logística;
  Entrevista para disseminação da iniciativa e divulgação da inovação.

Um site criado pela COMAT garante acesso permanente aos projetos premiados em todas as edições a partir de 2014, para que os interessados possam conhecer as inovações produzidas pela construção. Conheça a trajetória da premiação:

## 2014 | Visita técnica a Dubai

Em 2014, o Prêmio CBIC de Inovação e Sustentabilidade escolheu como vencedores nas categorias **Novos Materiais**: Sistema de Fixação Tigre – Tigre; **Sistemas Construtivos**: Sistema Construtivo Tecverde: Industrialização e Sustentabilidade na Construção Civil –Tecverde Engenharia; e **Pesquisa Acadêmica**: Uso da Moringa Oleifera associada a coagulantes químicos no tratamento da água residuária de usinas de concreto – Universidade Federal de Goiás (UFG) e Unicamp. Em março daquele ano, os premiados em primeiro lugar foram levados pela CBIC para uma visita técnica na cidade de Dubai, nos Emirados Árabes, em delegação liderada pela COMAT.

## 2016 | Visita técnica aos Estados Unidos

Em 2016, o Prêmio CBIC de Inovação e Sustentabilidade escolheu como vencedores nas categorias **Materiais e componentes:** Sistema regulável de proteção contra queda de colaboradores para trabalhos em altura na construção – Universidade Estadual de Maringá; **Sistemas Construtivos:** Desenvolvimento de sistema construtivo Light Wood Frame destinado à construção de edificações multifamiliares de até quatro pavimentos - Tecverde Engenharia; **Pesquisa acadêmica:** Argamassas de revestimento com resíduos para isolamento térmico – Labitecc, Universidade Federal de Goiás; **Gestão de produção e pesquisa e desenvolvimento:** Projeto Ecoágua – Grupo Toctao. Em junho de 2017 os vencedores participaram de missão técnica internacional nas cidades de Boston e Nova York, nos EUA, em delegação liderada pela COMAT.

## 2018 | Visita técnica a Paris

Em 2018, o Prêmio CBIC de Inovação e Sustentabilidade escolheu como vencedores nas categorias **Materiais e componentes:** Eternizando suas embalagens na fabricação de argamassas – Riomix; **Sistemas construtivos:** Sistema Pavplus – Impacto; **Pesquisa acadêmica:** Ecotinta – Gedi Desenvolvimento e Inovação; Gestão da produção e P&D: Casa Pronta em um dia – Tecverde Engenharia; **Tecnologia da Inovação e Comunicação (TIC):** Plataforma Tecnológica para Promoção de Ambiente de Trabalho e Comportamentos Seguros na Indústria da Construção – Centro de Inovação Sesi em Tecnologia para a Saúde (CIS). A entrega da premiação foi realizada em Brasília, no Clube Naval, e contou com a presença de diversas autoridades, entre elas o presidente da República, Michel Temer, e o então ministro extraordinário coordenador da transição e futuro ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Onyx Lorenzoni. A missão técnica aconteceu no início de 2019, na cidade de Paris, em delegação liderada pela COMAT.

## 2020 | Inovação também no formato

Em 2020, a pandemia da covid-19 levou o Prêmio CBIC de Inovação e Sustentabilidade para o ambiente digital. Pela primeira vez em sua história, todo o processo foi conduzido de forma virtual, passando pelas inscrições e apreciação dos projetos, assim como a cerimônia de entrega. O evento foi adequado pela COMAT para o imperativo do distanciamento social e escolheu como vencedores nas categorias **Sistemas Construtivo**: Processo Industrial de Edifícios – Construção Eficiente e Sustentável – Rôgga Empreendimentos; **Gestão da Produção e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)**: Casa24h: Uma casa montada em 24h – Inovatech Engenharia LTDA; **Pesquisa Acadêmica**: Aglomerante álcali-ativado em pó – Unicamp; Startup: Agilean – Aval Tecnologia. A entrega do prêmio aconteceu durante o 92º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC) e foi transmitida *on-line* pela internet.

## 2022 | O novo normal

Em 2022, o Prêmio CBIC de Inovação e Sustentabilidade escolheu como vencedores nas categorias **Materiais e componentes**: Desenvolvimento de argamassa autonivelante estabilizada e bombeada – Bennter Argamassas concretos e serviços LTDA; **Sistemas construtivos**: Pré-fabricação de peças de eucalipto para uso na construção – EPO Empreendimentos, Participações e Obras LTDA e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); **Gestão da produção e pesquisa e desenvolvimento** (P&D): CECarbon – Calculadora de Consumo Energético e Emissões de Carbono na Construção – Sindicato da Indústria da Construção de Grandes Estruturas do Estado de São Paulo (SindusCon-SP); **Pesquisa acadêmica**: Linha de montagem para a produção de habitações – professor André Luiz Vivan, Universidade de São Carlos (UFSCar); ***Startup***: Chatbot com inteligência artificial para gestão de obras – Aval Tecnologia da Informação LTDA. Com o controle da pandemia, a entrega da premiação foi feita de forma presencial, fortalecendo a oportunidade de *networking* que marca o evento.

A busca por tendências em gestão, tecnologia e inovação na construção também pautou um projeto técnico inovador da comissão. Em 2015, em parceria com a Universidade do Ceará e a Editora PINI, a COMAT lançou o *Catálogo de Inovação na Construção*, documento que compilou todas as inovações registradas na construção nos 10 anos anteriores. Aderente à Norma de Desempenho, o documento apresentou as inovações de forma clara e objetiva, formando um manual qualificado de consulta para construtoras e incorporadoras – uma contribuição inédita e de grande repercussão no período.

## Modernização e adesão permanente às normas

Uma das mais importantes contribuições da COMAT é o acompanhamento e disseminação permanentes da normalização técnica que orienta a atividade do setor da construção – prioritária e estratégica essa missão levou à criação do Grupo de Acompanhamento de Normas Técnicas (GANT), uma estrutura permanente da CBIC. Neste colegiado, a COMAT mobiliza especialistas de alto gabarito e mantém diálogo próximo com os mais importantes órgãos envolvidos com as regulamentações, estabelecendo uma trilha de discussão técnica para esclarecer questões do setor para ambas as partes – órgãos e entes reguladores; entidades e empresas do setor da construção (*veja seção Projetos Estruturantes*).

O resultado desse esforço tem sido a modernização de normas importantes, a criação de regras para temas novos e uma aderência cada vez maior das empresas às melhores práticas. A COMAT representa a CBIC nas Comissões de Estudos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), participando ativamente do aperfeiçoamento normativo e levando o posicionamento e demandas da construção. Esse trabalho ganhou impulso a partir de 2014, estendendo-se pelos anos seguintes, com uma agenda ampla e qualificada.

Em 2015, a COMAT publicou documento inédito e inovador, destinado a sustentar e aprofundar o esforço das empresas da construção na busca por qualidade cada vez maior nos seus empreendimentos. Em parceira com o Sinduscon-SP, o Secovi-SP e outros associados da CBIC, foi lançado o guia *Boas Práticas para a Entrega do Empreendimento desde a sua Concepção*, partindo da premissa de que a entrega dos empreendimentos havia se tornado uma ação estratégica desde a concepção. O guia trouxe um histórico detalhado das fases a serem cumpridas quando da entrega dos projetos, considerando o ciclo completo desde sua formulação, viabilização, execução, até o pós-obra.

Lançado durante o Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC) e com informações baseadas nas normas técnicas em vigor, o guia apresentou o que havia de mais relevante relacionado à entrega de um empreendimento ao cliente. Além de orientar construtoras, incorporadoras e clientes, o documento pode ser usado em larga escala, inclusive para obras de habitação social, garantindo o financiamento adequado dos imóveis e evitando atrasos nos pagamentos por falhas na entrega das unidades.

A COMAT também participou do Comitê Brasileiro da Construção (CB-02/ABNT), que recebe e avalia sugestões encaminhadas durante a Consulta Nacional, com vistas a aferir seu embasamento técnico e eventuais correções. Em 2016, a comissão realizou um conjunto de seminários para disseminar entre as entidades associadas à CBIC e empresas do setor toda a normalização da ABNT.

## Comissão discute normas de garantias

Para isso, a entidade convidou o arquiteto Salvador Benevides, pioneiro na aplicação de novas tecnologias na indústria e então gestor do Comitê, para um ciclo de palestras que percorreu o Distrito Federal e os Estados do Ceará, Paraná e Bahia, entre outros, recebendo mais de 500 participantes.

O acompanhamento da normalização do setor da construção segue pautando a atividade da CBIC. Em agosto de 2022, a COMAT participou ativamente das reuniões da Comissão de Estudo de Garantias das Edificações (CE-002:140.003), que faz parte do Sub Comitê Brasileiro de Engenharia de Manutenção do Comitê Brasileiro da Construção (ABNT/CB-002), para avaliar o texto-base do projeto de Normas de Garantias – Edificações – ABNT NBR 17170.

A comissão colaborou para a finalização do documento, bem como para a definição dos prazos tecnicamente recomendados e de diretrizes para o estabelecimento de prazos de garantias de edificações. Em dezembro de 2022, a ABNT lançou a NBR 17170, um novo marco para a cadeia produtiva da construção brasileira em prol da qualidade: seja para o usuário ou proprietário de qualquer tipo de edificação, a norma é um instrumento de referências técnicas e de diretrizes no que diz respeito às garantias, em conjunto com o manual de uso, operação e manutenção das edificações, assim como um documento específico fornecido pelo construtor, incorporador ou prestador de serviços de construção em edificações de toda natureza de uso.

Essa norma tem relevância estratégica para a construção, na medida em que a questão das garantias tem gerado muitos problemas no Brasil. Nos últimos anos, tem sido observada a instrumentalização de ações judiciais sobre vícios construtivos, uma indústria de litígios ancorada exatamente na lacuna que existia, em termos legais e de regulação, sobre quais prazos devem ser cumpridos no relacionamento entre as empresas e seus clientes. A NBR 17170 é uma conquista de toda a cadeia produtiva da construção e foi criada para melhorar o entendimento e o relacionamento entre incorporadoras, construtoras e cliente final sobre os diversos aspectos da assistência técnica.

No primeiro semestre de 2023, em parceria com outras entidades do setor, a COMAT desencadeou a disseminação da nova norma, realizando *workshops* e *webinares* nos formatos presencial, *on-line* e híbrido para apresentar suas características aos agentes direta e indiretamente impactados pela nova regra, orientando sobre sua aplicação para incorporadores, construtores e prestadores de serviços envolvidos na construção de edificações, contribuindo no processo de sua efetiva implantação.

O tema foi levado também para a programação do 96º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC), em abril: o painel Norma de Garantias, com foco nos conceitos e vida útil trouxe especialistas para discutir a NBR 17170, destacando como as diretrizes podem contribuir para uma maior segurança e qualidade nas edificações, além de trazer benefícios para os consumidores e para as empresas do ramo.

## Concreto: enfrentando um desafio antigo

A Norma de Parede de Concreto Celular Estrutural já é velha conhecida do setor da construção e voltou à pauta da COMAT em 2022. A primeira tentativa para sua elaboração foi em 2012. Em 2016 um texto foi colocado em consulta nacional, que acabou suspensa pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A elaboração de um novo texto-base foi desencadeada em 2020 – em agosto de 2022 a proposta entrou em consulta nacional.

A comissão participou ativamente do debate que culminou na aprovação da Norma de Parede de Concreto Celular Estrutural – ABNT NBR 17071, que estabelece os requisitos básicos para o sistema construtivo de paredes de concreto moldadas *in loco*, com fôrmas removíveis e armaduras distribuídas em toda a parede (barras e fios de aço ou telas de aço soldadas), para qualquer número de pavimentos.

Esta norma se aplica às paredes submetidas à carga axial, com ou sem flexão, concretadas com todos os elementos que farão parte da construção final, como detalhes de fachada (frisos, rebaixos), armaduras distribuídas e localizadas, instalações (elétricas e hidráulicas), quando embutidas em elementos estruturais solidarizados.

Por intermédio do seu Grupo de Acompanhamento de Normas Técnicas (GANT), a COMAT monitorou a revisão e divulgou as reuniões no Portal de Normas Técnicas da CBIC. Em setembro de 2022, o GANT também se reuniu com o coordenador da Comissão de Estudos da norma. No mês seguinte, após 10 anos de elaboração, a norma foi publicada e entrou em vigor.

## A trilha para o futuro da construção

A indústria da construção brasileira está no limite da sua produtividade e tem diante de si o desafio de discutir o futuro e identificar o caminho a ser trilhado para manter-se na vanguarda. Encontrar novas soluções e modernizar seus processos produtivos tornam a inovação e a absorção de novas tecnologias aliadas estratégicas, vetores de um esforço inadiável que deve mobilizar, de forma integrada, toda a cadeia produtiva do setor. Com essa percepção, a CBIC tem atuado para despertar e articular seus *players* em torno da agenda de futuro da construção, buscando identificar caminhos para conduzir as empresas do setor.

Essa agenda tem pautado a atuação da COMAT, em um movimento que ganhou ainda maior importância a partir de 2018 com a criação do projeto técnico *Construção 2030*, com que se propõe a avaliar o modelo e as oportunidades de negócio; materiais, equipamentos e tecnologias; automação; perfil, capacitação e formalização da força de trabalho; e a relação com o poder público nas suas diversas instâncias, em um ambiente de maior integração dos diversos segmentos dessa indústria – o setor da construção movimenta e gera riquezas pelo desempenho de 96 atividades diferentes.

Juntos, os elos dessa cadeia produtiva empregam mais de 11 milhões de pessoas e respondem por 50% do investimento realizado no Brasil, com impacto decisivo sobre a economia e a qualidade de vida da população. Pensar o seu futuro é também uma forma de enxergar o futuro do país.

O principal instrumento do projeto é a escuta ativa: quais os maiores desafios e quanto estaria disposto a investir em uma solução inovadora e eficaz são as questões que alimentam o debate e a coleta dos dados necessários à identificação de soluções e à articulação dos meios para buscá-las. Conduzido pela COMAT, esse diálogo mobiliza entidades e seus dirigentes, empresários, consultores e especialistas nos mais diversos campos, e profissionais das diversas carreiras da indústria da construção.

O projeto começou pelo escopo Habitação 10 anos no Futuro – Onde estamos e para onde podemos ir, e teve como primeiro resultado o estudo Foresight (Pensamento do Futuro), que trouxe um panorama das mudanças em curso, com uma visão de como criar o futuro desejado e não apenas o possível, inicialmente na habitação para, depois, avaliar os demais segmentos da construção. O estudo considerou o novo perfil dos consumidores; da tecnologia cada vez mais acessível, e dos novos modelos de negócio introduzindo um pensamento de futuro desenvolvido para a habitação no Brasil.

Realizado em parceria com o consultor Fábio Queda Bueno da Silva, professor da Universidade Federal de Pernambuco, essa etapa do projeto realizou cinco oficinas, com mais de 50 participantes. Como resultado, foram elencados 47 sinais de mudanças no setor da construção, além de 36 grandes tendências. O passo seguinte foi a proposição de uma série de ações de curto prazo, no horizonte dos anos de 2019 e 2020, para preparar a construção para as mudanças tecnológicas e comportamentais que já estavam postas no cotidiano: a CBIC já enxergava a disrupção que viria, movimento que restou acelerado pela pandemia da covid-19, especialmente no campo da habitação.

## Plataforma digital

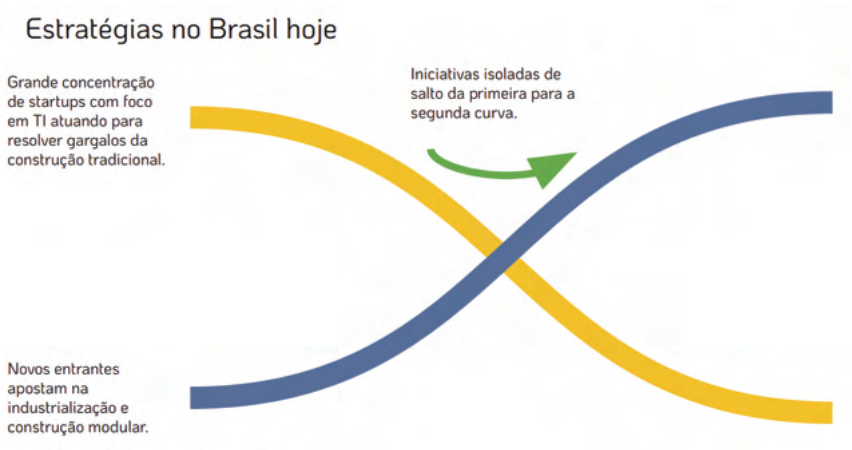
No âmbito do *Construção 2030*, a COMAT preparou a proposta de um conjunto de ações, prevendo cenários de mercado e políticas públicas que compreendiam uma agenda imediata para 2018 – notadamente o planejamento; ações de curto prazo para 2019/2020; ações de médio prazo para 2021 a 2025 e, finalmente, ações de longo prazo para 2026 a 2030. Tais iniciativas estão associadas a objetivos desafiadores como a construção de apartamentos capazes de gerar sua própria energia e exigir zero manutenção ou até a criação de lojas de casas onde o consumidor pode escolher em um cardápio de tecnologias a forma de construção mais conveniente para seu estilo de vida.

Um dos objetivos estabelecidos pela CBIC para 2019 foi a assinatura de um pacto pela *Construção 2030*, marco que poderia lançar os alicerces político-institucionais essenciais para a realização das demais ações. Naquele ano, a COMAT colocou no ar a plataforma digital Construção 2030, onde os temas são apresentados e atualizados periodicamente. É um repositório referencial e *on-line*, com informação sobre a maturidade da inovação no setor, em que todos podem conhecer tendências e demandas, assim como soluções inovadoras disponíveis para aplicação e uso imediato para atender o mercado, quanto aquelas ainda em fase de pesquisa e desenvolvimento. Supervisionada pelo consultor Fábio Queda, a ferramenta foi apresentada durante o 91º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC).

Parceiro da CBIC nos projetos técnicos da COMAT, o SENAI ofereceu grande contribuição para a realização da escuta, organizando *workshops* em diversas cidades brasileiras – cada evento gerou um documento sintetizando propostas. Apoiadora estratégica da entidade nesse campo, a instituição tem fomentado a inovação na indústria da construção, mobilizando seus 86 institutos de pesquisa espalhados pelo país e um corpo técnico de alto gabarito na investigação de tendências e respostas.

Em fevereiro de 2020, a articulação do pacto proposto pela CBIC foi tema de um grande evento realizado na cidade de São Paulo: *Construção 2030 – Engajamento do setor no novo ciclo econômico* recebeu mais de 70 participantes, entre representantes de associações do setor e empresários. Então secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos da Costa participou da abertura levando a visão e as perspectivas do governo federal para a indústria da construção.

## Movimento suspenso pela pandemia




O evento discutiu as mudanças no ambiente de negócios e o que o ecossistema da construção precisaria ajustar para dar um salto qualitativo – e positivo – no desenvolvimento e na cultura de inovação com horizonte nos próximos 10 anos. Como encaminhamento para a efetiva estruturação do pacto setorial foram planejados outros três eventos, entre março e maio de 2020, para tratar com prioridade de aspectos como capacitação; tributação; modelo de negócio; e informação e dados do setor.

O pacto, que seria assinado na abertura do 92º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC), marcado para maio na cidade de Brasília, teve de ser suspenso pela eclosão da pandemia do novo coronavírus no final de fevereiro. O projeto *Construção 2030* foi retomado pela CBIC no final de 2022, com a crise sanitária mais controlada no Brasil. A arrancada envolveu uma análise do progresso registrado no período de 2018 até então e a definição dos passos a serem seguidos para os próximos anos.

A COMAT desenhou seis atividades a serem desenvolvidas nos anos vindouros, com foco em políticas públicas e ênfase nos modelos de negócio:

- Levantamento das principais barreiras para a industrialização da construção;
- Evoluir a coleta e análise de informações para progredir para um portal de visualização dos dados, que seria pioneiro no Brasil e, até onde sabido, no mundo;
- Mapear empresas, ecossistemas, iniciativas, gargalos etc., sobre os novos entrantes da segunda curva de transformações (azul);
- Produzir um amplo estudo de iniciativas, modelos, práticas etc, desenhadas para dar suporte às estratégias de salto da primeira para a segunda curva;
- Desenhar e implantar um programa de inovação aberta contínua para dar suporte ao desenvolvimento de projetos e empresas inovadoras para atuar na base da segunda curva;
- Planejar e produzir ações de articulação e criação de sinergia por meio de eventos de inovação aberta que integrem novos entrantes e empresas tradicionais.

A pausa forçada pela pandemia induziu uma reestruturação da iniciativa e a comissão estabeleceu três fases:

- Levantamento das barreiras à industrialização;
- Amplo estudo de iniciativas, modelos e práticas;
- Desenho e implantação de um portfólio de inovação aberta.

Os primeiros passos foram dados em março de 2023, com os preparativos da pesquisa para investigar as principais barreiras à industrialização em nível nacional. Os resultados da pesquisa foram apresentados durante o 96º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC), em abril durante a Feicon. Em síntese, a sondagem demonstrou que processos públicos burocráticos lentos e inadequados, falta de capacitação de mão de obra, restrição de aprendizado acadêmico para inovação e, especialmente, a cultura do setor em reproduzir modelos de negócios baseados em projetos mais tradicionais estão entre as principais barreiras que dificultam a industrialização da construção.

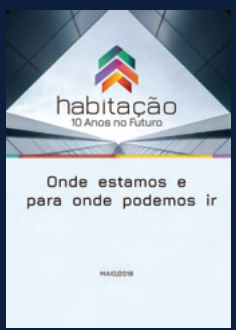
Após o ENIC, no período de maio e junho, a COMAT desencadeou a realização das pesquisas balizadoras ao estudo de iniciativas, modelos e práticas que será executado no segundo semestre de 2023.

Em parceria com o SENAI, entidades associadas e um amplo leque de atores em diversas áreas do conhecimento, a atuação da COMAT tem contribuído para o alcance dos objetivos da CBIC: além de liderar a aderência do setor da construção às normas técnicas, a comissão tem contribuído para a modernização continuada da indústria, beneficiando não apenas suas empresas, mas, principalmente, os diversos clientes e consumidores do setor.

Alguns dados demonstram o alcance do trabalho da Comissão de Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade da CBIC e sintetizam os marcos de sua atuação. Entre 2014 e meados de 2023, a comissão:

- Preparou e disseminou **45 publicações técnicas**;
- Realizou **105 eventos** e **389 reuniões de trabalho**;
- Recebeu **público superior a 56,1 mil pessoas** nos seus diversos eventos;
- Organizou e disseminou **treinamentos e capacitações** que totalizaram **27 eventos**.

# Publicações Técnicas



# Jurídico

# CBIC fortalece relação com o judiciário e leva à melhora do ambiente de negócios

***Conselho Jurídico dialoga com instâncias da justiça e atua na orientação das associadas, construindo soluções essenciais para a construção***

O manejo de questões jurídicas é desafio constante para as empresas do setor da construção em todo país: decisões judiciais são importante vetor de insegurança jurídica e podem colocar em risco o desempenho das organizações. Atenta a isso, a CBIC atua em benefício do setor da construção como um todo, e em âmbito nacional, com um trabalho estratégico de acompanhamento de ações e decisões, assim como pelo diálogo com o poder judiciário, para despersonalizar questionamentos e fomentar a construção de soluções que atendam todas as empresas brasileiras.

Para enfrentar esse desafio, a entidade já contava com uma assessoria jurídica e o Fórum dos Advogados, colegiado formado por especialistas do Direito com uma visão empresarial, atributo essencial para a remoção de entraves e a orientação em processos do setor da construção. Com o objetivo de fortalecer sua atuação nesse campo, e impactar de forma ainda mais relevante a indústria como um todo, a CBIC avançou e, em 2015, criou o Conselho Jurídico (CONJUR), abrindo uma trajetória de maior aproximação ao poder judiciário e articulação de medidas que melhoraram o ambiente de negócios no país.

Com a missão de estabelecer uma visão econômica para além da social na apreciação de ações associadas ao setor da construção, o CONJUR conduziu diversas iniciativas focadas nos tribunais superiores, tendo como principal objetivo aumentar o entendimento em torno da construção e suas peculiaridades, remover preconceitos e a desinformação em torno da atuação das empresas; oferecendo informação técnica e qualificada para induzir decisões judiciais corretas e justas para as partes envolvidas. Sua atuação envolve, ainda, o monitoramento de decisões do poder Executivo e Legislativo que tenham impacto sobre o setor.

O CONJUR é um núcleo de apoio formado por advogados, assessores jurídicos e empresários atuantes no segmento jurídico do setor da construção de todas as entidades filiadas à CBIC, sindicatos, associações e empresas de todo o Brasil. O colegiado conta com cerca de 50 advogados mobilizados, distribuídos entre cinco subgrupos de trabalho – os conselheiros são especialistas e, alguns, profissionais eméritos, líderes de temas relevantes, que atuam de forma gratuita como um conselho de notáveis para a indústria da construção.

Essa capilaridade permite que a entidade conheça e acompanhe os entraves enfrentados pelo setor em todo o país, condição essencial para a formulação de propostas e iniciativas em benefício do setor como um todo. O Conselho também atua no desenvolvimento de estudos e debates em torno de aspectos jurídicos das questões nacionais de interesse do setor da construção e do mercado imobiliário.

Mobilizando profissionais do Direito de alto gabarito e *expertise*, o trabalho realizado pelo CONJUR tornou-se inestimável para o mercado, mudando também a mentalidade empresarial e construindo a troca de informações entre entidades e empresas na busca por soluções que atendam ao interesse coletivo da construção. O CONJUR conduz suas atividades ancorado em paradigmas da CBIC focados na prevenção de litígios, de forma a reduzir a judicialização e estabelecer segurança jurídica para as empresas e seus clientes.

Por seu intermédio, a CBIC oferece para empresas pequenas e médias – que não tenham condição de manter uma assessoria jurídica especializada – a oportunidade de contar com um apoio jurídico de excelência. A criação do CONJUR foi passo importante no esforço de ampliar o aparato que dá suporte jurídico às entidades e empresas: o Conselho se consolidou como vetor de articulação de soluções, abrindo espaço para maior nivelamento do posicionamento e das ações de entidades e empresas.

Suas reuniões são realizadas a cada três meses, tendo como pauta permanente o exame de questões jurídicas relevantes surgidas com as publicações de leis, medidas provisórias e decretos do Poder Executivo Federal; como a instituição de planos econômicos; e com a adoção de medidas administrativas e judiciais que envolvam direta ou indiretamente o setor da construção e o mercado imobiliário. Para realizar seus projetos técnicos o CONJUR conta com a parceria do SENAI.

## Diálogo nacional e desmistificação

Uma iniciativa emblemática e com reflexos positivos para a construção foi a criação de um seminário jurídico anual, espaço de troca de experiências e informação sobre os temas do setor da construção. Um dos focos do evento foi desmistificar a atuação das empresas do mercado imobiliário, esclarecendo aspectos técnicos da incorporação imobiliária para atores que enxergavam o segmento com viés negativo: o construtor que cobra taxas indevidas e entrega obras com vícios. Em abril de 2016, em parceria com associadas da CBIC no Estado de Alagoas, o CONJUR realizou seu evento inaugural: o *I Seminário Jurídico – Construindo o Direito*, foi promovido na cidade de Maceió e contou com a presença de 300 participantes.

Dirigido a empresários da construção e assessores jurídicos das entidades associadas à CBIC, o evento apresentou painéis sobre Direito Ambiental, Direito Tributário, Direito Civil/Consumerista e Direito Trabalhista. Entre os palestrantes, representantes renomados da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Ministério Público Federal, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e de Tribunais Regionais Federais. O evento foi um sucesso, confirmando interesse e espaço para discussões técnicas de alto nível, unindo empresários a especialistas e atores do Direito.

Nos anos seguintes, o *Seminário Jurídico da CBIC – Construindo o Direito* incorporou um amplo leque de temas com interface junto ao setor da construção, mobilizando os mais importantes atores do judiciário e especialistas do Direito. Para a realização do evento, o CONJUR contou também com o apoio de entidades associadas à CBIC, assim como patrocinadores importantes, levando o debate para diversas regiões do Brasil: um diálogo transversal e descentralizado, incorporando as diferentes realidades do país. Essa premissa fortalece a atuação do Conselho e garante efetividade aos objetivos de atuar em defesa do interesse coletivo do setor da construção. Conheça a trajetória do evento:

# 2017 | Insegurança jurídica no setor da construção

Realizado no momento em que a economia brasileira dava seus primeiros sinais de recuperação após a crise que marcou o período de 2014 a 2016, o *II Seminário Jurídico CBIC – Construindo o Direito* teve como tema central a segurança jurídica, em busca de soluções para restabelecer o apetite dos empresários da construção e do mercado imobiliário. Na pauta, uma avaliação dos entendimentos consolidados nos tribunais superiores à luz da escalada de judicialização que impactou o segmento. Em 2017, a CBIC já empreendia esforços para estimular uma redução do litígio na construção e no mercado imobiliário, tendo como premissa o respeito aos contratos e um melhor equilíbrio no relacionamento entre as partes.

Promovido pelo CONJUR em conjunto com o Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia (SINDUSCON-BA) e a Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Estado da Bahia (ADEMI-BA), o evento foi realizado na cidade de Salvador e recebeu para a palestra inaugural Eliana Calmon, ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que falou sobre *compliance*. A programação abordou outras questões como o Regime Especial de Tributação (RET) e a incidência do ICMS sobre o setor da construção, a incidência do distrato.

## 2018 | A relação do poder público com a atividade empresarial

O *III Seminário Jurídico da CBIC – Construindo o Direito* teve como tema central O impacto da interferência do Poder Público na atividade empresarial, com uma programação que contemplou quatro campos do Direito: tributário, trabalhista, cível consumidor e constitucional administrativo para discutir o impacto de temas como os efeitos da reforma trabalhista; a expectativa em torno da atuação do Fisco nos âmbitos municipal, estadual e federal e outros. Outro tema de grande relevância foi a regulamentação do distrato, à época em discussão no Congresso Nacional.

Promovido em conjunto com o Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Paraná (Sinduscon-PR), o evento recebeu mais de 100 participantes na cidade de Curitiba, entre empresários e profissionais da construção e do mercado imobiliário, advogados, magistrados, promotores e procuradores.

## 2019 | O papel do judiciário na segurança jurídica

O *IV Seminário Jurídico da CBIC – Construindo o Direito* trouxe como tema central *A Importância do Judiciário na Solução da Insegurança Jurídica do Brasil* e contou com palestra inaugural do ministro Luís Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), que defendeu a simplificação de marcos legais para estabelecer segurança jurídica no país. A programação contou com a participação de diversas autoridades estaduais, parlamentares federais e representantes importantes de diversas instâncias do judiciário.

Promovido pelo CONJUR com o apoio do Sindicato das Construtoras do Estado do Ceará (Sinduscon-CE), o encontro levou à Fortaleza empresários e profissionais da construção e do mercado imobiliário, advogados, juízes e promotores. Além dos cinco painéis, o evento realizou uma homenagem ao professor Paulo Bonavides.

## 2020 | Segurança jurídica e liberdade econômica

Em 2020, em meio à pandemia da covid-19, o CONJUR uniu esforços com a Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (ADEMI DF) na realização do *Seminário Jurídico 2020*, evento que unificou o *V Seminário Jurídico CBIC – Construindo o Direito* e o *II Seminário de Direito Imobiliário da ADEMI DF* em uma edição conjunta, realizada em formato híbrido e transmitida ao vivo pela internet. Com o tema *Segurança jurídica e liberdade econômica: Binômio para o Desenvolvimento do País*, o evento teve palestra magna do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF).

O evento recebeu palestrantes de alto gabarito, mobilizando atores das três instâncias do judiciário. Além da ADEMI DF, o CONJUR contou com a parceria da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Distrito Federal (OAB-DF), do Sindicato da Indústria da Construção do Distrito Federal (Sinduscon-DF) e da Associação Brasiliense de Construtores (Asbraco).

## 2021 | As Novas Leis e a Segurança Jurídica na Construção

O *VI Seminário Jurídico CBIC – Construindo o Direito* foi mantido em 2021, mesmo com a crise sanitária: transmitido ao vivo pela internet, o evento discutiu um amplo leque de temas e contou com a palestra inaugural de Carlos Ayres Brito, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), que abordou o tema *Regime constitucional da livre iniciativa – segurança jurídica e atividade empresarial privada no Brasil* e defendeu a função social da propriedade privada, da livre concorrência, da defesa do consumidor e do meio ambiente e das liberdades individuais.

Na programação, foram abordadas questões como a conciliação e mediação de conflitos; a flexibilização de normas em decorrência da pandemia e outros temas estratégicos para o setor da construção e o mercado imobiliário. Realizado pelo CONJUR em conjunto com a Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Pernambuco (Ademi-PE) e com o Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Pernambuco (Sinduscon-PE), o evento contou com a participação virtual de cerca de 500 pessoas.

## 2022 | Desburocratização e previsibilidade

Em 2022, o *VII Seminário Jurídico da CBIC – Construindo o Direito* cumpriu uma programação marcada por temas de grande impacto sobre o setor da construção e o mercado imobiliário, endereçando soluções para desafios como o questionamento de vícios construtivos, questão que movimenta uma verdadeira indústria de ações judiciais no Brasil. Com o mote *Modernização normativa, desburocratização e previsibilidade jurídica para melhoria do ambiente de negócios da Indústria da Construção*, o evento foi aberto por uma aula magna de André Mendonça, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), que discutiu o tema *Liberdade econômica: a busca da harmonização entre a regulação do Estado com a dinâmica do empreendedorismo.*

Realizado na cidade de Belém (PA), o evento mobilizou palestrantes de grande *expertise* e importância no Direito. Promovido pelo CONJUR em conjunto com o Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Pará (Sinduscon-PA), o *VII Seminário* também foi marcado pela celebração dos 80 anos

do Sinduscon-PA – a entidade lançou um livro comemorativo e uma exposição virtual para mostrar sua trajetória. Além disso, o evento foi palco de homenagem aos juristas Zeno Veloso *(in memoriam)* e à desembargadora Célia Pinheiro, pela grande contribuição que ofereceram ao Direito e à segurança jurídica no Brasil.

Em 2023, o *Seminário Jurídico CBIC – Construindo o Direito* será realizado no mês de setembro, com mais uma intensa programação para os associados da entidade e todo o setor da construção.

## Orientação e representação

Desde sua criação, o Conselho Jurídico tem trabalhado em conjunto com a Assessoria Jurídica da CBIC, reforçando o atendimento de entidades e empresas associadas da CBIC. A Assessoria Jurídica funciona como instância preliminar para o acompanhamento da pauta jurídica do setor e organização de mecanismos como um banco de jurisprudências e decisões judiciais para consulta.

A área também apoia a CBIC no acompanhamento dos diversos temas com interface e impacto sobre a construção, na realização de reuniões e audiências institucionais com órgãos do poder público – Executivo, Legislativo e Judiciário; na elaboração de notas técnicas; ofícios e todos os documentos associados à articulação de soluções para entraves do setor.

A Assessoria Jurídica representou a CBIC em seminários e encontros jurídicos realizados por outras entidades do setor da construção e de outros segmentos de interesse – como o Superior Tribunal de Justiça (STJ), por exemplo; acompanhou processos e julgamentos de interesse nos tribunais superiores, especialmente STJ e STF – como a cobrança de corretagem sobre unidades do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV); elaborou teses para ações em que a entidade figurou como *amicus curiae* discutindo questões associadas à corretagem, terceirização, desconsideração da personalidade jurídica de empresas em ações conduzidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e outros.

Em 2018, a Assessoria Jurídica criou o *Boletim Jurídico da CBIC*, informativo que apresenta um panorama jurídico sobre as principais notícias dos tribunais superiores e das principais jurisprudências, assim como decisões do Poder Judiciário, Executivo e Poder Legislativo com reflexos sobre a construção. O boletim também dissemina artigos jurídicos, pareceres e as principais publicações no Diário Oficial da União (DOU), levando informação qualificada para a melhor tomada de decisões na incorporação imobiliária e no setor da construção como um todo.

No esforço para proporcionar maior segurança jurídica e mudança de paradigmas no cenário jurídico-legislativo brasileiro ou seu melhoramento, bem como promover o desenvolvimento de competências, para que o público-alvo seja capaz de somar conhecimentos e habilidades para desempenhar suas funções com qualidade e, ainda, seja capaz de criar soluções inovadoras para os problemas reais da indústria brasileira, contribuindo para elevar a competitividade, a entidade apostou na realização de eventos.

## Contribuição de impacto social

Para além do *Seminário Jurídico CBIC*, realizado com periodicidade anual, a CBIC manteve a promoção de seu Fórum Jurídico, reunião mensal com os especialistas que integram o CONJUR para avaliar a pauta do setor – e que já conta 32 edições; e levou essa agenda também para o *Diálogos CBIC* e *Quintas da CBIC*, eventos transmitidos ao vivo pela internet reunindo empresários, especialistas e autoridades para debater temas de interesse do setor. O CONJUR mobiliza, ainda, espaços na programação do Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC).

Em 2022, a CBIC fundou, juntamente com a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc); a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip); o Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (IRIB) e o Registro de Imóveis do Brasil (RIB), o Fórum de Desenvolvimento Imobiliário (FDI), concebido para promover ações conjuntas relacionadas ao estudo, à construção de consensos, notas técnicas e publicações, à realização de eventos, ao alinhamento técnico da prática do desenvolvimento imobiliário e da prática registral imobiliária, assim como orientação dos associados às instituições membro.

No início de 2023, o coletivo iniciou sua ação conjunta pela articulação de maior agilidade na regulamentação de quatro pontos constantes da Lei 14.382/2022, que criou o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (SERP). O tema foi tratado em audiência na Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília, com as juízas auxiliares Carolina Ranzolin Nerbass (Tribunal de Justiça de Santa Catarina) e Daniela Pereira Madeira (Tribunal Regional Federal da 2ª Região).

Na ocasião, o FDI foi apresentado ao órgão e seus representantes entregaram uma lista de prioridades de atuação da Corregedoria Nacional com repercussão sobre o desenvolvimento imobiliário, habitacional, social e econômico do país.

A Assessoria Jurídica da CBIC contribuiu com a discussão de dois assuntos com grande impacto social, contribuindo com esclarecimentos e propostas técnicas para aperfeiçoar marcos regulatórios em discussão na administração pública. Em 2018, a entidade participou de reuniões conduzidas pelo Ministério dos Direitos Humanos para a edição de um decreto sobre o direito à acessibilidade em edificações multifamiliares. A entidade também foi ouvida em audiências públicas realizadas sobre o tema, dentro do amplo debate realizado em torno da proposta de modernização da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que entraria em vigor em 2020.

Todo o conhecimento levado ao debate, foi transformado pela CBIC no *Guia Prático de Acessibilidade em Unidades Residenciais*, lançado em 2019, numa iniciativa conjunta com Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação ou Administração de Imóveis Residenciais ou Comerciais (Secovi-SP), o Sindicato da Indústria da Construção do Estado de São Paulo (SindusCon-SP), a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) e a Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (AsBea).

O documento trouxe os novos requisitos para uma moradia inclusiva, destacando importantes aspectos para a realização dos projetos, além de esclarecimento sobre questões relativas à comercialização e ao uso da unidade autônoma residencial.

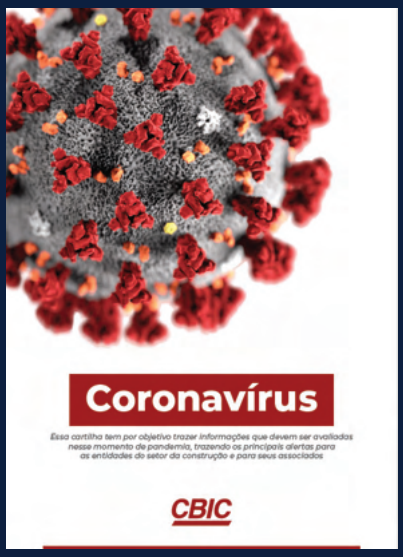
Em outra vertente, a CBIC participou da análise da legalidade das Portarias nº 1.129/2017 e 1.293/2017 do Ministério do Trabalho, que tratavam sobre o trabalho em condição análoga à de escravo. Nesse campo, a atuação do CONJUR foi combinada à Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT).

Em parceria com o SENAI, entidades associadas e um amplo leque de atores em diversas áreas do conhecimento, a atuação Conselho Jurídico e da Assessoria Jurídica tem contribuído para o alcance dos objetivos da CBIC: desmistificar o mercado imobiliário e o setor da construção perante o poder judiciário; construir entendimentos e marcos regulatórios que estabeleçam segurança jurídica e um ambiente de negócios favorável ao investimento; e estabelecer equilíbrio e confiança na relação entre empresas e clientes, por intermédio de cada vez maior transparência.

Alguns dados demonstram o alcance do trabalho da área jurídica da CBIC e sintetizam os marcos de sua atuação. Entre meados de 2014 e meados de 2023, o CONJUR e a Assessoria Jurídica:

- Prepararam e disseminaram **13 publicações técnicas**;
- Realizaram **17 seminários jurídicos** e **32 reuniões de trabalho**;
- Receberam **público superior a 800 pessoas** nos seus diversos eventos.
- Participaram da formulação de **6 anteprojetos de leis** importantes para a indústria da construção.

# Publicações Técnicas



# Obras Industriais e Corporativas

# CBIC cria comissão técnica para obras industriais e corporativas

***Entidade desencadeia projetos inéditos, impactando elo relevante da construção***

A construção está no ponto de partida de toda atividade econômica e figura como parte importante na estratégia dos mais diversos segmentos. Atuando em projetos da indústria de base e transformação, o segmento de obras industriais e corporativas representa um terço do Produto Interno Bruto (PIB) do setor da construção, com impacto significativo sobre a geração de emprego e renda no país. Em 2020, foram realizadas obras no montante de R$ 85 bilhões, mobilizando 850 mil trabalhadores apenas nos canteiros de obra – considerando todas as suas atividades, são mais de 3 milhões de pessoas envolvidas.

Pujante, esse segmento está na agenda estratégica da CBIC desde 2012, quando foi criado o Fórum das Empresas Prestadoras de Serviços para apoiar tais organizações em um cenário de crescimento do mercado e necessidade de maior articulação do segmento. O objetivo era organizar as empresas e dar mais representatividade aos empresários para endereçar demandas junto a órgãos públicos estaduais e federais, atuando com abrangência nacional.

Os projetos de obras industriais e corporativas envolvem dois entes privados, unidos em contratos rígidos, ancorados no tripé qualidade, custo e prazo, e exigem conhecimento técnico maior e mais inversão tecnológica. São obras mais mecanizadas e grandes geradoras de emprego formal. Seus clientes são outras grandes empresas: mineradoras, indústria de transformação em geral, cimenteiras, farmacêuticas etc, que precisam de construtoras e montadoras qualificadas para implantar novas plantas e fazer a manutenção do parque industrial já existente.

Crescente, a interface conduzida pelo Fórum das Empresas Prestadoras de Serviços ganhou reforço a partir de setembro de 2018, quando a CBIC transformou esse colegiado em uma comissão técnica, com equipe dedicada e pauta técnica mais estruturada. A Comissão de Obras Industriais e Corporativas (COIC) iniciou suas atividades em fevereiro de 2019 para apoiar um segmento que carrega peculiaridades. Formado por empresas de engenharia, de montagem eletromecânica, construtoras, gerenciadoras de projetos e consultores especialistas, o setor de obras industriais e corporativas atua em um escopo diferente dos demais ramos da construção.

Assumindo e ampliando as atividades do Fórum, a COIC tem como objetivo final estimular e fortalecer a maturidade das empresas do setor de obras industriais e corporativas no Brasil e apoiá-las para elevar o nível de sucesso dos projetos implantados no país e evoluir em uma classificação que parte de zero até cinco: o nível cinco significa evolução técnica, capacidade de gestão e organização de excelência. Essa meta responde a um desafio reconhecido pelo segmento e identificado por pesquisas conduzidas com o apoio da CBIC.

## Derrubando barreiras

Dados da última *Pesquisa de Maturidade em Gerenciamento de Projetos (Maturity Research)*, realizada pelo consultor Darci Prado em 2021, mostram que os índices foram de 60% para sucesso total nos projetos; 31% para sucesso parcial e 9% para fracasso. Esse panorama reforçou a pertinência de um olhar mais estruturado para o setor de obras industriais e corporativas, respaldando a decisão de criar a COIC.

Em parceria com o SENAI, os projetos da comissão têm foco na disseminação de conhecimento e boas práticas, assim como no estímulo a uma cultura empresarial que valorize o planejamento estratégico para sustentar o desenvolvimento do mercado. A COIC conduz esse trabalho com a organização de diversos eventos e a formulação e disseminação de estudos e pesquisas contemplando três vetores de atuação:

- valorização da Engenharia;
- construção de uma cultura de gestão compartilhada;
- preparação para o mercado, com foco na maturidade gerencial e técnica.

A busca por essa combinação virtuosa da tecnologia com a gestão passa pela quebra de um paradigma que traduz a operação desse segmento da construção: altamente competitivos, seus *players* resistem a compartilhar conhecimento e informação pelo interesse coletivo do mercado.

Para enfrentar essa mentalidade e construir a flexibilidade exigida para as mudanças que o setor vinha demandando, em 2019 a COIC desencadeou um projeto para disseminar e introjetar entre as empresas desse segmento o modelo de gestão compartilhada na implantação dos projetos *(veja na seção Projetos Estruturantes)*. No mesmo ano, em parceria com as entidades associadas à CBIC, a comissão iniciou um périplo pelo Brasil e desencadeou o *Roadshow: formação de preços e relações contratuais*, evento gratuito para capacitar as empresas e aperfeiçoar procedimentos para a formação de preços, tendo como objetivo final aumentar o percentual de sucesso dos projetos.

Os eventos promovem uma discussão qualificada sobre as últimas tendências e estratégias de gestão no segmento de obras industriais e corporativas. Os participantes também debatem como mitigar o impacto das incertezas do cenário econômico; a adoção de boas práticas que permitam uma modulação do volume de conflitos; e iniciativas para aprimorar os projetos por meio da gestão compartilhada.

As reuniões foram realizadas com periodicidade semestral: em 2019 foram visitados os Estados do Pará e do Espírito Santo. Em 2020, em meio à pandemia da covid-19, os eventos passaram a ser virtuais: o roadshow passou pela Bahia e Mato Grosso do Sul; em 2021, por Paraná, Minas Gerais e Goiás. Em 2022, o evento passou por cinco Estados: Pará, Maranhão, Amazonas, Rio Grande do Norte e Ceará.

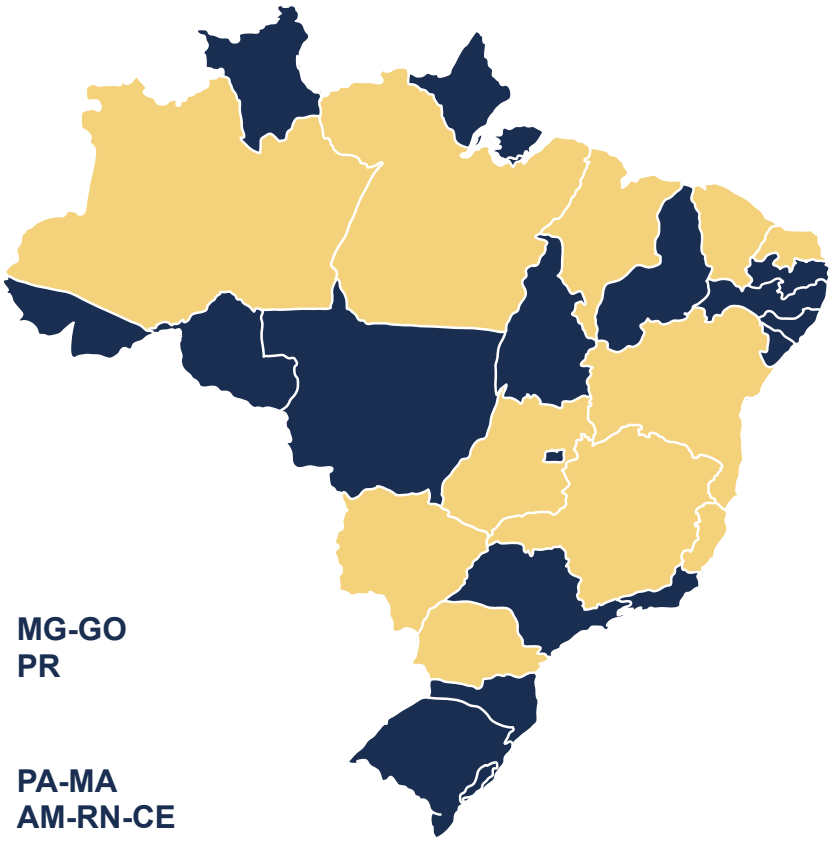
A comissão observou um crescimento significativo na adesão do público-alvo: no Paraná, por exemplo, a COIC contabilizou 650 inscrições e recebeu 400 participantes. Para a realização dos eventos seguintes a comissão contabilizou um cadastro com mais de 1,6 mil interessados em todo o país. Desses, 1,5 mil participaram dos encontros.

As reuniões levaram conhecimento e estimularam o compartilhamento de informações e *expertise* entre as empresas. Os participantes têm discutido as melhores práticas de formação de preços e relações contratuais em uma conjuntura econômica brasileira caracterizada pela busca constante de eficiência, redução de custos e alta competitividade entre as empresas.

Em cada edição, o evento traz diferentes *cases* de sucesso e exemplos práticos que podem ser aplicados em diversos cenários culturais e econômicos. A primeira edição de 2023 está confirmada para o mês de junho, percorrendo os Estados do Mato Grosso do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro.

**ROADSHOW**

Formação de Preços
e Relações Contratuais



**2019**
- PA
- ES

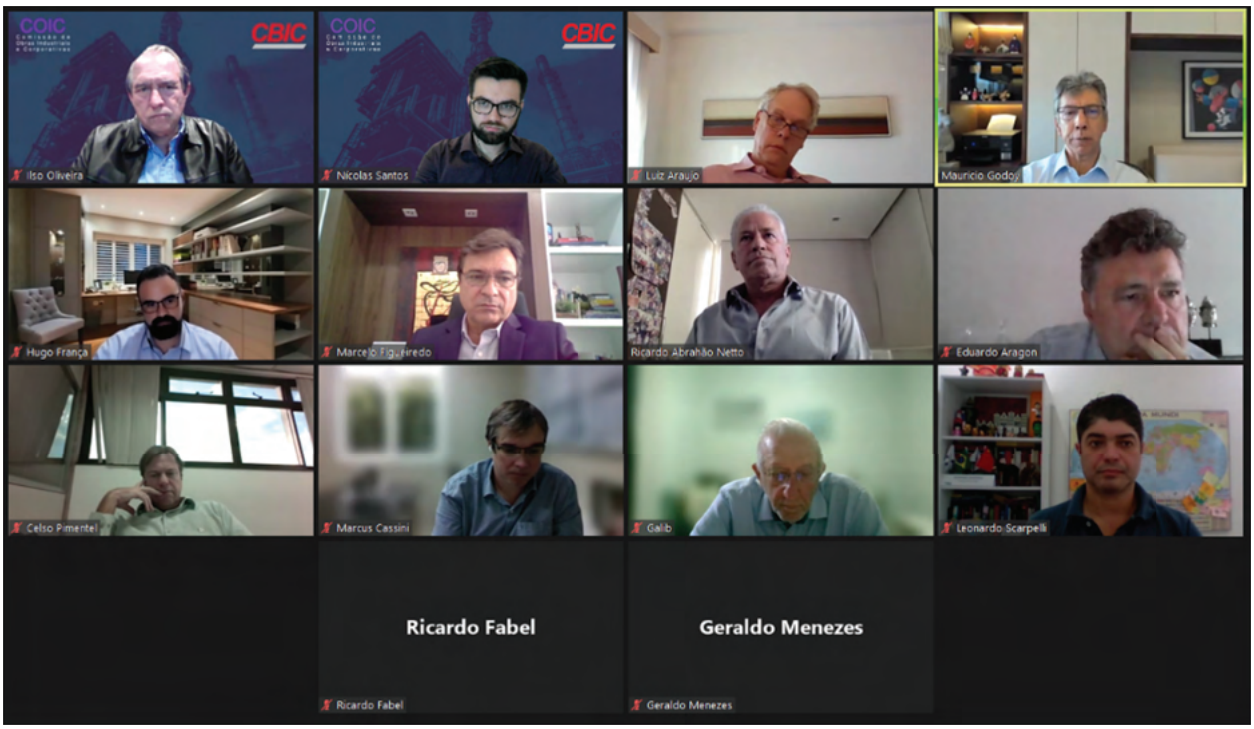
**2020**
- BA
- MS

**2021**
- MG-GO
- PR

**2022**
- PA-MA
- AM-RN-CE

## Inteligência para o coletivo do mercado

Coerente com a relevância do segmento para o setor da construção e o desenvolvimento econômico brasileiro, a CBIC criou um Comitê de Inteligência Estratégica (CIE) no âmbito da Comissão de Obras Industriais e Corporativas. Formado por representantes das empresas de engenharia, montadoras, construtoras, gerenciadoras, consultores especialistas e escolas de negócios do segmento de engenharia e construção industrial, o colegiado iniciou suas atividades em 2020.



O CIE subsidia a entidade com informações e demandas do segmento, formula proposições para atendê-las e apoia sua implementação. Coordenado pela CBIC, o que lhe confere representatividade institucional e o credencia para atuar pelos interesses coletivos do segmento da engenharia e construção, o colegiado tem realizado encontros mensais para avaliar temas e desencadear a busca por soluções. Desde sua implantação, o CIE promoveu 29 reuniões, com duração de 2 horas cada. Em 2023, serão realizados outros sete encontros.

Em outro campo, a COIC percebeu que um dos caminhos para melhorar a competitividade do segmento de obras industriais e corporativas seria ampliar o acesso de seus *players* aos planos de investimento de grandes projetos. A exposição das possibilidades de futuros contratos tem sido recebida de forma positiva, principalmente pelo fato de o segmento ter perfil mais seletivo e restrito o que leva, muitas vezes, a um menor número de empresas em atividade, se comparado aos demais ramos da indústria da construção.

Para isso, a comissão abre espaço em sua programação durante eventos como o Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC) e o Construa CBIC, para apresentar as oportunidades do mercado e realizar a divulgação do plano de investimentos de grandes clientes. Em 2022, essa iniciativa abriu diálogo com empresas como a Vale, Horizonte Minerals e a Gerdau, entre outras, fortalecendo o *networking* entre clientes e prestadores de serviço. Ter acesso a tais planos permite que os empresários do segmento se preparem melhor para participar de projetos e garante às empresas contratantes melhor conhecimento de parceiros potenciais para seus projetos.

Essa iniciativa complementa outra ação da comissão, focada no diálogo e construção conjunta de soluções entre as empresas. Uma das iniciativas inaugurais da COIC, o projeto *Interação com o Mercado* realizou eventos, colocando à mesa contratantes e contratados para avaliar projetos e discutir as melhores soluções antes mesmo de assinar contrato. A interação teve como resultado inovação e prevenção a gargalos – o uso de silos multicâmeras em projetos de obras industriais e corporativas é um bom exemplo.

Fazendo um meio de campo neutro, a comissão contribui com o desempenho positivo do mercado como um todo, impactando o nível de sucesso dos projetos. A comissão ampliou a interação e articulação do segmento de obras industriais e corporativas com os principais clientes, associações de clientes e Federações das Indústrias em todo o país.

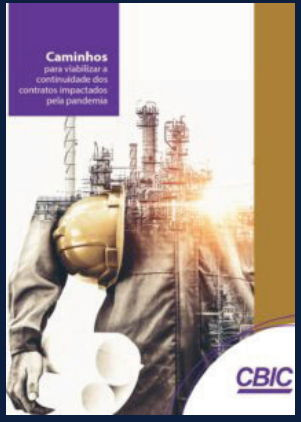
Ao longo dos últimos quatro anos, os projetos da Comissão de Obras Industriais e Corporativas entregaram produtos que beneficiaram todo o setor da construção. Em 2023, a comissão reforçará sua agenda atuando pela consolidação de uma nova modelagem do ambiente de negócios com o projeto *Sustentabilidade das Empresas de Obras Industriais e Corporativas*, tendo como objetivo estimular um ambiente sustentável, em meio aos gargalos de produtividade e competitividade enfrentados pelo segmento.

Em parceria com o SENAI, entidades associadas e um amplo leque de atores em diversas áreas do conhecimento, a atuação da COIC tem contribuído para o alcance dos objetivos da CBIC. Além de dar mais nitidez ao trabalho então conduzido pelo Fórum de Empresas Prestadoras de Serviços, a comissão tem estimulado maior articulação do segmento e sua interface com o mercado em que está inserido, induzindo uma nova mentalidade entre as empresas prestadoras de serviço.

Alguns dados demonstram o alcance do trabalho da Comissão de Obras Industriais e Corporativas da CBIC e sintetizam os marcos de sua atuação. Ao longo de 2019 e meados de 2023, a comissão:

- Preparou e disseminou **07 publicações técnicas;**
- Realizou **18 eventos** e **60 reuniões de trabalho**;
- Recebeu **público de 2.549 pessoas** nos seus diversos eventos.

# Publicações Técnicas



# Relações Trabalhistas

# CBIC estimula a valorização do trabalhador da construção

***Esse paradigma orienta ações de segurança e saúde, de combate à informalidade e para a modernização das relações de trabalho***

Não existe programa social mais efetivo que o emprego decente, com carteira assinada e direitos garantidos. Essa é a premissa enraizada pela CBIC ao longo de sua atuação e que tem orientado todas as atividades de sua Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT), que tem buscado estimular o melhor equilíbrio entre capital e trabalho, endereçando mecanismos para incentivar a formalidade da mão de obra da construção, a capacitação profissional continuada de seus trabalhadores e o incremento à segurança e saúde no trabalho. Os projetos técnicos da CPRT são realizados em parceria com o SESI.

Essa agenda estratégica ganhou impulso a partir de meados de 2014, quando a CBIC reorientou suas iniciativas e elegeu como prioridade o combate à informalidade, gargalo que chamava atenção à época, imprimindo uma dicotomia ao setor da construção: um dos segmentos da economia que mais gera empregos no Brasil, também figurava entre aqueles com altos índices de informalidade entre seus trabalhadores – dados oficiais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015, apontavam que 56% dos ocupados no setor não contribuíam para a Previdência Social.

Para enfrentar esse cenário, a entidade mobilizou a CPRT e desencadeou um esforço conjunto com suas associadas em duas frentes: (a) articulação e parceria com o poder Executivo para aperfeiçoar e reorientar as ações de fiscalização; (b) ações de incentivo à formalidade e disseminação de experiências exitosas de apoio ao trabalhador realizados Brasil afora.

A CBIC também intensificou o diálogo com o poder Executivo federal, chamando atenção para a questão da informalidade e defendendo a adoção de melhorias na política de fiscalização. Esse assunto foi abordado com profundidade em reuniões organizadas pela CPRT com representantes do governo federal, do judiciário e dos trabalhadores; e mantido como tópico permanente da pauta institucional levada pela CBIC às diversas esferas da administração pública ao longo dos anos.

Em outra frente, a entidade também trabalhou na disseminação de iniciativas com retorno comprovado, como aquela empreendida pelo Comitê de Incentivo à Formalidade, constituído pelos sindicatos da construção do Estado do Paraná, que realizava visitas técnicas periódicas nos canteiros de obra para averiguar a situação funcional dos trabalhadores. As ações tinham um caráter orientativo e, principalmente, de conscientização dos responsáveis quanto à importância de manter trabalhadores formais nos empreendimentos.

Naquele momento, como efeito desse esforço, a informalidade na construção caiu consideravelmente no Estado do Paraná, ficando abaixo da média nacional. Essa boa prática foi sistematizada e replicada em outras localidades, em palestras e eventos de formação realizados pela CPRT, destinados a apontar as vantagens competitivas de empresas que mantinham sua mão de obra regularizada.

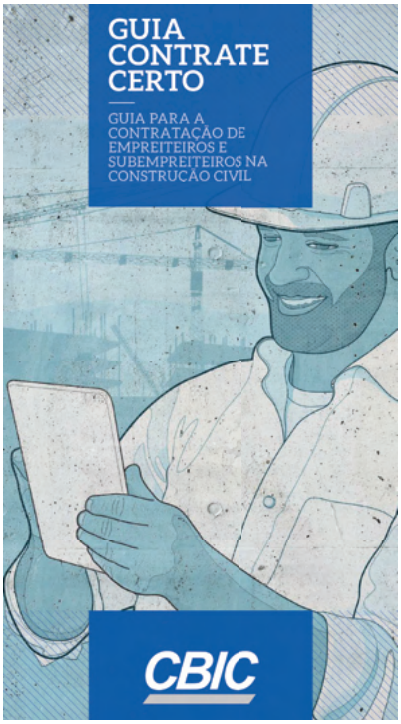
Em 2016, para apoiar as entidades associadas, a CPRT produziu o *Guia Orientativo de Incentivo à Formalidade*, com orientações quanto às exigências trabalhistas, de segurança, previdenciárias e técnicas na construção com vistas a estimular a formalidade na contratação pelo setor.

Essa abordagem era necessária em um setor muito diversificado, que atua desde uma simples reforma até a construção de uma hidrelétrica, por exemplo, envolvendo contratantes muito diferentes. De lá para cá, foram registrados avanços relevantes: as empresas da construção tornaram-se mais organizadas, com registros e canteiros mais estruturados. O combate à informalidade, nas suas diversas dimensões, é um tema estratégico que tem merecido atenção e esforço cada vez maiores da indústria da construção. A atuação da CBIC contribuiu, e segue colaborando, decisivamente, para o fortalecimento desse paradigma.

## Regulamentação da terceirização

A modernização dos processos de produção, os avanços tecnológicos e, especialmente, da comunicação de massa têm impactado, continuamente, o relacionamento entre empregados e empregadores e exigido mudanças. Nesse contexto, em 2017 as discussões aumentaram e o Congresso Nacional decidiu, de fato, debruçar-se sobre a análise de projetos para modernizar a legislação trabalhista, movimento que culminou na discussão e aprovação de uma ampla reforma.

A CBIC participou ativamente de todo o debate – em parceria com a Assessoria Legislativa, a CPRT liderou as iniciativas da entidade. A primeira rodada de articulação envolveu a aprovação da Lei nº 13.429, também de 2017, que regulamentou a subcontratação de serviços. Ferramenta de gestão do setor da construção, a chamada subempreitada ainda gerava má compreensão, exigindo esforço de esclarecimento e convencimento junto ao Congresso Nacional e segmentos do Poder Judiciário.




A regulamentação da terceirização foi aprovada e sancionada em março de 2017 e a atuação da CBIC garantiu que o posicionamento da construção fosse ouvido e considerado pelos parlamentares, contribuindo para esclarecer o funcionamento do setor e o aperfeiçoamento da proposta. Essa mobilização foi coerente com o trabalho desenvolvido pela CBIC para estimular as melhores práticas na contratação de mão de obra entre as empresas da construção. Em 2014, a entidade havia publicado o *Guia Contrate Certo*, orientando suas associadas sobre a contratação de serviços na modalidade de empreitada e subempreitada.

As empresas passaram a dispor de uma ferramenta importante para otimizar todo o processo de contratação: do planejamento e seleção do empreiteiro à análise e contratação do prestador de serviço. Em sua terceira edição desde 2018, o *Guia Contrate Certo* está passando por atualização para contemplar as recentes alterações legais e normativas. Será relançado ainda em 2023.

## Reforma trabalhista

Em 2017, a CBIC também acompanhou de perto a tramitação de projeto de lei de autoria do poder Executivo que, a princípio, propunha alterar sete itens da legislação, com ênfase sobre a regulamentação do chamado negociado sobre o legislado – naquele momento, o desafio era decidir o que deveria prevalecer: a previsão legal ou o que fosse acordado entre trabalhadores e empregadores nas suas negociações.

Sensível, essa pauta mobilizou as Casas Legislativas e o que seriam sete pontos tornaram-se mais de 100, dando origem à mais ampla reforma trabalhista realizada no Brasil desde a entrada em vigor da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A CBIC apoiou de forma veemente a aprovação da reforma e participou ativamente do debate do projeto.

A modernização das relações de trabalho foi tema estratégico da CPRT também durante o 89º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC), com uma programação que mobilizou especialistas e integrantes dos poderes Judiciário e Legislativo para debater o assunto e apontar soluções. O evento abriu espaço para o setor da construção reafirmar a defesa de uma reforma que reduzisse a insegurança jurídica e que levasse à prevalência do negociado sobre o legislado.

Vocalizando a percepção de suas associadas, a CBIC alertou que a aprovação da reforma trabalhista seria um passo essencial para um novo ambiente de negócios no Brasil: combinada com a terceirização, já sancionada, a reforma produziria reflexos positivos sobre o mercado de trabalho e traria mais produtividade para as empresas. A Lei nº 13.467, que entrou em vigor em novembro de 2017, atualizou o arcabouço trabalhista brasileiro, estabelecendo normas mais aderentes ao mundo do trabalho de então e olhando para o futuro.

Cumprindo sua missão de oferecer os instrumentos necessários para o pleno desempenho das atividades, contribuindo para o desenvolvimento do setor, a CBIC também publicou a cartilha *Edificar*, preparada pela CPRT com um resumo dos principais pontos da CLT e demais legislações que sofreram modificação, deixando mais claro o novo arcabouço legal.

## Ação de desenvolvimento ambiental

Ao longo dos últimos nove anos, a CBIC fortaleceu suas iniciativas de fomento a atualização continuada de procedimentos e gestão, de forma a induzir uma construção de excelência também no relacionamento das empresas com seus colaboradores. A CPRT tem cumprido uma intensa programação técnica, focada na conscientização dos empresários, na disseminação de conhecimento e boas práticas: a comissão atua para atender as demandas dos empresários, organizar o conhecimento disponível e endereçar soluções e orientações técnicas que agreguem valor para as empresas da construção.

Para isso, a comissão realizou diversas iniciativas, ancoradas na produção e divulgação de conteúdo técnico por meio de guias e cartilhas, vídeos e postagens em redes sociais, a fim de levar informação aos empresários e a todos os públicos-alvo do setor com uma linguagem direta e de fácil entendimento e aplicação. Tais conteúdos também foram mote de eventos, mantendo o setor informado das mais novas abordagens em relações trabalhistas e segurança e saúde no trabalho.

Uma iniciativa emblemática foi a criação de uma base de dados de acidentes de trabalho própria e dedicada ao setor da construção. A busca por dados atualizados e de credibilidade pauta todos os projetos técnicos executados pela CBIC e com a CPRT não seria diferente: em 2021, partindo da premissa que indicadores de acidentes do trabalho fornecem subsídios para o aprofundamento de estudos sobre o tema e permitem às entidades e empresas o planejamento de ações estratégicas nas áreas de segurança e saúde do trabalhador, a comissão estruturou a compilação e análise de dados de acidentes e doenças do trabalho na indústria da construção.

Para isso, foi organizada uma ampla base de informações, contemplando todos os CNAEs relativos à construção no período de 12 anos (2010 a 2021) nos registros públicos disponíveis: o Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS), Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho (AEAT) e sistema informatizado de Comunicação de Acidentes do Trabalho do INSS (CATWEB). O trabalho realizado pela CPRT envolve o cruzamento das diversas informações relativas à quantidade de acidentes do trabalho, doenças do trabalho e benefícios acidentários dentre outras, permitindo interpretar e evidenciar resultados.

O estudo traz uma análise comparativa com outros grupos de atividades econômicas, com maior ou menor sinistralidade. Esse trabalho de inteligência identificou que, em 2020, o setor da construção registrou seus melhores resultados históricos com relação a acidentes de trabalho, doenças relacionadas ao trabalho, incapacidade permanente e mortalidade, segundo

dados da própria Previdência Social. Uma conclusão importante para um setor que já foi apontado como recordista em acidentes e que tem buscado, ao longo dos anos, reduzir tais episódios.

Realizado pela CPRT, o levantamento sobre os dados de acidentes serve para direcionar esforços e estratégias em busca de melhores resultados, ano a ano, contribuindo para a sustentabilidade do setor da construção e melhoria das condições sociais do país, somando esforços às demais iniciativas do segmento para reduzir o índice de acidentes no trabalho. Ao final, o maior beneficiário desse esforço é o trabalhador, ativo mais importante dessa indústria, que passa a atuar em um ambiente mais seguro e saudável.

Além de um relatório anual com a análise de dados de acidentes, a CPRT desenvolveu um *Business Intelligence* (BI) para que os associados da entidade possam consultar os registros dos últimos 12 anos relativos à doença, incapacidade, letalidade e mortalidade. É possível realizar cruzamentos por ano, região ou Estado e Seção de CNAE, permitindo, ainda, identificar o agente causador do acidente, região do corpo mais atingida, a natureza da lesão, dentre outros. É um conjunto de informações estratégicas que permitem a adoção de ações preventivas nos canteiros.

Ainda para oferecer às entidades associadas e empresas do setor da construção informação qualificada, a CPRT criou um informativo semanal: o *Radar Trabalhista – RT e SST para a Indústria da Construção* foi lançado em 2017 e já ultrapassou 300 edições, trazendo um conteúdo essencial para manter a construção informada sobre as principais notícias das áreas de Relações Trabalhistas e de Segurança e Saúde no Trabalho.

A comissão também criou a ferramenta *Construindo Segurança e Saúde*, dirigida a empresários e gestores de recursos humanos das empresas da construção para auxiliar no cálculo dos custos decorrentes de acidentes de trabalho ou do afastamento dos seus funcionários. Lançado pela CPRT em 2014, o simulador permite uma melhor compreensão sobre a importância de se prevenir acidentes, além de apresentar informações sobre as normas que regem essas eventualidades.

O simulador calcula os custos de acidentes e afastamentos de sua empresa, mostrando o quanto poderia ser economizado com a prevenção. É mais uma iniciativa pedagógica, que oferece maior clareza sobre a importância de ações prevencionistas no setor. A sua disseminação é periodicamente destacada por intermédio de palestras e encontros organizados pela CBIC, mantendo o tema no radar das entidades e empresas. A ferramenta *Construindo Segurança e Saúde* fica hospedada no site da entidade, com acesso gratuito.

## Revisão do acidente de trajeto

Anos antes, em 2016, a CBIC havia desempenhado papel fundamental na revisão de norma com impacto relevante sobre o setor da construção: a exclusão do acidente de trajeto do cálculo do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), mecanismo adotado para reduzir ou aumentar as alíquotas dos Riscos Ambientais de Trabalho (RAT). O RAT é uma contribuição previdenciária paga pelo empregador para cobrir os custos com trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais.

Naquele ano, o Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) aprovou alterações na metodologia do cálculo do FAP, como a exclusão dos acidentes de trajeto de casa para o trabalho ou vice-versa. O CNPS entendeu que as empresas não têm como adotar medidas para prevenir esse tipo de acidente. A decisão do Conselho Nacional foi uma vitória da CBIC para toda a indústria da construção, ancorada em estudo desenvolvido pela CPRT sobre acidentes de trajeto, que demonstrou os impactos econômicos e tributários sobre as empresas do setor da construção.

O documento mostrou que, entre 1999 e 2013, os acidentes de trabalho típicos registraram crescimento de 2,03% ao ano, enquanto os casos de doenças de trabalho apresentaram redução média anual da ordem de 3,17%. Já as ocorrências classificadas como de trajeto cresceram 8,10% ao ano. Os dados demonstraram que enquanto os casos de doenças de trabalho promoviam uma queda da média do total de acidentes, os de trajeto contribuíam para elevar as médias e as tendências de acidentes de trabalho. Mesmo em termos internacionais, o Brasil não pode ser considerado líder em acidentes de trabalho.

## Ação de desenvolvimento sindical

A Comissão de Política de Relações Trabalhistas da CBIC tem uma missão estratégica para o setor da construção e presta um serviço decisivo para as entidades associadas e empresas do setor auxiliando nas negociações sindicais, uma atuação focada na segurança jurídica do setor na discussão de acordos e convenções. A CPRT orienta tanto na condução das negociações coletivas, quanto na redação de cláusulas associadas a tais entendimentos. Para isso, a comissão desenvolveu conteúdos como:

- o **Radar Convenções Coletivas** – informativo mensal que traz um panorama geral dos principais dados extraídos das convenções coletivas firmadas pelos sindicatos associados à CBIC no período. Criado em 2021, conta 32 edições.
- a **Cartilha Orientativa de Negociações Coletivas** – a negociação coletiva tem papel fundamental nas relações de trabalho. As partes se reúnem para discutir e criar normas e condições específicas de trabalho que abranjam categorias ou que sejam aplicáveis ao universo de uma ou algumas empresas. Assim, a negociação ou se dá por meio da organização de trabalhadores e empresários (os sindicatos), que envolvem toda a categoria, ou por sindicatos laborais com empresas, abrangendo as relações de determinado grupo de trabalhadores. A cartilha da CPRT orienta as entidades empresariais da indústria da construção nas suas negociações.
- o **Business Intelligence-BI de Negociações Coletivas** – ferramenta que permite consultar informações de pisos salariais, benefícios e SST.
- a **Biblioteca de Convenções** – repositório dos textos de Convenções firmadas, colocados à disposição dos sindicatos associados à CBIC para consulta e referência;
- e **Reuniões** – são realizadas no mínimo três por ano, para atualizar e orientar os negociadores dos sindicatos.

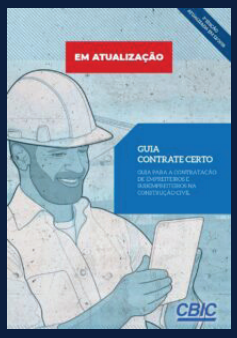
Nos últimos nove anos, esse acompanhamento envolveu a análise de mais de 200 convenções por ano, organizadas e disponibilizadas para os sindicatos. A CPRT também lançou mais de 749.400 itens em *Business Intelligence* (BI), organizando dados buscados nas análises das convenções.

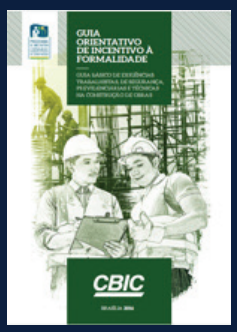
Em parceria com o SESI, entidades associadas e um amplo leque de atores em diversas áreas do conhecimento, a atuação da CPRT tem contribuído para o alcance dos objetivos da CBIC: além de estimular a segurança e a saúde no setor da construção, tem promovido avanços inquestionáveis na redução de acidentes de trabalho nos canteiros de obra espalhados pelo país.

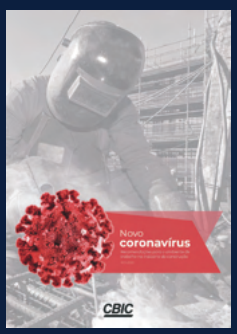
Alguns dados demonstram o alcance do trabalho da Comissão de Política de Relações Trabalhistas da CBIC e sintetizam os marcos de sua atuação. Entre 2014 e meados de 2023, a comissão:

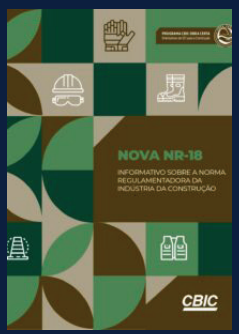
- Preparou e disseminou **390 publicações técnicas** nos mais diversos formatos;
- Realizou **74 eventos** e **136 reuniões** de trabalho;
- Recebeu **público superior a 526 mil pessoas** nos seus diversos eventos;
- Organizou **37 capacitações** e **36 palestras**.

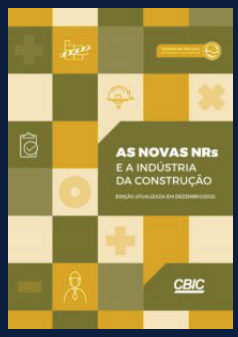
# Publicações Técnicas











# Responsabilidade Social

CRS
COMISSÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

# CBIC estimula responsabilidade social na construção e muda paradigmas de atuação

***Com seus projetos, entidade mudou a mentalidade das empresas do setor, induzindo avanços relevantes para a construção***

Uma comissão que nasceu como Fórum de Ação Social e Cidadania (FASC) e fazia reuniões a cada dois meses para discutir a realização do Dia Nacional da Construção Social (DNCS) é a base de toda a atuação da CBIC no campo da responsabilidade social dentro do setor da construção. Esse movimento teve como grande incentivadora a então presidente do FASC, Maria Helena Mauad, fundadora e líder do *Projeto Ampliar*, em São Paulo; e o ex-presidente da CBIC, Paulo Safady Simão. Juntos, eles abriram o caminho que ganhou força a partir de 2014, com o objetivo de induzir uma nova mentalidade empresarial no setor.

Convencida de que não seria suficiente impactar apenas o trabalhador, a CBIC ampliou o raio de ação da comissão e sua agenda estratégica, em um passo a passo que culminou na atualização do seu nome. Desde dezembro de 2018, o FASC foi renomeado Comissão de Responsabilidade Social (CRS) e segue atuando para antever tendências e articular conhecimentos para aculturar, preparar e engajar o empresário da construção na condução de ações que melhorem o ambiente do setor, impactando toda a realidade ao seu redor.

Acompanhando a evolução da sociedade e sua interface com os negócios, em que a responsabilidade social tem ganhado contornos ainda mais amplos, a pauta da Comissão de Responsabilidade Social já traduz para o setor da construção diversos temas alinhados aos paradigmas do ESG (governança ambiental, social e corporativa) e à agenda da diversidade, equidade e inclusão (DEI), induzindo e apoiando um novo ciclo de modernização.

No período entre 2014 e 2023, em parceria com o SESI, os projetos técnicos da CRS têm sido decisivos para mudar a visão do empresário da construção, que já compreendem que os ciclos disruptivos não alcançam apenas os maiores *players*, mas sim, o setor como um todo; e contribuir para o desenvolvimento da mão de obra, de forma a valorizar e reter o trabalhador no setor. Além disso, em outra vertente dos projetos, a entidade tem aposta na formação da nova geração de líderes empresariais, que contribuirá para alimentar o ciclo evolutivo do setor e fortalecer o associativismo, mantendo o espaço estratégico da construção e agregando cada vez maior valor à atividade.

## Responsabilidade social como vetor do negócio

Setor da economia que entrega emprego, renda e sonhos, a construção tem poder para impactar e mudar a realidade do país de forma ampla. Essa constatação sustentou a criação do Prêmio CBIC de Responsabilidade Social, iniciativa com que a CBIC estimula e reconhece a realização de ações sociais do setor da construção em todo o Brasil. Organizado pela CRS desde 2004, o projeto se consolidou a partir de 2014, transformando-se na mais importante láurea oferecida às empresas e entidades que entendem a responsabilidade social como mecanismo para a expansão e fortalecimento do próprio negócio. O prêmio já é referência também para outros segmentos da indústria brasileira.

Promovido para identificar e disseminar as melhores práticas na área, o Prêmio mobiliza as entidades associadas da CBIC, as empresas dos diversos segmentos do setor da construção

e o Serviço Social da Construção – os Seconcis – de todo o país. O objetivo é incentivar as organizações a incorporarem ao seu modelo de negócio os conceitos da responsabilidade social empresarial e de investimento social privado, tendo como lastro a norma internacional ISO 26000 de Responsabilidade Social Empresarial (RSE).

Esse movimento tem garantido, ao longo dos anos, que a sociedade tenha acesso a práticas sociais com ações que transbordam os limites dos canteiros de obra para alcançar outros campos indispensáveis para o desenvolvimento humano e das cidades como a saúde, educação, meio ambiente, lazer e cidadania.

O Prêmio CBIC de Responsabilidade Social tem sido modernizado para acompanhar a evolução natural da sociedade, mantendo-se alinhado às suas demandas e expectativas, e refletido os avanços construídos junto ao empresário do setor – a cada edição, os projetos premiados tornam mais nítida a mudança de mentalidade entre seus players e os efeitos na construção e no seu raio de influência.

Em 2014, o prêmio incentivou ações de responsabilidade social de empresas e entidades da construção nas categorias Empresa, Destaques Social e Trabalhador Modelo, com a entrega de troféu, certificado de responsabilidade e premiação em dinheiro, recurso destinado exclusivamente para o desenvolvimento da ação ou projeto social premiado.

No ano seguinte, 2015, o prêmio foi a atração principal na abertura do 87º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC), em Salvador (BA), com a presença de autoridades e cerca de 1.500 representantes da indústria da construção de todo o país. Naquela edição, foi premiado o *Programa Construção Cultural do Sinduscon-RS*, que deixou um importante legado para o patrimônio histórico e cultural da cidade de Porto Alegre. Já o *Projeto Reconstruir*, do Sinduscon-CE, foi um verdadeiro exemplo de resgate da autoestima, pela inclusão de egressos do sistema penitenciário no mercado de trabalho.

## Investimento no futuro

Em 2016, a CRS atualizou o regulamento do Prêmio, ajustando suas categorias – que passaram a ser Empresa, Entidade, Seconci; e Reconhecimento Social – e ampliando o leque de temas, agregando Ações de Direitos Humanos; Práticas Trabalhistas; Meio Ambiente; Práticas Leais de Operação; Consumidores; e Envolvimento e Desenvolvimento Comunitário.

No mesmo ano, estudo produzido pela Comissão de Responsabilidade Social mostrou que o esforço conduzido em suas diversas iniciativas – e traduzido pelo prêmio – já rendiam frutos importantes: ao medir a percepção da indústria da construção sobre a importância de investir no social, a pesquisa mostrou que cerca de 60% das empresas do setor que já promoviam ações de Responsabilidade Social Empresarial tinham interesse em aumentar seus investimentos na área, com foco em tendências. Essa constatação respaldou as ações da CBIC, mostrando que a entidade vinha seguindo o caminho correto para introjetar e enraizar a responsabilidade social como um dos vetores do negócio da construção.

Em 2017, a premiação passou a ser bianual e agregou ainda mais valor pela instituição do Troféu Paulo Safady Simão, uma homenagem ao ex-presidente da CBIC Paulo Safady Simão, responsável pela criação do FASC – hoje CRS – e do próprio prêmio. Realizada em Brasília, a cerimônia de entrega da láurea reuniu mais de 400 empresários e profissionais do setor, autoridades do Executivo e Legislativo federais e a imprensa no Clube Naval. Simão entregou a premiação a uma das categorias e também foi reverenciado pela CBIC, em uma de suas últimas aparições públicas – o visionário incentivador da responsabilidade social na construção partiria meses depois, acometido por um câncer.

Aquela edição foi marcada, ainda, pela valorização do artista brasileiro: a estatueta entregue aos vencedores foi idealizada pelo escultor mineiro Osmar Moreira Franco, responsável por diversas obras de arte espalhadas pela capital federal. Ele também fora o criador de troféus para o Ministério da Educação e Cultura (MEC), Serviço Social da Indústria (SESI) e Confederação Nacional dos Transportes (CNT), objetos marcados pela beleza e inventividade de suas formas.

## Solidariedade contra o novo coronavírus

A eclosão da pandemia da covid-19 aprofundou o sentido do Prêmio CBIC de Responsabilidade Social, mostrando a importância de entidades e empresas investirem na proximidade e influência junto à realidade em que se inserem. No ano de 2021, a CBIC respondeu ao momento de crise com uma edição totalmente voltada à valorização das boas práticas desenvolvidas pelo setor da construção no enfrentamento da crise sanitária.

Uma delas, que ganhou notoriedade, foi a realização do projeto *Viver com + Qualidade de vida no seu bairro*, da empresa Tekron Engenharia e Construções Ltda. A ação distribuiu livros, cestas básicas, kits de higiene, álcool em gel e máscaras para os moradores da Comunidade do Morro do Amor, no Complexo do Lins – favela situada no bairro Lins de Vasconcelos, encravado na zona norte do rio de Janeiro; em frente a um empreendimento residencial multifamiliar em construção pela empresa, no segmento Casa Verde e Amarela. O projeto também realizou reformas em 18 casas da comunidade, melhorando o aspecto das suas fachadas.

Em outra ponta, o *Viver com + Qualidade de vida no seu bairro* restaurou as lixeiras do Morro do Amor, na região do Belford Rôxo – região metropolitana do Rio de Janeiro; com apoio da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) e da Associação de Moradores. O projeto também estimulou o empreendedorismo local pela contratação de profissionais e prestadores de serviços da região.

A cerimônia de premiação foi em Brasília, transmitida pela internet. A grande atração foi a apresentação da orquestra Jovem Reciclando Sons, braço do Instituto Reciclando Sons, Oscip originária do Lixão da Estrutural, uma invasão que se formou ao redor de um antigo Lixão do DF, cuja atividade foi encerrada em 2018. O espetáculo teve regência da maestrina Rejane Pacheco.

## O trabalhador como ativo mais importante

Um dos mais emblemáticos eventos do calendário anual da construção e da CBIC, o Dia Nacional da Construção Social (DNCS) é um vetor que aglutina os trabalhadores do setor e se consolidou como demonstração inequívoca do cuidado e do respeito das entidades patronais e dos empresários com seus colaboradores e suas famílias.

Essencial na atuação da CBIC no campo da responsabilidade social, e primeiro grande projeto consolidado em âmbito nacional pela entidade, ao longo dos anos o evento foi adaptado para manter-se como chamamento à cidadania e ao fortalecimento da relação entre as empresas e seus trabalhadores, e vice-versa. Criado em 2006 e celebrado todo mês de agosto, o evento é uma ação nacional gratuita para os participantes: o DNCS não deixou de ser realizado sequer durante a pandemia da covid-19, levando alegria para o trabalhador da construção pela internet, em um momento de grandes desafios.

Realizado pela CBIC em exitosa parceria com suas associadas e as representações estaduais do Serviço Social da Construção – os Seconcis, o DNCS mobiliza as cidades em um dia de prestação de serviços gratuitos, dedicados exclusivamente aos trabalhadores da construção e seus familiares nas áreas da saúde, lazer, cidadania e educação; além de atividades recreativas, esportivas e culturais.

Desde a sua criação, em 2006 até meados de 2023, o Dia Nacional da Construção Social já alcançou mais de 4 milhões de atendimentos presenciais a cerca de 900 mil trabalhadores e familiares em centenas de localidades espalhadas pelo país. O evento também se tornou um dia de celebração das diversas ações de responsabilidade social realizadas nos canteiros de obra pelas entidades do setor e seus parceiros institucionais, nas cidades em que atuam, ponto alto do trabalho realizado ao longo de todo o ano e que atende a classe trabalhadora da construção. Toda a programação é cumprida com o apoio de voluntários, arregimentados pelas empresas do setor e seus parceiros.

Marcados por uma severa crise econômica, os anos de 2014, 2015 e 2016 carregaram edições emblemáticas do DNCS, cuja realização foi mantida a despeito dos impactos da recessão sobre o desempenho da construção. Nos anos seguintes, o evento manteve sua pujança, uma trajetória interrompida apenas em 2020: no ano em que eclodiu a pandemia da covid-19, o evento foi suspenso pela primeira e única vez desde sua criação.

Com o avanço da imunização da população, a realização do DNCS foi retomada em 2021, uma edição 100% *on-line*, e já tem data marcada para acontecer em 2023. Em agosto, o evento retoma seu formato original, no formato presencial, nas localidades que aderirem à iniciativa. Com o tema *Construindo dias melhores juntos*, a iniciativa terá foco na qualificação profissional, no ambiente de trabalho seguro, no combate à violência doméstica, valorização da família, inclusão, diversidade e saúde financeira.

Conheça os marcos do DNCS:

## 2014 | Família em primeiro lugar

O evento foi dedicado à valorização da família e ao reconhecimento de sua importância para a felicidade do trabalhador. Com o tema *Família: o alicerce do que se constrói na vida*, o DNCS envolveu 38 localidades de 21 Estados da Federação e o Distrito Federal. Naquele ano, foram realizados 581.794 mil atendimentos, contemplando 79.999 pessoas.

## 2015 | Convocação à nova geração

Em 2015, o evento foi dedicado ao público jovem, buscando atrair a futura geração de trabalhadores do setor e demonstrar que a construção é um segmento relevante e promissor. Com o tema *Quer mudar o mundo? Mãos à obra!*, o DNCS envolveu 35 localidades em 26 Estados – e o Distrito Federal – e realizou 272.117 atendimentos, beneficiando 81.053 pessoas.

## 2016 | Valores e princípios

O evento foi dedicado ao resgate de conceitos indispensáveis para a convivência em sociedade, como ética, família, saúde, solidariedade, gentileza, respeito, amizade, educação, vida saudável e cultura. Com o tema *Valores Constroem*, o DNCS envolveu 32 localidades em 19 Estados e realizou 264.770 atendimentos, beneficiando 69.032 pessoas.

## 2017 | Pelo interesse coletivo

Assumindo papel na defesa de valores e princípios éticos capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, humana e sustentável, o setor aderiu à campanha *#MinhasEscolhasMeuPaís*. A ação social conscientizou o trabalhador da indústria de que suas escolhas impactam diretamente a sociedade e o futuro do país. Foram realizados 240.928 atendimentos, com 59.403 pessoas atendidas.

## 2018 | Reconhecimento

Com o lema *O Futuro dos nossos filhos*, a abertura oficial do evento em Belo Horizonte (MG) homenageou o idealizador da iniciativa, o ex-presidente da CBIC Paulo Safady Simão. Naquele ano, a ação social prestou 164.742 atendimentos, beneficiando mais de 47.468 mil colaboradores da construção e familiares.

## 2019 | Estímulo à atualização

O foco da campanha foi *O mundo está mudando. E você?* A proposta mostrou as mudanças nas funções da construção e como os trabalhadores deveriam se adaptar para manter a empregabilidade alta. Mais uma vez os números mostraram o impacto positivo que o setor consegue alcançar quando se une em torno de uma causa. Superando a edição anterior, o DNCS realizou mais de 171.584 atendimentos a mais de 46.625 mil pessoas.

## 2021 | Disrupção e gratidão

Com o mote *Orgulho de Ser a Força que Constrói Sonhos*, a edição do DNCS tornou-se uma grande homenagem ao trabalhador da construção, que se manteve em atividade durante a pandemia, contribuindo para reduzir os impactos da crise sanitária sobre a economia brasileira. Foi a primeira edição 100% digital, transmitida pelo canal da CBIC no YouTtube, marcando o momento de disrupção vivido pelo país em todos os campos. Com as atrações apresentadas pela atriz Maria Paula Fidalgo direto de Brasília, o evento sorteou uma motocicleta além de outros brindes e foi encerrado com show ao vivo do cantor Michel Teló. Tudo pela internet. A realização do DNCS mobilizou 47 entidades associadas à CBIC e recebeu mais de cinco mil inscrições

## 2022 | Celebração da vida

Com o mote *A força que nos une é diversa*, a edição do DNCS teve o sentido de uma grande celebração da vida: com o controle da pandemia mais próximo no horizonte, o evento traduziu o otimismo e alívio trazidos pelo avanço consistente na vacinação da população. Realizado em formato misto – eventos presenciais foram transmitidos pelo canal da CBIC no YouTube, o DNCS foi recebido nas cidades de Fortaleza (CE), Manaus (AM), Maringá (PR), Salvador (BA) e Volta Redonda (RJ), com ações focadas na saúde, educação, lazer e cidadania. Atrações musicais de cada localidade foram exibidas para trabalhadores de todas as regiões do país, ao vivo. Mais de três mil pessoas participaram presencialmente do DNCS em 2022. Na transição da pandemia, o evento manteve números superlativos: a participação *on-line* reuniu 431 espectadores; nas redes sociais, mais de 480 mil pessoas foram alcançadas pelas publicações do DNCS, com cerca de 860 mil impressões dos usuários.

## Liderança sustentável: o futuro da indústria da construção

A percepção de que a mudança é um movimento contínuo e que alcança todos os *players* da indústria da construção tem pautado as ações da Comissão de Responsabilidade Social da CBIC e deu origem a projetos técnicos focados no futuro do setor. Mais que estimular uma nova mentalidade para o empresário e profissionais que já estavam na construção, a CRS enxergou a oportunidade de identificar e contribuir com a formação de líderes que pudessem induzir a transformação do setor nas gerações seguintes, alimentando um processo de modernização continuada.

Em 2016, buscando trazer esse público para a órbita do associativismo e estabelecer uma troca de experiências entre as gerações, foi criado o projeto *Lideranças Sustentáveis*, ancorado no lançamento da *Plataforma de Liderança Sustentável Setorial*: idealizada pela consultoria Ideia Sustentável, a ferramenta reuniu as histórias de líderes empresariais com o objetivo de inspirar outros executivos sobre o valor da sustentabilidade.

Para isso, foram colhidos os depoimentos de presidentes de empresas da construção mostrando que um negócio sustentável também pode ser rentável e competitivo. Gravados em São Paulo, os depoimentos foram transformados em vídeo palestras com formato inspirado no TED (*Tecnology, Entertainment, Design*) – com até 18 minutos de duração. Da rodada inaugural participaram nove executivos: Dani Muszkat, da Even São Paulo (SP); Graça Dias de Sousa, da Dias de Sousa, Fortaleza (CE); Caio Bonatto, da Tecverde, Curitiba (PR); Ivo Corrêa Faria, da Pontal, Goiânia (GO); Mauro Piccolotto, da MPD, Barueri (SP); Maurício Menezes, da Toctao, Goiânia (GO); Fábio Villas Boas, da Tecnisa, São Paulo (SP); Milton Bigucci, da Mbigucci, São Bernardo (SP), e Marcelo Miranda, da Precon, Belo Horizonte (MG).

Publicados na plataforma, os testemunhais foram distribuídos pela internet e disseminados pelos perfis da CBIC nas redes sociais. Os depoimentos também serviram de base para a organização do livro *Sustentabilidade na Construção*, obra com abordagem inédita sobre como a sustentabilidade podia ser agregada à construção e o seu impacto positivo na rentabilidade dos negócios no setor.

Em 2017, para dar um novo passo nesse campo, a CRS desencadeou mais uma iniciativa inédita e criou o projeto *CBIC Jovem*, com o objetivo de agregar novas competências às lideranças (estudantes de áreas afetas ao setor, dirigentes, empresários e executivos) através de experiências, práticas e partilhas, buscando contribuir para a formação de uma geração de líderes empresariais capazes de aproveitar oportunidades e acompanhar ou gerar tendências em benefício do futuro do setor da construção por meio de uma gestão representativa, eficaz e socialmente responsável.

## Chamada pública pela internet

A iniciativa teve foco na qualificação de jovens empresários e gestores da construção e do mercado imobiliário das cinco regiões do País, nos campos da gestão e liderança e dentro de uma perspectiva empresarial e associativa. Naquele ano, os participantes da primeira turma foram indicados por entidades associadas da CBIC, uma curadoria feita para trazer diversidade ao grupo e agregar todas as vozes e experiências do Brasil. Uma semente que floresceu nas iniciativas seguintes.

Em 2018, ao invés de abrir inscrições de forma tradicional, a CBIC lançou um desafio em busca de novos talentos para o projeto. A chamada pública foi realizada pela internet e, com apenas 11 dias de divulgação e prazo para adesão, contabilizou 140 inscrições de jovens de todo o país, entre 22 e 35 anos – exatamente o público que a CRS planejava conquistar. Ao final da seleção, o CBIC Jovem reuniu 24 novos integrantes – o grupo de novas lideranças atendeu a uma programação ampla e diversificada, em que a CBIC contou com o apoio de parceiros diversos.

Dois participantes arregimentados na cidade de Brasília, por exemplo, foram convidados pelo Sinduscon-DF para integrar o *BIM Colaborativo do DF*, projeto da entidade para disseminar o uso da Modelagem da Informação da Construção (BIM) no cotidiano do setor imobiliário da capital federal. Em parceria com o governo local, o Sinduscon-DF levou o BIM para o programa Adote uma Praça, criado para a manutenção e recuperação de áreas públicas.

A CBIC levou o *CBIC Jovem* também para perto da Academia e apresentou a iniciativa aos estudantes do curso de Engenharia de universidades dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande Sul. Ainda em 2018, os jovens foram desafiados a montar projetos para as entidades do setor da construção às quais pertenciam: as propostas foram implementadas pelos sindicatos locais, com sucesso.

## Relacionamento internacional

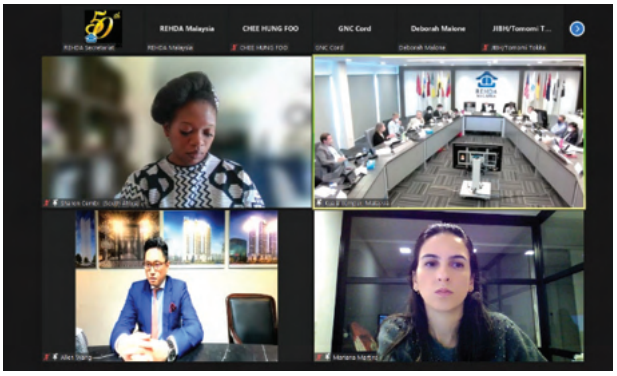
Em 2020, o *CBIC Jovem* aderiu ao movimento de reinventar a construção e participou do evento *StartSe – Construtech Conference 2020*, em São Paulo, para ver como as novas tecnologias e as mudanças de hábito dos consumidores vinham aumentando a eficiência operacional na construção, tornando-se uma grande vantagem competitiva para as empresas, diferenciando-as no mercado, reduzindo seus custos e melhorando sua produtividade e lucros.

No ano seguinte, para mapear e entender o grau de digitalização de construtoras e incorporadoras no Brasil, o coletivo preparou a pesquisa *Transformação Digital na Indústria da Construção*, mapeamento do estágio de aceleração digital do setor: os resultados foram apresentados durante o 92º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC) e pautaram um episódio do podcast da Rádio CBIC. A segunda etapa da pesquisa, realizada em 2022, identificou soluções digitais oferecidas no mercado para ajudar as empresas da construção a dar o próximo passo na sua jornada de digitalização.

Ainda em 2021, os integrantes do grupo *CBIC Jovem* lideraram o *CONECTA CBIC*, projeto criado para conhecer as principais dificuldades enfrentadas pelas entidades que representam a indústria da construção. A iniciativa foi realizada por intermédio de entrevistas semiestruturadas com representantes de entidades de todo o país.

Além do mapeamento das dificuldades, o *CONECTA CBIC* identificou e divulgou projetos e ações desenvolvidas pelas entidades para o enfrentamento dos desafios. O projeto estabeleceu uma interface maior entre as entidades do setor e fortaleceu o associativismo por meio do compartilhamento de boas práticas.

Em 2022, com suas iniciativas mais maduras, o *CBIC Jovem* alçou voo e tornou-se internacionalmente conhecido: suas iniciativas e os resultados dos seus trabalhos foram apresentados durante a reunião anual da International Housing Association (IHA), associação sediada em Washington (EUA) e que reúne países em escala global para compartilhar as melhores práticas em habitação. A CBIC é uma de suas filiadas, representando o mercado imobiliário brasileiro.



O grupo de jovens líderes também teve oportunidade de integração com seus pares do setor da construção da Argentina, durante reunião com representantes da Câmara Argentina da Construção (CAMARCO). O grupo argentino visitou o Brasil em 2022 e o encontro foi organizado pela CBIC na cidade de São Paulo.

Supervisionadas pela CBIC, as iniciativas do CBIC Jovem ganharam autonomia e voz própria. O grupo criou perfis nas redes sociais e está presente no Instagram, LinkedIn, Twitter e Facebook para comunicar de forma aberta e direta suas ações.

## Formação continuada e ampla

Ao longo dos anos, a CRS tem alargado as áreas de interesse do *CBIC Jovem*, organizando cursos e *workshops* sobre temas fora da esfera estrita da construção, mas que tenham interface e impacto sobre o setor, como políticas públicas, tendências e os novos padrões de governança (ESG), a transformação digital do setor público etc. Entre as diversas oportunidades emblemáticas articuladas para os integrantes do CBIC Jovem, duas aconteceram em 2022:

### Capacitação em políticas públicas

Treinamento sobre conceitos essenciais sobre o tema, com uma simulação da formulação de política pública habitacional. O objetivo foi apresentar a lógica do agente público (político e burocrático) ao empresário e dirigente de sindicato patronal, de modo a melhorar sua capacidade estratégica de interlocução e negociação com o poder público. Ao dissecar a formação do processo político e definir o *mindset* dos agentes públicos, a expectativa foi qualificar os participantes para diálogos mais produtivos.

Na programação do curso foram abordados temas como:

- **A natureza política** – sobrevivência e adaptação; ação e conjuntura; ética de convicção e ética de responsabilidade;
- **Elementos constitutivos da ação política** – ator; interesse; racionalidade; ação coletiva; instituições, e o papel da história;
- **Conceito de Políticas Públicas** – o conceito de Estado; processo de formação histórica do Estado brasileiro, e o desenvolvimento das suas competências e atribuições;
- **Conceitos de Estado** (elitismo, corporativismo e pluralismo) – abordagens de Estado; processo decisório; políticas públicas como ecossistema de decisões inter-relacionadas entre atores estatais e privados; elitismo; corporativismo; pluralismo, e marxismo;
- **Elaboração e execução do orçamento público** – etapas de formação do orçamento público; evolução; tendências de mudança; desconfiança; engessamento e flexibilização.

A capacitação contemplou, ainda, um estudo de caso focado em políticas públicas de habitação.

## *Workshop* de design digital e introdução ao ÁGIL e ao SCRUM

No final de 2022, a CRS organizou um *workshop* sobre design digital, no formato presencial, na cidade de Brasília. Durante o encontro foi desenvolvida uma abordagem essencialmente prática de aprendizagem em que o participante aprendeu e vivenciou os principais conceitos, os pontos mais importantes, a metodologia e as ferramentas para facilitar e administrar os processos de inovação por meio do design ágil em uma jornada prática de inovação por meio do entendimento do problema, da observação holística, da geração de um novo ponto de vista, da ideação, da prototipação e de testes.

A imersão, realizada durante oito horas, buscou proporcionar a vivência e experimentação cocriativa do design ágil como ferramenta estratégica para solução de problemas, com foco em inovação. O objetivo final do curso foi tornar os participantes do CBIC Jovem capazes de criar soluções úteis e desejáveis, transformando-se em atores fundamentais do fortalecimento das entidades da construção nos Estados e de geração de valor para a CBIC.

A capacitação envolveu, ainda, aulas virtuais – foram três encontros com quatro horas de duração – para introduzir os jovens líderes ao Ágil e ao Scrum, ferramentas que facilitam a adoção de um pensamento ágil no dia a dia de projetos. Conhecimentos em inovação, design ágil e metodologias ágeis são fundamentais para ajudar os jovens a navegarem em um mercado e uma sociedade em rápida evolução e com constantes mudanças.

Em 2023, o *CBIC Jovem* liderou atividades no 96º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC), edição realizada dentro da Feicon, em São Paulo. Uma delas, o painel *Inovação Aberta na Construção: Cases*, debateu como grandes companhias estão criando novas soluções, melhorando processos e se reinventando a partir da conexão com *startups*. Participaram do debate Daniele Oliveira, head de Inovação na CYRELA; Marcus Vinicius Anselmo, cofundador da Terracotta Ventures; Renan Galvão Wanderley, coordenador de projetos BIM do Comitê de Inovação do Grupo Kallas.

Na ocasião, foram apresentados diversos *cases* de sucesso que mostraram como a inovação aberta – modelo de gestão empresarial voltado para a inovação que promove a integração entre pessoas e organizações externas à empresa – pode ajudar a impulsionar o setor. O painel mostrou a importância dessa colaboração para o desenvolvimento de novas tecnologias e soluções, apresentando *cases* que poderiam impulsionar a criação de novos projetos e produtos, além de melhorar a qualidade dos processos e aumentar a eficiência no setor da construção.

O *CBIC Jovem* também realizou uma atividade inédita, o Espaço Núcleo de Conteúdo da Feicon: destinado a apresentações dos patrocinadores do evento. Durante toda a programação, foram realizados *pitchs* de debates mediados pelos jovens líderes. Diversas empresas passaram por lá, como o grupo de *startups* Acate, o SENAI, Orçafascio e outros.

## ESG no setor da construção

Uma visão de responsabilidade social como vetor do negócio e o estímulo a uma mentalidade aberta à mudança, tendo como objetivo tornar o setor da construção permeável aos sucessivos ciclos de disrupção na sociedade, estabelecendo bases para uma adaptação rápida e consistente ao novo tem pautado a atuação da CBIC e gerado projetos emblemáticos ao longo dos anos. Em 2022, em uma iniciativa coerente com uma agenda que antevê movimentos de mudança que virão a impactar empresas de todos os portes e não apenas os maiores *players*, a entidade avançou mais um passo com uma ação para introjetar o ESG no setor da construção.

Depois de ter colocado na agenda estratégica de entidades e empresas a ética e o *compliance* (*veja na seção Projetos Estruturantes*), a partir de 2016, a Comissão de Responsabilidade Social desencadeou o projeto *ESG/ASG no setor da construção* para despertar a consciência, disseminar, promover e desmistificar, de forma simples e transparente, conceitos ligados ao tema ESG e sua relação com a construção – seus segmentos e setores afins.

Para realizá-lo, a CRS contratou uma consultoria especializada para desenvolver e colocar em prática uma capacitação virtual sobre o tema, de forma a auxiliar na compreensão dos diferentes aspectos dessa pauta e sua influência nos negócios. A primeira fase do projeto capacitou a liderança interna da CBIC e das entidades a ela associadas, que cumpriram uma programação destinada a:

- Preparar as lideranças para contribuirem, de forma estruturada, com o avanço do tema;
- Estabelecer a conexão entre os aspectos ESG e o papel da liderança para avançar nesta agenda de forma estratégica para o negócio;
- Informar, para que o público participante compreendesse a aplicação dos princípios ESG em suas diversas abordagens, assim como a influência direta ou indireta nos negócios, produtos, cultura, reputação e como atributo de proteção e geração de valor;
- Apresentar uma visão sistêmica do tema para que o participante tivesse condições de incorporar os princípios ESG na gestão, controle, transparência e relato de suas atividades empresariais;
- Abordar temas como fundamentos e critérios ESG, relação ESG e ODS, gestão da cadeia de fornecedores, economia circular, diagnóstico/nível de maturidade ESG, geração de valor, resultados financeiros, parcerias, imagem organizacional.

A capacitação foi realizada em ambiente virtual nos dias 15 e 16 de dezembro de 2022. Como parte do treinamento, todos os participantes tiveram a oportunidade de utilizar um instrumento simples de autodiagnóstico criado pela consultoria para aferir a aderência das organizações envolvidas aos critérios ESG, de forma que os participantes pudessem aplicar o novo conhecimento na prática. Foram usados os indicadores do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) como base para os critérios de autoavaliação.

Disponibilizada ao final do curso, a ferramenta ficou disponível para devolutiva por mais uma semana: foram apresentadas 45 questões – 15 perguntas em cada eixo: social, ambiental e governança. No total, mais de 100 pessoas participaram da capacitação.

## Fortalecer o negócio da construção

O índice ESG – do inglês *Environmental, Social and Governance* (em português ASG - Ambiental, Social e Governança) – tem sido usado para definir e avaliar as boas práticas empresariais e seus impactos, com base em três eixos da sustentabilidade: o meio ambiente, o social e a governança. Para além do significado da sigla, o ESG passou a ser usado para se referir às práticas de sustentabilidade das organizações e foi agregado aos critérios de avaliação por investidores.

O ESG ganhou importância alavancado pelo interesse cada vez maior de novos consumidores com os três pilares da sustentabilidade – nesse cenário, o vetor ambiental tornou-se insuficiente, impondo a necessidade de mais um ciclo de adaptação das orga-

nizações. Com o setor da construção não será diferente, um movimento que já começou: a pandemia da covid-19 é um dos acontecimentos recentes que evidenciaram as grandes mudanças na sociedade, colocando os temas relacionados aos eixos “S” e “G” do ESG em maior protagonismo.

Composta majoritariamente por pequenas e médias empresas – mais de 90% do setor, segundo dados da CBIC – a construção pode e deve se beneficiar das práticas ESG, atraindo para si novos investidores e clientes. A entidade vai estimular esse movimento, orientando, informando e desmistificando o ESG para seus associados e, consequentemente, para os empresários do setor.

Nos seus projetos de responsabilidade social, a CBIC tem trabalhado, em parceria com o SESI, muitos dos assuntos que agora estão vinculados aos eixos “S” e “G” do ESG, como a agenda 2030, direitos humanos, equidade de gênero, relação com a comunidade local, políticas corporativas, ética, transparência, entre outros.

## Diversidade, equidade e inclusão no setor da construção

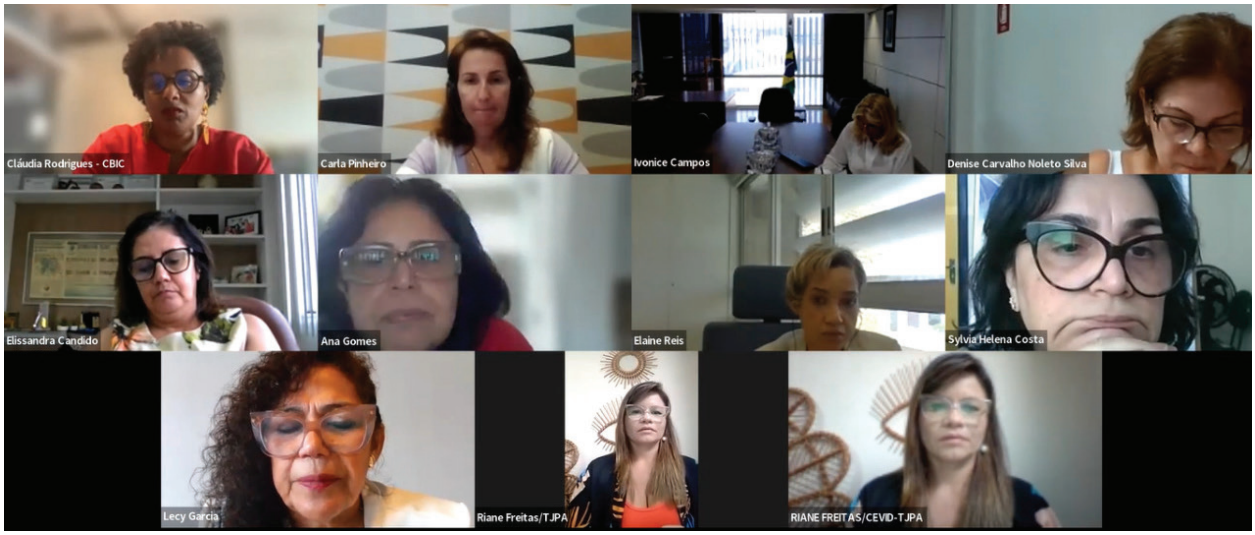
A Comissão de Responsabilidade Social também tem se debruçado sobre a agenda DEI, realizando projetos destinados a estimular a abertura de mais espaço e estabelecer maior representatividade de todos os estratos da população em um setor notadamente liderado pelo gênero masculino. Atenta às mudanças por que passa a sociedade brasileira, a CBIC articula mais um movimento de atualização da mentalidade empresarial e modernização do setor da construção, trazendo para suas ações a disseminação da chamada agenda DEI – diversidade, equidade e inclusão.

Nesse contexto, em 2022 a comissão inaugurou o projeto *Elas Constroem*, para planejar, promover e executar, de forma colaborativa, ações voltadas ao público feminino, principalmente mulheres que atuem no setor da construção e vivam no Brasil. O projeto tem foco especial nas mulheres de baixa renda; beneficiárias de programas sociais; refugiadas; mulheres em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica, e mulheres que atuem ou pretendem atuar no setor da construção e no mercado imobiliário.

O *Elas Constroem* tem foco em um conjunto de temas, entre eles:

- Atuação da mulher na indústria da construção: desafios e oportunidades;
- Desenvolvimento e formação de mulheres para atuação no setor;
- Disseminação de conceitos associados à agenda DEI – equidade, diversidade, machismo tóxico etc – e direitos da mulher;
- Participação de mulheres em conselhos;
- Apoio a mulheres em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica;
- Divulgação de boas práticas e de instituições, entidades e empresas que trabalhem o tema;
- Divulgação e/ou formulação de ações e/ou entidades que promovam a formação profissional de mulheres;
- Parceria com órgãos e instituições para viabilidade das ações a serem desenvolvidas.

Um conjunto de ações foi realizadas pela CBIC em 2022 para tirar o projeto do papel. O *Elas Constroem* teve criada sua identidade visual; foi firmada parceria com a Caixa Econômica Federal no âmbito do Projeto Caixa Pra Elas com vistas à adoção de boas práticas na prevenção da violência contra mulheres e meninas, crianças e adolescentes; foram mapeadas as ações desenvolvidas por entidades filiadas a CBIC e contratada uma consultoria, que analisou o cenário atual e as oportunidades existentes.




Ainda naquele ano, a CRS promoveu uma roda de conversas sobre projetos e iniciativas que promovessem cuidado e oportunidades para mulheres que vivem no Brasil. A atividade foi realizada pela internet e contou com a participação de mulheres representando o governo federal – Ministério da Cidadania; a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), e o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJ-PA).

Em 2023, durante o 96º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC) foi realizado o painel *Elas Constroem: como estimular a participação da mulher no setor da construção* para discutir a importância da presença feminina no mercado de trabalho e destacar os principais desafios que as mulheres enfrentam no setor. Participaram do debate importantes lideranças femininas, como Neivia Justa, fundadora e líder da consultoria Justa Causa; e Geisa Garibaldi, fundadora e CEO da empresa Concreto Rosa; além de mulheres de destaque no ecossistema da construção.

A CRS prepara novas iniciativas, como o desenvolvimento e disseminação de uma campanha e a capacitação de mulheres para os temas de representatividade feminina, inclusão da diversidade e equidade de gênero. Tais ações estão previstas para o segundo semestre de 2023.

## Um futuro cada vez mais diverso

Para enfrentar a questão da diversidade e endereçar avanços, a comissão lançou o projeto *Diversidade em Construção*. Criada em 2022, a iniciativa teve como público-alvo os integrantes do grupo *CBIC Jovem* para promover debates ligados ao tema diversidade. O projeto também buscou fazer um mergulho profundo no 'S' do ESG – social – para preparar as empresas e entidades para uma nova era que já começou; e agregar novas competências ao desenvolvimento de jovens lideranças do setor da construção.

Foram realizados nove encontros em ambiente virtual que contaram com a participação de renomados empresários e especialistas brasileiros. A CBIC mobilizou palestrantes e convidados que lideram as iniciativas nesse campo em empresas de grande impacto e visibilidade, trazendo o que de mais novo e efetivo tem sido realizado no campo da diversidade.

Participaram dos eventos Láislla de Gouveia, coordenadora de sustentabilidade no iFood; Simone Coutinho, responsável por Diversidade Social e Inclusão, e Viviane Otsubo Kwon, superintendente de Negócios Sustentáveis, ambas no banco Santander; Rodrigo Hübner Mendes, fundador e CEO do Instituto Rodrigo Mendes; Rita De Cássia Barros Oliveira, Head de Diversidade, Equidade e Inclusão & Responsabilidade Social Corporativa The Walt Disney Company; Giuliana Ortega, diretora de sustentabilidade da Raia Drogasil; Ewerton Nunes, gerente de Impacto Global na Comunidade da Johnson & Johnson do Brasil; e Samantha Federici, head de Parcerias do Setor Privado do ACNUR.

## Mudando de dentro para fora

O projeto *Diversidade em Construção* também envolveu um conjunto de rodas de conversa para discutir o machismo tóxico. O tema foi introduzido por iniciativa das mulheres do grupo *CBIC Jovem*, em reação ao machismo estrutural registrado de diversas formas no comportamento dos homens do grupo em relação às suas colegas mulheres. A dinâmica foi conduzida por Neivia Justa, fundadora e líder da consultoria Justa Causa, focada em projetos de transformação e cultura digital, liderança, comunicação inclusiva e gestão de mudança para executivos e empresas.

Foram três encontros em fevereiro de 2022, que duraram entre 90 e 120 minutos cada: um apenas com as mulheres do grupo *CBIC Jovem*; outro com os homens, e o último com os dois grupos juntos. Essa escuta ativa trouxe um conhecimento inestimável sobre o ambiente do setor da construção. Olhando para dentro do coletivo, a CBIC criou uma base de alta qualidade para endereçar soluções e mudar não apenas o ambiente no associativismo, como o cenário de toda a construção.

Ao final dessa rica jornada, a consultoria consolidou um conjunto de recomendações como:

- Criar iniciativas de conscientização e desconstrução de vieses e preconceitos de cada membro do grupo, entre elas treinamentos sobre vieses inconscientes;
- Investir no desenvolvimento da habilidade de comunicação dos membros do grupo, com treinamentos sobre empatia, *feedback* e comunicação não violenta x comunicação assertiva *on* e *off-line*;
- Rever a governança do coletivo para assegurar que a igualdade de oportunidades nos times de projetos estabelecendo, por exemplo, a coliderança de um homem e uma mulher em cada projeto; a presença de mais de uma mulher membro em cada time etc;
- Criar oportunidades de aprendizado com mediação, casos reais e melhores práticas, como grupos de estudos, programas de rodas de conversa e de mentoria individual ou coletiva.

Em mais uma contribuição do *CBIC Jovem*, o projeto produziu, ainda, uma cartilha sobre diversidade e inclusão focada nas entidades associadas à CBIC, empresas e trabalhadores do setor da construção e do mercado imobiliário. Pensado, inicialmente, para impactar a nova geração de líderes do setor, o alcance do documento foi ampliado. A CRS acolheu a percepção dos jovens de que, dada a relevância e atualidade do tema, valia mobilizar também seus antecessores, dirigentes, empresários e profissionais que já atuam na construção, de outra geração.

A cartilha *Construindo Juntos! Por um ambiente mais diverso e inclusivo na indústria da construção* foi lançada em abril de 2023 durante o 96° Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC) e enviada para as entidades filiadas, em uma versão impressa. A CBIC está mobilizando tais parceiros para que o conteúdo seja disseminado por todo o Brasil, alcançando empresários e profissionais do setor na ponta. A cartilha não esgota os assuntos ligados ao tema e busca despertar o interesse em torno dessa agenda. O documento oferece *links* e referências de consulta para a busca por informações mais detalhadas. A versão digital está publicada no site da CBIC.

Em parceria com o SESI, entidades associadas e um amplo leque de atores em diversas áreas do conhecimento, a atuação da Comissão de Responsabilidade Social tem contribuído para o alcance dos objetivos da CBIC: quebrar barreiras e resistências, articular e disseminar conhecimentos de alto nível e manter o setor da construção comprometido e engajado com o futuro. Um futuro que será cada vez mais diverso, ancorado na ética e concentrado na valorização de seus trabalhadores.

Alguns dados demonstram o alcance do trabalho da Comissão de Responsabilidade Social da CBIC e sintetizam os marcos da sua atuação. Entre 2014 e meados de 2023, a comissão:

- Preparou e disseminou **60 publicações técnicas**;
- Realizou cerca de **230 eventos e mais de 260 reuniões de trabalho**;
- Recebeu um **público aproximado de 1 milhão de pessoas** nos seus diversos eventos, presenciais e virtuais, incluindo treinamentos e capacitações.

# Publicações Técnicas

# Meio Ambiente e Sustentabilidade

# CBIC coloca a sustentabilidade como vetor estratégico do negócio

***Projetos induzem nova mentalidade empresarial e alinham a construção brasileira às melhores práticas nacionais e internacionais***

Há 10 anos, o paradigma meio ambiente ainda não estava introjetado no setor da construção brasileiro. Antevendo a importância cada vez maior que esse tema ganharia no futuro, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) desencadeou um movimento para aculturar o setor, estimulando uma mudança de mentalidade do empresário e de profissionais da área, e planejar a inserção do meio ambiente de forma mais abrangente na agenda empresarial da construção. Com esse objetivo, a entidade mobilizou sua Comissão de Meio Ambiente (CMA) para estruturar uma agenda que inserisse a sustentabilidade como eixo do negócio da construção, para além da necessária visão jurídica em torno do assunto, com projetos técnicos de alto impacto realizados em parceria com o SENAI e o SESI.

Um dos primeiros passos da entidade foi a criação do Fórum de Sustentabilidade, coletivo formado para agregar os diversos *players* e induzir uma nova visão de mercado, ampliando a pauta do setor com foco na inovação tecnológica, em uma nova estratégia de manejo da água e da energia, da gestão de resíduos, e na legislação; propondo às empresas uma transição para um perfil mais sustentável de suas atividades e produtos: empreendimentos e obras mais bem planejados e indutores de menores impactos, exigindo do setor a busca por novos paradigmas desde a concepção, a execução, a entrega e a manutenção de bens imóveis; assim como com a relação direta com o uso dos recursos naturais.

Transversal e realizado com interface junto às demais comissões técnicas da CBIC, o trabalho da CMA tem um caráter pedagógico e de conscientização, buscando induzir avanços nos diversos segmentos da indústria da construção. O objetivo final da CBIC é criar as condições para que o setor carregue a sustentabilidade de forma consistente e ampla, um processo que beneficia tanto as empresas – obras mais sustentáveis dão mais resultados e maior velocidade de vendas, por exemplo – quanto seus diversos clientes: a sustentabilidade já é percebida pelas pessoas como atributo relevante na qualidade de vida e convivência em sociedade, pautando decisões de compra.

Essa agenda ganhou impulso a partir de 2014, mantendo-se aderente aos sucessivos ciclos de mudanças e avanços observados no campo da sustentabilidade: a CBIC incluiu no radar o compromisso de contribuir para atender as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), apelo global da Organização das Nações Unidas (ONU) para que os países se unam para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o combate às mudanças climáticas, e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. A construção é parte essencial desse caminho e as empresas brasileiras precisavam avançar.

Na busca por tais objetivos dentro do setor da construção, a CMA mobilizou o mercado propondo agregar valor: embarcar tecnologia para atender um comprador que quer saber como vai morar, a eficiência do empreendimento e quanto custa a qualidade de vida que está buscando. Percebido ao longo dos últimos anos, esse cenário foi reforçado pela pandemia da covid-19.

## Construções sustentáveis: guias inéditos no Brasil

Os projetos realizados pela CMA têm garantido o conhecimento técnico que as empresas da construção precisam para introjetar a sustentabilidade de forma mais ampla e reforçar seus negócios com essa visão. A comissão tem produzido conhecimento de alto gabarito, estimulando análises e percepções diferentes, em que construir é a ponta do *iceberg* de um mercado em que o produto leva um ano para ser preparado e entregue, para ser usado pelos 50 anos seguintes.

No período entre 2014 e 2023, esse esforço resultou em mudanças objetivas na mentalidade do empresário brasileiro – e, consequentemente, da qualidade dos produtos colocados no mercado – e no fortalecimento da imagem da CBIC como entidade empresarial alinhada às mais modernas premissas da sustentabilidade. Esse reconhecimento tem permitido à entidade ocupar espaços e liderar debates cujos principais beneficiários são as empresas da construção e seus consumidores.

Para reforçar esse compromisso, a instituição aderiu ao Pacto Setorial PPCS, iniciativa do Ministério do Meio Ambiente engajando associações representativas das diferentes cadeias do setor produtivo, estabelecendo compromissos voluntários ou vinculantes entre o setor e a sociedade. Os pactos visavam promover a produção e o consumo sustentáveis e o descarte correto de produtos ou serviços específicos – medidas significativas para a redução, mitigação ou prevenção de impacto socioambiental.

Em junho de 2015, a CBIC preparou um conjunto de publicações orientativas para disseminar as melhores práticas e orientar as empresas da construção em diversos temas, desde o licenciamento ambiental, até a gestão de recursos hídricos e energia nos empreendimentos. Liderada pela CMA, a elaboração de tais conteúdos contou com especialistas de credibilidade reconhecida no Brasil, que trouxeram os dados mais atuais e medidas mais modernas nos temas da sustentabilidade em uso nos mercados mais avançados do mundo.

Inéditas e inovadoras, as três publicações foram lançadas durante o 87º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC), realizado  na cidade de Salvador (BA), com orientações para o processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos; diretrizes para a compra responsável na indústria da construção, e a obtenção de incentivos econômicos para seguimento das diretrizes em torno da construção sustentável. Tais documentos construíram um marco técnico decisivo para a adequação das empresas brasileiras.

O *Guia de Orientação para Licenciamento Ambiental*, por exemplo, tornou-se um item essencial para o setor, que convivia com um sistema pouco claro e atribuições difusas entre órgãos dos governos municipais, estaduais ou federal. O licenciamento ambiental pode ser um importante gargalo na realização ou finalização de uma obra, criando entraves que impactam o desempenho da construção. Além disso, o cumprimento de todas as etapas exige contingenciamento, riscos e custos para o empreendedor.

## Transição de modelo

Pensando nisso, em parceria com o escritório Rusch Advogados, a CBIC reuniu informações que elucidaram os passos e trâmites a serem seguidos para o correto licenciamento de obras e empreendimentos de pequeno, médio e grande porte. O guia contém, ainda, orientações jurídicas e legais quanto às regras em vigor naquele momento, esclarecendo sua aplicação e conferindo maior segurança jurídica ao setor.

Elaborado com o apoio da Universidade de Brasília (UnB), o *Guia de Compra Responsável* tinha por objetivo despertar a consciência e responsabilidade dos profissionais do setor quanto à escolha e uso de materiais e serviços. Tornou-se ferramenta para apoiar a decisão dos profissionais responsáveis por projetos arquitetônicos, de estrutura e de instalações, sobre o que seria recomendável ou não comprar, trazendo propostas e diretrizes para a aquisição de produtos e serviços neste setor de forma ambiental e socialmente responsável.

Para a disseminação do Guia, a CMA realizou oficinas nos Estados de Goiás e Minas Gerais, estruturadas em três partes e com duração de três horas. Conduzidos pela professora Raquel Naves Blumenschein, arquiteta e urbanista, vice-presidente da Comissão do Meio Ambiente do Sinduscon-DF e consultora da CBIC, nesses eventos foram apresentados os conceitos gerais da publicação; realizados exercícios práticos e discutidos os resultados de forma que os profissionais aprendessem a usar a ferramenta e dela tirar o melhor proveito para reorientar as decisões e processos de compras nas suas instituições. O Guia também foi incluído nos cursos de capacitação realizados pelo SENAI, parceiro da CMA no projeto.

Terceiro documento produzido pela CMA, e realizado pelo escritório Buzaglo Dantas Advogados, o estudo *Mapeamento de Incentivos Econômicos para a Construção Sustentável* apresentou um panorama dos incentivos fiscais e tributários à indústria da construção existentes no cenário legislativo nacional e internacional até aquele momento. Em 2015, esse projeto teve como objetivo desenvolver uma base de dados que pudesse contribuir para a criação de novos instrumentos, nos planos federal, estadual e municipal, contemplando todas as fases do processo construtivo, do projeto à conclusão da obra. Esta abordagem com relação ao mapeamento poderia ajudar na transição de modelos e decisões de negócios, iluminando o que vinha sendo aplicado e o modelo de sustentabilidade que se desejava.

## Gestão de resíduos: construção avança com plataforma on-line

Consciente do impacto dos resíduos da construção, a CBIC mobilizou especialistas para identificar e disseminar soluções sustentáveis para a gestão destes insumos nas obras do setor. A entidade apoiou a replicação de sistemas complexos de acompanhamento dos resíduos, em pequena e grande escala, tendo como inspiração o Sistema Estadual de Gerenciamento On-line de Resíduos Sólidos (SIGOR), do Estado de São Paulo.

Trata-se de ferramenta que auxilia no monitoramento da gestão dos resíduos sólidos desde sua geração até sua destinação final, incluindo o transporte e escalas intermediárias; permitindo o gerenciamento das informações referentes aos fluxos de resíduos sólidos. Essa plataforma *on-line* havia sido implementada em dezembro de 2014 e a CMA acompanhou o desenvolvimento do sistema, para disseminar conhecimento e estimular municípios, Estados ou empresas a implementarem sistemas eficientes em suas cadeias produtivas similares. Consolidado, o SIGOR segue ativo nos dias de hoje.

Ainda nesse tema, a CBIC passou a contribuir no desenvolvimento do *Plano Brasileiro de Avaliação do Ciclo de Vida* dos materiais da construção. Para isso, participou de grupos de trabalho e desenvolveu estudo com a pesquisadora da Universidade de Brasília (UnB), Raquel Naves Blumenschein: os resultados desse trabalho foram divulgados em 2014 e deram embasamento a uma avaliação de metas para a consolidação do plano, no que diz respeito aos inventários de produtos da construção. Implementar o plano de avaliação do ciclo de vida em edificações era importante para a indústria da construção, como mecanismo de sustentabilidade e acompanhamento de desempenho.

## Gestão Sustentável: parâmetros para um nova mentalidade

Em 2017, ano em que o Brasil registrou indicadores expressivos de estiagem em diversos Estados, consolidando a chamada crise hídrica e seus reflexos como ponto importante da rotina da população e das empresas, a CBIC colocou à disposição do setor dois estudos estratégicos e inéditos para a melhor gestão da água e da energia. Com eles, a CMA estabeleceu mais um marco emblemático para a criação de uma nova mentalidade empresarial, com visão mais ampla da sustentabilidade na construção.

O estudo *Gestão de Recursos Hídricos na Indústria da Construção – Uso eficiente da água em edifícios residenciais* estabeleceu diretrizes para o uso eficiente da água nos edifícios residenciais, tendo como referência o cenário de escassez hídrica de então, a discussão mundial sobre a gestão da demanda por água e os paradigmas trazidos pela COP 21 – conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas, realizada em 2015. O estudo indica como a indústria da construção poderia contribuir para o uso eficiente e consciente da água, num processo que envolve a criação de uma nova mentalidade em toda a sociedade, dirigida a uma maior qualidade de vida, tema que segue atual.

Àquela época, no Brasil, a gestão da demanda por água em edifícios, em especial nos centros urbanos, já era uma questão emergencial, independente do baixo índice pluviométrico em determinada época ou região. Garantir água na quantidade e qualidade necessárias e suficiente era fundamental para a manutenção das atividades existentes e para impulsionar novos investimentos, sob risco de inviabilidade econômica. Esse desafio foi abraçado pelo setor da construção e a CBIC ofereceu contribuição decisiva para a produção de avanços.

Nesse campo, a CMA também publicou o estudo *Gestão Eficiente da Energia na Indústria da Construção – Energia Solar Fotovoltaica em Condomínios: oportunidades, aplicações e boas práticas* apresentou o uso de sistemas solares fotovoltaicos como uma das possibilidades para se reduzir a demanda por energia do sistema elétrico e, eventualmente, até neutralizar essa demanda. A publicação trouxe dados do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC), órgão vinculado à ONU, indicando que as reduções do uso de energia, com a geração de eletricidade por meio de instalações fotovoltaicas, geralmente ficavam numa faixa média de 15% a 58% do consumo original.

De acordo com o IPCC de 2010, as construções foram responsáveis por 32% do consumo total de energia final no mundo. O uso de energia esteve relacionado com 19% das emissões de gases de efeito estufa e com um terço das emissões de carbono negro. Era preciso mudar o cenário. Para acelerar a disseminação da energia solar fotovoltaica, a publicação da CMA também apontou linhas de financiamento já definidas e aquelas em estudo para atender o mercado na época, estimulando o movimento das empresas do setor naquela direção.

Esse conjunto de documentos abriu caminho seguro e tecnicamente qualificado para que o setor da construção desse um salto qualitativo na sustentabilidade. A CBIC apostou na ampla disseminação desse conhecimento, com eventos organizados pela CMA e a mobilização de suas entidades associadas para garantir que tais conteúdos alcançassem o maior número de empresas possível – um movimento cujos efeitos são percebidos hoje pelo melhor uso da água e de soluções inovadoras para energia, assim como um manejo mais sustentável dos resíduos gerados pela construção. O largo uso de placas fotovoltaicas no Brasil, em empreendimentos dos mais diversos portes, certamente decorre desse esforço.

## Fórum Mundial consagra atuação da CBIC

Apesar de o Brasil deter cerca de 12% de toda a água doce do planeta, o recurso não é inesgotável e a maior incidência de crises hídricas tem mantido esse tema entre as prioridades do debate ambiental no país, e no mundo, há mais de uma década. Em março de 2018, o uso e manejo consciente da água ganharam protagonismo planetário com a realização do 8º Fórum Mundial da Água no Brasil – o mais importante evento do mundo teve naquela edição dois marcos emblemáticos: pela primeira vez desde sua criação, o Fórum teve palco em um país do hemisfério sul e contou com a CBIC na liderança de duas mesas de discussão, feito que marcou a entidade e colocou a construção brasileira em posição de destaque perante os mais importantes atores mundiais.

Das 100 mil pessoas, entre inscritos e visitantes, que passaram pelo 8º Fórum Mundial da Água, cerca de 180 participantes conferiram os dois tópicos coordenados pela CBIC: os painéis contaram com lotação máxima, deixando muitos participantes à porta da sala. O Fórum trouxe à cidade de Brasília pessoas de mais de 150 países, para cumprir uma programação com 340 tópicos, divididos por grupos em grandes sessões temáticas.

A CBIC foi selecionada entre instituições do mundo inteiro (públicas e privadas) para a coordenação das mesas *Projetos de cidades com consciência hídrica*, da sessão temática Urbano; e *Da eficiência no uso da água para gestão responsável: a indústria está ciente dos riscos e oportunidades relacionados à água?*, da sessão temática Desenvolvimento. Coerente com o esforço empreendido nos anos anteriores em torno de uma nova mentalidade empresarial e do fortalecimento da sustentabilidade no setor, essa grande conquista foi semeada no segundo semestre de 2017, quando a entidade preparou sua candidatura para submissão ao Conselho Mundial da Água, responsável por organizar o evento.

A eleição dos tópicos de maior interesse foi feita pela CBIC, em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e outras federações da indústria brasileira. A candidatura da entidade foi aceita pelo Conselho Mundial da Água, tornando a CBIC coordenadora das duas sessões que havia escolhido – os grupos de coordenação do Fórum foram compostos por instituições de vários países. Após a confirmação, a entidade passou a trabalhar na programação, tarefa cumprida pela CMA. A entidade também teve participação ativa na plataforma *on-line* de consulta pública *"Sua Voz"* para votação dos temas que integrariam a programação preliminar do evento.

Como preparação para sua atuação do setor no Fórum Mundial da Água, em dezembro de 2017, a CBIC e o SindusCon-SP realizaram em São Paulo um *workshop* técnico sobre conservação, uso de fontes alternativas de água em edificações, ocasião em que foram apresentados trabalhos em torno da norma de conservação de água em edificações, compreendendo o uso eficiente de água em edifícios e o uso de fontes alternativas (potável e não potável) à água fornecida pelas concessionárias de abastecimento, no que concerne à terminologia, requisitos, procedimentos, diretrizes, projetos, gestão, execução, manutenção e operação, excluindo-se o aproveitamento de água de chuva em áreas urbanas para fins não potáveis.

A expectativa da entidade era pela divulgação pelo poder público, durante o Fórum, de uma nova Norma Técnica sobre Conservação e Uso de Fontes Alternativas e Aproveitamento de Água de Chuva em Edificações. Esse tema foi objeto de publicações da CMA, em 2016 e 2017: *Uso Eficiente e Conservação de Água e Gestão da Demanda*.

Para a escolha dos palestrantes das sessões temáticas, diversidade foi um critério imperativo. A CMA montou um verdadeiro quebra-cabeças, atendendo diretrizes da organização pedindo a inclusão de diversas instituições – empresas, academia e organizações internacionais, contemplando todos os gêneros (homens e mulheres), diversas idades e a maior representação possível dos continentes. Os painéis preparados pela CBIC trouxeram palestrantes do Brasil e da Colômbia (América), da França (Europa), da Índia e Coréia do Sul (Ásia), do Senegal (África) e Austrália (Oceania), além de organizações com atuação global.

## Reversão do desperdício de água

O primeiro tópico coordenado e moderado pela CBIC no Fórum abordou Projetos de cidades com consciência hídrica – também integraram o Grupo de Coordenação desse painel a Bremen Overseas Research and Development Association – BORDA (Alemanha); a Korean Society on Water Environment – KSWE e a Korea Environment Institute – KEI (Coréia do Sul); e o Centre for Built Environment, Calcutá (Índia).

Dando início à programação, Debatari Chakraborty, do Centre for Built Environment apresentou o cenário de um país que detinha 17% da população mundial e 4% dos recursos hídricos à época, mas que aparecia em 132º lugar no ranking de disponibilidade de água potável e 122ª posição no ranking de qualidade da água no mundo. Ele contou que com projetos para captação de água pluvial e tratamento de águas residuais, cidades indianas estavam envolvendo suas comunidades na melhoria do saneamento e na preservação dos rios, gerando até mesmo renda para as famílias.

Do Brasil, Celso Oliveira, representante da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano do Ministério das Cidades, apresentou o projeto de fortalecimento da estratégia nacional de Gestão Integrada de Riscos em Desastres Naturais (GIDES), para prevenção e cooperação interministerial e interfederativa em situações de emergência. Relacionado aos elevados níveis de perdas no sistema de distribuição de água, Flávio Lemos, da empresa Suez (Brasil/França), expôs os benefícios de contratos focados em desempenho hídrico, trazendo casos de sucesso em São Paulo e Pernambuco.

A redução nos índices de perda de água na rede hídrica já figurava entre os temas estratégicos e prioritários da pauta cumprida pela CMA, ancorando uma discussão de alto nível sobre o uso da água no ambiente urbano e o saneamento. A comissão vinha trabalhando em busca de respostas técnicas para a necessidade de reduzir a perda de água na rede: gargalo decisivo do abastecimento de água no Brasil, país que já registrava ampla carência de saneamento, mas perdia 40% da água captada e tratada por deficiências na rede.

O painel trouxe exemplos de várias partes do mundo, oferecendo uma visão global da importância de adotar o cuidado com a água como paradigma de sustentabilidade. Os painelistas convergiram ao apontar a necessidade de uma transição para cidades com consciência hídrica, em que todos os planejamentos tenham o recurso hídrico como ponto de partida, com uma visão mais ampla e integrada para que melhorar a qualidade de vida nas cidades.

## Água: oportunidades e desafios

*Da eficiência no uso da água para gestão responsável: a indústria está ciente dos riscos e oportunidades relacionados à água?* foi o tema da segunda mesa coordenada e moderada pela CBIC no 8º Fórum Mundial da Água. Participaram da sessão a Fundação Amazonas Sustentável (Brasil), a Water, Sanitation and Hygiene Institute – Wash (Índia), a Dairy Australia (Austrália), a Parceria Portuguesa para a Água – PPA (Portugal) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef (Organização das Nações Unidas – ONU).

Representante da australiana Aither – uma consultoria de política estratégica no âmbito dos recursos, riscos e mercado hídrico, Huw Pohlner, falou sobre valoração da água, atributo que vinha aumentando e se refletindo na forma como a água deveria ser usada e gerenciada. O consultor falou ainda sobre avaliação de riscos e como se beneficiar da gestão da água, de forma a maximizar receitas.

Nancy Palacios, da Associação de Empresários da Colômbia (Andi), trouxe a experiência latina para o tópico, focando no cuidado com o uso de água nas corporações. Falou-se em conhecimento e ciência para tomada de decisões e ações; cadeia de valor, com abordagem regional e coletiva; divulgação de boas práticas; e expansão do impacto, com novos atores e modelos. Foi apresentado ainda o primeiro projeto piloto do governo com empresas que media a pegada de água.

A Coca-Cola, titular de um dos bons exemplos de gestão responsável da água na indústria brasileira, já havia alcançado o compromisso global de neutralidade em água e trabalhava pela disponibilidade do recurso, garantindo sua devolução à natureza na mesma quantidade utilizada em sua produção. Na sessão coordenada pela CBIC, o vice-presidente de Relações Corporativas da empresa, Pedro Rios, informou que por meio de reflorestamento de mananciais e partes da Amazônia eram devolvidos dois litros de água a cada litro de produto produzido. Ele também mencionou o projeto *Água + Acesso*, em que a organização investia capital financeiro e intelectual na ampliação do acesso à água potável de forma sustentável para comunidades rurais, envolvendo a população na resolução de seus próprios problemas.

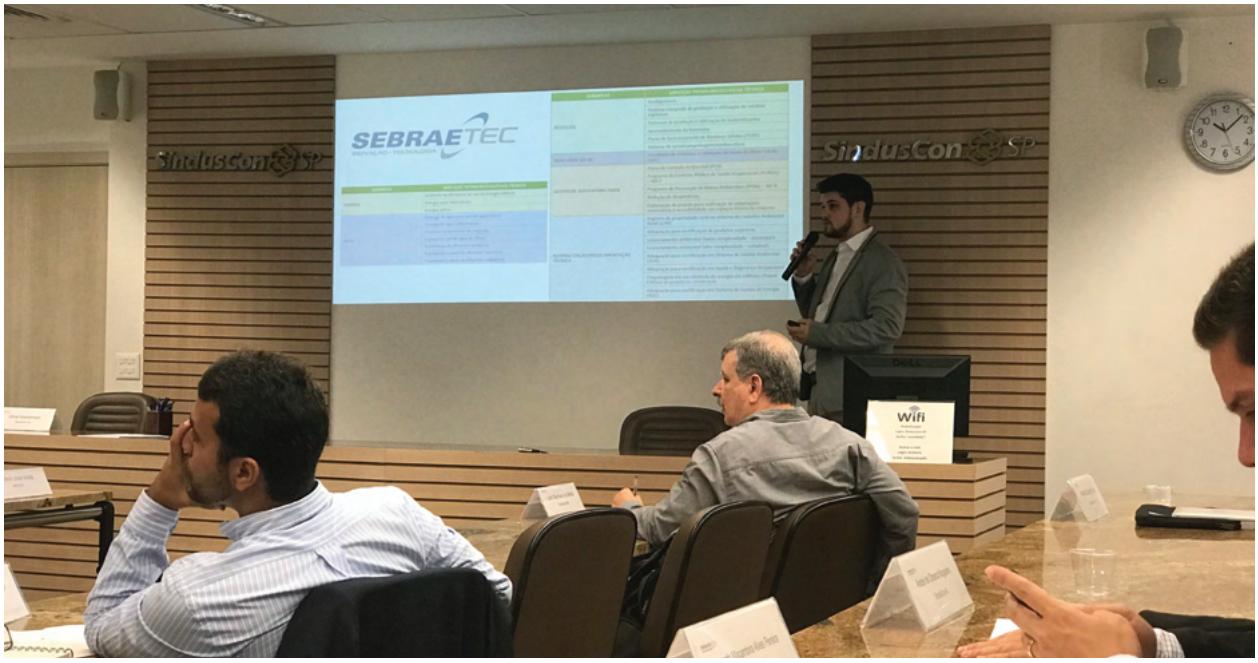
O segundo palestrante brasileiro do painel, Rodrigo Manzione, professor da Faculdade de Ciências e Engenharia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), mostrou como São Paulo fazia a cobrança financeira pelo uso de recursos hídricos no Estado, indicando oportunidades e desafios para o setor industrial. Dentre os benefícios para as empresas, sinalizou, estavam a oportunidade de receber certificações de gestão responsável, ter produtos certificados, acessar mercados que estariam fechados, melhorar os sistemas de uso e tratamento de água, agregar valor à marca e ter manutenção do investimento com a segurança hídrica.

A segunda sessão temática discutiu sobre como envolver os diversos segmentos da indústria na implementação das melhores práticas sustentáveis. Foi um debate aprofundado e transversal, com representação multissetorial, o que permitiu o conhecimento de diferentes perspectivas para o assunto: os participantes deixaram o evento com um panorama nítido das melhores experiências, desafios e oportunidades naquele momento. A participação no 8º Fórum Mundial da Água marcou a trajetória da CBIC e mostrou que o trabalho realizado pela CMA seguia a direção correta, fortalecendo a agenda da comissão e o engajamento do setor da construção.

## IPTU Verde: articulação de estímulos

Nos últimos nove anos, a CBIC também atuou de forma decisiva para articular a introdução de estímulos à sustentabilidade na construção, por meio de certificações e iniciativas do poder público. Ao mesmo tempo em que disseminou no Brasil selos como o EDGE, do Banco Mundial – sistema de certificação de edifícios ecoeficientes, que permite às equipes de projeto e aos proprietários avaliarem as formas mais econômicas de incorporar opções de economia de energia e água em seus edifícios; e a certificação AQUA-HQE – reconhecendo que a construção e a empresa responsável estão comprometidas com a responsabilidade socioambiental; a entidade também colocou em pauta a compensação tributária da sustentabilidade no setor.

Entre 2015 e 2017, a CMA conduziu uma intensa pauta de disseminação das certificações, demonstrando às entidades associadas da CBIC e às empresas do setor a importância e os benefícios gerados por tais ferramentas. Conectada com o que acontecia fora do Brasil, a comissão antevia movimento em que a sustentabilidade se tornaria também um vetor econômico dos projetos, favorecendo o acesso a recursos para produção pelo setor da construção. Essa correlação é uma realidade já consolidada no Brasil.




Como passo seguinte, a CBIC vem discutindo e tem proposto que o poder público conceda estímulo a empreendimentos sustentáveis, reconhecendo o esforço das empresas em torno de uma transição continuada no modelo de negócios do setor e beneficiando consumidores conscientes e engajados com a sustentabilidade.

Em 2019, a entidade avançou no debate do IPTU e da Outorga Verde, tendo em vista que esse avanço atenderia também o consumidor que, cada vez mais, exige saber quanto vai custar a operação de uma edificação, quanto vai custar condomínio, conta de luz e água, e, ao mesmo tempo, quais os cuidados daquele empreendimento com o meio ambiente. Para isso, a CMA buscou experiências exitosas no país, que pudessem servir de referencial para normas mais amplas.

Naquele ano, com apoio da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia (ADEMI-BA) e do Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia (Sinduscon-BA), a CBIC realizou o evento *Como obter IPTU e Outorga Verde*, trazendo como *case* iniciativa da Prefeitura de Salvador (BA) para incentivar empreendimentos imobiliários residenciais, comerciais, mistos ou institucio-

nais a realizarem ações e práticas de sustentabilidade na sua construção. Para isso, a administração municipal oferece descontos diretamente no IPTU, de acordo com pontuação dos empreendimentos no Programa de Certificação Sustentável.

Escolhido para receber o evento, o edifício-sede do Sinduscon-BA é sustentável e possuía o selo IPTU Verde, na categoria Ouro, há seis anos. Mais que orientar empresas atuantes no Estado da Bahia sobre como conseguir o incentivo, o evento organizado pela CMA apresentou os paradigmas que amparam decisões do poder público, como os elementos, equipamentos e dispositivos presentes nos projetos que tragam benefícios para o investidor, através da economia do consumo de energia, reaproveitamento de água; mas também para a sociedade através da redução global do consumo de energia e outros mecanismos que garantam economicidade e durabilidade da edificação.

Em 2022, a cidade de Salvador aderiu ao programa internacional para construções sustentáveis da International Finance Corporation (IFC), membro do Banco Mundial, passando a integrar um seleto grupo de cidades brasileiras incluídas nesta ação, fortalecendo o Programa de Certificação Sustentável IPTU Verde. O evento de adesão foi realizado na sede do Sinduscon-BA – CBIC e ADEMI-BA também são parceiros nesta jornada.

## Licenciamento ambiental como pauta prioritária

A agenda da sustentabilidade cumprida pela CBIC tem envolvido a participação da entidade no monitoramento, debate e disseminação dos temas mais relevantes e com impacto sobre o setor da construção, como a legislação associada ao licenciamento ambiental – para isso, a CMA tem sido mobilizada na produção de conhecimento técnico para as entidades e empresas do setor, criando as condições necessárias à plena aderência à legislação, assim como articulando o aperfeiçoamento de marcos regulatórios e levando o posicionamento da construção nos debates realizados pela esfera pública.

Em 2015, para apoiar as empresas na busca das melhores práticas nesse campo, a comissão publicou o *Guia Licenciamento Ambiental*, documento orientativo oferecendo uma análise dos principais aspectos preparatórios ao licenciamento ambiental e os possíveis entraves para o desenvolvimento adequado do processo, bem como um passo a passo apresentando ao empreendedor cada etapa de forma pedagógica.

Estratégico naquele momento, o Guia trazia respostas técnicas que conferiam maior segurança às empresas, nivelando o conhecimento em torno de um conjunto de normas que vinha sendo ampliado continuamente. Essa abordagem mostrou-se necessária em um cenário de fortalecimento da fiscalização e da exigência por órgãos de financiamento e de incentivos governamentais da demonstração de recursos financeiros.

Nos anos seguintes, a CMA seguiu acompanhando as mudanças na legislação, de forma a manter o setor da construção atualizado e apoiou a CBIC no debate em torno da consolidação de um marco legal para o licenciamento ambiental. A entidade participou das discussões no Congresso Nacional, esclarecendo aspectos operacionais da construção e levando sugestões técnicas para contribuir com a aprovação de uma legislação que destravasse o investimento e a execução de projetos protegendo o meio ambiente.

Em 2021, durante audiência pública interativa e conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente (CMA) do Senado Federal, a CBIC voltou a defender a aprovação do Projeto de Lei 2.159/2021, que estabelecerá a Lei Geral de Licenciamento Ambiental, focado na simplificação, modernização e uniformização das normas em um único marco legal. Representada pelo advogado e consultor Marcos Saes, a entidade destacou a importância de uma legislação que imprimisse eficiência, qualidade e segurança jurídica ao licenciamento ambiental brasileiro.

A entidade já apoiara a proposta durante sua tramitação pela Câmara dos Deputados naquele ano – o texto aprovado pelos deputados e deputadas dispensa de licença ambiental obras de saneamento básico, manutenção em estradas e portos e distribuição de energia elétrica com baixa tensão, além de obras consideradas de porte insignificante pela autoridade licenciadora.

## Áreas de preservação

Na ocasião, o consultor vocalizou a percepção do setor, destacando que a sistemática atual não tem funcionado adequadamente: o Brasil dispõe de mais de 50 mil normas em vigor, cujo atendimento representa desafio quase intransponível – e demorado – para empreendedores, consultores, servidores de órgãos ambientais e do Ministério Público. O excesso de normas e a falta de uniformização, afirmou, tem gerado muita confusão e insegurança a todos os atores envolvidos em um país que conta com ao menos 27 sistemas de licenciamento diferentes operando ao mesmo tempo.

A expectativa, apontou Saes, é que tal emaranhado fosse substituído pela uniformização das regras, estabelecendo a mesma norma para todo o país, iniciativa que estimulará novos investimentos e, consequentemente, a geração de novos empregos e renda. Passados dois anos de debate, o Projeto de Lei 2.159/2021 segue na pauta das comissões do Senado Federal.

A CMA também acompanhou a discussão de outra legislação com interface sobre a construção: a comissão participou da discussão do projeto de lei que estabeleceu as normas para criação de áreas de preservação permanentes urbanas (APPs urbanas). Em agosto de 2021, a comissão preparou o posicionamento que a CBIC levou para a sessão de debate temático pro-

movida pelo Senado Federal – em meio à pandemia da covid-19, o evento foi realizado *on-line* e contou com a participação de parlamentares e especialistas.

Na ocasião, o consultor Marcos Saes destacou que, desde a promulgação do Novo Código Florestal (Lei 12.651/2012), as APPs urbanas são um dos temas que mais gera polêmica e judicialização. Segundo ele, isso é fruto de distorções no Código, que deixou de considerar as diferenças entre os municípios brasileiros, assim como as particularidades do perímetro urbano quando comparado com o rural.

A Lei 14.285 foi sancionada em dezembro de 2021, respondendo à necessidade de uma legislação que harmonizasse a proteção ambiental com a realidade social de cada localidade do país, reconhecendo as especificidades regionais. A chamada Lei das APPs Urbanas reflete a mudança do regime jurídico previsto no Código Florestal, cuja regulamentação seguia incompleta desde 2012 devido aos vetos impostos pela Presidência da República no passado.

## Embate no judiciário

A aprovação dessa lei foi uma conquista estratégica para o setor da construção, que havia enfrentado a polêmica em torno das APPs urbanas no judiciário meses antes, quando do resultado do julgamento do Tema 1010 pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Na ocasião, os ministros se debruçaram sobre qual seria a metragem destinada à faixa não edificável do entorno de cursos d ‘água. A polêmica surgiu da possibilidade de aplicação tanto da Lei de Parcelamento do Solo Urbano – mais específica e prevendo afastamento de 15 metros; como do Código Florestal – que estabelece uma faixa varia entre 30 e 500 metros, não diferenciando as regiões urbanas das rurais e sem considerar os atributos de cada bioma e região do país.

A decisão do tribunal gerou controvérsias, não apenas pela adoção da previsão do Código Florestal, mas principalmente pela recusa em modular os efeitos: ignorando os pedidos apresentados pelos interessados, os ministros não abordaram o fato de que a própria administração pública já havia reconhecido como aplicável a faixa não edificável de 15 metros. Decidindo pela faixa de 30 a 500 metros, o STJ tornou ilegal a construção de milhares de casas, prédios e comércios, todos devidamente já autorizados e licenciados em todo o país.

Após a sanção da lei, a CBIC desencadeou iniciativas para disseminar seu conteúdo e apoiar as empresas para o pleno entendimento e aplicação da norma. Esse tema pautou a programação do 94º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC), em 2022, com a realização da oficina *APPs urbanas: entenda o que pode mudar no seu município*, que reuniu especialistas para debater a nova norma.

Passado o julgamento, diferentes setores da economia passaram a se articular em busca de solução definitiva para a controvérsia, movimento que culminou na apresentação, discussão e aprovação da lei das APPs urbanas. A CBIC participou ativamente desse esforço.

## Descabornização: o futuro chegou

A CBIC já conduz um novo ciclo de projetos técnicos olhando para o futuro do setor da construção, apropriando temas que devem estar no radar das empresas do setor: um futuro que já começou. A Comissão de Meio Ambiente está debruçada e introduzindo na agenda da construção brasileira temas como descarbonização e construção em madeira, que carregam tendências cuja realização está cada vez mais próxima. A CBIC planeja anunciar o compromisso da construção brasileira com a descarbonização e apresentar os resultados obtidos com as diversas iniciativas em curso durante a COP 30, que será realizada na cidade de Belém (PA), em 2025.

A crescente preocupação com as mudanças climáticas e a necessidade de reduzir as emissões de gases de efeito estufa têm impulsionado a transição para uma economia de baixo carbono em todo o mundo. Levantamentos recentes da Agência Internacional de Energia (IEA) colocam o setor da construção mundial como responsável direto e indireto por 39% dos gases do efeito estufa liberados na atmosfera. Cerca de 11% desse volume estaria ligado à cadeia produtiva de aço e cimento.

O restante refere-se à produção de energia para manter os edifícios em funcionamento. Qualquer avanço no esforço coletivo de entidades de classe e do poder público para enfrentar esse cenário será possível apenas com o envolvimento das incorporadoras e construtoras: cabe a tais *players* criar processos construtivos sustentáveis e que ajudem a neutralizar as emissões de carbono, considerando que soluções verdes também geram economia na manutenção dos edifícios em um horizonte de longo prazo.

Outros dados reforçam a importância do tema descarbonização: o aumento global da construção após o período crítico da pandemia da covid-19 levou a uma alta histórica na emissão de carbono pelo setor. Com isso, a construção e as edificações não devem cumprir os compromissos de descarbonização até 2050, segundo relatório divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). O setor, sozinho, foi responsável por 34% da demanda mundial de energia. O documento foi apresentado durante as negociações climáticas da COP 27 – realizada em 2022, no Egito – e aponta que as emissões de carbono da construção cresceram 5% em 2021, sendo 2% maior que no pico pré-pandemia, em 2019.

Em 2023, diante desse panorama, a CMA iniciou a aproximação do setor ao assunto, com painel no 96º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC) para discutir e apontar soluções sobre como estabelecer uma estratégia de conscientização e desenvolvimento de iniciativas para que as empresas da construção se preparem para um processo de descarbonização. O debate contou com diversos especialistas, entre eles o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (Fiero) e diretor do Instituto Amazônia + 21, Marcelo Thomé, que comentou iniciativas da Confederação Nacional da Indústria (CNI) neste tema.

## Regulação

Segundo ele, a entidade nacional da indústria trabalha uma agenda de baixo carbono baseada em quatro pilares: transição energética, economia circular, conservação de florestas e crédito de carbono. O objetivo é estimular inovações que permitam à indústria brasileira reduzir suas emissões.

Em outro campo, a CBIC acompanha a discussão em torno da regulamentação do mercado de carbono no Brasil, assunto que tem pautado o poder público e outros atores nos últimos anos. Em meio aos preparativos para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 26) – realizada em 2021, na Escócia – o governo brasileiro publicou o Decreto Federal 11.075/2022, que estabeleceu procedimentos para a elaboração dos Planos Setoriais de Mitigação das Mudanças Climáticas previstos na Política Nacional de Mudança do Clima – PNMC (Lei Federal 12.187/2009), bem como instituiu o Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa (Sinare).

Para que o mercado regulado saia definitivamente do papel há necessidade do estabelecimento de planos setoriais, com metas gradativas de redução de emissões e remoções de gases de efeito estufa, mensuráveis e verificáveis, considerando as particularidades de cada agente setorial. Não há ainda qualquer obrigação legal efetiva aos setores regulados com vistas à redução de emissões de gases de efeito estufa, exceto aquelas de cunho voluntário e diretrizes ESG. Por se tratar de um decreto, há ainda a necessidade de uma lei. Esse cenário torna o envolvimento e articulação do setor da construção com o poder público importante, assim como o aculturamento de suas empresas.

Para alcançar esse objetivo, a CBIC selou uma parceria importante para a indução do processo de descarbonização do setor da construção no Brasil: reconhecendo a importância da certificação EDGE, a entidade participou e apoiou o lançamento do *Programa de Promoção das Edificações Sustentáveis para municípios da Região Amazônica no Brasil*, projeto que alcança as capitais Rio Branco (AC), Manaus (AM), Belém (PA), Porto Velho (RO), Palmas (TO) e Salvador (BA). Organizado pela CMA em julho de 2022, o evento foi realizado mobilizando as prefeituras.

## Conscientização e inovação

A CBIC também desencadeou uma agenda temática sobre construção com madeira, com evento realizado na sede da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep): a programação recebeu os principais atores do ecossistema desse segmento para discutir uma estratégia para abertura desse mercado no Brasil. A madeira possui diversas vantagens no sistema construtivo, entre elas a captura de carbono.

Liderado pela CMA, o projeto vai debater os diversos cenários dessa temática: pontos críticos e entraves que precisam ser resolvidos para ampliar o uso da madeira na construção; medidas que precisam ser tomadas para disseminar a cultura do uso da madeira; ações prioritárias para os próximos passos na instituição de políticas públicas que consolidem o uso de madeira no Brasil e identificação dos principais parceiros nesta iniciativa.

Em maio de 2023, uma delegação da CBIC integrou uma comitiva internacional formada por representantes de toda a cadeia produtiva do setor da construção para visitar iniciativas e projetos desenvolvidos em países europeus que utilizam a madeira engenheirada na estrutura e composição das edificações. A missão empresarial foi organizada pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) e pela Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente (ABIMCI). Participaram do grupo o presidente da CBIC, José Carlos Martins, o presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA), Nilson Sarti, e a gestora Mariana Silveira Nascimento.

A missão empresarial teve como objetivo aprofundar o conhecimento sobre a construção em madeira em países da Europa que são referência nesse tipo de solução. A programação foi dividida em quatro etapas, com visitas a países como Alemanha, Áustria e Suécia. A iniciativa foi um desdobramento do *workshop Woodlife Sweden*, realizado em março, no Paraná, com parceria da Embaixada da Suécia e do Swedish Institute, que tratou sobre a adoção de sistemas construtivos mais sustentáveis.

Com essa iniciativa, a CBIC abre novo vetor de investigação de novas experiências, cenários, tecnologias e projetos que terão impacto no futuro da construção. Conduzido pela CMA, esse intercâmbio de conhecimento é essencial para as empresas brasileiras, que ficam alinhadas às mais novas práticas na agenda da sustentabilidade.

A CBIC também discutiu tais temas durante a 21ª edição da *Expo Revestir*. Promovida pela Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos, Louças Sanitárias e Congêneres (Anfacer), a feira de soluções em acabamentos para a construção aconteceu em São Paulo, em março de 2023. A CMA organizou dois painéis na *Maratona + Sustentável* – na ocasião, a comissão fez um alerta sobre a necessidade de adaptação das cidades para o enfrentamento de eventos climáticos como enchentes e apresentou um panorama sobre o uso de edificações zero água, as chamadas *Net Zero Water*.

A pauta da sustentabilidade cumprida pela CMA também tem endereçado soluções nos campos das cidades resilientes às mudanças climáticas; construção sustentável e eficiência energética – uma pauta que demonstra a prioridade da sustentabilidade na agenda da CBIC e do setor da construção, movimento fortalecido nos últimos nove anos e que se aprofunda cada vez mais.

Em parceria com o SENAI e o SESI, entidades associadas e um amplo leque de atores em diversas áreas do conhecimento, a atuação da CMA tem contribuído para o alcance dos objetivos da CBIC: além de ter estabelecido a sustentabilidade como vetor do negócio da construção, a comissão tem induzido avanços que mantém o setor em permanente modernização e adequação aos avanços exigidos pelas mudanças em curso.

Alguns dados demonstram o alcance do trabalho da Comissão de Meio Ambiente da CBIC e sintetizam os marcos de sua atuação. Entre 2014 e meados de 2023, a comissão:

- Preparou e disseminou **20 publicações técnicas**;
- Realizou **40 eventos** e **60 reuniões de trabalho**;
- Recebeu **público superior a 5 mil pessoas** nos seus diversos eventos;
- Organizou e disseminou **treinamentos e capacitações** que totalizaram **50 eventos**.

# Publicações Técnicas

# Comunicação

# Comunicação: vetor do protagonismo natural da construção

***CBIC enraíza política de comunicação integrada, ancorada no diálogo com meios de comunicação e presença forte no ambiente digital***

A atuação da CBIC tem na comunicação uma ferramenta estratégica e indispensável para a conquista de seus objetivos técnicos e institucionais. Esse vetor foi fortalecido a partir de 2014, apropriando o entendimento da importância de vocalizar os temas da construção – suas dores, importância, avanços e potencial gerador de riquezas e bem-estar para o país – para manter o setor em evidência. Entre agosto de 2014 e junho de 2023, a gestão da entidade buscou as ferramentas e parceiros necessários à divulgação plena e proativa de seus projetos técnicos e, consequentemente, da modernização continuada do setor; assim como do posicionamento da construção nos mais diversos temas de interesse do Brasil.

A CBIC tornou-se protagonista nos grandes debates sobre políticas públicas que envolvem habitação, infraestrutura e outros temas associados ao desenvolvimento econômico com inclusão social. Na atividade de representação da construção e apoio para a melhor qualidade de vida dos brasileiros, ela atua não apenas na seara institucional, mas também pautando e fazendo parte da promoção do conhecimento e da inovação. Assim, porta-vozes da CBIC são presenças frequentes em canais de televisão, veículos impressos, sites noticiosos e nas redes sociais, que vêm ganhando cada vez mais relevância na definição dos rumos do progresso.

Esse diálogo é conduzido por uma política de comunicação planejada para impactar seu público interno – entidades associadas, empresas e profissionais das diversas carreiras do setor; a indústria da construção – todo o ecossistema, que alcança mais de 96 segmentos econômicos; as três instâncias da administração pública e dos poderes legislativo e judiciário; o mercado financeiro – bancos, seguradoras etc; a Academia – notadamente escolas de Engenharia e Arquitetura; e a população em geral.

Para executar sua política de comunicação a CBIC cercou-se de fornecedores com credibilidade reconhecida e inserção qualificada no ambiente da comunicação. A partir de 2014, o jornalista Gustavo Krieger assumiu a orientação estratégica da política de comunicação e do posicionamento institucional da CBIC. A formulação e execução das atividades são tarefas da Assessoria de Comunicação da entidade, que passou a contar com o apoio operacional de agências de comunicação para uma disseminação mais abrangente dos projetos técnicos executados com os parceiros SESI e SENAI.

Articulada e integrada, essa equipe multidisciplinar e especializada atua em diversas frentes, tais como produção de conteúdo e envio de *newsletters* diárias; interlocução via assessoria de imprensa, presença diária e constante em todas as redes sociais relevantes para o ambiente de negócios nacional, além de fronteiras inovadoras, como serviços de mensagem direta.

Com foco no relacionamento com veículos da imprensa tradicional, em 2015, foi contratada a Máquina Cohn & Wolfe – atual Grupo Máquina PR; em 2016, a GBR Comunicação; em 2018, a TORRE Comunicação e Estratégia, empresa que segue prestando serviços à entidade. Ao longo desses anos, a CBIC viu sua inserção ser ampliada nos diversos meios, em âmbito nacional e regional, fortalecendo seu espaço como referência e fonte preferencial para os temas da construção.

## Operação profissionalizada e abrangente

Atenta ao fortalecimento das redes sociais e da internet como espaço de agendamento dos temas que pautam a sociedade, a CBIC endereçou sua comunicação digital com equipe própria até o final de 2017. Entre agosto de 2014 e meados de 2017 a entidade estruturou sua presença digital, criando perfis nas redes de maior audiência e produzindo conteúdos para divulgar seus projetos e posicionamentos na internet.

Inicialmente presente no Facebook e no Twitter, a entidade passou por um período de aculturamento, treinamento e formação de uma base sólida para a comunicação digital. O conhecimento acumulado, assim como o aumento significativo da demanda de divulgação, culminou na decisão de contratar fornecedor especializado para cuidar das redes sociais e agregar outros espaços à estratégia.

Para isso, no final de 2017 foi contratada a agência especializada Cobra Criada. Em 2018 a CBIC contratou a agência Lavanda Digital; em 2019, a DNA for marketing. Em 2022, a entidade retomou sua parceria de sucesso com a Lavanda Digital, que continua gerenciando sua presença no ambiente da internet. Sempre acompanhando as tendências da comunicação e buscando ampliar seu público, a CBIC está presente em todas as redes – em 2023, chegou ao Tik Tok.

Ao mesmo tempo em que se adequou aos novos espaços e ferramentas de comunicação, a entidade manteve e fortaleceu seus veículos internos: o informativo diário CBIC Hoje foi modernizado ao longo do tempo, apropriando paradigmas para uma comunicação mais eficaz, sempre com o objetivo de alcançar o maior número possível de pessoas, noticiando o que de mais relevante aconteceu na agenda da CBIC, seus associados e do país a cada dia.

A CBIC também criou e publicou de 2015 a 2017 a *newsletter* semanal, CBIC Mais, focada na abordagem aprofundada de temas de interesse: reportagens, artigos e análises, produzidos por especialistas de credibilidade e renome. Em 2019, o informativo diário estreou um novo

formato e passou a ser o CBIC Hoje+. Em 2021, reformulada e com uma comunicação visual mais atrativa, a *newsletter* diária voltou a ser o CBIC Hoje. Por meio dele, o leitor acessa as mais variadas informações relacionadas à indústria da construção como um todo, produzidas pela Agência CBIC de Notícias, bem como artigos, entrevistas e agendas do setor, em parceria com as comissões técnicas e assessorias.

Entre 2014 e 2023, os informativos institucionais da CBIC fortaleceram seu papel como fonte de consulta e acompanhamento do setor não apenas para dirigentes e empresários da construção e do mercado imobiliário nacional, mas também de diversos outros segmentos que se relacionam e têm interesse na construção. O informativo alcança os poderes Executivo, Legislativo esetores do Judiciário; mercado financeiro e bancos públicos; Academia; imprensa nacional e regional.

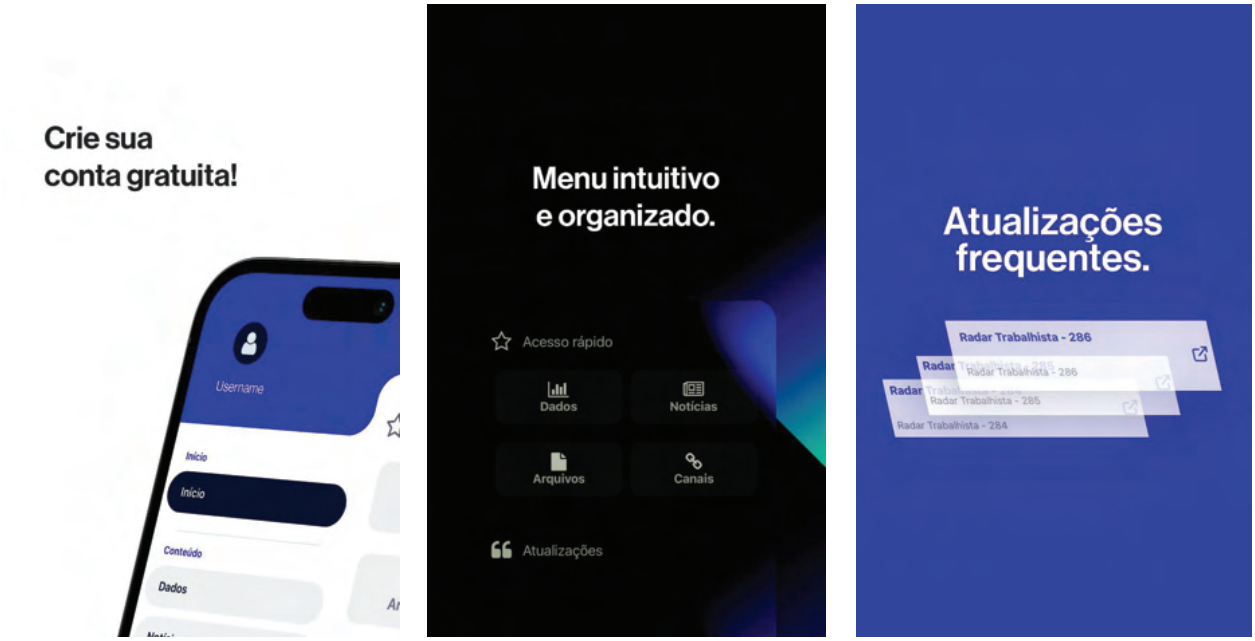
Unificando esse esforço, o site da entidade na internet é repositório de toda a sua produção técnica e do noticiário que envolve a construção – tanto aquele gerado e provocado pela própria CBIC, quanto a repercussão da cobertura veiculada pelos meios de comunicação. O portal da instituição na internet tem acompanhado a evolução de sua política de comunicação e os avanços da tecnologia: entre 2014 e 2023, passou por duas etapas de modernização: a primeira em 2017 e a última em 2019.

## Na palma das mãos

A última rodada de atualização foi destinada a aprimorar a experiência do usuário. Para isso, a CBIC adotou uma plataforma mais moderna, tornando o site totalmente responsivo e melhorando a navegação em todos os dispositivos, seja *desktop, notebook*, celular ou *tablet*. O site também facilitou o acesso e consumo das informações – todas as publicações técnicas produzidas pela CBIC estão *on-line*, com acesso gratuito. A página oferece caminho para as redes sociais – os botões ganharam mais destaque, permitindo ao leitor compartilhar as notícias de maneira fácil e rápida.

As notícias estão aglutinadas na Agência CBIC, onde o usuário acompanha os fatos mais relevantes a cada dia. Com visual mais dinâmico, o novo site aposta em imagens e fontes maiores, valorizando o conteúdo produzido pela entidade e tornando a leitura mais agradável.

Em 2020, a CBIC aprofundou sua experiência digital e lançou a primeira fase do seu aplicativo. A novidade foi adotada em pleno enfrentamento da pandemia da covid-19, quando a entidade intensificou a prestação de serviços e transmissão de informações a seus associados. Disponível para *download* nas principais lojas digitais, a ferramenta coloca todo o conhecimento produzido pela CBIC na palma das mãos do usuário, agilizando o acesso a informações e alertas de interesse para o setor. Até meados de 2023, o aplicativo da CBIC alcançou 54 *downloads*.




A política de comunicação da CBIC é proativa: a entidade elege os temas estratégicos para o setor da construção e pauta os meios de comunicação e as redes, induzindo um debate qualificado e focado na articulação de soluções. Sua reputação e abrangência nacional garantem sua inserção nos diversos meios e visibilidade para assuntos que impactam o setor e, principalmente, o país. Tais atributos também asseguram a credibilidade necessária para combater preconceitos e estimular uma visão mais clara de como a construção se insere na agenda do desenvolvimento econômico com inclusão social.

A CBIC também aproveita sua capilaridade como instrumento estratégico de comunicação: a entidade mantém e estimula a atuação da Rede da Construção, coletivo que reúne as assessorias de comunicação de todas as entidades associadas e atua em conjunto na defesa de pautas de interesse comum. O trabalho articulado de tais profissionais, dezenas de jornalistas e assessores espalhados por todo o país é liderado pela Assessoria de Comunicação da CBIC.

Cabe a essa Rede disseminar o posicionamento em temas estratégicos e levar para os meios de comunicação regionais o debate desencadeado pela entidade em âmbito nacional. O coletivo também abastece a entidade com a agenda regional do setor; numa troca virtuosa de informação. A atuação da Rede da Construção garante voz à CBIC em todo o Brasil e torna o dia a dia da construção ainda mais próximo da entidade nacional.

## Presença digital e inovadora

Em agosto de 2022, a CBIC retomou a parceria com a Lavanda Digital, que chegou com a missão de reestruturar a estratégia para as redes sociais; criar uma forma única de comunicar a CBIC dentro dos seus mais variados temas; reforçar sua reputação nos canais digitais; e elaborar um modo ágil e proativo para aproveitar as oportunidades de produção e disseminação de conteúdo.

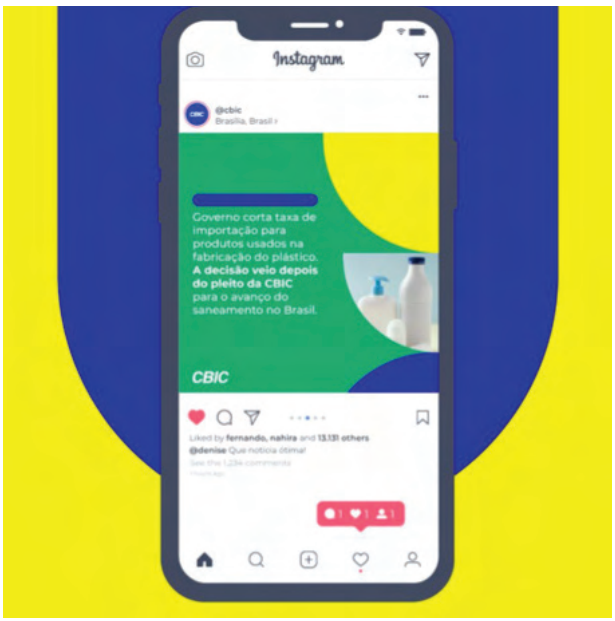
Para identificar soluções novas, a agência especializada mobilizou seu time de planejamento e realizou uma pesquisa extensa de cenários externo e interno. O que outras empresas do setor e fora dele estão fazendo? Como a CBIC se relaciona ou não com elas? E como a CBIC comunica isso dentro e fora da entidade? Essas foram algumas das muitas perguntas que guiaram todo o diagnóstico de onde estava e onde a entidade queria – e poderia – chegar.

Ao final, uma verdade já conhecida prevaleceu: a CBIC representa e defende a indústria da construção de maneira integrada, considerando todos os aspectos que transformam a vida das pessoas – quem constrói e quem habita, quem usa e precisa da infraestrutura, quem se preocupa com o meio ambiente etc.

Para deixar isso ainda mais claro para o público, foram realizados ajustes no tom de voz, mudança na identidade visual e direcionamento de conteúdo. Ou seja, cada marca tem sua própria forma de se comunicar com o seu público e com a CBIC não é diferente. Para informar e defender a construção, a entidade passaria a ser ainda mais:

- curiosa, com o olhar atento a novas soluções;
- engajada, convocando as pessoas a se envolverem com os nossos temas, chamando para ação e convidando players certos a agir;
- didática, explicando e inspirando pelo exemplo; e
- sempre com autoridade, já que confia no que fala, conhece a complexidade do mercado e se posiciona com os diversos públicos para garantir o protagonismo no setor.

Depois de entender o tom de voz, o próximo passo foi materializá-lo na nova identidade visual para as redes sociais. Desde o princípio ficou claro que o design precisaria ser simples, versátil e com foco na informação. Uma paleta de cores própria traria identificação fácil da CBIC nas redes sociais, assim como uma fonte direta e com personalidade. Formas mais arredondadas ficariam responsáveis por dar um toque mais amigável ao todo.

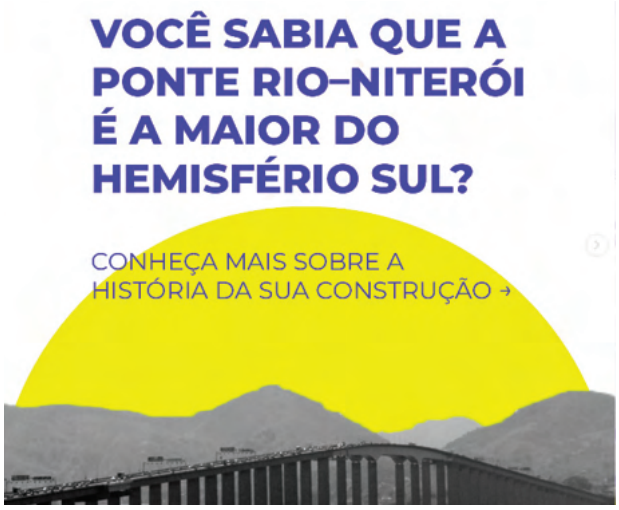


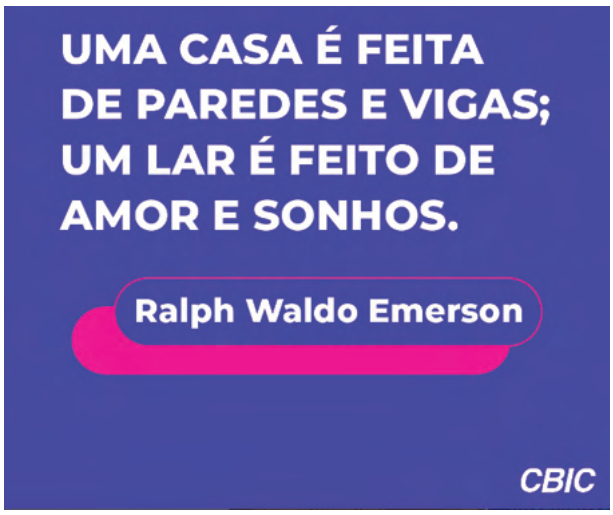

Aprovada a proposta, a mudança mais sensível foi uma transição para a ausência do vermelho, cor tradicional da marca CBIC. Para essa nova fase ficou decidido que o azul seria a cor principal. Recebida com certo receio, a ideia foi abraçada pelos diversos públicos da entidade, que respaldou a transformação rumo a uma identidade mais interativa e estimulante.

O passo seguinte foi delinear a estratégia para levar o conteúdo da CBIC ainda mais longe. A maior constatação foi de que as redes sociais da entidade tinham se tornado uma espécie de mural de corredor. Havia boletins informativos, datas de eventos e algum material mais aprofundado da indústria. Para tornar sua presença marcante, a comunicação precisou ir além. Com apoio da direção da entidade, a forma de apresentar os conteúdos nas redes mudou.

## Vídeos valorizados

Editorias com identidades próprias foram criadas, assim como a determinação de em qual rede ela melhor se encaixaria e com qual tipo de conteúdo. Dessa forma, atualmente, análises imediatas vão para o Twitter e LinkedIn, enquanto notícias e dados mais elaborados ficam nas demais redes. Além disso, surgiram editorias inspiracionais, como a *Motivação para Construir*, em que quinzenalmente é selecionada uma frase de alguma personalidade relacionada aos nossos territórios para gerar um momento de respiro e reflexão para os seguidores, e a *Histórias da Construção*, em que a entidade conta a história de uma grande obra brasileira.



Os vídeos também ganharam destaque no planejamento, já que as plataformas resolveram favorecê-los em prol do conteúdo estático. Com isso em mente, uma conta no TikTok foi criada e os níveis de interação são animadores. No YouTube, durante a pandemia da covid-19, foram lançados os eventos *Quintas da CBIC*, por onde passaram diversas autoridades e foram debatidos temas de extrema relevância para o setor e para todo o país. Também nas redes, vídeos de análise da assessora econômica da CBIC, Ieda Vasconcelos, foram divulgados no Instagram como forma de aprofundar temas econômicos e reforçar posicionamentos do setor.

Ainda no campo audiovisual, a CBIC vem reforçando sua atuação no Flickr, uma plataforma de divulgação de fotos. Na última edição do *Café com Parlamentares*, em maio de 2023, as imagens produzidas durante o evento foram rapidamente disponibilizadas no Flickr, gerando mais de 600 visualizações das imagens de um evento que contou com cerca de 100 parlamentares presentes em Brasília.

Outra importante mudança foi para a divulgação dos eventos das comissões técnicas da CBIC, que também entraram no ritmo do novo direcionamento de conteúdo. Foram produzidos templates e renovada a paleta de cores para as Comissões, melhorando a efetividade da comunicação de cada uma delas com seus públicos. Com nova roupagem, dentro da nova proposta de divulgação, os canais de comunicação passaram a refletir a verdade da CBIC.

Coerente com os objetivos de sua atuação, a comunicação digital da CBIC tornou-se mais moderna e assertiva, atenta aos movimentos da sociedade e do país, levando informação de qualidade em tempo real para seus diversos públicos, usando de forma qualificada os espaços no ambiente digital.

## Comunicação Institucional para agregar valor

O período iniciado a partir de 2015 marcou uma reorientação também na comunicação institucional da CBIC: com o setor da construção fortemente impactado pelos efeitos da operação Lava-Jato, a entidade reforçou entre os seus objetivos de comunicação restabelecer a reputação positiva da construção, com a disseminação de bandeiras tradicionais do setor no campo da ética e a defesa de um novo modelo de negócios, em que o relacionamento entre o público e privado estivesse – e se mantivesse – ancorado na livre concorrência e na transparência. A CBIC enfrentou com serenidade os questionamentos impostos pelas revelações da investigação, destacando que a prática de desvios não era característica de todo o setor.

Desde então a CBIC tem registrado, ano a ano, o fortalecimento de sua imagem e inserção junto aos meios de comunicação e seus formadores de opinião; e maior visibilidade aos projetos técnicos que realiza nos diversos campos do conhecimento de interesse da indústria da construção. Esse ganho de reputação tem efeito positivo também para seus parceiros, SESI e SENAI.

A inflexão da comunicação trouxe resultados positivos: estimativas de medição de retorno indicam que a exposição da CBIC na mídia tem crescido continuamente ao longo dos anos, pela conquista de espaços qualificados nos principais veículos de comunicação nacionais e Brasil afora. Em 2022 sua inserção mais que dobrou. Para se ter uma ideia, em 2015, quando sua comunicação foi reorientada, a exposição espontânea da entidade equivaleu ao investimento publicitário de R$ 35,2 milhões, montante que tem sido superado ano a ano.

Em 2018 a CBIC contratou a TORRE Comunicação e Estratégia para a prestação de serviços envolvendo divulgação, assessoria de imprensa e produção de conteúdo para divulgar os projetos técnicos que realiza em parceria com que a entidade mantém com SESI e o SENAI – o objetivo é agregar valor à imagem da CBIC nas iniciativas voltadas aos empresários e trabalhadores do setor, assim como integrar a cadeia produtiva da construção – um ecossistema com 96 segmentos; além, é claro, de estabelecer diálogo com a sociedade brasileira em geral.

A TORRE tem atuado para ampliar a visibilidade nacional e regional dos projetos desenvolvidos pela entidade nas mais diferentes áreas da indústria da construção, estabelecendo uma comunicação proativa com a imprensa, monitorando os ambientes e produzindo conteúdo. Na prática, o trabalho consiste em restabelecer e manter uma imagem positiva do setor perante públicos estratégicos, associados e sociedade. Ao mesmo tempo, esse esforço tem aprimorado os ativos de reputação da CBIC, que soma mais de 60 anos de história.

Para ampliar a presença da entidade na mídia e colaborar para a conquista de objetivos do setor, a equipe gerou pautas e conteúdo para divulgação das informações e dados produzidos pela CBIC. Pela sistematização do trabalho, de maneira gradativa a CBIC foi se consolidando como fonte principal para informações sobre a indústria da construção, com suas divulgações e trabalhos entrando na rotina de jornalistas e colunistas de todo o país, especialmente daqueles que atuam na cobertura das áreas de infraestrutura e economia.

## Análises de grande repercussão

A produção de conteúdo qualificado e o estreitamento do relacionamento com a mídia definiram uma nova agenda para a divulgação de dados da CBIC, o que passou a gerar expectativa entre jornalistas especializados, além de vínculo com os veículos, que buscam atualizar as informações do setor periodicamente.

Exemplo disso é a coletiva de imprensa para divulgação do estudo trimestral *Indicadores Imobiliários Nacionais*, realizado pela CBIC desde 2016 e com grande repercussão na imprensa para os números do mercado imobiliário. O levantamento garante transparência sobre os dados do setor, boa entrada na mídia, e consolida o nome da entidade enquanto referência no tema.

Além das informações do mercado imobiliário, a entidade produz conteúdos econômicos de extrema relevância e interesse, que são reverberados na imprensa. A assessoria econômica – que atua de maneira muito próxima à comunicação – elabora análises econômicas específicas, levando ao público final números como crescimento da construção, geração de emprego, impacto na economia, custos de insumos, entre outros.

A partir dos bons resultados alcançados pela coletiva de imprensa para divulgação dos *Indicadores Imobiliários Nacionais*, e com a percepção da oportunidade de dar maior publicidade às informações, a Comunicação reconfigurou o formato de divulgação dos dados, criando o produto *Desempenho Econômico da Indústria da Construção*. Foi instituída uma nova coletiva de imprensa, em parceria com a equipe da área econômica, que passou a ser realizada trimestralmente, desde 2021.

Prioritariamente, houve uma organização de tudo o que era produzido pela equipe econômica da entidade e divulgado de maneira não sistematizada e, aos dados e informações, somaram-se uma leitura de cenários do setor e projeções para o PIB. Com a criação da coletiva trimestral, a CBIC passou a ser fonte para um novo rol de profissionais da imprensa, gerando expectativa sobre as datas de divulgação dos dados e alcançando novos públicos, e até mesmo a divulgação em veículos internacionais. A apresentação dos dados também alcança outros atores, como as diversas instâncias do poder público e do sistema financeiro, por exemplo.

# A presença da CBIC na imprensa

## 2019

**1800 matérias** citando a CBIC na imprensa

**160** veículos

**535 milhões** de impressões

Valoração **R$ 74 milhões**

## 2020

**1450 matérias** citando a CBIC na imprensa

**150** veículos

**477 milhões** de impressões

Valoração **R$ 60 milhões**

## 2021

**1650 matérias** citando a CBIC na imprensa

**140** veículos

**530 milhões** de impressões

Valoração **R$ 77 milhões**

## 2022

**1500 matérias** citando a CBIC na imprensa

**150** veículos

**508 milhões** de impressões

Valoração **R$ 74 milhões**

## 2023 (até maio)

**640 matérias** citando a CBIC na imprensa

**129** veículos

**297 milhões** de impressões

Valoração **R$ 39 milhões**

## Segmentação de públicos

Outra importante mudança na comunicação da CBIC foi o avanço na gestão de marketing digital. Em busca de melhores resultados, em 2020 a entidade trocou a plataforma de envio de e-mail marketing (Mailchimp) por uma mais moderna e inteligente (RD Station). Com isso, passou a qualificar o seu mailing, separando *leads* por interesse, idade, cidade, Estado etc. Como resultado, houve um aumento considerável da sua audiência: a CBIC expandiu o seu mailing, passando de 25 mil contatos ativos em 2020 para 81 mil em 2023. Essa é a audiência atual do CBIC Hoje. O RD Station também permite segmentações para públicos com interesse específico, aumentando a efetividade dos envios, ou seja, a taxa de abertura dos e-mails.

A troca da ferramenta garantiu, ainda, a automação de e-mails dos eventos realizados pela CBIC, com a produção de *Landings Pages* (LPs). Com elas, que são mais fáceis de editar, publicar e captar *leads*, a equipe customizou o seu tempo ao deixar de fazer um site para cada curso e/ou evento. Foram produzidas mais de 620 LPs; enviadas mais de 2.300 e-mails marketing e realizadas mais de 250 automações para contatos que não apenas receberam e abriram os e-mails enviados sobre cursos e eventos, mas também participaram deles.

Em dezembro de 2022 a CBIC mais uma vez inovou no envio de suas informações. A entidade contratou a plataforma META, de mensagens por WhatsApp, via RD Station, o que vem garantindo alcance direto e imediato de *leads* específicos sobre temas de interesse do setor.

Para isso, a equipe define previamente os assuntos e comunicados a serem enviados e o nicho específico de *leads* a ser alcançado. Apesar da praticidade, há todo um trabalho estratégico da equipe para qualificar e limitar o número dessas mensagens, a fim de evitar um possível bloqueio da CBIC e impedir novos envios, além de uma identificação como spam que leve ao cancelamento do cadastro.

Aproveitando a capilaridade do setor da construção para a unificação de discursos e a divulgação rápida de posicionamentos, em 2021 a comunicação institucional da CBIC reforçou suas ações com a Rede da Construção. Naquele ano, a entidade convocou os membros da Rede a darem apoio à divulgação regional do 93º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC) que, em razão da pandemia da covid-19, foi 100% *on-line* e totalmente gratuito. O resultado foi um evento com sucesso de público traduzido em cerca de 10 mil inscritos.

Em 2022, extrapolando a atuação clássica da CBIC na defesa dos interesses e com um olhar para a entidade como geradora de conteúdo e agente econômico, foi realizada mais uma agenda especial para a Rede da Construção, dessa vez em Belo Horizonte (MG). Durante o Encontro Nacional da Rede da Construção, que fez parte da programação do *1º Construa – Onde a Construção do Brasil se encontra*, no Construa Minas, a CBIC apresentou as melhorias obtidas na Comunicação, como a reformulação da imagem e da marca e o ganho de agilidade nas informações, além dos avanços para consolidar a Rede da Construção.

## Dores, desafios e importância do setor

Para fortalecer o trabalho da Rede da Construção ficou definida a criação de uma agenda nacional do setor para desenvolver e direcionar ações prévias (pautas, visitas a jornais etc) e articulações em todo o país para amplificar as mensagens, bem como o compartilhamento de posicionamentos para a unificação do discurso.

Em 2023, por exemplo, numa ação colaborativa com a Rede da Construção, a CBIC inovou e criou a editoria *Personagens da Construção*, divulgada no CBIC Hoje e no Instagram. A iniciativa mostra a jornada de alguns heróis da comunidade da construção que executaram e executam ações excepcionais para o setor, com atitudes altruístas para o bem-estar de profissionais do segmento e a sociedade como um todo.

CBIC Mais

Informativo da Indústria da Construção
Newsletter :: Edição 0 :: 26/06/2015

NOTÍCIAS

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA AINDA ESPERA A QUITAÇÃO DOS DÉBITOS

**AVALIAÇÃO DO PRIMEIRO TRIMESTRE MANTÉM SINAL DE RETRAÇÃO**

*A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) reivindica soluções junto ao governo para que o investimento continue e os efeitos da desaceleração não afetem ainda mais o setor da construção*

A avaliação do primeiro trimestre confirma o cenário de retração da economia e mantém a dúvida sobre a capacidade de recuperação: o panorama criado pelos mais recentes indicadores e pelas medidas anunciadas pelo governo federal sinalizam a manutenção das dificuldades enfrentadas pelo setor da construção. O resultado trimestral do Produto Interno Bruto (PIB) confirmou a expectativa de retração da economia brasileira, cujo freio mais importante reside na queda brusca dos investimentos. O economista Raul Veloso avalia que não há como mensurar o impacto das medidas que foram enviadas ao legislativo, mas avalia que o quadro ainda é de incertezas. A equipe econômica cortou R$ 69,9 bilhões do orçamento de 2015, agravando ainda mais um exercício já marcado pelo atraso sistemático nos pagamentos, pela lentidão dos desembolsos e pela suspensão de novos projetos.

A CBIC tem dialogado junto ao governo para garantir a regularização dos pagamentos e a quitação das dívidas que impactam programas como o Minha Casa Minha Vida, por exemplo. Em maio, o setor da construção avançou na conquista de tais reivindicações: a entidade reforçou junto ao Banco Central a liberação do uso de recursos do depósito compulsório, visando manter o fluxo do crédito para a casa própria e garantir as unidades em produção. A medida foi adotada pelo CMN, que liberou R$ 22,5 bilhões dos depósitos obrigatórios para viabilizar estas operações de financiamento habitacional; outra sugestão da entidade contemplada pelo CMN foi estabelecer que somente Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) com lastro em financiamentos habitacionais, no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), sejam considerados no cumprimento da exigibilidade. Esta medida garante que os recursos da poupança financiem apenas habitação, cumprindo seu objetivo. Na mesma direção, o Conselho Curador do FGTS na linha de financiamento pró-cotista, injetou R$ 4,2 bilhões para aquisição de imóveis de até R$ 400 mil. "O governo percebeu que os problemas causados ao mercado pela ausência de crédito poderiam comprometer o futuro e as expectativas das empresas do setor," avalia José Carlos Martins, presidente da CBIC.

"Mais uma vez o corte foi priorizado na área de investimento e com isso os efeitos serão sentidos principalmente pelo segmento da construção," alerta o economista da CBIC, Luis Fernando Mendes. Para que os efeitos negativos possam atenuar neste ano, o setor aguarda o anúncio do Programa de Concessões e do Programa Minha Casa, Minha Vida 3.

www.cbic.org.br

Por meio dessa editoria, a CBIC marca a história da indústria da construção via relatos de personagens de destaque que, de alguma forma, contribuíram para o desenvolvimento do setor e da CBIC. Uma delas foi a da Enedina Marques, que desafiou os padrões acadêmicos e sociais da década de 1940, revolucionando a engenharia no país. Primeira mulher a concluir o curso de engenharia civil no Paraná e na Região Sul do País e primeira engenheira negra do Brasil, Enedina Marques saiu do anonimato ao escolher uma profissão ocupada preponderantemente por homens.

Destaques também foram feitos para Maria Helena Mauad, uma brasileira de valor, e Maristela Honda, líder de destaque na indústria da construção de São Paulo. Mauad é uma das mulheres mais fortes e determinadas que já atuou e atua na área de responsabilidade social do setor da construção e do mercado imobiliário. Empresária da área de prestação de serviços, foi pioneira na condução de ações sociais do *Ampliar* e do Fórum de Ação Social e Cidadania da Construção (FASC), atual Comissão de Responsabilidade Social (CRS) da CBIC. Já a empresária Maristela Honda vem há mais de 30 anos desempenhando um importante papel na defesa dos interesses dos empresários e trabalhadores do segmento no Estado.

Ao longo desses anos, a CBIC manteve sua pauta de comunicação atrelada às dores, desafios e oportunidades do setor da construção, trazendo a público cobranças, alertas e propostas técnicas para o enfrentamento de temas de grande relevância. O debate, qualificado e alto nível, tem contribuído para a construção de avanços importantes e estimulado uma mudança de mentalidade entre seus diversos públicos-alvo.

No período de 2014 a 2023, a CBIC participou ativamente da discussão e repercussão de temas de grande relevância para o Brasil, e com interface estreita com o setor da construção. Com uma comunicação atenta, conduzida de forma qualificada e planejada, a entidade reforçou sua reputação e protagonismo como porta-voz da construção no país.

# A CBIC na mídia

Empresas | Indústria

**Construção** Venda online de imóveis é um dos aprendizados necessários

## Crise atual nos leva a questionar dogmas, diz CBIC

IMPACTOS DO CORONAVÍRUS

**Chiara Quintão**
De São Paulo

A crise pela qual o mundo está passando devido à pandemia do coronavírus terá como uma de suas consequências o questionamento, em todos os sentidos, das formas de atuação das empresas e da realização das diversas atividades, segundo o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins. "Dogmas serão questionados, como em uma revolução, e teremos, em seguida, um cenário de pós-guerra", afirma Martins. Ele ressalta que a venda online de imóveis é um dos aprendizados que se fazem necessário para as incorporadoras neste momento em que grande a parte dos potenciais clientes está em quarentena.

Levantamento realizado pela Brain com apoio da CBIC, de 21 a 26 de março, com empresas ligadas diretamente ou indiretamente à construção e à incorporação imobiliária aponta que a busca presencial por imóveis foi a modalidade mais impactada pela pandemia (93%), seguida pela telefônica (45%) e pela online (38%). Das empresas que participaram da pesquisa, 37% disseram ter sentido queda significativa da procura por imóveis, e 28% afirmaram ter registrado redução "muito acentuada".

Trinta e seis por cento do total informou impacto alto da pandemia de covid-19 na manutenção das atividades da empresa, 31% disse ter impacto médio e 25%, muito alto, de acordo com o levantamento da Brain.

"É interessante que, ao pedirmos para os entrevistados falarem sobre os impactos da economia do Brasil e sobre suas próprias empresas, eles disseram que o efeito será, claramente, maior na economia do país", diz o sócio-diretor da Brain, Fábio Tadeu Araújo. A sondagem indicou que 52% das entrevistadas informaram expectativa de impacto econômico-financeiro da disseminação do coronavírus, no médio-prazo (seis a 12 meses), para a economia do Brasil, enquanto 30% esperavam efeito de longo prazo, 9% consideram que o impacto será de até três meses e 9% disseram ainda não conseguir avaliar. Já o efeito econômico para a própria empresa foi projetado para o prazo de seis a 12 meses por 59% das participantes.

Na pesquisa realizada pela Brain, 27% das empresas participantes têm até nove funcionários, 39% possuem de dez a 49, 19% têm de 50 a 99 e 15% possuem mais de 100 empregados. Três por cento do total faturou mais de R$ 500 milhões, em 2019, 12% teve faturamento entre R$ 100 milhões e R$ 500 milhões, 11% entre R$ 50 milhões e R$ 100 milhões, 13% de R$ 25 milhões e R$ 50 milhões, 27% de R$ 10 milhões a R$ 25 milhões e 34% até R$ 9 milhões.

O presidente da CBIC defende que as obras continuem, mas não "irresponsavelmente" e diz que "não há um lugar mais arejado do que uma obra". "Sem o trabalhador não somos nada", diz Martins. O representante setorial disse ainda que não tem havido problemas de desabastecimento de insumos. "O que há são situações pontuais, como falta de massa corrida no Espírito Santo, falta de cabos elétricos em São Paulo e de aço dobrado no Distrito Federal. Mas não é um problema generalizado e preocupante", acrescenta Martins.

## Mitre decide manter planejamento para 2020

De São Paulo

Apesar da pandemia do coronavírus, a Mitre Realty decidiu manter seu planejamento para 2020. Conforme o presidente da companhia, Fabrício Mitre, informou ao **Valor**, a projeção traçada para o ano já previa concentração de lançamentos dos padrões médio a alto no segundo semestre, na capital paulista. "Até maio, não vemos necessidade de revisão do nosso plano de negócios. Se a questão se estender por mais tempo, vamos revê-lo, diz Mitre, acrescentando que, no cenário considerado pela empresa, "as coisas estarão mais controladas até maio".

Os funcionários administrativos estão trabalhando em sistema de home office, mas as obras prosseguem normalmente. "Há um acordo entre o setor, sindicatos, prefeituras e Estados para que haja controle nas obras, mas sem interrompê-las", diz Mitre.Segundo o executivo, o impacto de mais curto prazo do coronavírus para o setor será a desaceleração das altas dos preços dos imóveis.

Na sua oferta inicial de ações (IPO), a incorporadora captou quase R$ 1 bilhão para investir no desenvolvimento do banco de terrenos atual e para continuar a comprar áreas na cidade de São Paulo. No fim de 2019, o estoque de terrenos da Mitre correspondia ao Valor Geral de Vendas (VGV) potencial de R$ 4,2 bilhões.

De acordo com Mitre, o mercado de terrenos está menos disputado do que antes de o coronavírus chegar ao Brasil. "Um freio de arrumação era necessário para o setor. Já começávamos a ver, no mercado, empresas assumindo premissas de ganhos de preço bastante elevados para tornar viáveis aquisições caras", diz.

O presidente da Mitre ressalta que não houve mudanças nos fundamentos do setor imobiliário de oferta e demanda, assim como na condição de taxas baixas de juros. "O efeito do coronavírus será grande neste trimestre e no segundo na atividade econômica, mas se trata de fenômeno passageiro", afirma.Segundo o executivo, a Mitre tem conseguido descontos em grandes contratos de suprimentos e mão de obra. *(CQ)*

**Fato Relevante - Rebaixamento da Nota de Classificação de Risco de A - para BBB - Relatório da Agência Classificadora de Risco Standard And Poors "Sp&P Global" - Oliveira Trust Dtvm S.A.**, na qualidade de Administrador do **Brasilerão I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Clubes Esportivos**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º **30.636.865/0001-00** ("Fundo"), vem por meio deste, nos termos do artigo 45 do Regulamento do Fundo e Artigo 46, §1º, inciso I da Instrução CVM nº 356, comunicar aos Cotistas sobre alteração na classificação de risco das Cotas Seniores do Fundo, de "A-" para "BBB-", conforme relatório elaborado pela Agência Classificadora de Risco S&P GLOBAL, disponível no site da Administradora, (www.oliveiratrust.com.br). Por fim, a Administradora esclarece que referido rebaixamento **não** configura evento de avaliação ou liquidação do Fundo. Rio de Janeiro, 30 de março de 2020. **Oliveira Trust DTVM S/A** - Administradora do Fundo.

**BR MALLS PARTICIPAÇÕES S.A.**
CNPJ/MF nº 06.977.745/0001-91 - COMPANHIA ABERTA - BRML3
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**
Ficam convocados os Srs. acionistas da **BR Malls Participações S.A.** (a "Cia.") a se reunirem em AGO, a ser realizada no dia 30/04/20, às 14h (a "AGO"), para deliberarem acerca das seguintes matérias: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/19; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31/12/19; (iii) Fixar em 7 o número de membros a serem eleitos para o conselho da administração; (iv) Eleger os membros do Conselho de Administração; e (v) Fixar o montante máximo global da remuneração dos administradores da Cia. para o exercício social de 2020. A principio,

**Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.**
CNPJ/MF nº 11.992.680/0001-93 - NIRE 35.300.379.560 - CVM nº 22497
Companhia Aberta
**Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária**
Convocamos os senhores acionistas da **Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2020, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Plínio Barreto, nº 365, parte, Bela Vista, CEP 01313-020 ("Assembleia"), a fim de deliberar sobre a ordem do dia abaixo indicada: Em Assembleia Geral Ordinária (i) apreciar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 do dezembro de 2019, acompanhadas do Relatório da Administração, do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria; (ii) apreciar a proposta de destinação do lucro líquido, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, e a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia; (iii) fixar o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia; (iv) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; (v) fixar o limite de valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia; (vi) instalar e eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia; e (vii) aprovar a proposta de remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia. **Informações Gerais:** Os acionistas deverão apresentar, nos termos do Parágrafo 2º, do Artigo 7º, do Estatuto Social da Companhia, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas contadas da realização da Assembleia: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e/ou relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; e (ii) o instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social da Companhia, observadas as formalidades previstas no item 12.2 do formulário de referência da Companhia, na hipótese de representação do acionista, não sendo necessário o reconhecimento de firma em procurações, bem como a notarização e

O ESTADO DE S. PAULO

# Sem pires na mão

JOSÉ CARLOS MARTINS

A gravidade e a emergência no quadro geral do País são evidentes, a economia sugere recuperação, mas volta a cair. Promessas e estimativas: na realidade, tudo continua igual. Estamos com inflação e taxa Selic baixas, mas a economia não reage. Parece que todos esqueceram que para a economia se recuperar, após um ajuste forte, como foi feito, o motor tem de ser o investimento. Neste momento, o investimento é a única forma de fomentar um crescimento sustentado, com a maior capacidade de geração de empregos, solução de problemas sociais e melhoria da competitividade da economia.

O dilema que se apresenta é a fonte de recursos para investir. Ao longo dos anos, o setor público teve papel fundamental. Neste processo de retomada, não será mais possível: o setor público exauriu sua capacidade de investir, o que arrecada já não é suficiente para pagar o funcionalismo e o custeio. Sobra uma única alternativa: o capital privado.

O setor da construção aglutinou 26 entidades empresariais, criou um movimento denominado Coalizão pela Construção e, durante a campanha eleitoral, convidou seis dos candidatos à Presidência da República mais bem colocados nas pesquisas para um debate sobre a retomada do investimento. Naquela ocasião, para surpresa de todos eles, não pedimos nada. Não estamos com o pires na mão: cobramos deles, simplesmente, regras que restabeleçam e fortaleçam a segurança jurídica; que tornem a concessão do crédito mais inteligente e fluida, sem abrir mão das boas práticas bancárias; e que o planejamento seja resgatado e cumprido. Esse diálogo avançou após o resultado das eleições e apresentamos ao novo governo um conjunto de propostas que, adotado, pode criar milhão de empregos.

A indústria da construção trabalha no longo prazo, precisa de crédito e alavanca 62 setores da economia. É inegável o seu papel como grande empregador: mesmo quando conclui suas obras, continua gerando empregos pelo uso e pela manutenção dos empreendimentos, num ciclo de empregabilidade que não se encerra com a obra em si. O setor precisa de capital e financiamento de longo prazo. O dinheiro existe, é abundante no mundo, remunerado a juros negativos, porém o capital não aceita incertezas. Quando aceita insegurança, cobra caro e torna-se especulativo. Precisamos entender que o que Brasil mais precisa neste momento é de seriedade, previsibilidade, cumprimento dos contratos e de um planejamento que não mude a cada estação do ano.

Estamos convencidos de que é o momento de sair da retórica e atuar, ver onde estão os gargalos. Não é possível que o gestor público, hoje, viva sob terrorismo contínuo dos órgãos de controle e fiscalização, em que somente ele paga o preço pela incompetência e pelos desmandos; em que ele não tem apoio do Estado para se defender judicialmente e, pior, toma decisão hoje dentro do entendimento atual e, no futuro, esse entendimento é mudado e ele, incriminado. Todo gestor público ilibado vive do seu salário, não tem dinheiro para contratar advogado para se defender da montanha de processos movidos pelos próprios agentes do Estado, além das exigências a que está sujeito, dos entendimentos, fiscalizações, etc.

**É preciso oferecer instrumentos para as empresas voltarem a ser geradoras de riqueza**

Nós defendemos controle e punição para os que praticarem desvios de qualquer natureza, mas defendemos, ainda mais, que haja um conjunto de regras claras e perenes, válidas e observadas em todo o País, acima do entendimento individual de qualquer um. Em vez de ficarmos passivos diante desse apagão de canetas, é preciso acendê-las novamente e tirar do papel projetos, obras e outras ações que são fundamentais para o País reencontrar o caminho do crescimento. O Brasil não anda e precisamos entender o porquê disso. Esse é um debate que precisa ser feito e temos levado essa mensagem a diversos atores que podem colaborar para a construção de avanços. Não adianta dizer que a construção é o maior gerador de empregos e vai estimular a economia; se não resolvermos os gargalos, teremos somente retórica, e não ação.

Temos proposto encarar com uma perspectiva mais coerente com o momento por que passa o País a insegurança na legislação ambiental e na concessão de licenciamento; no campo tributário e do crédito. Para o setor produtivo dar sua contribuição é preciso um olhar mais realista nesses temas. A conjuntura nacional alcançou o ápice da deterioração e é preciso oferecer instrumentos para que as empresas retomem seu papel como geradoras de riqueza. Esse movimento exige o combate incansável aos excessos da burocracia e a revisão de normas que engessam e impedem a execução dos projetos e obras – em síntese, defendemos manter a responsabilidade e o respeito às leis, mas encontrar saídas que destravem obras e projetos.

Também temos alertado para a urgência de uma visão mais realista na gestão do crédito. As empresas precisam de financiamento privado para realizar seus empreendimentos, mas ainda carregam os efeitos negativos da crise desencadeada em 2014. Tais fragilidades se tornaram empecilho quase intransponível para o setor, que enfrenta dificuldades para concluir projetos em andamento e encontra portas fechadas para financiar novos empreendimentos. É possível, respeitando as boas práticas bancárias, encontrar outros mecanismos e flexibilizar regras que irriguem o setor, injetando recursos na indústria da construção. Essa é uma agenda urgente.

Hoje, no Brasil, o que menos é levado em conta é o resultado. O maior desafio para o investimento voltar, e com ele o emprego e a melhoria da vida das pessoas, é termos no Brasil pessoas responsáveis por entregar, terminar, fazer, e não somente criticar. Alavanca do PIB, a indústria da construção influencia diretamente o bem-estar da população. O setor é peça-chave da plataforma do novo presidente do Brasil e contribuirá para a tarefa de recolocar o Brasil no caminho do crescimento sustentável sem depender de nenhuma benesse estatal.

* PRESIDENTE DA CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC)

FOLHA DE S.PAULO ★★★ SEXTA-FEIRA, 14 DE SETEMBRO DE 2018 A3

opinião

## TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

### *Participação cidadã nas eleições*

Pequenas doações em conjunto podem ter impacto

**José Carlos Martins**
Engenheiro civil e presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic)

Estamos discutindo quem será o novo presidente da República, mas não haverá nenhum presidente que possa fazer mudanças sem apoio do Congresso. Isso é inerente à democracia. Por isso, o mais importante é elegermos um Congresso sintonizado com o interesse dos cidadãos, que efetivamente fiscalize o Poder Executivo e represente a sociedade.

Hoje, criticamos o Congresso, que está distante da sociedade e dos seus anseios. Proponho, neste momento, uma discussão sobre a representação no Legislativo: lá serão feitas as leis que traduzirão o país que queremos.

A grande novidade da eleição deste ano é a participação cidadã de todos os brasileiros no pleito. Não é da nossa cultura participar ativamente e depois cobrar aquilo que nos prometeram. Como faremos isso é a grande dúvida.

Precisamos da participação dos cidadãos, aqueles que se doam, que cobram, que exigem do seu representante a defesa dos interesses da sociedade; com transparência, com ética, com lisura no exercício do mandato. Falo do condomínio, do clube, do representante na escola, falo de entidades de classe, falo de representação política.

Pessoalmente, sempre defendi o voto distrital, pois ele é a menor distância entre o cidadão e seu representante. Somente ele permite que o eleitor médio lembre em quem votou e se seu eleito está desempenhando adequadamente seu mandato.

Mas não existe jantar sem alguém que pague a conta, este é um custo da democracia. Sabemos do desastre que foi a relação espúria entre algumas pessoas e o sistema político e não podemos mais aceitar isso. Está claro nas pesquisas que o Brasil deu um basta a esse modelo; no entanto o custo existe, e alguém terá que pagar.

Esse é o momento para refletirmos sobre isso: se uma empresa doar, poderá ter interesse na doação; se o recurso sair do setor público, diminuirá o dinheiro para demandas essenciais ao país, como segurança, saúde, educação etc. Como sair disso?

Convido a todos que participem desta eleição com ideias, com propostas, com cobranças, mas também com contribuições às campanhas dos bons políticos.

Se não queremos doação de empresas, se não queremos que esse custo saia do Orçamento, que tal nos agruparmos e fazermos pequenas doações para viabilizar as candidaturas que nós, cidadãos comuns, acreditamos? Vamos deixar para poucos fazerem isso? Depois vamos reclamar, de novo, que nossos políticos só atendem aos interesses de poucos?

Precisamos, todos os cidadãos de bem deste país, escolher um lado. Escolher um candidato e trabalhar por ele em nossas comunidades, em nossas redes sociais, junto aos nossos familiares, mas também com contribuições financeiras.

Não se faz campanha sem dinheiro. É melhor que o recurso venha do cidadão, por meio de pequenas doações que não serão relevantes individualmente, mas no conjunto poderão significar a eleição ou não de um candidato.

É legítima a defesa de segmentos organizados, desde que com transparência e que não visem exclusivamente aos seus interesses, mas sim que estejam sintonizados com os interesses maiores do país. Hoje vivemos uma ditadura de corporações, pequenos grupos com grande poder de mobilização que, com isso, mantêm privilégios inaceitáveis.

O interesse das maiorias silenciosas e trabalhadoras precisa ser priorizado. Neste momento não há necessidade maior que emprego. Nossos candidatos ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados estão se comprometendo com medidas que busquem aumentar a oferta de empregos? Ou estão somente defendendo o que todos já cansamos de ouvir?

Mobilizados podemos cobrar. Essa cultura ainda não existe em nosso país mas, nas suas campanhas à Presidência dos Estados Unidos, Barack Obama recebeu doações de milhões de cidadãos americanos. Assim, conseguiu seus dois mandatos. Queremos ou não construir um novo país? Queremos deixar um Brasil melhor para nossos filhos e netos?

Conclamo a todos para refletir sobre isso.

A hora é agora!

Daniel Bueno

### *Nossa democracia não está morrendo*

Ascensão de candidato autoritário faz parte do jogo

**Gaudêncio Torquato**
Jornalista, professor titular da USP e consultor político

As democracias estão morrendo devagar. Líderes eleitos não se comprometem com os valores democráticos, como Donald Trump, o primeiro presidente dos EUA "com inclinações autoritárias" escolhido em cem anos, e pode ocorrer o mesmo no Brasil com eventual vitória do capitão da reserva Jair Bolsonaro, "candidato que tem palavras e comportamentos que não se adequam à democracia". São palavras de Steven Levitsky, em recente entrevista ao jornal O Globo. Ele e Daniel Ziblatt, ambos professores de Harvard, são autores do livro "How Democracies Die" ("Como as Democracias Morrem").

A hipótese corresponde efetivamente ao que se enxerga na moldura democrática internacional ou se trata de um fenômeno cíclico, cuja emergência ocorre ao longo da história das nações? A eleição de figuras polêmicas, de índole conservadora e com propensão autoritária, não faz parte do jogo democrático?

No caso brasileiro, vale lembrar que nossa incipiente democracia, ao longo da história, entremeou ciclos autoritários e democráticos.

A primeira Constituição, a de 1891, abrigava princípios libertários, com direitos individuais preservados até 1930, quando se abriu o ciclo ditatorial de Vargas, cujos desajustes conduziram à centralização autoritária expressa na Constituição de 1937. Os anos de arbítrio se estenderam até 1945, quando o país ganhou a Carta Magna de 1946, reabrindo as portas da democracia. Sua vigência se deu até o golpe militar de 1964, que durou 21 anos, terminando em 1985. Em 1988, inaugura-se o ciclo da redemocratização, e o país fortalece o escopo da cidadania com a Constituição mais avançada de sua história.

Portanto, a intermitência entre liberdades e opressão, autoritarismo e democracia, ao que se constata, faz parte do abecedário político da maioria dos países da América Latina, que não possuem instituições capazes de representar os múltiplos interesses da sociedade organizada e de assegurar a consolidação democrática.

As crises econômicas, por seu lado, têm contribuído para agravar a governabilidade, gerando instabilidades cíclicas. Dessa forma, os sistemas democráticos do continente, que o cientista político argentino Guilherme O'Donnell designa de democracia delegativa, acabam se fragilizando.

Urge lembrar que até a velha Europa vê fenecer suas frentes democráticas, seja em função da crise propiciada pela globalização econômica, seja pelo arrefecimento dos mecanismos clássicos da política —crise das ideologias, dos partidos, dos Parlamentos, das oposições.

Ante essa moldura, o que esperar da democracia brasileira se não uma gangorra no sistema de mandos e comandos? Se o lulopetismo fez ou não bem ao país, que passe pelo teste das urnas. Se o bolsonarismo, com sua defesa autoritária, fará um bom governo caso seu ícone se eleja, é uma questão a ser respondida pelo eleitor. Esse é o jogo democrático. Sob essa crença, a democracia brasileira não está morrendo.

## PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

**Eleições**
A pergunta no título do editorial ("Quem Haddad será?", 13/9) já vem com a resposta pronta. Todos a conhecemos, e ele mesmo não a esconde. Daí, parece-me que a melhor pergunta seria: como alguém aceita esse tipo de situação e consegue se olhar no espelho?
**Homero Vianna Jr.** (Niterói, RJ)

*

No passado, chamava-se voto de cabresto. Hoje, chama-se voto no poste. No passado, a direita e os coronéis decidiam o voto do eleitor ignorante. Hoje, é Lula quem decide o voto do pseudointelectual.
**Walter Barretto Jr.** (Salvador, BA)

*

O que chamam de "voto útil" às vezes chamo de "voto responsável", mas prefiro mesmo chamar de "voto necessário". Não quero o caos!
**Francisco Eduardo Britto** (São Paulo, SP)

*

Quem dera os eleitores brasileiros adotassem os princípios democráticos de Contardo Calligaris ("Em quem votar?", Ilustrada, 13/9) nesta eleição. Se a política brasileira está em crise, precisamos vivenciar uma outra política, diferente da que tivemos até aqui. A boa política que considera a participação de todos.
**Haroldo H. de Souza Arruda** (São Paulo, SP)

**Promotores investigados**
Investigar promotores é pôr um freio na politização surreal da Justiça. É mostrar que os promotores não são os mandatários da nação, que não foram eleitos para legislar e que não podem criminalizar indiscriminadamente a política. O Ministério Público está se tornando um poder paralelo e arbitrário. Precisam, sim, ser regulados e até mesmo investigados quanto às motivações políticas de suas denúncias ("Corregedoria investigará promotores de casos de Haddad, Alckmin e Richa", Eleições 2018, 13/9).
**Marlise Santos** (Porto Alegre, RS)

*

A lei eleitoral não impede o oferecimento da denúncia [contra candidatos]. Corregedor, se amanhã ou depois a denúncia for arquivada por absoluta falta de provas, aí sim, faça a investigação. Até lá, deixe a ação correr.
**Neli Faria** (São Paulo, SP)

**Podcast**
Gostaria de parabenizar —e muito— Rodrigo Vizeu pelo notório trabalho sobre os presidentes do Brasil. Infelizmente, não aprendemos nada disso na escola e poucos sabem o quanto foi complicada a história política do país. O jornalista me inspirou a fazer meu próprio trabalho de estudos sobre a história da democracia brasileira. Escuto os podcasts do Presidente da Semana enquanto voo de uma cidade para outra.
**Thiago Marques** (São Paulo, SP)

**Advogada algemada**
Eu me solidarizo com a advogada Valéria dos Santos ("O Estado é racista, mas se falo isso é mimimi", diz advogada", Cotidiano, 13/9). Quando vi o vexame que a juíza leiga a fez passar, senti pena do Brasil e da cidadania brasileira. Espero que esse fato lhe dê ainda mais forças para defender seus direitos enquanto cidadã e advogada. E espero, sinceramente, que a juíza leiga e os policiais sejam punidos exemplarmente.
**Caio Milani** (Holambra, SP)

**Ensino domiciliar**
A decisão do Supremo Tribunal Federal de não legalizar a educação domiciliar é, provavelmente, uma das decisões mais conscientes tomadas nos últimos meses. A educação engloba não apenas o conhecimento de matérias importantes, mas a socialização do indivíduo e seu preparo social para o mundo como um todo. Além disso, a escola assegura ao indivíduo uma base intelectual livre para a tomada de escolhas, gerando cidadãos conscientes e libertos ("Supremo considera ilegal pais tirarem filhos da escola para ensiná-los em casa", Cotidiano, 13/9).
**Rafael Lara** (São Paulo, SP)

*

A lei não tem que autorizar e, se ela não proíbe expressamente, autorizado está. Essa autorização sobre coisas mais comuns, que fazem parte da liberdade do cidadão, só existe em regimes ditatoriais ou totalitários. A proibição, estabelecida pelo Supremo, representa uma intervenção do Estado, que visa doutrinar as crianças ideologicamente, ação que já ocorre nas escolas públicas por meio de militantes.
**Roberto Doglia Azambuja** (Brasília, DF)

**Beatriz Segall**
Extremamente carinhoso e elegante o artigo do diretor de cinema Sergio Segall sobre sua mãe, Beatriz Segall. Ele faz um relato encantador de toda sua trajetória de vida. Maravilhosa a forma delicada que ele a trata no texto. E termina com uma frase exemplar: "Assim foi minha mãe, minha mãe que se foi". Parabéns por apresentar uma bela homenagem ("Minha mãe, uma mulher do século 20", Tendências / Debates, 13/9).
**Antonio Carlos Domingues** (São Paulo, SP)

**Otavio Frias Filho**
A **Folha** agradece as manifestações de pesar pela morte de Otavio Frias Filho recebidas de **Nelson Antônio de Souza**, presidente da Caixa Econômica Federal, **Armando Ennes do Valle Jr.**, vice-presidente da Whirlpool, **Paulo Vasconcellos Bastian**, presidente do Hospital Alemão Oswaldo Cruz, **Robson Braga de Andrade**, presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), **José Ricardo Roriz**, presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e do Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), **José Romeu Ferraz Neto**, presidente do SindusCon-SP (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo), **Guilherme Afif Domingos**, presidente do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), **João Batista Diniz**, presidente da Cebrasse (Central Brasileira do Setor de Serviços), **Juan Quirós**, presidente da SP Negócios, **Alencar Burti**, presidente da ACSP (Associação Comercial de São Paulo) e da Facesp (Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo), **Carlos Roberto Siqueira Castro**, sócio da Siqueira Castro Advogados, **Luiz Périssé Duarte Junior**, presidente da Associação dos Advogados de São Paulo, **Paulo Hamilton Siqueira Jr.**, advogado, **Ricardo Pedreira**, diretor executivo da Associação Nacional de Jornais, **Pedro Luiz Passos**, conselheiro da Natura e colunista, **Suzana Singer**, jornalista e ex-ombudsman, **Dennis de Oliveira**, professor da Escola de Comunicações e Artes da USP, **Mariana Barbosa**, jornalista, e de **Luis Henrique Amaral** e **Erica Benute**, sócios da Analítica Comunicação.

## ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

**MERCADO** (12.SET., PÁG. A22) Diferentemente do informado na reportagem "Bolsa cai mais de 2% e dólar retorna a R$ 4,16 após pesquisa Datafolha", a pesquisa de intenção de votos foi realizada em 10 de setembro, não em 20 e 21 de agosto.

**ESPORTE** (8.SET., PÁG. B8) A tenista Margaret Court é australiana, não francesa, como foi incorretamente afirmado no texto "Serena Williams tenta marca histórica diante de fã japonesa".

**ILUSTRADA** (7.SET., PÁG. C2) A grafia Bertold Brecht, publicada na nota "Meio", está errada. O nome correto do dramaturgo alemão é Bertolt Brecht.

11 de Junho de 2018

# Aposta para concluir grandes obras, seguro causa disputa na Câmara

**Raphael Di Cunto e Fabio Graner**
De Brasília

RUY BARON/VALOR — 26/5/2017

**José Carlos Martins defende que o projeto deveria focar em corrigir a postura do setor público como contratante**

Principal aposta do governo para garantir a conclusão de grandes obras, a contratação de seguro-garantia com cláusula de retomada nos contratos acima de R$ 100 milhões virou o maior impasse no projeto que reformula a Lei de Licitações e que deve ser votado amanhã por uma comissão especial da Câmara dos Deputados.

Empreiteiras e seguradoras disputam uma queda de braço sobre o percentual de 30% que será segurado. Enquanto as construtoras reclamam do alto custo, que pode restringir a concorrência, as seguradoras dizem que esse é o mínimo necessário para viabilizar a operação. O projeto, aprovado há dois anos no Senado, está em fase final de discussão na Câmara e a ideia é votá-lo no plenário antes das eleições (ver matéria abaixo).

O seguro já existe na Lei 8666/93, com garantia entre 5% e 10% do contrato e o projeto propõe elevar para até 20% em serviços e compras inferiores a R$ 100 milhões. O percentual exato dependerá da avaliação dos custos pela administração pública. Há outras opções mais caras, que são caução em dinheiro, títulos da dívida pública ou fiança bancária, e que permanecerão na nova legislação.

A inovação mais importante, contudo, e que gera polêmica no Congresso, é nas obras e serviços de engenharia acima de R$ 100 milhões. O projeto obriga um seguro de 30% do valor do contrato com cláusula de retomada (chamada "step in") para que, caso a construtora não execute a obra, a seguradora fique responsável por concluí-la ou indenize o governo pelos prejuízos da paralisação e relicitação.

No caso de uma obra que custe R$ 100 milhões, por exemplo, e que a empreiteira largue na metade, a seguradora terá duas opções. Ela pode contratar a execução do restante, receber a diferença que falta e trabalhar para que os gastos adicionais fiquem abaixo dos 30% segurados, situação em que economizaria com a garantia; ou deixar o governo licitar novamente a obra e indenizá-lo pelos sobrecustos decorrentes em até R$ 30 milhões (30% do contrato).

O secretário-executivo adjunto do Ministério do Planejamento, Walter Baere, ressaltou a importância desse mecanismo, inspirado no modelo americano. Na sua visão, a versão brasileira é menos abrangente, mas ajudará a diluir os riscos de obras não acabarem.

O setor de construção discorda e tem trabalhado para reduzir esse percentual. Para o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, José Carlos Martins, o dispositivo é ruim e levará a concentração de mercado ao encarecer as obras. Ele defende que o projeto deveria focar em corrigir a postura do setor público como contratante, que atrasa os pagamentos, licenças e apresenta projetos mal feitos.

Já o presidente da Comissão de Crédito e Garantia da Federação Nacional dos Seguros Gerais (FenSeg), Roque Melo, afirma que 30% é o mínimo necessário para assumir a responsabilidade pelo término da obra. "Com base na experiência internacional, esse é o percentual mais adequado. Não estamos em absoluto falando que com 20% o mercado não vai emitir [as apólices], mas assumirá um compromisso que provavelmente não conseguirá cumprir", disse.

O custo do seguro, diz a FenSeg, dependerá do histórico e condição financeira da construtora. "Não há uma tabela de preços propriamente dita", afirmou Melo. "É óbvio que a obra ficará mais cara com esse item adicional, mas não é um valor tão significativo perto do benefício que será obtido", completou. Além disso, ressalta, o projeto traz outros aperfeiçoamentos para tentar corrigir os demais problemas apontados pelas empreiteiras.

A preocupação do mercado de seguros com esse dispositivo, discutido com o governo desde 2012, é outra. O projeto determina que, se não assumir a execução da obra, a seguradora terá que pagar a multa aplicada à empreiteira e bancar os sobrecustos e indenizações. Na prática, terá que arcar com a totalidade dos 30% segurados.

Melo reclama de a seguradora assumir a multa, o que não ocorreria nem nos países onde a garantia é de 100% do contrato, e diz que isso acaba com a opção de escolha do setor. "Existirão situações, das mais diversas, em que a obra não poderá ser retomada e a seguradora não pode ser punida por isso", disse. "Se permanecer o texto do Senado, não haverá seguro-garantia para as obras públicas", ameaçou.

O assunto também fomenta embates na Câmara. O relator do projeto, deputado João Arruda (MDB-PR), disse que não pretende mexer no mecanismo. "O seguro já será uma espécie de triagem de quem pode fazer a obra e de quem não pode. A seguradora não vai dar garantia a empresas sem qualidade ou com dívidas, será uma forma a mais de seleção, e ainda atuará na fiscalização do serviço", defendeu.

O deputado Afonso Florence (PT-BA), por outro lado, afirmou que o dispositivo limitará o mercado e aumentará os custos sem atacar o principal motivo para a paralisação de obras, que é a falta de pagamentos pelo próprio poder público (e que não estará coberto pelo seguro). "É um erro. Se isso passar quem decidirá quais grandes obras serão feitas nesse país serão as seguradoras."

# *Construção civil e retomada*

**JOSÉ CARLOS MARTINS**

A indústria da construção se encontra numa encruzilhada: estimulada, será a nova âncora da recuperação da economia; esquecida, será a pedra que poderá adernar a embarcação.

Não é mais possível ignorar o papel estratégico que esse setor desempenhará para recolocar o Brasil na trilha do desenvolvimento.

Grande geradora de emprego e renda, elo entre o cidadão e o sonho da moradia digna, a indústria da construção tem uma vocação econômica e social que não pode ser negligenciada — é nos momentos de crise que nosso setor dá sua contribuição mais efetiva.

O PIB da indústria da construção encolheu 6% em 2017, no quarto ano de retração consecutiva do setor. Não pedimos benesses nem facilidades. Queremos, isto sim, um ambiente de negócios seguro e transparente e projetos que permitam a recuperação.

Muito fizeram o Poder Executivo e o Congresso Nacional para fomentar um novo ciclo de crescimento e sepultar de vez a crise que assola o Brasil desde 2014. Foram produzidos avanços de relevância, como a criação de um teto para os gastos públicos, a redução continuada dos juros e a aprovação da reforma trabalhista e da terceirização.

Tudo isso criou um novo ambiente e recuperou a credibilidade e o otimismo entre empreendedores. Essa reação está refletida no desempenho do Produto Interno Bruto, que saiu da estagnação.

A construção civil, no entanto, não acompanha esse movimento. Mais de um milhão de postos de trabalho foram fechados desde 2014, empurrando para a incerteza trabalhadores e suas famílias e comprometendo a economia. O impacto sobre o PIB nacional foi de meio ponto percentual só no ano passado. Significa que outros setores da indústria tiveram de empenhar esforço maior para impedir que o conjunto da economia caísse ainda mais.

***Mais de um milhão de postos de trabalho foram fechados desde 2014, empurrando para a incerteza trabalhadores e suas famílias e comprometendo a economia***

É preciso sensibilidade para criar as condições para que a retomada que observamos não seja ameaçada. O agronegócio, que deu grande contribuição para a reação, já dá sinais de desaceleração. Está na indústria da construção o combustível que fará avançar esse movimento.

Essa é a mensagem que no final do ano passado levamos ao presidente da República, Michel Temer. Junto com outras entidades da cadeia produtiva da construção, criamos uma coalizão para recuperar o nosso setor. Não é tarefa difícil — e os resultados serão inestimáveis para o momento que vive o país.

Há que fomentar o investimento, criando as condições para que a iniciativa privada execute os projetos que os cofres públicos não mais poderão custear. É preciso não perder de vista o essencial: construção é investimento e não existe investimento sem confiança no futuro.

Há que destravar projetos de infraestrutura que, além de garantir competitividade à economia, ajudarão a gerar milhares de novos empregos. É o momento de iniciar os projetos do programa de apoio às concessões municipais, que farão uma revolução nas cidades, levando emprego, renda e melhores serviços à população.

Há que recuperar o financiamento do mercado imobiliário e restabelecer a segurança jurídica tão necessária.

Há, por fim, mas não menos importante, que aprovar a reforma da Previdência, cujo impacto na economia é imediato, pois reduz a incerteza do investidor em relação ao futuro.

Apresentamos uma agenda robusta e factível. O momento exige sensibilidade e vontade política, visão estratégica e o pleno entendimento do potencial reprimido da indústria da construção. Reaquecer a construção não é um interesse corporativo e localizado: fará bem à economia brasileira e beneficiará toda a população.

Chegou o momento da virada! ●

*José Carlos Martins é presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção*

E&N
ECONOMIA & NEGÓCIOS

**Guerra comercial**
China impõe tarifas sobre 128 produtos dos EUA
Pág. B8

Terceirize com qualidade, ética e transparência.
RS SERVIÇOS
www.rsterceirizacao.com.br

**Casa própria.** Números do ano passado representam a terceira queda consecutiva no volume de recursos para financiar a compra e construção de imóveis; em 2017, foram destinados R$ 83 bilhões ante os R$ 168 bilhões de três anos antes, segundo dados do BC

# Crédito para financiamento de imóveis cai pela metade desde o pico em 2014

*Douglas Gavras*

**O volume de crédito destinado ao financiamento de imóveis com dinheiro da poupança caiu pela metade no último ano, na comparação com 2014, antes da crise econômica e quando esses recursos atingiram patamar recorde.**

O montante acumulado para financiar a compra e a construção da casa própria em 2017 foi de R$ 83 bilhões, ante os R$ 168 bilhões de três anos antes, segundo dados do Banco Central, em valores reais, já considerado o IPCA (índice oficial de inflação). Os números de 2017 representam a terceira queda seguida do volume de financiamento.

"Com a queda recente dos juros, seria razoável que começasse a ter uma recuperação do crédito imobiliário em 2017, em relação a 2016. É surpreendente que tenha continuado caindo", analisa o economista Armando Castelar, coordenador de economia aplicada do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

O consumidor só deve recuperar aos poucos a disposição para comprar um imóvel, e a tendência, segundo analistas ouvidos pelo **Estado**, é que os bancos fiquem menos retraídos para emprestar em 2018 do que estavam no ano passado.

Parte importante da explicação para o recuo do crédito imobiliário está na situação da Caixa Econômica, o banco da habitação. Sem capital para cumprir regras internacionais de proteção, o banco estatal reduziu os financiamentos e aumentou os juros. "Ela tem 70% do mercado, mas não tem capital para continuar no ritmo pré-crise", diz José Carlos Martins, da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic). Para Miguel Oliveira, da Anefac (associação de executivos de finanças), as dificuldades pelas quais a Caixa tem passado devem limitar a oferta de juros menores para o consumidor.

**● Desaceleração**
**"A Caixa puxou o crescimento do crédito, mas não tem capital para continuar naquele ritmo."**
**José Carlos Martins**
PRESIDENTE DA CBIC

Segundo a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), o banco estatal foi ultrapassado pelos concorrentes na concessão de crédito com recursos da poupança. Em nota, a Caixa diz que estuda diminuir a taxa de juros do financiamento.

**Lenta recuperação.** O desemprego, ainda em dois dígitos, é apontado como um dos fatores que mais atrapalham a alta do crédito. A desaceleração do financiamento acompanhou a alta do desemprego, que subiu da casa dos 6% para mais de 13%.

Nos anos recentes, quem estava empregado tinha receio de embarcar em uma dívida que pode se estender por mais de 30 anos. Quem perdeu o emprego não conseguia mais financiar.

O veterinário Erick Almeida, de 32 anos, teve de morar com a mãe por mais tempo. Ele havia começado a pagar um imóvel na planta, até perder o trabalho, em março do ano passado.

"Depois de dois meses procurando uma outra vaga, desisti do imóvel. Sabia que quando o edifício ficasse pronto e o financiamento fosse repassado para o banco, não me aceitariam."

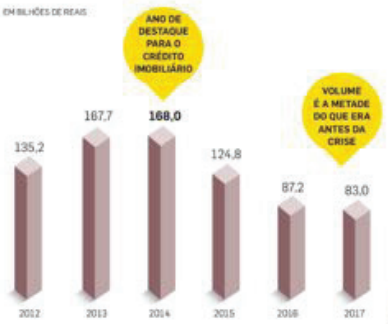
Também pesou a perda de recursos da caderneta de poupança, que havia ficado menos atrativa para o investidor com a alta dos juros no fim do governo Dilma Rousseff, diz Martins, da Cbic. Para analistas, porém, a tendência é que muitas famílias que não conseguiam contratar um financiamento agora sejam atraídas pelos juros básicos em seu nível mais baixo.

**Distratos têm queda, mas ainda preocupam setor**
Pág. B4

**TIJOLO COM TIJOLO**

● Crise derrubou o crédito para financiamento de imóveis

**Concessão de crédito para pessoa física, com recursos da poupança***




*CONSIDERANDO-SE A INFLAÇÃO PELO IPCA, PARA PREÇOS DE JANEIRO DE 2018
FONTE: BANCO CENTRAL
INFOGRAFICO/ESTADÃO



# Candidatos propõem ajudar construção

Em evento que reuniu empresários do setor, ontem, candidatos à Presidência prometeram aumentar crédito e investimentos para a construção civil

BRASÍLIA

**Na corrida pelos votos, os candidatos à Presidência prometeram mais crédito e investimentos sem precedentes ao setor de construção civil, um motor do Produto Interno Bruto (PIB) e do emprego. Eles concordaram que a concentração no setor financeiro é um fator que encarece o custo do crédito e reconheceram uma paralisia nos escalões técnicos do governo por receio de problemas com a Justiça, no chamado "apagão das canetas".**

Marina Silva (Rede), Geraldo Alckmin (PSDB), Alvaro Dias (Podemos), Ciro Gomes (PDT) e Henrique Meirelles (MDB) foram ouvidos ontem no evento Coalizão para a Construção, que reuniu 26 entidades do setor. O candidato do PSL, Jair Bolsonaro, não participou. Mas foi do Alckmin, prometeu destinar cerca de R$ 3 bilhões para o setor de saneamento. O dinheiro seria resultado de um redirecionamento do Pasep e da Cofins hoje cobrados das companhias vez, do mundo". "Será o maior já imaginado nos sonhos mais otimistas." Ele prometeu acelerar o programa de concessões e direcionar R$ 80 bilhões para concluir mais de 7 mil obras que es- do Brasil e da Caixa para reduzir o custo dos empréstimos. "Vamos tirá-los do cartel e forçá-los a competir." A fórmula defendida por Ciro já foi testada nos governos do PT. Na época, los públicos brasileiros, dos quais nove são bancos. "A taxa de juros pode cair se administrarmos melhor a dívida pública e sua evolução", comentou.

Em comum, os cinco candida- públicos convivem hoje com o temor de serem responsabilizados pessoalmente pela Justiça ou por órgãos de controle por decisões que tomam em nome do governo, no que os empresá-

**PALAVRAS DE CANDIDATOS**

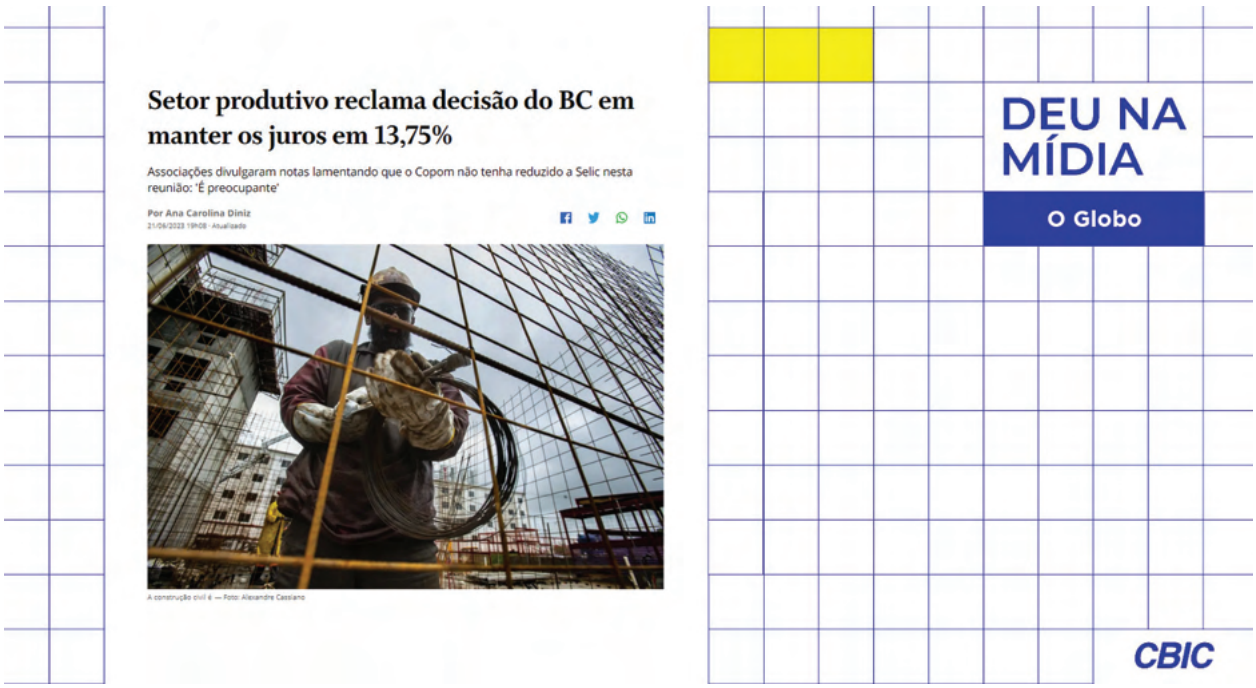
"Vamos destinar pelo menos R$ 3 bilhões para o setor de saneamento."
**Geraldo Alckmin**

"Vamos tirá-los (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil) do cartel e forçá-los a competir."
**Ciro Gomes**

"Precisamos de uma oferta de crédito mais diversificada."
**Marina Silva**

"Faremos o maior programa de investimentos em infraestrutura do Brasil e, talvez, do mundo."
**Henrique Meirelles**

"A taxa de juros pode cair se administrarmos melhor a dívida pública e sua evolução."
**Alvaro Dias**


Setor produtivo reclama decisão do BC em manter os juros em 13,75%
Associações divulgaram notas lamentando que o Copom não tenha reduzido a Selic nesta reunião: 'É preocupante'
Por Ana Carolina Diniz
21/06/2023 19h08 · Atualizado
A construção civil é — Foto: Alexandre Cassiano
DEU NA MÍDIA
O Globo
CBIC

IEDA VASCONCELOS
economista da Cbic
19:38
JORNAL DA BAND
EMPREGO FORMAL
CONSTRUÇÃO CIVIL CRESCE E CONTRATA
DEU NA MÍDIA
Jornal da Band
CBIC

Covid foi pior onde falta saneamento
Vulnerabilidade
DEU NA MÍDIA
Valor Econômico
CBIC

ENIC NA MÍDIA
Jornal da Record
CBIC

#Edicao16
CNEWS
AO VIVO
São Paulo
CONSTRUÇÃO

JN
JOSÉ CARLOS MARTINS
pres. Câmara Bras. da Indústria da Construção

IEDA VASCONCELOS
economista da Cbic
20:05
EMPREGO FORMAL
JORNAL DA BAND
CONSTRUÇÃO CIVIL CRESCE E CONTRATA

CBIC